

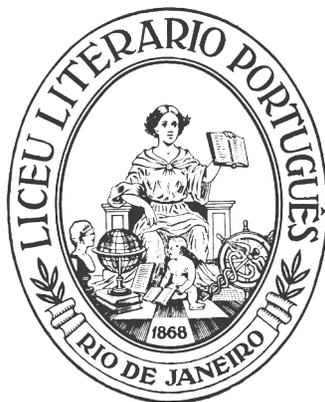
CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartição
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 50 – 1.º semestre de 2016 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO
Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2013/2014

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
	Presidente de Honra: Antonio Gomes da Costa

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airoso Branco
Suplentes:	José Gomes da Silva Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere
Walmirio Macedo

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: António Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa (Presidente)
Evanildo Bechara (Diretor Geral)
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues
Horácio Rolim de Freitas
Rosálvo do Valle

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávero (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriques Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Rosálvo do Valle (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Walmirio Macedo (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)

Diagramação

Quadratto Comunicação e Design
Rossana Henriques
www.quadratto.com.br

Pede-se permuta

Pídese canje

On demande l'échange

Sí chiede lo scambio

We ask for exchange

Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação..... 7

Artigos

O apagamento de /d/ no morfema de gerúndio nas capitais brasileiras a partir dos dados do Atlas Linguístico do Brasil 9

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO

MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO

Uma ou duas gramáticas de Português Língua Estrangeira (PLE)?
A New Portuguese grammar in four parts (Londres, 1768),
de António Vieira, e a *Nouvelle grammaire portugaise* (Paris, 1810),
de Alexandre Marie Sané 31

MARIA DO CÉU FONSECA

ANA ALEXANDRA SILVA

MARIA JOÃO MARÇALO

Elementos para um adequado tratamento lexicográfico da variação diatópica da designação de grupos de organismos 65

CARLOS GARRIDO

Reflexões sobre crítica textual e o estudo do passado em forma de textos literários..... 107

CEILA MARIA FERREIRA

Aprender a falar PLE pelo método da pronúncia figurada: o caso das vogais orais em obras de pedagogos do século XIX publicadas na França 122

HELENA REBELO

THIERRY PROENÇA DOS SANTOS

Definição: delimitação de modelo para elaboração de verbetes	143
<i>MICHELLE MACHADO DE OLIVEIRA VILARINHO</i>	
Contribuições de Saussure: precursores, paralelos, sucessores e desdobramentos	155
<i>MARCELO MORAES CAETANO</i>	
A reconstituição do texto <i>Campos bem-aventurados</i>	180
MARINA MACHADO RODRIGUES	
Compostos NprepN no português arcaico: aspectos morfossintáticos	191
<i>ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS</i>	
Resenha	
ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.	215
MIRELLA SILVA BARBOSA	
Colaboradores deste número	218

APRESENTAÇÃO

Neste número, a revista *Confluência* chega a sua 50.^a edição ininterrupta, um feito que a consolida, no decurso de seus 25 anos de existência, como um dos periódicos mais produtivos e contributivos no campo da Ciência Linguística. Como ordinariamente vem fazendo durante todo esse tempo, a revista oferece ao leitor interessado estudos relevantes, de excelente qualificação, cujo proveito decerto se expressará em sua presença na bibliografia das teses e publicações futuras sobre o fenômeno da linguagem humana.

No decurso desses 25 anos, *Confluência* auferiu o respeito e o reconhecimento da comunidade acadêmica em face dos serviços prestados à causa das ciências linguísticas e filológicas. A qualidade de suas páginas se deve aferir pela leitura dos textos que nelas residem, pelas ideias que neles repousam. E, nesse aspecto, é com grande júbilo que a revista, seu corpo diretivo e seu corpo editorial olham para um passado de trabalho sério e qualificado, que se projeta para um futuro igualmente promissor.

A seus colaboradores *Confluência* mais uma vez agradece a excelência de sua contribuição, na certeza de que as parcerias e enlaces que se consolidaram por todo esse tempo permanecerá em renovada presença pelos próximos 25 anos.

Ricardo Cavaliere

O APAGAMENTO DE /D/ NO MORFEMA DE GERÚNDIO
NAS CAPITAIS BRASILEIRAS A PARTIR DOS DADOS DO
ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL

THE DELETION OF PHONEME /D/ IN THE GERUND
OF THE BRAZILIAN CAPITAL CITIES ACCORDING TO
THE LINGUISTIC ATLAS OF BRAZIL

Aluiza Alves de Araújo
Universidade Estadual do Ceará
aluizazinha@hotmail.com

Maria do Socorro Silva de Aragão
Universidade Federal do Ceará
socorro.aragao@terra.com.br

RESUMO:

Na perspectiva da Sociolinguística Variacionista, este estudo aborda o apagamento de /d/ no morfema de gerúndio, a partir dos dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), com o objetivo de verificar a atuação de fatores sociais (sexo, faixa etária, escolaridade e localidade) sobre a regra. A amostra é constituída por 96 informantes, oriundos das capitais brasileiras das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul. Das três Regiões analisadas, o Centro-Oeste é a que mais usa o apagamento. A pouca escolaridade e o sexo/gênero masculino favorecem a regra no Centro-Oeste e no Norte. Para o Sul, não houve seleção de variáveis.

PALAVRAS-CHAVE:

Gerúndio. Apagamento. Sociolinguística Variacionista. ALiB.

ABSTRACT:

From the perspective of Sociolinguistic Variationist, this study deals with the deletion of /d/ in morpheme gerund, from the data of the Atlas Language Brazil (ALiB), in order to check the effectiveness of social factors (gender, age, education and location) of the rule. The sample consists of 96 informants, coming from the Brazilian capital of the North, Midwest and South. Of the three regions analyzed, the Midwest is the

one that uses the deletion. The low level of education and sex/male favor the rule in the Midwest and North. To the South, there was no variable selection.

KEYWORDS:

Gerund. Deletion. Sociolinguistic Variationist. ALiB.

Introdução

Esta investigação aborda o apagamento de /d/ no morfema de gerúndio /ndo/, nos dados das capitais brasileiras do Norte, Sul e Centro-Oeste do Atlas Linguístico do Brasil (doravante ALiB), sob o prisma da Sociolinguística Variacionista (WEINREINCH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV (2008 [1972], 1994, 2006 [2001]), com o objetivo de descrever e analisar os fatores sociais (gênero, faixa etária, escolaridade e localidade) que favorecem o fenômeno em tela.

Em consonância com Cagliari (2002, p. 101), neste trabalho, entendemos por apagamento um processo que “ocorre quando há a supressão de um segmento da forma básica de um morfema.” Dessa maneira, dizemos que houve apagamento no morfema de gerúndio do verbo ferver (fervendo¹), quando a dental /d/ é eliminada (ferveno²).

A eliminação de /d/ no morfema /ndo/ não ocorre apenas no português brasileiro, pois podemos encontrá-lo no norte da Península Ibérica e no sul da Itália (SILVA NETO, 1952), no italiano central e meridional (MELO, 1971 [1946]), revelando que o processo não se manifesta apenas na língua portuguesa.

Nos estudos dialetológicos do português brasileiro, a queda de /d/ no morfema de gerúndio já é documentada no falar caipira, por Amaral (1920), no falar nordestino, especificamente Alagoas e Pernambuco, por Marroquim (1934) e, no falar paraibano, por Aragão (1984).

Sobre o apagamento de /d/ no morfema de gerúndio no português falado do Brasil, encontramos alguns trabalhos de natureza variacionista empreendidos em três regiões, a saber: Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. No Centro-Oeste, temos as pesquisas de Martins e Bueno (2011), para Dourados-MS e Ponta Porã-MS, Vieira (2011), para Taboco-MS, e Araújo e Karim (2009), para Cáceres-MT. No

¹ Variante realizada por um informante do sexo/gênero masculino, da II faixa etária (45 a 60 anos), de Boa Vista, com ensino fundamental até o 8º ano.

² Variante produzida por um informante do sexo/gênero masculino, da I faixa etária (18 a 30 anos), de Boa Vista, com ensino fundamental até o 8º ano.

Nordeste brasileiro, há os trabalhos de Nascimento, Araújo e Carvalho (2013), para Fortaleza-CE, Brasileiro e Castro (2013), para Santo Antônio de Jesus-BA, Costa (2009), para Catu-BA, Martins (1999), para João Pessoa-PB, e Hora e Aquino (2012), para Guarabira-PB. No Sudeste, contamos com a pesquisa de Ferreira (2010), para São José do Rio Preto - SP. O estudo de Nascimento e Mota (2004) é o único que apresenta dados de várias localidades do Brasil (Bahia, Imbituva, João Pessoa, Marília, Niterói, Porto Alegre e Recife).

Depreendemos do exposto acima que as regiões Norte e Sul carecem de trabalhos acerca do fenômeno examinado. O Centro-Oeste, apesar de contar com três pesquisas, não possui nenhuma para o falar de Goiás. Consideramos importante investigar o comportamento da realização de /d/ no morfema de gerúndio em Regiões brasileiras que carecem destes estudos, principalmente o Norte e o Sul, para termos uma melhor compreensão do processo e ampliarmos o conhecimento que temos da variedade do português falado no Brasil.

Os resultados dessa pesquisa podem contribuir para um ensino de língua materna menos preconceituoso, pois a redução do gerúndio, por ser um fenômeno estigmatizado no português brasileiro, torna necessário que os professores conheçam a realidade linguística de seus alunos para conscientizá-los dos valores sociais do seu uso.

Este trabalho está organizado, essencialmente, em cinco partes: a primeira é esta introdução; a segunda traz a revisão da literatura variacionista sobre o fenômeno no português brasileiro; a terceira é a metodologia, que apresenta a amostra, o perfil dos informantes, os procedimentos de coleta de dados e o método de análise estatística; a análise, quarta parte, traz os resultados obtidos e a sua interpretação; e, por fim, as considerações finais constituem a quinta parte.

1. Estudos variacionistas sobre a redução do gerúndio no português falado do Brasil

É válido dizer que mesmo os estudos que investigam o fenômeno sob a perspectiva variacionista apresentam procedimentos metodológicos distintos. Por isso, encontramos trabalhos que controlaram variáveis linguísticas e sociais (MARTINS, 1999; FERREIRA, 2010; VIEIRA, 2011; NASCIMENTO; ARAÚJO; CARVALHO, 2013) e outros que estudaram exclusivamente variáveis sociais (NASCIMENTO; MOTA, 2004; COSTA, 2009; ARAÚJO; KARIM, 2009; MARTINS; BUENO, 2011). Também há os que investigaram apenas a frequência de uso do fenômeno (HORA; AQUINO, 2012; BRASILEIRO; CASTRO, 2013).

Além disso, notamos que algumas pesquisas submeteram seus dados a tratamento estatístico (MARTINS; 1999; FERREIRA, 2010; VIEIRA, 2011; NASCIMENTO; ARAÚJO; CARVALHO, 2013), enquanto outras não trazem nenhuma informação acerca disso (NASCIMENTO; MOTA, 2004; COSTA, 2009; ARAÚJO; KARIM, 2009; MARTINS; BUENO, 2011; HORA; AQUINO, 2012, BRASILEIRO; CASTRO, 2013).

Acrescentamos que, dentre os estudos analisados, poucos exibem, em seus resultados, pesos relativos (MARTINS, 1999; FERREIRA, 2010; NASCIMENTO, ARAÚJO E CARVALHO, 2013), pois a maioria apresenta apenas os percentuais. Ademais, esses três últimos **são os únicos que se** baseiam em dados retirados de grandes bancos de dados: VALPB, IBORUNA e NORPOFOR, respectivamente, porque os demais tiveram o seu *corpus* constituído especialmente para a realização da pesquisa.

Descrevemos, brevemente, a seguir, de acordo com a ordem cronológica, as dez pesquisas variacionistas que encontramos sobre a queda de /d/ no morfema de gerúndio na variedade de fala do português brasileiro, com o intuito de obtermos um panorama geral do fenômeno em pauta. Esclarecemos que, desses estudos, apenas os resultados dos fatores sociais serão detalhados aqui, já que nosso trabalho busca analisar somente variáveis extralinguísticas, além do mais não desejamos transformar esta seção em um extenuante rol de resultados. Porém, não deixamos de citar, quando havia, as variáveis linguísticas relevantes. Apresentamos, a partir de agora, cada uma das pesquisas mencionadas.

Martins (1999) analisou o apagamento da oclusiva /d/ no grupo “ndo”, utilizando 24 informantes do projeto VALPB³ (Variação Linguística da Paraíba), estratificados de acordo com o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (I-15 a 25 anos, II-26 a 49 e III- acima de 49 anos) e o grau de escolaridade (analfabetos, 5-8 anos e universitários).

Ao todo, foram obtidos 1988 dados, sendo que 1045 (53%) pertenciam ao apagamento. Foram considerados relevantes pelo VARBRUL os fatores sexo, anos de escolarização, faixa etária, classe de palavras e extensão do vocábulo. Com relação à variável sexo, os homens (.59) favorecem a aplicação da regra, diferentemente das mulheres (.42). Quanto à faixa etária, os informantes de 15

³ O Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB) foi criado, em 1993, com o propósito de estudar a realidade linguística na cidade de João Pessoa-PB. O *corpus* deste Projeto, coordenado pelo prof. Dr. Dermeval da Hora, é constituído por 30 homens e 30 mulheres, distribuídos de forma equilibrada por faixa etária (15 a 25 anos, 26 a 49 anos, acima de 50 anos) e nível de escolaridade (nenhum, 1 a 4 anos, 5 a 8 anos, 9 a 11 anos e mais de 11 anos). (HORA, PEDROSA, 2001)

a 49 anos (.53) privilegiam a o apagamento, ao passo que aqueles com mais de 49 anos (.45) o inibem. A autora afirma que “estamos lidando com fenômeno de variação estável na língua, já que as probabilidades entre jovens (0.53) e adultos (0.53) da cidade de João Pessoa se mantêm similares e bastante aproximadas em relação aos falantes com mais 49 anos (0,45).” (MARTINS, 1999, p. 340). No tocante à escolaridade, os analfabetos (0,69) e os informantes com 5 a 8 anos de estudo (0,53) beneficiam a regra de cancelamento, ao contrário dos universitários (0,31). Assim, quanto menor a escolaridade maior a aplicação da redução de gerúndio.

Nascimento e Mota (2004) abordaram a redução do gerúndio em entrevistas experimentais do Projeto ALiB. As autoras mencionam que a pesquisa, ainda em fase inicial e necessitando de ampliação do *corpus*, está dividida em dois momentos e, em ambos, todos os informantes pertenciam a uma das duas faixas-etárias (de 18 a 30 anos e de 50 a 65 anos) e a um dos sexos (masculino e feminino).

No primeiro momento, participaram 12 informantes do estado da Bahia (Jequié, Santo Amaro e Salvador), sendo que todos tinham o ensino fundamental (antigo primário). Do Questionário Fonético-Fonológico (QFF) do ALiB, utilizaram-se os itens lexicais andando, fervendo e rindo (versão 1999) e os itens fervendo, remando e dormindo (versão 2000), bem como o discurso semidirigido. No segundo momento, participaram 09 informantes, provenientes de cidades que representavam as 5 regiões brasileiras (Belém, Imbituva, João Pessoa, Marília, Niterói, Porto Alegre e Recife). Estes informantes possuíam dois níveis de escolaridade: primário e superior.

Quanto aos resultados, as autoras verificaram que, com relação à variação diagenérica, os homens usam mais a forma reduzida de gerúndio (na primeira etapa: 68%⁴ e na segunda: 55%) do que a sua manutenção, ao contrário das mulheres que empregam menos o apagamento de /d/ (na primeira fase: 47% e na segunda: 37%) do que a variante “ndo”. Quanto à variação diafásica, no QFF, por ser um contexto mais tenso que o discurso semidirigido, a redução (na primeira etapa: 39% e na segunda: 27%) ocorre menos do que a forma “ndo”. Já, no discurso semidirigido, o apagamento de /d/ (na primeira: 72% e na segunda fase: 59%) é mais realizado do que a sua manutenção.

Costa (2009) investigou o apagamento de /d/ no gerúndio “ndo” na fala

⁴ As autoras não apresentaram os pesos relativos obtidos na pesquisa, por isso aqui nos limitamos a mostrar apenas os percentuais. Sempre que os pesos não forem exibidos nas pesquisas apresentadas aqui, indicaremos os valores percentuais, quando houver.

de 8 estudantes, de classe média, da 4ª série do ensino fundamental de duas escolas, uma da rede pública (02 homens e 02 mulheres) e outra da rede privada (02 homens e 02 mulheres), ambas da cidade de Catu, situada na área urbana da Bahia. Foram utilizadas 3 estratégias para a coleta de dados: uma conversa informal com cada estudante, aplicação de um jogo em que os participantes falariam as ações praticadas por personagens apresentados em algumas figuras e uma leitura de textos narrativos.

Constatou-se que o “fenômeno linguístico da simplificação do gerúndio ocorre majoritariamente em todo o *corpus*, independente da proveniência dos alunos, se de escola particular ou de escola pública” (p. 14, grifo da autora). Os dados da entrevista sociolinguística revelaram que: a) o gênero não se mostrou relevante; b) os estudantes de escola pública não produziram a variante padrão /ndo/ e os da escola privada produziram mais o apagamento /no/ (mulheres: 93,22% e homens: 91,8%), mas observou-se que, entre estes últimos, a forma padrão foi realizada por todos, embora em número pouco significativo (8,2%). Já os dados do jogo mostraram que os estudantes (homens e mulheres) da escola pública continuaram não produzindo a variante padrão, enquanto os alunos da escola privada realizaram mais a manutenção da forma /ndo/ (homens: 65,79% e mulheres: 69,24%), mas também produziram o apagamento. Surpresa com este resultado, a autora entende que uma possível explicação para isso esteja no fato de que “durante o jogo, os estudantes tinham que falar os verbos no gerúndio isoladamente ou em pequenas frases, tornando-se, com isso, saliente o material fonético que constitui a forma em questão.” (p. 17). Na leitura de texto, verificou-se que dois alunos (um da escola pública e outro da escola particular) produziram dois verbos com o apagamento de /d/ no morfema de gerúndio.

Araújo e Karim (2009) abordaram a supressão de /d/ no gerúndio na cidade de Cáceres-MT. Os informantes foram estratificados por sexo (masculino e feminino), faixa etária (30 a 45 anos; 46 a 60 anos e acima de 60 anos) e nível de escolaridade (3 anos de ensino fundamental, ensino fundamental e ensino médio). Os dados são provenientes de um questionário com 16 perguntas, relacionadas a assuntos de interesse dos informantes, como tradição, costumes, política e paisagem da cidade, e de entrevistas entre pesquisadora e informante. As autoras notaram, em todas as entrevistas, um alto índice de realização do apagamento em todos os níveis de escolarização. Elas esclarecem que a pesquisa só apresenta resultados parciais, porque ainda está em andamento e, por isso, a frequência de uso da regra será apresentada em uma análise mais detalhada.

Ferreira (2010) estudou a redução do gerúndio na cidade de São José do Rio Preto, partindo de 76 narrativas de experiências pessoais, extraídas

da amostra Censo, que pertence ao banco de dados Iboruna⁵. Os informantes possuem as seguintes características: sexo (masculino e feminino), faixa etária (7 a 15 anos, 16 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 55 anos e mais de 55 anos), nível de escolaridade (1º EF - Ensino Fundamental, 2º EF, EM - Ensino Médio e ES - Ensino Superior) e renda familiar (até 5 salários mínimos e de 6 a 10 salários mínimos). Os dados foram extraídos de entrevistas, com duração aproximada de uma hora, que incentivavam o informante a narrar experiências pessoais.

De um total de 999 ocorrências, 796 (72%) eram do apagamento de /d/ no morfema de gerúndio. Foram selecionadas quatro variáveis, na seguinte ordem: sexo/gênero, escolaridade, idade e estrutura sintática. A autora afirma que os fatores sociais foram mais decisivos que os linguísticos e apresenta o sexo/gênero como o maior favorecedor do apagamento, sendo os homens (0.59) os maiores aliados da regra, ao contrário das mulheres (0.40). Quanto à escolaridade, viu-se que quanto menor a escolarização, maior a possibilidade de haver o apagamento: 1º EF (0.72), 2º EF (0.57), EM (0.48) e ES (0.32). Com relação à faixa etária, a que mais favorece a regra é a de 26 a 35 anos (0.64), seguida pelas de 7 a 15 anos (0.63), de 16 a 25 anos (0.56), ao contrário das faixas de 36 a 55 anos (0.44) e da constituída por pessoas de mais 55 anos (0.17). Sobre os resultados desta variável, a autora afirma que

[...] em razão de a aplicação da regra na variedade estudada ser alta e de os informantes mais jovens usarem com maior frequência a variante não-padrão e os mais velhos preferirem a forma padrão, as variantes com morfemas de gerúndio reduzido podem ser consideradas formas inovadoras e sua estratificação na comunidade de fala de São José do Rio Preto aponta para uma mudança em tempo aparente. (FERREIRA, 2010, p 125)

Vieira (2011) analisou a supressão do gerúndio, partindo de uma amostra constituída por 16 informantes do distrito de Taboco, no Mato Grosso do Sul. Todos os informantes possuíam, no máximo, o ensino fundamental completo e pertenciam a um dos gêneros: masculino e feminino e a uma das faixas-etárias: de 15 a 35 anos e acima de 50 anos. Os dados foram obtidos por meio de en-

⁵ O Iboruna representa o primeiro banco de dados com amostras de fala do interior do Estado de São Paulo, colhidas segundo um rígido controle de variáveis sociais (sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar), no período de março de 2004 a outubro de 2007. Essa database é formada por “dois tipos de amostra de fala: Amostra Comunidade (ou Amostra Censo), AC, que reúne 151 amostras de fala controladas sociolinguisticamente, e Amostra de Interação Dialógica, AI, que reúne 11 amostras de fala coletadas secretamente em situações livres de interação social.” (FERREIRA, 2010, p.58)

trevistas semiestruturadas, que eram elaboradas com o auxílio de um roteiro prévio, não limitado ao mesmo.

Os dados, submetidos ao programa Goldvarb 2001, revelaram que a redução ocorreu em 386 dados de um total de 485. Com relação às variáveis linguísticas, a classe morfológica, o contexto fonético-fonológico precedente e seguinte e a extensão do vocábulo mostraram interferir na regra de apagamento de /d/. Dentre as variáveis sociais, quanto à faixa etária, a autora observa que as duas faixas examinadas apresentaram o mesmo índice de apagamento, 75%, “o que simboliza a estabilidade da forma no sistema linguístico” (p.20). Ainda sobre esse resultado, Vieira acrescenta que “O equilíbrio da variante nas duas faixas etárias nos leva a perceber a generalidade do fenômeno, bem como seu caráter não estigmatizado na comunidade linguística estudada.” (p. 20) No tocante ao gênero, os homens (80%) realizaram mais o apagamento de /d/ do que as mulheres (20%).

Martins e Bueno (2011) realizaram um estudo sobre o apagamento de /d/ no morfema de gerúndio na região de Dourados e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, com base em um *corpus* constituído por 12 informantes, estratificados de acordo com o sexo (masculino e feminino), a faixa etária (20 a 50 anos e 51 anos em diante) e o nível de escolaridade (analfabetos e alfabetizados). Nas entrevistas, foi usado o método de narrativa de experiência pessoal para coletar os dados.

Os resultados evidenciaram que, de um total de 104 dados, o apagamento de /d/ ocorreu em 56 (53,84%). Dentre as variáveis testadas, as autoras verificaram que, quanto ao gênero do falante, as mulheres (82,5%) usam mais o apagamento do que os homens (35,94%). Com relação à faixa etária, os homens de 20 a 50 anos (53,0%) empregam mais o apagamento do que aqueles com mais de 50 anos (20,6%); as mulheres usam mais o apagamento tanto na faixa de 20 a 50 (79,2%) quanto na de 50 anos em diante (82,3%), sendo que estas últimas apresentam a maior taxa de redução. As autoras afirmam que esse comportamento do gênero feminino destoa dos achados na literatura sociolinguística e entendem que isso ocorre porque “a redução da forma de gerúndio já se tornou um fenômeno bastante recorrente no português falado em Dourados e região.” (p.22). No tocante à escolarização, as mulheres alfabetizadas (79%) ou não (81,8%) aplicam majoritariamente o apagamento, ao contrário dos homens que usam mais a variante padrão, sejam alfabetizados (65,8%) ou não (60,9%).

Hora e Aquino (2012) analisaram o apagamento de /d/ no grupo -ndo na fala de 30 alunos de Guarabira – PB. Os informantes, com idade entre 8 e 11 anos, cursam do 3º ao 5º ano do ensino fundamental e pertencem à classe so-

cioeconômica baixa. Os autores também examinaram outros fenômenos, como a ditongação e a monotongação, mas, aqui, trataremos apenas dos resultados pertinentes à redução do gerúndio. Os dados, provenientes da leitura oral dos alunos, eram coletados da seguinte forma: a cada aluno era apresentado um texto e solicitada a sua leitura individual em voz alta; porém, antes de começar a gravação da leitura, o aluno tinha um contato inicial com o texto.

Ficou constatado que o “apagamento da oclusiva dental como fenômeno variável não se apresentou de forma produtiva na leitura dos alunos pesquisados” (p.1112) e que o 5º ano (2,22%) é a série que menos utiliza o apagamento, enquanto o 4º ano (8,89%) é a que mais o emprega. Os autores afirmam que

Embora não tenha sido objetivo deste trabalho controlar as variáveis condicionadoras do fenômeno em análise, os resultados dão indicativos de que o gerúndio é o contexto favorecedor da ocorrência do apagamento da dental em **-ndo**, também na leitura. (HORA; AQUINO, 2012, p. 1112)

Nascimento, Araújo e Carvalho (2013) investigaram a supressão de /d/ no gerúndio, partindo de uma amostra formada por 24 informantes, provenientes do banco de dados NORPOFOR⁶ - Norma Oral do Português Popular de Fortaleza e estratificados por nível de escolaridade (de 0 a 4 anos de estudo e de 9 a 11 anos), faixa etária (15 a 25 anos, 26 a 49 anos e a partir do 50 anos) e sexo (masculino e feminino). Os dados foram coletados de entrevistas do tipo Diálogo entre Informante e Documentador (DID) e submetidos a tratamento estatístico do GoldVarb X.

Os autores verificaram que, de um total de 465 dados, o apagamento obteve 345 (74,2%) realizações. Como relevantes para o apagamento, foram apontadas as seguintes variáveis, nesta ordem: escolaridade, faixa etária, contexto fonético antecedente, gênero e contexto fonético subsequente. Os informantes com baixa escolaridade (0,75) favorecem o apagamento, ao contrário dos que possuem alta escolaridade (0,31). As mulheres (0,57) são aliadas da regra, diferentemente dos homens (0,43). Os falantes de 26 a 49 anos (0,71) são os maiores favorecedores

⁶ O NORPOFOR foi criado com a finalidade de compor uma database da variedade de fala popular dos fortalezenses, no período de 2003 a 2006, sob a coordenação da professora Aluiza Alves de Araújo. Esse banco de dados, que possui 198 informantes, controla as variáveis sexo (masculino e feminino), faixa etária (15 a 25 anos, 26 a 49 anos, acima de 49 anos), escolaridade (nenhuma a 4 anos, 5 a 8 anos, 9 a 11 anos) e tipo de registro (Diálogo entre Informante e Documentador – DID, Diálogo entre Dois Informantes - D2 e Elocução Formal - EF). (ARAÚJO, 2011)

do apagamento, seguidos pelos indivíduos de 15 a 25 anos (0,54), enquanto os informantes com mais de 49 anos (0,25) desfavorecem a redução. Os autores entendem que o fenômeno examinado representa um caso de variação estável.

Brasileiro e Castro (2013) examinaram, no município de Santo Antônio de Jesus, situado no Recôncavo Baiano, diversos fenômenos linguísticos, a saber: aférese, síncope em sílaba travada, apócope (marca de infinitivo), apócope (nomes), monotongação, ditongação, iotização do lh, despalatalização do lh e síncope (redução da marca de gerúndio). No entanto, aqui trataremos apenas deste último por ser, no momento, objeto de nosso interesse. Todos os informantes⁷ que constituem o *corpus* desta pesquisa possuíam o ensino médio completo e foram estratificados por gênero (masculino e feminino), faixa etária (20-40 e 50-70 anos) e área geográfica (rural e urbana). Os dados foram coletados de entrevistas. Elas observaram que o fenômeno foi realizado por todos os informantes nas duas áreas geográficas. Vale mencionar que o trabalho apresenta a ocorrência ou não do fenômeno, mas não mostra nenhum valor percentual.

Pelo exposto até aqui, vimos que, de modo geral, os estudos descritos indicam uma tendência das comunidades de fala examinadas em privilegiar o uso do apagamento de /d/ no gerúndio em detrimento de sua manutenção. Também constatamos que as variáveis sociais atuam fortemente sobre o fenômeno analisado. Com relação à variável sexo, os estudos de Martins (1999), Nascimento e Mota (2004), Ferreira (2010) e Vieira (2011) mostram que os homens usam mais a regra do que as mulheres, ao contrário do que observaram Martins e Bueno (2011) e Nascimento, Araújo e Carvalho (2013). No tocante à variável escolaridade, as pesquisas de Martins (1999), Ferreira (2010) e Nascimento, Araújo e Carvalho (2013) apontaram que quanto menor a escolaridade maior a aplicação da regra. Com respeito à faixa etária, os trabalhos citados aqui, sem exceção, revelam que a queda de /d/ no morfema de gerúndio ocorre mais na fala dos jovens do que na fala dos informantes acima de 50 anos.

2. Metodologia

O Atlas Linguístico do Brasil tem a finalidade de mapear o falar brasileiro, com base em dados coletados em 250 pontos de inquérito, representativos de todas as regiões do país, e recolhidos *in loco*. Na sua constituição, foram percorridos 257.851 quilômetros, conforme Cardoso (2014), e foram entrevistados

⁷ As autoras não informam o número total de informantes envolvidos na pesquisa.

1.100 informantes. É o maior e o mais atual banco de dados do português falado que temos notícia. Daí o nosso interesse em analisar seus dados.

Nossa amostra é constituída por 96 informantes do ALIB, extraídos de 12 capitais brasileiras, pertencentes a três regiões, a saber: Norte (Manaus, Belém, Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco); Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre); e Centro-Oeste (Goiânia, Campo Grande e Cuiabá). Ressaltamos que, Palmas, fundada em 1989, e Brasília, em 1960, respectivamente, capitais do Estado de Tocantis e do Brasil, “não fizeram parte do rol de localidades que compõem a rede de pontos do ALiB, em virtude de serem cidades novas e, conseqüentemente, com uma norma linguística ainda em fase de consolidação [...]” (ISQUERDO, 2014, p.11)

De cada localidade examinada, coletamos dados da fala de 08 informantes, estratificados de forma igualitária por escolaridade (até a 8ª série do fundamental e ensino superior completo), faixa etária (18 a 30 anos e 45 a 60 anos) e sexo (masculino e feminino). Todos eram nascidos na localidade examinada e filhos de pais também nascidos nessa localidade. Partindo deste perfil de informante, selecionamos as variáveis sociais controladas neste estudo, que foram as seguintes: sexo, escolaridade, faixa etária e localidade.

No Atlas Linguístico do Brasil, o Questionário Fonético-Fonológico (QFF) era o primeiro aplicado aos entrevistados. Talvez, por isso, os informantes se mostrem cautelosos com as respostas dadas ao inquiridor. Selecionamos nossos dados do QFF do ALiB, o que nos leva a crer que o estilo de fala de nossos informantes é um dos mais cuidados. No QFF, encontramos três questões, cujas respostas trazem itens lexicais no gerúndio. São eles: - fervendo (questão 27), remando (questão 52) e dormindo (148). Em razão desse reduzido número de itens lexicais, não controlamos variáveis linguísticas neste estudo, pois, caso isso fosse feito, nossos resultados sofreriam, com certeza, influência do item lexical.

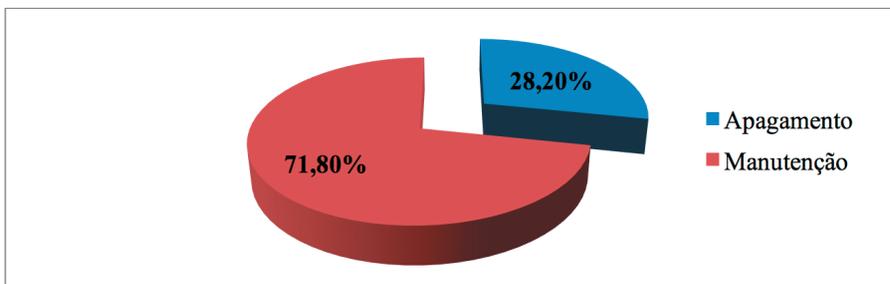
Com base na transcrição fonética dos itens lexicais selecionados, codificamos cada ocorrência do fenômeno examinado e, em seguida, submetemos os dados à análise estatística do programa GoldVarb X (SANKOF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005).

3. Resultados e análise de dados

Apresentamos, a seguir, para cada uma das três Regiões examinadas, os resultados obtidos, bem como a sua interpretação, para o apagamento de /d/ no gerúndio. Faremos isso, primeiramente, para a Região Centro-Oeste, depois para o Norte e, por fim, para o Sul do Brasil.

A análise feita para as capitais da região Centro-Oeste apresentou 71 ocorrências, distribuídas da seguinte forma: 20 (28,2%) para o apagamento de /d/ no gerúndio e 51 (71,8%) para a sua manutenção, mostrando, assim, o predomínio da variante conservadora, como podemos visualizar no gráfico 1.

Gráfico1: Frequência de uso das variantes no Centro-Oeste do Brasil



O melhor nível de análise selecionado pelo GoldVarb X apresentou *input*⁸ 0,189, revelando uma baixa probabilidade de ocorrência da regra, e significância⁹ = 0,002. O programa selecionou, como os mais relevantes para o apagamento, os seguintes grupos de fatores, nesta ordem: escolaridade e sexo. Analisaremos cada um deles a seguir.

Tabela 1 – Papel da variável escolaridade sobre a o apagamento de /d/ no morfema “ndo” nas capitais do Centro-Oeste

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Até o 8º ano do ensino Fundamental II	17/35	48,6	0,798
Ensino Superior completo	3/36	8,3	0,208

Selecionada em primeiro lugar pelo GoldVarb X, a variável escolaridade, amplamente estudada nas pesquisas sociolinguísticas brasileiras, é a mais im-

⁸ O *input* indica “a probabilidade de aplicação da regra quando o efeito de todos os fatores de todas as variáveis é neutro.” (NARO; LEMLE, 1977, p.26-7)

⁹ “O programa trabalha com uma margem de erro de 5% (threshold ,05), ou seja, se o nível de significância for acima deste valor, previamente arbitrado, os resultados não são considerados estatisticamente significativos.” (SCHERRE, 1993, p. 27)

portante para o apagamento de /d/ na Região Norte. Seus resultados mostram que os informantes com menor escolaridade (0,798), até o 8º ano do ensino fundamental II, favorecem, acentuadamente, o uso do apagamento, ao contrário dos que possuem maior escolaridade (0,208), ensino superior completo, como revela a tabela 1.

Em seu estudo, Ferreira (2010) verifica que os menos escolarizados usam mais a forma não padrão, enquanto os mais escolarizados aplicam mais a variante padrão. O autor considera que

[...] uma possível explicação para esses resultados seria o fato de os informantes mais escolarizados terem maior conhecimento da gramática normativa e dos seus valores sociais, uma vez que as formas privilegiadas são aquelas provindas da gramática e dos grupos sociais com maior poder econômico, que, consequentemente, na maioria das vezes, são os indivíduos que possuem maior grau de escolaridade. (FERREIRA, 2010, p. 108)

Acreditamos que a explicação dada por Ferreiro (2010) para explicar os resultados da variável escolaridade seja válida também para os nossos dados.

Em consonância com as palavras de Ferreiro, Bortoni-Ricardo (2004, p. 48) afirma que “os anos de escolarização de um indivíduo e a qualidade das escolas que frequentou também têm influência em seu repertório sociolinguístico”. Votre (2003, p. 51) acrescenta que a escola “atua como preservadora das formas de prestígio”, por isso é compreensível que os nossos informantes com maior nível de escolaridade privilegiem a forma padrão, conservadora e prestigiada, que é a preservação de /d/ no gerúndio.

Labov (1966) já afirmava que os indivíduos com pouca escolaridade são os que mais utilizam as variantes não padrão, enquanto que aqueles com maior escolaridade usam mais as formas padrão. Esta tendência é confirmada em nosso estudo, assim como nos de Martins (1999), Ferreira (2010) e Nascimento, Araújo e Carvalho, (2013).

A segunda e última variável selecionada, para o Centro-Oeste, foi o sexo/gênero do informante. Com base na tabela 2, verificamos que os homens (0,746) favorecem, de forma inequívoca, o apagamento de /d/, opondo-se ao comportamento inibidor das mulheres (0,271).

Tabela 2 – Papel da variável sexo/gênero sobre o apagamento de /d/ no morfema “ndo” nas capitais do Centro-Oeste

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Homens	15/34	44,1	0,746
Mulheres	5/37	13,5	0,271

É Fisher (*apud* PAIVA, 2003) quem nos traz o primeiro relato da influência do fator sexo/gênero sobre uma variável linguística. O autor observa que, em inglês, a terminação verbal –ing, formadora de gerúndio, como em *working*, admite duas pronúncias, a velar (forma de prestígio) e a dental (forma desprestigiada). Seu estudo constata que as mulheres usavam mais a primeira, a variante prestigiada. Analisando o mesmo fenômeno linguístico, entre outros, Trudgill (1974), em seu estudo pioneiro sobre o inglês falado em Norwich, nota que a pronúncia velar, a de prestígio, é mais frequente entre as mulheres de todas as classes sociais. Assim, os primeiros estudos sociolinguísticos indicam uma tendência: as mulheres têm maior preferência pelas formas linguísticas mais prestigiadas socialmente.

Sobre o papel do gênero/sexo nos fenômenos de variação linguística, Labov (2006[2001]) afirma que, em casos de variação estável, os homens empregam com maior frequência as formas não padrão, porque são menos influenciados pelo estigma social. Porém, se há indícios de mudança linguística em curso, nos deparamos com duas situações: a) as mulheres tendem a utilizar mais as formas inovadoras (mudanças vindas de baixo); b) as mulheres preferem mais as formas de prestígio do que os homens (mudanças vindas de cima).

Muitos estudiosos tentam explicar por que as mulheres usam bem mais as formas prescritas pela gramática do que os homens. Um deles foi Trudgill (1983), para quem as mulheres são mais conscientes de seus usos linguísticos e sociais pelas seguintes razões: elas são as principais responsáveis pela educação dos filhos; a sua posição social em nossa sociedade é menos segura e, por isso, demarcam sua posição usando formas de mais prestígio linguístico; enquanto os homens são avaliados por seu trabalho e sua situação econômica, as mulheres o são por sua aparência, e a fala é parte de sua aparência.

Ratificando o que diz Trudgill sobre as diferenças linguísticas entre a fala de homens e mulheres, Monteiro (2002, p. 75, grifo do autor), assim, se expressa: “é fácil supor que existem pressões sociais sobre os falantes para que estes usem as formas de prestígio, que são as da classe dominante. Tais pressões serão mais fortes na mulher, por causa da grande consciência que ela tem de seu

status.” Talvez, por isso o uso de formas não padrão, como o apagamento de /d/ no gerúndio, não seja muito frequente na fala das mulheres de nossa amostra.

Trudgill (1972), analisando as avaliações subjetivas de seus informantes do estudo de Norwich sobre o emprego de formas não padrão, constata que os homens tinham a tendência a exagerar o seu uso, enquanto as mulheres tinham um comportamento contrário. Tal fato revela o desejo dos homens de serem vistos como usuários de formas não padrão e as mulheres preferiam ser vistas como usuárias de formas padrão. Essa constatação levou o autor a conceber dois tipos de prestígio: o encoberto, que pode ser entendido como os valores positivos que as formas não padrão e estigmatizadas possuem para um certo grupo de falantes, e o prestígio manifesto, que é aquele atribuído às formas padrão. Os homens se identificariam com as formas de prestígio encoberto, como sinal de sua solidariedade ao grupo e identidade pessoal, e as mulheres seguiriam os padrões de prestígio manifesto. Assim, “as formas linguísticas do grupo passam a ter um prestígio particular, embora sejam estigmatizadas pela comunidade linguística como um todo.” (VIEIRA, 2011, p.9)

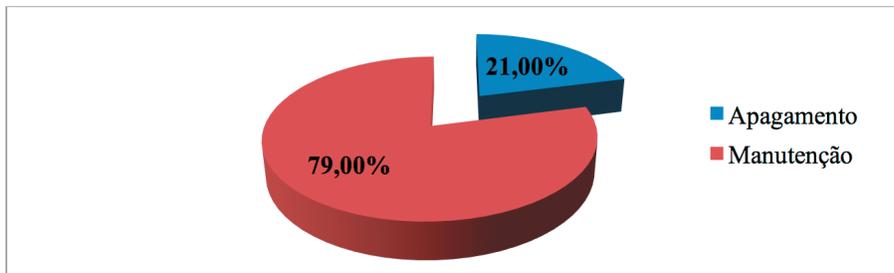
No português brasileiro, Silva (1996), avaliando o comportamento de fatores sociais em várias pesquisas sociolinguísticas, verifica que, na maioria desses trabalhos, a variável sexo/gênero é relevante e as mulheres tendem a usar formas linguísticas padrão. O nosso estudo, assim como o de Martins (1999), Nascimento e Mota (2004), Ferreira (2010) e Vieira (2011), confirma a inclinação das mulheres para a variante padrão, no caso, a preservação de /d/ no morfema de gerúndio.

Na sequência, apresentamos os resultados obtidos e as análises realizadas para a Região Norte.

Na análise realizada apenas com as capitais da região Norte, encontramos 148 ocorrências, sendo que destas 26 (17,6%) eram da variante apagamento e 122 (82,4%) pertenciam à manutenção de /d/ no gerúndio. Verificamos o surgimento de um nocaute¹⁰ no grupo localidade, pois, em Belém, nenhum de seus 24 dados sofreram apagamento, revelando um comportamento categórico. Por isso, efetuamos outra análise e decidimos pela exclusão das ocorrências desta capital. Restaram, por fim, 124 dados, distribuídos assim: 26 (21%) para o apagamento e 98 (79%) para a manutenção de /d/ no gerúndio, conforme visualizamos no gráfico 2.

¹⁰ Temos um nocaute quando “um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0 a 100% para um dos valores da variável dependente” (GUY; ZILES, 2007, p. 158)

Gráfico 2: Frequência de uso das variantes no Norte do Brasil



No melhor nível de análise selecionado pelo GoldVarb X, o *input* 0,126 indica que, das três regiões, o Norte ocupa o segundo lugar em termos de probabilidade de ocorrer o apagamento, perdendo a primeira posição para o Centro-Oeste. Neste nível, obtivemos a significância = 0,047. Foram selecionado, pelo programa, como as variáveis mais relevantes para a redução de gerúndio, o sexo, a escolaridade e a localidade, nesta ordem. A seguir, cada uma delas será analisada.

No Norte, o fator sexo/gênero foi selecionado em primeiro lugar, o que significa dizer que é a variável mais importante para a aplicação da regra. No Centro-Oeste, observamos que ela ocupou uma posição de menor destaque, o segundo lugar.

Tabela 3 – Papel da variável sexo/gênero sobre o apagamento de /d/ no morfema “ndo” nas capitais do Norte

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Homens	21/61	34,4	0,750
Mulheres	5/63	7,9	0,256

Como mostra a tabela 3, os homens (0,750) privilegiam, de forma expressiva, o apagamento de /d/ no gerúndio, já as mulheres (0,256) desfavorecem a regra e assumem um papel conservador. Assim, encontramos, no Norte, a mesma tendência verificada no Centro-Oeste, que é a maior preferência das mulheres pelas formas padrão, no caso a preservação da dental, enquanto os homens aplicam mais as variantes não padrão, a eliminação de /d/ no morfema “ndo”.

A variável escolaridade que, no Centro-Oeste, se apresentou como a mais relevante, ocupou, no Norte, o segundo lugar. Dessa forma, no Norte, o sexo/gênero do informante pesa mais sobre a regra do que o seu nível de escolaridade.

O inverso disso acontece no Centro-Oeste, isto é, o grau de escolaridade do informante pesa mais sobre o apagamento do que o seu sexo/gênero.

Como mostra a tabela 4, o menor nível de escolaridade (0,708), até o 8º ano do ensino fundamental II favorece a regra, ao contrário dos mais escolarizados (0,280), ensino superior. Esse resultado confirma que quanto maior o tempo de exposição à gramática normativa e à escrita padrão, maior é o emprego das formas prestigiadas. Isso já havia sido observado também para a Região Centro-Oeste.

Tabela 4 – Papel da variável escolaridade sobre o apagamento de /d/ no morfema “ndo” nas capitais do Norte

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Até o 8º ano do ens. Fundamental II	20/64	31,2	0,708
Ensino Superior Completo	6/60	10,0	0,280

O fator menos relevante para o Norte foi a localidade, já que foi selecionada em último lugar. Esta variável não foi importante para o Centro-Oeste. Conforme a tabela 5, apenas as capitais Porto Velho (0,772) e Rio Branco (0,668) se revelaram aliadas do apagamento de /d/ no morfema “ndo”, já que Macapá (0,392), Boa Vista (340) e Manaus (0,328) inibem a sua ocorrência. É bom lembrar que, na capital Belém, todos os informantes preservaram a dental /d/, exibindo um comportamento categórico em favor da forma padrão, o que nos fez excluir os dados desta localidade de nossa amostra.

Consultamos os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)¹¹ no intuito de estabelecermos alguma relação entre os resultados obtidos para esta variável e os dados do IBGE e do IFDM, mas não encontramos nenhuma relação, o que nos faz pensar que o reduzido número de dados pode ter interferido no resultado.

¹¹ “O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.” Disponível em: <<<http://www.firjan.com.br/ifdm/>>>. Acesso em: 09/09/2015.

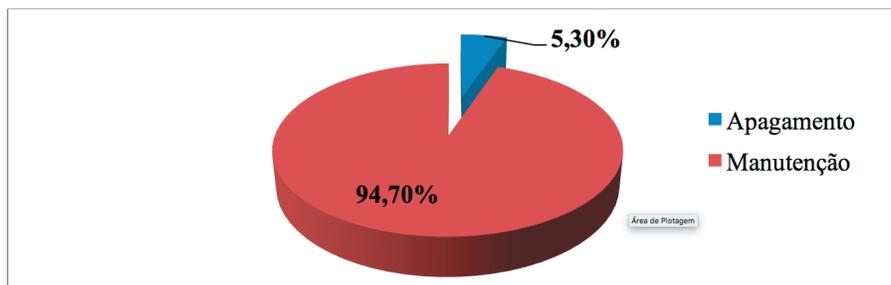
Tabela 5 – Papel da variável localidade sobre o apagamento de /d/ no morfema “ndo” nas capitais do Norte

Fatores	Aplica/Total	%	Peso Relativo
Manaus	3/26	11,5	0,328
Boa Vista	3/24	12,5	0,340
Macapá	4/26	15,4	0,392
Rio Branco	7/24	29,2	0,668
Porto Velho	9/24	37,5	0,772

A seguir, apresentamos os resultados obtidos para a Região Sul do Brasil.

Na primeira análise realizada só com as capitais da região Sul, contabilizamos 75 ocorrências, distribuídas assim: 04 (5,3%) para o apagamento e 71 (94,7%) para a manutenção de /d/ no gerúndio, como vemos no gráfico 3. Também registramos nessa análise a ocorrência de três nocautes em três grupos de fatores, a saber: a) na variável sexo, pois nenhum dos 37 dados produzidos pelas mulheres a queda de /d/ no morfema “ndo”, revelando um comportamento extremamente conservador; b) na variável escolaridade, também os graduados, com 37 dados, não aplicaram a regra, mostrando-se conservadores; c) na variável localidade, em Florianópolis, todos os 24 dados de seus informantes apresentavam o apagamento de /d/.

Gráfico 3: Frequência de uso das variantes no Sul do Brasil



Decidimos retirar todos os fatores de efeito categórico na análise seguinte e surgiram dois grupos com um só fator, o sexo e a escolaridade. Então, tivemos de eliminá-los, nesta etapa, e realizamos outra análise que se mostrou infrutífera, pois tínhamos um reduzido número de dados e também de grupos de fatores. Isso impediu que o programa realizasse a seleção dos fatores mais relevantes para essa região. Assim, não tivemos condições de prosseguir nessa análise.

Conclusões

Das três Regiões examinadas, constatamos que o Centro-Oeste é a que apresenta a maior taxa de frequência de uso da variante não padrão, o apagamento de /d/ no morfema de gerúndio, seguida pela Região Norte, enquanto o Sul apresentou uma taxa baixíssima de aplicação da regra, quase apresentando um comportamento categórico. Assim, concluímos que, para esta variável, o Sul é mais conservador do que o Norte e Centro-Oeste.

Tanto para o Centro-Oeste quanto para o Norte, verificamos que os informantes menos escolarizados são sempre aliados do apagamento de /d/, ao contrário dos mais escolarizados que prestigiam a sua preservação, revelando um comportamento conservador por parte daqueles que passaram mais tempo expostos à pressão normatizadora da gramática e da escrita padrão.

As mulheres do Norte e do Centro-Oeste se mostram conservadoras, pois favorecem a manutenção de /d/, diferentemente dos homens que beneficiam a aplicação da regra, o que comprova a tese de que as mulheres são mais sensíveis às formas padrão, posto que elas têm consciência

No Norte, Belém foi a única capital que preservou /d/ no morfema “ndo” em todos os seus dados. As capitais Porto Velho e Rio Branco foram as únicas que se destacaram no favorecimento da variante não padrão, a queda de /d/. Já Manaus, Boa Vista e Macapá se mostraram mais conservadoras, pois não beneficiaram a regra.

No Sul, a reduzida quantidade de dados com o apagamento da dental /d/ no morfema de gerúndio, apenas 04, impossibilitou a seleção das variáveis relevantes pelo GoldVarb X.

Referências

- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo: Editora Anhembi Ltda. 1920.
- ARAGÃO, M. do S. S. de. *Atlas lingüístico da Paraíba: Análise das formas e estruturas lingüísticas encontradas*. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial. 2 v. 1984.
- ARAÚJO, A. A. O Projeto Norma Oral do Português Popular de Fortaleza - NORPOFOR. In: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: RJ, 2011. v. XV. p. 835-845. Disponível em << http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/72.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2013.

- ARAÚJO, C.; KARIM, J. M. A variação na finalização dos verbos no gerúndio na fala da comunidade cacerense. In: V Congresso Interno de Iniciação Científica da Unemat, 2009, Cáceres. *Resumos*. Cáceres – MT. 2009, Cáceres. Disponível em: <http://www.unemat.br/eventos/jornada2009/resumos_conic/Expandido_00454.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.
- CAGLIARI, L. C. *Análise fonológica: introdução teoria e a prática com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- CARDOSO, S. A. M. da S. A história do Atlas Linguístico do Brasil. In: CARDOSO, S. A. M. da S. *et al.* In: *Atlas Linguístico do Brasil: introdução*. Londrina: Eduel. 2014. 1 v. p. 17-36.
- CASTRO, M. L. S.; BRASILEIRO, A. S. V. Aspectos fonéticos do falar urbano e rural de Santo Antônio de Jeus-BA. *Revista Philologus*, Ano 19, nº 55. Rio de Janeiro: CiFEL, jan./abr. p. 272-282, 2013. Disponível em: <<<http://www.filologia.org.br/revista/55supl/022.pdf>>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- COSTA, G. B. Reflexos pedagógicos da simplificação do gerúndio em estudantes do ensino fundamental. *Letra Magna (Online)*, v. 11, p. 1-22, 2009. Disponível em: <<<http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/geisabor-ges.pdf>>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- GUY, G. R.; ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HORA, D. da; AQUINO, M. F. S. Da fala para a leitura: análise variacionista. *Alfa, rev. linguíst.* (São José do Rio Preto), 2012, v. 56, nº. 3, p.1099-1115. Disponível em: <<<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4986/4373>>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- _____; PEDROSA, J. L. R. Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB). João Pessoa: Idéia, 2001. 5v.
- ISQUERDO, A. N. Capitais brasileiras: um olhar para a história da cidade a história do nome. In: CARDOSO, S. A. M. da S. *et al.* *Atlas Linguístico do Brasil: cartas linguísticas 1*. Londrina: Eduel. 2014. 2 v. p. 11-26.
- LABOV, W. *The social stratification of English in New York City*. Washington, D. C.: Center of Applied of Linguistics, 1966.
- _____. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1972 [ed. Br.: 2008. *Padrões Sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

- _____. *Principles of linguistic change: internal factors*. Vol. 1. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- _____. *Principles of linguistic change: social factors*. Vol. 2. Malden, Massachusetts/ Oxford: Blackwell, 2001. *Principios del cambio lingüístico: factores sociales*. Trad. de Pedro M. Butragueño. Madrid: Editorial Gredos, 2006.
- MARTINS, I. F. de M. Variação do apagamento da oclusiva dental /d/ no grupo “ndo” na fala de João Pessoa. In: SOARES, M. E.; ARAGÃO, M. do S. S. de (orgs.). XVI JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS. *Anais...* Fortaleza: UFC, p. 337-342. 1999.
- MARTINS, I. da S.; BUENO, E. S. da S. Estudo do gerúndio – a transformação de [no] em [n] no português falado na região de fronteira. *Sociodialeto*, v.1, n.4, jul. 2011. Disponível em <<<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/9/28092011064716.pdf>>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- MARROQUIM, M. *A língua do nordeste* (Alagoas e Pernambuco). São Paulo: Nacional, 1934.
- MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- MONTEIRO, J. L. *Para compreender Labov*. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- NARO, A.; LEMLE, M.. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: Sedec/Mobral, 1977.
- NASCIMENTO, K. R. S. do; ARAÚJO, A. A. de; CARVALHO, W. J. de A. A redução do gerúndio no falar popular de Fortaleza: um olhar variacionista. *Veredas*. Juiz de Fora, v.2. p. 398-413. 2013. Disponível em: <<<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2014/04/21%C2%BA-ARTIGO.pdf>>>. Acesso em: 05 set. 2015.
- NASCIMENTO, L.; MOTA, J. A ausência do ‘d’ no gerúndio: com base em inquéritos experimentais do projeto ALIB: Hyperion Letras. Salvador, s/v, n.7, s/p. 2004. Disponível em: <<http://www.hyperion.ufba.br/revista_7_04.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- PAIVA, M. da C. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L.. (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p.33-42.
- SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S. A.; SMITH, E. Goldvarb X - A multivariate analysis application. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm#ref>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

- SCHERRE, M. M. P. *Introdução ao Pacote VARBRUL para microcomputadores*. Brasília, UNB, 1993.
- SILVA, G. M. de O. e; PAIVA, M. da C. A. de. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: *Padrões Sociolinguísticos - Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. SILVA, Giselle M. de O. e; SCHERRE, M. M. P. (orgs). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp. 336 - 378.
- SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- TRUDGILL, P. J. Sex, Covert Prestige and Linguistic Change in the Urban British English of Norwich. *Language in Society* 1. p.179-195, 1972
- _____. *The Social Differentiation of English in Norwich*. Cambridge: CUP, 1974.
- _____. *On Dialect: Social and Geographical Perspectives*. Oxford: Blackwell, 1983.
- VIEIRA, M. S. Apagamento do /d/: abordagem sociolinguística sob a perspectiva do gênero sexual. *Sociodialeto*. Campo Grande, v.1, n. 4, p. 1-27, jul. 2011. Disponível em: <<<http://www.sociodialeto.com.br/edicoes/9/28092011063729.pdf>>> Acesso em: 05 set. 2014.
- VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 52-57.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. Directions for historical linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Submetido em 13 de setembro de 2015

Aceito em 2 de fevereiro de 2016

UMA OU DUAS GRAMÁTICAS DE PORTUGUÊS LÍNGUA
ESTRANGEIRA (PLE)? *A NEW PORTUGUESE GRAMMAR IN FOUR
PARTS* (LONDRES, 1768), DE ANTÓNIO VIEIRA, E A *NOUVELLE
GRAMMAIRE PORTUGAISE* (PARIS, 1810), DE ALEXANDRE MARIE SANÉ

A CASE OF ONE OR TWO PORTUGUESE AS A FOREIGN LANGUAGE
(PFL) GRAMMARS? *A NEW PORTUGUESE GRAMMAR IN FOUR PARTS*
(LONDRES, 1768), BY ANTÓNIO VIEIRA, AND *NOUVELLE GRAMMAIRE
PORTUGAISE* (PARIS, 1810), BY ALEXANDRE MARIE SANÉ

Maria do Céu Fonseca
Universidade de Évora
cf@uevora.pt

Ana Alexandra Silva
Universidade de Évora
analexandra@gmail.com

Maria João Marçalo
Universidade de Évora
mjm@uevora.pt

RESUMO:

Serão visadas, neste artigo, as gramáticas *A New Portuguese Grammar in four parts* (Londres, 1768), de António Vieira, e *Nouvelle Grammaire Portugaise* (Paris, 1810), de Alexandre Marie Sané, esta considerada à época uma simples tradução francesa daquela, que é um marco dos estudos gramaticais de PLE. Pretende-se analisar esta relação entre as duas obras, evidenciada por G. Hamonière e até hoje não discutida; por outro lado, analisar o contexto específico de edição, redacção e concepção em que se situam as gramáticas de línguas estrangeiras, contexto que difere (do ponto de vista didáctico, teórico e historiográfico) da restante produção gramatical em língua materna.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; PLE; Gramática; Tradução; Intertextualidade.

ABSTRACT:

In this article we will be analysing two grammars: *A New Portuguese Grammar in four parts* (London, 1768), by Antonio Vieira, and *Nouvelle Grammaire Portugaise* (Paris, 1810), by Alexandre Marie Sané. The latter is considered to be, at the time, a simple French translation of the former, which is considered a hallmark of grammatical studies of PFL. It is our intention to analyse the relationship between the two works, as highlighted by G. Hamonière. We also wish to examine the specific editing and design context which supports grammars of foreign languages as opposed to the remaining national grammatical production (from a theoretical, historiographical and educational point of view).

KEYWORDS: Linguistic Historiography; PFL; Grammar; Translation; Intertextuality.

Considerações iniciais

É conhecida a pertinência dos paratextos, sobretudo os de natureza preambular, em informações sobre o autor e o contexto da obra. Num “Avertissement” que introduz a *Grammaire portugaise divisée en quatre parties* (Paris, 1820), o seu autor, o gramático francês G. Hamonière (1789-18??), revela dados sobre os dois gramáticos em estudo – António Vieira Transtagano e Alexandre Marie Sané –, que deram o mote para este artigo, nomeadamente:

L'étude de la langue portugaise ayant été jusqu'à présent peu répandue en France, il n'a été publié que deux grammaires de cette langue, l'une par M. l'abbé Dubois, l'autre par M. Sané. (...). La seconde, qui n'est guère qu'une traduction de la grammaire portugaise écrite en anglais par Vieyra, contient des principes souvent inexacts, exposés sans ordre ni clarté, et est extrêmement incomplète (HAMONIERE, 1820, p. vi-vii).

As afirmações contêm um equívoco e levantam uma dúvida. É certo que, enquanto em contexto anglófono a gramática de PLE tem uma tradição que remonta a 1662¹, só no dealbar do século XIX é que se torna conhecida em França com a obra de Louis-Pierre Siret (1745-1797), *Grammaire française et portugaise*

¹ Têm-se por referência as obras do francês Monsieur De La Mollière (1662) e do britânico James Howell (1662), que as presentes autoras entendem inaugurar os estudos gramaticais de PLE, apesar da sua natureza rudimentar (FONSECA, MARÇALO, SILVA, 2012; FONSECA, 2014; FONSECA, 2015; FONSECA, GOMES, no prelo). Este entendimento não é, porém, consensual (cf. FERNANDES, 2009; KEMMLER, 2012, 2013; PONCE DE LÉON, 2012).

(Paris, 1799,²1854). Mas Hamonière esquece, inadvertida ou intencionalmente², este seu conterrâneo, com obra publicada antes de Dubois e de Sané. Por outro lado, quanto à dúvida referida, a observação de que a gramática de Sané “n’est guère qu’une traduction de la grammaire portugaise écrite en anglais par Vieyra” revela um juízo de intertextualidade que interessa para avaliar a relação entre as gramáticas em apreço. Mera transcrição? Reescrita criativa, no sentido de adaptação? Ou, em conformidade com os valores da época, imitação como forma de apropriação de um *exemplum* inspirador do passado?

Se se entender, com Swiggers (2006, p. 168), que um dos elementos característicos do (sub)gênero historiográfico das gramáticas de línguas vivas estrangeiras é o público-alvo, então a resposta à pergunta presente no título deste artigo será a de que a *A New Portuguese Grammar in four parts* e a *Nouvelle Grammaire Portugaise* constituem duas gramáticas de PLE. De facto, escritas as gramáticas para públicos diferentes, nomeadamente anglófono e francófono, a metalíngua da descrição gramatical condiciona uma análise contrastiva usada, implícita ou explicitamente, para facilitar a explicação gramatical. Vieira Transtagano e Sané utilizam a todo o momento esta estratégia contrastiva para identificar, tanto as semelhanças gramaticais, sobretudo no quadro das duas línguas românicas, quanto as divergências e contrastes, que são as causas maiores das dificuldades de aprendizagem de línguas estrangeiras. A tradução que Sané faz da gramática de Vieira patenteia bem esta relação genética das línguas da família românica, como adiante se verá. Assim, e voltando às questões *supra*, em nenhum dos casos se trata de um uso clandestino da fonte vieiriana, que Sané (1810, p. xi) cita e encarece no prefácio da sua gramática:

En effet, nous avons consulté la Grammaire portugaise, intitulée: *Regras da Língua Portuguesa*, du P. D. Jeronymo, membre de l’Académie royale de l’Histoire Portugaise, et la *Grammaire Portugaise-Anglaise* d’Antonio Vieyra Transtagano. Cette dernière, qui est très-estimée, nous a beaucoup servi dans l’exécution de notre plan: nous en avons retranché ce qui nous a paru diffus et inutile.

² Omissão talvez pensada, a avaliar pelas seguintes palavras de José da Fonseca, responsável pela 2.^a edição da gramática de Siret: “La *Grammaire portugaise* de Siret est un ouvrage vraiment élémentaire, et par conséquent à la portée de la jeunesse. Ses définitions sont justes et ses dialogues bien écrits; mais cela ne suffit pas aux personnes qui désirent apprendre la langue portugaise. Il fallait purger cet ouvrage des fautes typographiques qui le déparent, et l’augmenter de quelques morceaux en vers et en prose avec le texte en regard. Telle est la tâche que je me suis imposée” (SIRET, 1854, p. 1).

De facto, a gramática de Vieira constituiu fonte directa ou indirecta de toda a gramaticografia posterior de PLE, donde seja constante o diálogo intertextual entre esta obra e as que a seguiram, publicadas no quadro do ensino / aprendizagem do português, quer nos Estados Unidos, quer em França e Inglaterra. Vejam-se alguns casos paradigmáticos desta relação intertextual de tipo referencial, isto é, realizada por meio da nomeação do autor, a título de autoridade.

- (i) Vieira Transtagano é nomeado como fonte directa no próprio título da obra:
 - *Exercises Upon the Different Parts of Speech of the Portuguese Language: Referring to the Rules of Mr. Vieyra's Grammar; to which is Added, a Course of Commercial Letters in Portuguese* (Londres, 1807), de John Emmanuel Mordente.
 - *A Portuguese and English Grammar; compiled from those of Lobato, Durham, Sane and Vieyra, and simplified for the use of students* (Baltimore, 1820), do francês Pierre Babad, que se refere a Vieira como “celebrated author and grammarian”, “respectable grammarian” (1820, p. vi).
 - *Compendium of Portuguese Grammar, from the Portuguese (eleventh edition) of C. A. de Figueiredo Vieira, and the Grammars of Constancio, Vieyra, and others*, revised by A. J. dos Rei (Londres, 1876), de Arthur Kinlock, para o qual
 - The Portuguese savans and literati of later days, notably Bocage, Manoel, Gonzaga, Macedo, Silva, and a few others, have likewise claims to distinction; nor must the labours of Vieyra, Constancio, and Figueiredo Vieira, as grammarians and lexicographers, be lightly regarded (1876, p. x)
- (ii) Vieira Transtagano é apresentado como referência bibliográfica:
 - Em *A Comparative View of the Spanish and Portuguese Languages, or an easy method of learning the Portuguese tongue for those who are already acquainted with the Spanish* (Cambridge, 1831), o italiano Pietro Bachi fornece uma “List of Books examined with reference to the Compilation of the following Treatise” (1831, p. [viii]) onde, a par de João de Barros, Pedro José de Figueiredo, António Moraes Silva e outros, é citada uma edição de gramática de Vieira (mais precisamente, a 10.^a ed., de 1827).

Num texto matricial para o estudo da gramaticografia de línguas estrangeiras, Torre (1985, p. 18) considera que esta gramática de Vieira terá mesmo “exercido bastante influência nas gramáticas inglesas ulteriormente publicadas

e destinadas a portugueses, particularmente no que toca aos diálogos familiares que apresenta em versão bilingue”.

É então ocasião para algumas palavras sobre os autores.

1. Sobre os autores

1.1 António Vieira Transtagano (1712-1797)

A origem alentejana de António Vieira aparece no uso do epíteto “transtagano”, supostamente para, a exemplo de outros autores, evitar a confusão com um homónimo, no caso, o jesuíta seiscentista Pe. António Vieira (1608-1697)³. Smith (1945, p. 357, n. 75) admite ter sido tal hipótese sugerida pelo estudioso açoriano Manuel da Silveira Soares Cardoso⁴:

Vieira may have adopted the epithet Transtagano in imitation of two famous Portuguese painters, his contemporaries, Vieira Lusitano (1699-1783) and Vieira Portuense (1765-1805) or, as Dr. Manoel da S. S. Cardozo has suggested, to distinguish himself from the seventeenth-century Brazilian Jesuit António Vieira.

O Dicionario Bibliographico Portuguez (SILVA, 1858, I: 293-294) é a fonte mais completa de referências documentais sobre a vida e obra do alentejano⁵, apesar das dúvidas confessadas do bibliógrafo. Certo é, do ponto de vista biográfico, o exílio em Inglaterra, por eventual perseguição da Inquisição, onde terá abraçado o protestantismo. Sabemos da estadia neste país por palavras do próprio autor (VIEIRA, 1768, p. [v]), em texto prefacial:

Having found a great difficulty of procuring Portuguese books in this country [Inglaterra], I have been commonly obliged to furnish with part of my private collection those Gentlemen whom I have had the honour of assisting in the study of this language [Português], during my residence here [Inglaterra].

³ A confusão parece ser real. Simão Cardoso (1994: 202) atribui a Vieira Transtagano a obra *Lettere Ristreto di grammatica portughese*, que efectivamente constitui um conjunto de 11 cartas do Pe. António Vieira, incluído na gramática de Paolo di Gesu Maria Giuseppe (1846: 91-132).

⁴ Manuel da Silveira Soares Cardoso (1911-1985), que seguiu uma carreira de arquivista, é autor de alguns trabalhos sobre a presença portuguesa nos Estados Unidos e escreveu uma das primeiras teses nos Estados Unidos sobre o Brasil, em 1939.

⁵ *Portugal e os estrangeiros*, de Manoel Bernardes Branco, foi uma obra de referência do dicionário de Inocêncio da Silva também no que toca à entrada relativa a Vieira Transtagano (cf. BRANCO, 1893, p. 19, 131).

Curiosamente, sabe-se que parte desta colecção particular foi doada à Biblioteca da Universidade de Dublin: “Antonio Vieyra, the Professor of Italian and Spanish, left about 150 books to the Library on his death in 1797” (FOX, 2014, p. 113). A actividade editorial em Londres aparece documentada em estudo sobre “Printers of Spanish and Portuguese books in London” de Taylor (2002, p. 183): “António Vieira (floruit 1779), Regius Professor at Trinity College Dublin, who is believed to have gone into exile for religious reasons, published in English or Latin”. A partir de 1779 encontramos-lo membro da “The Royal Irish Academy” e professor régio de inglês, espanhol, italiano, árabe e persa na “Trinity College Dublin”, donde se presume residir em Dublin, à época. A docência nesta instituição e as relações com outros académicos estão também sobejamente documentadas, quer em volumes da revista *Hermathena* da “Trinity College Dublin” (recenseados por SILVA, 2012, p. 65), quer em obras sobre a história da biblioteca universitária de Dublin, onde Vieira é referido como “linguista” (FOX, 2014, p. 396), quer ainda em catálogos bibliotecários:

VIEYRA, ANTONIO.

Brevis, clara, facilis ac jocunda non solum Arabicam Linguam, sed etiam hodiernam Persicam, cui tota pere Arabica intermixta est, addiscendi Methodus...

Dublinii: apud L. White, sumptibus Universitatis, MDCCLXXXIX . [1789.]

(...) Jefferson’s copy was sent to him by the author. A letter to Jefferson from Anthony Gerna, dated from Paris only *Vendredi soir*, opens: “I am arrived from Dublin. I was charged by Mr. Vieyra to deliver his Book to yr. Excellency . . .” (...)

ANTONIO VIEYRA (TRANSTAGANO), 1712-1797, Portuguese scholar, was Regius Professor of Spanish at Dublin University. He had some correspondence with Jefferson from Trinity College, Dublin. This work contains glossaries and etymologies in Latin, Italian, Spanish, English and French, to show their affinity with Arabic or Persian⁶.

Para além desta obra mencionada no catálogo de “Thomas Jefferson’s Libraries”, publica em Dublin outro trabalho filológico sobre o árabe e o persa, também em latim⁷; antes disso, haviam saído de gráficas londrinas, em inglês, duas das suas mais conhecidas e difundidas obras no campo da gramaticografia de PLE e da lexicografia bilingue, nomeadamente:

⁶ Cf. “Thomas Jefferson’s Libraries”, http://tjlibraries.monticello.org/transcripts/sowerby/V_65.html. Acesso em: 2 Fev. 2016.

⁷ *Animadversiones philologicae in nonnulla Corani loca - Accedunt illustrationes In Vetus Testamentum ex arabismo necnon persismo depromptae - Specimina quinque ostendentia linguarum latinae, italicae, hispanicae, gallicae ac anglicanae cum arabica aut persica affinitatem. Dublini: apud L. Withe sumpt Universitatis. 1785.*

- A histórica *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768), de que se conhecem várias edições (²1777, Londres; ³1794, Londres; ⁷1809, Londres; ⁸1811, Londres; ⁹1813, Londres; ¹⁰1827, Londres; ¹²1858, Londres; ¹⁴1878, Londres).
- O reputado *Dictionary of the Portuguese and English Languages in two parts, Portuguese and English: and English and Portuguese* (1773), já estudado por Telmo Verdelho (2009: 121-150, 2011: 26-30) e outros autores, nomeadamente Oliveira (2011).

Depressa soaram ecos da publicação deste dicionário, que Verdelho (2011: 26) considera “um empreendimento marcante na história da lexicografia portuguesa”. Logo um ano depois da sua publicação, em 1774, sai uma crítica encomiástica à obra de Vieira na revista inglesa *The Critical Review: or, Annals of Literature* (1774: 143-144), já recenseada e analisada por Souza e Silva (2012).

1.2 Alexandre Marie Sané (1773-1818)

Os seguintes dados de *Biographie Universelle* (1838) são comuns aos de outros dicionários biográficos:

(...) greffier de la justice de paix du 12^e arrondiss. de Paris, mort en 1818 à 45 ans, s’était adonné avec succès à l’étude des langues espagnole et portug. On a de lui : *Tableau histor., topogr. et moral des peuples des 4 parties du monde* (...). – *Poésie lyrique portugaise, ou Choix des Odes de Franc. Manoel* (...). – *Histoire chevaleresque des Maures de Grenade, trad. de l’espagnol* (...). – *Nouvelle Grammaire portugaise*, 1810, in-8.

Na verdade, o autor é mais conhecido no campo da literatura portuguesa do que no da gramática; mais conhecido pelos estudos e traduções do poeta neoclássico Filinto Elísio (1734-1819), do que pela sua *Nouvelle Grammaire Portugaise* (Paris, 1810), única obra que se lhe conhece no campo da gramática e que curiosamente é singular na atenção dedicada à literatura portuguesa. Note-se, aliás, a seguinte afirmação do autor, que reflecte essa atenção: “A la suite de notre Grammaire, nous présentons des *Essais de Traduction*, que presque tous les Grammairiens qui traitent des langues modernes, négligent ordinairement de donner” (SANÉ, 1810, p. xi). É extenso o elenco dos clássicos aí citados, como é extensa a secção de “*Essais de Traduction*” (cf. *infra*, ponto 2.), que visava a prática da língua. Inclui:

- “*Différens morceaux de prose portugaise, avec la traduction française interlinéaire*” (SANÉ, 1810, p. 191-243), onde são citados textos de Francisco Rodrigues Lobo e D. Francisco Manuel de Melo.

- “*Différens morceaux de Prose et de Vers, extraits des meilleurs Auteurs Portugais, sans traduction interlinéaire* (SANÉ, 1810, p. 244-367), onde aparecem João de Barros, Jacinto Freire de Andrade, Filinto Elísio, António Ferreira, Vasco Mouzinho de Quebedo, Francisco de Sá de Menezes, Gabriel Pereira de Castro, Jerónimo Corte-Real e Camões.

No campo literário, é tido por precursor de uma geração de investigadores franceses dedicados à literatura lusófona (cf., a este respeito, ZILBERMAN, 2013, p. 121-143). Prova disso mesmo é ter sido uma das fontes ao tempo disponíveis para o estudo de temas lusitanos por parte de autores de grande prestígio, como foi o historiador francês Ferdinand Denis (1798-1890). No conhecido *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l’histoire littéraire du Brésil* (1826), Denis cita várias vezes o nome de Sané como gramático, tradutor e estudioso da literatura, sempre a título de autoridade: “comme le dit avec justesse M. Sané” (1832, p. 171); “Je rapporterai le jugement fort exact qu’en a porté M. Sané” (1832, p. 278); “l’on peut lire l’élégante traduction de M. Sané” (1832, p. 464). Moreira (2011, p. 44, 55, 97, 125) considera-o o primeiro biógrafo de Filinto Elísio, seu discípulo e amigo, com quem teria privado e aprendido a língua portuguesa. Certo é que a presença de Portugal é uma constante em toda a bibliografia do autor francês, seja através dos escritores ou de representações do país e do povo, em jeito de relato de viajante estrangeiro, como a seguir se verá.

É bem conhecida a sua *Poésie lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel, traduites en français, avec le texte en regard* (Paris, 1808), colectânea de poesias de Filinto Elísio com um longo texto introdutório, constituído por “Notice sur Francisco Manoel” (p. I-LIV) e uma “Introduction” (p. LV-XCI), que é um ensaio sobre o poeta e a sua época. Em dois tomos do periódico parisiense *Mercurie Étranger, ou Annales de la Littérature Étrangère*, saído entre 1813 e 1816 (sob a direcção de Langlès, Ginguené e Duval), foram ainda recenseados os seguintes estudos de Sané⁸:

- Coup-d’oeil *sur l’état de la Littérature en Portugal* (Tomo I, n.º IV, p. 245-251).

⁸ Assinado, conforme os casos, “Sané”, “M. Sané”, “A. M. Sané” ou “S...É”.

- *Suite du Coup-d’œil sur l’état de la Littérature en Portugal* (Tomo I, n.º V, p. 270-278).
- *Ode a Noite* – Ode à la Nuit, par *Francisco Manoel*, avec la traduction (Tomo I, n.º VI, p. 329-333)
- *Extraits de la vie de Dom Jean de Castro*, par *Jacynto Freyre d’Andrade* (Tomo I, n.º VI, p. 333-338).
- *Chanson pour la lyre* (Tomo II, n.º VIII, p. 65-66)⁹.
- *O Ricco*, etc. – Le Riche et le Pauvre, fable, avec sa traduction (Tomo II, n.º IX, p. 129-131)¹⁰.
- *O Hissope*, *poema heroi-comico* de *Antonio Diniz da Cruz e Silva*, *Em Londres, no anno 1802*. – Le Goupillon, poème héroï-comique, par *Antoine Diniz da Cruz e Silva*. Avec cette épigraphe: *Ridiculum acri. HORAT.* (Tomo II, n.º XI, p. 277-289).

Uma última referência aos dois tomos de *Tableau historique, topographique et moral, des peuples des quatre parties du monde* (Paris, 1801), onde o autor se aventura pelo retrato de “Les Portugais” (SANÉ, 1801, p. 313-331), ou descrição de cenários e de tipos humanos. São várias páginas, quer de observações sobre “le pouvoir du roi”, “le gouvernement”, “la langue”, “la littérature”, “la monarchie”, “les universités”, “la religion”, “le commerce (Afrique, Brésil, Inde)”, “les monnaies”, “la journée de travail”, quer de particularidades da vida de “les femmes”, “la noblesse”, “les négociants”, “les paysans”, “les gens-de-lettres”, “les étrangers érudits”. No segundo tomo vêm “Les Brésiliens” (1801, p. 482-488), com algumas descrições que reflectem os ideais da civilização europeia.

2. Macroestrutura das gramáticas

Uma diferença imediatamente evidente entre as duas obras é a dimensão física do texto paginado que os autores prefaciam em nome próprio – duas páginas em Vieira (1768, p. v-vi) contra quinze páginas em Sané (1810, p. v-xv) – e através do qual dialogam com o leitor. Mas enquanto Vieira dialoga com o público sobre o que está no próprio texto gramatical, isto é, sobre a sua estrutura – “The reader will find in the First Part of this Grammar (...)”; “At the end of the Second Part is (...)”; “In the Third Part is (...)”; “(...) in the

⁹ Como se sabe, trata-se de um poema de Tomás António Gonzaga (1744-1810).

¹⁰ O poema apresenta a respectiva autoria: “F^o Manoel”.

Fourth Part I have given (...)” –, já no *Préface* de Sané o diálogo está para além do próprio texto gramatical, uma vez que é sobretudo uma reflexão sobre aspectos da história, literatura e língua portuguesas, em eco de outros textos do autor, para os quais, aliás, o leitor é remetido. Veja-se a seguinte passagem de Sané (1810, p. viii):

Notre but n'est point d'entrer dans de longs détails sur la langue et la littérature portugaises; ce serait répéter ce que nous avons dit dans notre *Introduction à la Poésie lyrique Portugaise* (...), publiée il y a environ dix-huit mois. Dans la circonstance présente, nous nous bornerons à citer le passage suivant, qui concerne particulièrement le génie de la langue (...).

A este nível paratextual, portanto, há uma total divergência de motivações entre as duas gramáticas; e o mesmo se diria para outros paratextos. Além do prefácio, a gramática de Vieira apresenta uma dedicatória ao historiador e diplomata Robert Orme, e um curto índice – “Contents” (1768, p. [vii]-[viii]) – no início da obra, dividido em quatro partes. Sané opta por um índice corrido no fim da obra: uma extensa “Table des Matières” (1810, p. 373-382), com listagem discriminada dos elementos constantes da gramática.

É claro que a matéria linguística apresenta a mesma organização nas duas gramáticas: uma organização que segue a estrutura canónica greco-latina da divisão em (i) conteúdos grafofonéticos (alfabeto, prosódia e signos ortográficos, como a acentuação); (ii) etimologia, com o tratamento das partes da oração, primeiro as variáveis (os artigos, os nomes, os adjectivos, os pronomes, os verbos) e depois as invariáveis (as preposições, os advérbios, as conjunções e as interjeições) (cf. *infra*, ponto 3.2.); (iii) sintaxe, matéria apresentada em secção independente do tratamento das partes da oração. A novidade destas e de praticamente todas as gramáticas de PLE é a existência de uma mais ou menos extensa secção de materiais orientados para o desenvolvimento de competências comunicativas, tal como hoje se concebe no campo da didáctica das línguas estrangeiras: são os vocabulários, diálogos familiares, frases e textos diversos de autoridades literárias. Os índices das duas obras apresentam a seguinte estrutura de conteúdos gramaticais, claramente mais organizados na gramática de Vieira (em partes e, no corpo do texto, ainda em capítulos e pontos), enquanto Sané opta por uma listagem corrida de matérias:

Vieira Transtagano (1768, p. [vii]-[viii])		Sané (1810, p. 373-382)	
CONTENTS		Table des Matières	Pages
PART I.	1		1
<i>Of the Portuguese Alphabet, and the Manner of pronouncing each separate Letter.</i>	2	<i>De l'Alphabet Portugais.</i>	<i>Id.</i>
<i>Of the Manner of Pronouncing the Portuguese Letters as combined in syllables.</i>	8	<i>De la Prononciation des voyelles.</i>	2
<i>Of the Articles.</i>	11	<i>Des Consonnes.</i>	6
<i>Of the Nouns.</i>	25	<i>Du Til.</i>	7
<i>Of Pronouns.</i>	44	<i>Observations sur la Diphtongue aõ.</i>	8
<i>Of Verbs.</i>	113	<i>Des Diphtongues.</i>	10
<i>Of the Participles.</i>	114	<i>Du nom.</i>	11
<i>Of the Adverbs.</i>	117	<i>De l'Article.</i>	14
<i>Of the Prepositions.</i>	118	<i>De l'Adjectif.</i>	(...)
<i>Of the Conjunctions.</i>	120	(...)	27
<i>Interjective Particles.</i>	121	<i>Du Pronom.</i>	(...)
<i>Some abbreviations used in the Portuguese Language.</i>		(...)	35
		<i>Du Verbe.</i>	(...)
		(...)	108
		<i>De la Préposition.</i>	(...)
		(...)	110
PART II.	122	<i>De l'Adverbe.</i>	114
<i>Of the Division of Syntax.</i>	126	<i>De la Conjonction.</i>	115
<i>Of the Syntax of Articles.</i>	131	<i>De l'Interjection.</i>	116
<i>Of the Syntax of Nouns, and first of the Substantives.</i>	132	<i>De la Syntaxe.</i>	117
<i>Of the Syntax of Adjectives.</i>	135	<i>Syntaxe des Articles.</i>	118
<i>Of the Syntax of the Comparatives and Superlatives</i>	136	<i>Syntaxe des Noms et des Adjectifs.</i>	120
<i>Of the Syntax of Pronouns.</i>	139	<i>Syntaxe des Pronoms.</i>	123
<i>Of the Syntax of Verbs.</i>	152	<i>Syntaxe des Verbes.</i>	(...)
<i>Of the Syntax of Participles and Gerunds.</i>	153	(...)	143
<i>Of Prepositions.</i>	191	<i>Des Prépositions.</i>	(...)
<i>Of the Portuguese Orthography.</i>	213	(...)	180
<i>Of the Quantity of Syllables, and their Sound.</i>	219	<i>Nomenclature de certains Noms propres.</i>	188
<i>Etymology of the Portuguese Tongue from the Latin.</i>		<i>Nomenclature de diverses Jurisdictions en Portugal.</i>	191
		<i>Essais de Traduction.</i>	<i>Id.</i>
		<i>Différens morceaux de Prose portugaise, avec la traduction française interlinéaire.</i>	(...)
PART III.		(...)	244
<i>The most elegant phrases of the Portuguese Language.</i>	222	<i>Différens morceaux de Prose e de Vers, extraits des meilleurs Auteurs portugais, sans traduction interlinéaire.</i>	(...)
<i>A Vocabulary of words most used in Discourse.</i>	253	(...)	368
<i>Of the Portuguese Coin.</i>	310	<i>Phrases proverbiales.</i>	
<i>A Collection of Portuguese Proverbs.</i>	320		
<i>Familiar Dialogues.</i>			
PART IV.			
<i>Several useful and entertaining Passages, whereof the greatest Part is collected from the best Portuguese Writers, as Andrade, Barros, Camoens, Lobo, &c.</i>	336		

Um olhar mais sintético para estes índices permitirá avaliar melhor a dimensão de cada uma das partes das duas gramáticas. Ressalta do quadro-síntese seguinte, como nota mais discordante, o peso atribuído por Sané a textos de clássicos da literatura portuguesa, citados em “Essais de traduction”, contra a valorização que Vieira faz de conteúdos funcionais presentes na sua Parte III, toda ela apresentada em versão bilingue:

	Vieira Transtagano (1768)	Sané (1810)
“Contents” (Vieira Transtagano)	Parte I – Alfabeto; Prosódia; Partes da oração (p. 1-121).	Alfabeto; Prosódia; Partes da oração (p. 1-115).
<i>versus</i>	Parte II – Sintaxe (p. 122-190); Ortografia (p. 191-218); Aspectos etimológicos (p. 219-221).	Sintaxe (p. 116-179).
“Table des Matières” (Sané)	Parte III – Vocabulários; Diálogos; Provérbios (p. 222-335).	Vocabulários (p. 180-190); Ensaio de tradução (p. 191- 367); Provérbios (p. 368-371).
	Parte IV – Selecção de textos (p. 336-376).	

As Partes III e IV de Vieira, já bem analisadas em Silva (2012, p. 74-79), correspondem a materiais linguísticos que constituíam estratégias de contextualização sintagmática e, nesse sentido, podem ser vistas como um prolongamento da sintaxe. Correspondem, por outro lado, a uma tradição de ensino das línguas europeias que vinha da época renascentista (cf. os conceitos de “uso” e “cópia” em BREVA-CLARAMONTE, 1991) e que, entretanto, recebeu a influência de didactas do século XVII (William Bathe e João Amós Coménio) e da escola linguística de Port-Royal (mais por via dos “métodos” de Claude Lancelot).

3. Conteúdos gramaticais: comparação entre *A New Portuguese Grammar in four parts* (1768) e *Nouvelle Grammaire Portugaise* (1810)

3.1. *Matéria sintáctica*

Ao contrário do que se regista em muitas gramáticas, onde “no hay tratamiento explícito de la sintaxis” (SWIGGERS, 2016, p. 180), o autor alentejano dedica-lhe quase integralmente a Parte II da sua obra, no que é seguido por Sané, que mantém a sequência das matérias e a forma de titulação, apesar de alguns cortes e adaptações. Vejam-se as matérias por ordem de apresentação:

<p>Chap. I. <i>Of the Division of Syntax</i> Of the Order of Words Of Concordance Of the Dependence of the Parts of Speech on one another</p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 122-125)</p>	<p>De la syntaxe</p> <p>(Sané, 1810, p. 116)</p>
<p>Chap. II. <i>Of the Syntax of Articles</i></p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 126-131)</p>	<p><i>Syntaxe des articles</i></p> <p>(Sané, 1810, p. 116-118)</p>
<p>Chap. III. <i>Of the Syntax of Nouns; and first, of the Substantives</i> Of the Syntax of Adjectives Of the Syntax of the Comparatives and Superlatives</p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 131-136)</p>	<p><i>Syntaxe des noms et des adjectifs</i></p> <p>(Sané, 1810, p. 118-119)</p>
<p>Chap. IV. <i>Of the Syntax of Pronouns</i></p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 136-139)</p>	<p>Syntaxe des pronoms</p> <p>(Sané, 1810, p. 120-123)</p>
<p>Chap. V. <i>Of the Syntax of Verbs</i> Syntax of the auxiliary verbs Of the Syntax of Verbs active, passive, etc. Of the Use and Construction of the Tenses Of Moods Of the Particles governing the Optative or Subjunctive Of the Infinitive Mood</p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 139-152)</p>	<p><i>Syntaxe des verbes</i> Des verbes auxiliaires Des verbes actifs, passifs, etc. De l'usage et de la construction des tems Des modes Des conjonctions <i>qui gouvernent l'optatif ou le subjonctif</i> De l'infinitif</p> <p>(Sané, 1810, p. 123-140)</p>
<p>Chap. VI. <i>Of the Syntax of Participles and Gerunds</i></p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 152-154)</p>	<p>Des participes et des gérondifs</p> <p>(Sané, 1810, p. 141-143)</p>
<p>Chap. VII. <i>Of prepositions</i> The inseparable prepositions are (...), Of Separable Preposition.</p> <p>(Vieira Transtagano, 1768, p. 154-190)</p>	<p>Des prépositions <i>Prépositions inséparables</i> <i>Prépositions séparables</i></p> <p>(Sané, 1810, p. 143-179)</p>

Os cortes são visíveis logo à abertura da sintaxe. Para Vieira (1768, p. 122), “It is divided into three sorts: the first, of Order or Arrangement; the second, of Concordance; the third, of Government”, três eixos controversos no ensino / aprendizagem do português a falantes de língua inglesa. Não surpreende, por

isso, que Vieira dedique atenção tão pormenorizada a matéria que o homólogo francês sintetiza em três curtos parágrafos, omitindo fenómenos relativos a regras de ordem, de concordância sintáctica e de tipos de regência, que são os mesmos nas duas línguas românicas. Onde Vieira distingue, por pontos, dez regras de colocação das unidades na estrutura frásica declarativa – posição do nominativo, do acusativo, do ablativo, da oração relativa, do adjectivo em relação ao nome –, mais sete regras de concordância sintáctica – entre sujeito e verbo, adjectivo e nome, pronome relativo (variável) e antecedente nominal – e, por fim, cinco factos de regência – envolvendo nominativo, acusativo, genitivo e ablativo –, onde Vieira, dizia-se, apresenta estas regras especificadas, o autor francês sintetiza-as em três curtos parágrafos (SANÉ, 1810, p. 116):

La première [l'ordre] apprend à disposer convenablement les mots dans la phrase (...).

La seconde [l'arrangement], à faire concorder entre elles les différentes parties du discours (...).

Enfin la troisième [concordance] enseigne la manière dont une partie du discours en régit une autre (...).

A partir daqui, passam os dois autores em apreço para o estudo do comportamento sintáctico das partes do discurso, a começar pelo artigo, cuja análise é dominada pela explicitação dos contextos de presença ou ausência dos mesmos. Mais uma matéria problemática para aprendentes anglófonos de português, donde se justifique a insistência de Vieira nos contrastes gramaticais, do tipo “(...) nouns of substances, arts, sciences, plays, metals, virtues, and vices, having no article before them in English, require the article in Portuguese (...)” (1768, p. 126) ou, mais adiante, “The article is never used in Portuguese as it is in English, before *mais* more, or *menos* less, in the following sentences (...)” (1768, p. 130). Sané não ignora aquilo que separa as duas línguas românicas: “Dans les exemples suivants, ils [les Portugais] emploient l'article d'une manière qui diffère du français” (1810, p. 117) ou “Cette terminaison (...) est aussi commune en anglais, mais tout-à-fait étrangère en français (1810, p. 140). Mas a sua análise contrastiva incide sobretudo naquilo que as une, quando introduz na *Nouvelle Grammaire Portugaise* observações sobre identidades linguísticas que interrompem a sequência do texto traduzido como marcas de originalidade:

Quant aux adjectifs, ils suivent la même règle qu'en français (SANÉ, 1810, p. 118). Il n'y a qu'à la troisième personne où le français se rapproche du portugais; et l'on dit également, dans les deux langues (...) (SANÉ, 1810, p. 120).

Les verbes *Crer* et *Saber*, croire et savoir, suivent la même règle qu'en français (SANÉ, 1810, p. 135).

Comme en français, il est élégant d'employer le présent du subjonctif de *Saber* (...) (SANÉ, 1810, p. 136).

Comme en français, tous les verbes que l'on emploie mono-personnellement avec la conjonction *que*, demandent le subjonctif (...) (SANÉ, 1810, p. 136).

Mas o confronto entre as duas gramáticas evidencia sobretudo o modelo vieiriano imitado, quer na forma da tradução francesa do original inglês, quer na forma de inspiração presente no plano e disposição dos itens gramaticais seleccionados. Para melhor se avaliar esta imitação por tradução, seguem-se excertos do tratamento sintáctico de cada uma das partes da oração.

(i) Syntaxe dos artigos:

(...) remember that *o, a, os, as*, are articles only when they precede the nouns or pronouns, but not when joined to the verbs (p. 126).

The articles is not used in Portuguese before the pronouns possessive relative; as, *de quem he esta casa? he minha, he tua*, etc.. whose house is this? it is mine, it is thine, &c. (p. 127)

The article *o* is put before the word *Senhor*, Sir, or my lord; as *O Senhor duque*, my lord duke; *o Senhor presidente*, my lord the president; *os Senhores*, the gentlemen; *dos senhores*, of the gentlemen (p. 130).

You must observe the same rule for the feminine article *a*, wich is to be prefixed to *senhora*, my lady, or madam; as *a Senhora duqueza*, or *condessa de*, etc, my lady duchess, or countess of, &c. (p. 130).

Vieira Transtagano (1768, p. 126-131)

O, a, os, as, ne sont des articles que lorsqu'ils précèdent les noms ou les pronoms, et non pas lorsqu'ils sont joints à un verbe (p. 116).

On ne se sert jamais en portugais de l'article devant les adjectifs possessifs, comme: *De quem he esta casa ? à qui est cette maison ? he minha, c'est à moi ou c'est la mienne* (p. 117).

On met l'article *o* devant le nom *senhor*, et ils se rendent alors tous les deux par *monsieur*, comme: *O senhor Duque, monsieur le duc*; *o senhor Conde, monsieur le comte*; *os senhores, messieurs*, dos senhores, *de messieurs*. Il en est de même pour le féminin. *A senhora Duqueza de Cadaval, la duchesse de Cadaval* (p. 117-118).

Sané (1810, p. 116-118)

(ii) Syntaxe dos nomes e adjectivos:

When two or more substantives come together without a comma between them, they all govern each the next in the genitive, the first governing the second, the second the third in the same case, and so on; (...) *Eis aqui a casa do companheiro do irmão de minha mulher*, here is my wife's brother's partner's house (p. 131).

All adjectives signifying inclination, advantage and disadvantage, profit or disprofit, pleasure or displeasure, due submission, resistance, likeness, govern the dative case; as *insensível ás affrontas*, insensible of affronts (p. 134).

Vieira Transtagano (1768, p. 131-135)

Quand deux ou plusieurs noms se suivent, n'étant pas séparés par aucune virgule, ni conjonction, chacun gouverne celui qui le suit au génitif. Exemple : *Eis-aqui a casa do companheiro de irmao de minha mulher, voici la maison de l'associé du frère de ma femme* (p. 118).

Tous ceux qui désignent l'inclination, l'avantage, le désavantage, le profit, la perte, le plaisir, le déplaisir, la soumission, la résistance, la ressemblance, gouvernent le datif : *Insensível ás injurias, insensible aux injures* (p. 119).

Sané (1810, p. 118-119)

(iii) Syntaxe dos pronomes, restritos à subclasse dos pessoais (nas formas de sujeito e complemento), embora ambos os gramáticos identifiquem vários tipos de pronomes (cf. *infra*, ponto 3.2.):

The English make use of the verb *to be*, put impersonally through all its tenses in the third person, before the pronouns personal, *I, thou, he, she, we, you, they*; it is I; it is he, &c. In Portuguese the verb *to be*, on this occasion, is not impersonal; and they express, it is I, *by sou eu*; it is thou, *es tu*; it is he, *he elle*; it is we, *somos nos*; it is ye, *sois vos* (p. 136).

Vós is also applied to a single person, but only speaking to inferiors, or between familiar friends, to avoid the word thou, tu, which would be too gross and unmannerly (p. 137).

When *him* or *it* in English follow the verb in the second person of the singular number, it may be expressed in Portuguese either by *o* before the verb, or *lo* after it, making an elision of the last consonant of the verb. Exam. Thou callest him or it, *tu o chamas*, or *tu chama-lo* (p. 137-138).

Vieira Transtagano (1768, p. 136-139)

Lorsqu'en français on se sert du verbe être, put mono-personnellement, dans tous les tems, et à la troisième personne, devant les pronoms personnels *moi, toi, lui, elle*, etc.; en portugais, le verbe *Ser* n'est point mono-personnel en pareil cas: et pour rendre *c'est moi*, l'on dit, sou eu; *c'est toi*, és tu; *c'est lui*, he elle; *c'est elle*, he ella; *c'est nous*, somos nós; *c'est vous*, sois vós (p. 120).

Vós s'applique souvent à une seule personne, mais ce n'est que lorsqu'on parle à des inférieurs, ou à des amis particuliers, afin d'éviter le mot tu, qui est trop dur et presque choquant et grossier (p. 121).

Quand le verbe est à la seconde personne du singulier, on se sert de *o* avant le verbe, ou de *lo* après, en faisant subir au verbe l'éllision de sa consonne finale.

Tu o chamas ou tu chama-lo, tu l'appelles (p. 122).

Sané (1810, p. 120-123)

(iv) Sintaxe dos verbos:

The verbs through every tense and mood (except the infinitive) ought to be preceded by a nominative case, either expressed or understood, with which they must agree in number and person. The nominative is expressed when we say, *eu amo, tu cantas*; understood when we say, *canto, digo*, &c (p. 139).

The verb active governs the accusative; as, *amo a virtude*, I love virtue (p. 139). The verb passive requires an ablative after it; as, *os doutos são invejados pelos ignorantes*, the learned are envied by the ignorant. You must observe, that there is in Portuguese another way of making the passive, by adding the relative *se* to the third person singular or plural; as, *ama-se a Deos*, God is loved (p. 140).

Vieira Transtagano (1768, p. 139-152)

Les verbes doivent, dans tous les tems et les modes, excepté seulement l'infinitif, être précédés d'un nominatif exprimé ou sous-entendu, avec lequel ils s'accordent en nombre et en personne; le nominatif est exprimé, quand je dis *eu amo, tu cantas*; il est sous-entendu, quand je dis simplement *amo, cantas* (p. 123).

Le verbe actif, en général, gouverne l'accusatif: *Amo a verdade, j'aime la vérité*. Le verbe passif, en général, gouverne l'ablatif: *Os doutos são invejados pelos ignorantes, les savons sont enviés des ignorans*. En portugais, il y a une autre manière de former le passif que par l'addition du verbe *Ser*: c'est d'ajouter le mot *se* après la troisième personne du singulier ou du pluriel, comme: *Ama-se a Deos, Dieu est aimé, on aime Dieu* (p. 124).

Sané (1810, p. 123-140)

(v) Sintaxe das preposições:

It is absolutely impossible ever to attain to the knowledge of any language whatever, without thoroughly understanding the divers relations denoted by the prepositions, and the several cafes of nouns which they govern; both which relations and cafes being arbitrary, vary and differ much in all languages. This only instance will evince it: the English *fay, to think of a thing*; the French, *to think to a thing*; the Germans and Dutch, *to think on, or upon a thing*; the Spaniards and Portuguese, *to think in a thing*, &c. (p. 156).

Vieira Transtagano (1768, p. 154-190)

Il est absolument impossible de jamais savoir une langue à fond, sans connaître les divers rapports exprimés par les prépositions, et les différens cas des noms qu'elles régissent. Ces rapports et ces régimes sont arbitraires: ils varient et diffèrent jusqu'à l'infini d'une langue à l'autre. Un seul exemple le prouvera. Les Anglais disent: *penser d'une chose*; les Français, *penser à une chose*; les Allemands et les Hollandais *penser sur une chose*; les Espagnols et les Portugais, *penser dans une chose* (p. 145-146).

Sané (1810, p. 143-179)

Não é estranho que, neste longo capítulo de “Preposições”, ambos os gramáticos alinhem o comportamento de preposições, conjunções e advérbios, atribuindo às duas primeiras classes de palavras a função de associar, ligar ou unir orações/proposições e palavras. Em geral, a gramaticografia portuguesa da época, que apresenta uma cómoda sintonia quanto à distinção das três partes da

oração preposição / conjunção / advérbio, evidencia ambiguidades na definição dos limites dos respectivos paradigmas. Vieira (1768, p. 180) refere-se a “Of further particles” para designar unidades / locuções como *ainda que, depois que, ou, quer, se, embora, que*; Sané (1810, p. 167, 176) usa “conjonction” para *ou, quer, que* e segue, normalmente *pari passu*, o elenco e a descrição casuística de Vieira. Como é habitual na apresentação gramatical destas unidades, é a descrição dos seus usos que os gramáticos sempre fazem para ilustrar o seu funcionamento distintivo. Colocam-se, a seguir, em paralelo as descrições de *pois* de forma a melhor se avaliar o exercício de tradução:

Pois.

This particle is very much used by the Portuguese, and it is rendered into English several ways, as you may see in the following examples:

Pois ide, e vinde logo, go then and come back presently.

Pois não sou eu capaz de fazello? what, am I not capable to do it?

Pois, or pois entaõ que quer dizer isto? Well, and what of all this?

Pois, or pois entaõ que hei de fazer? What shall I do then?

Pois eu digo que elle está dentro, why, he is here within, I say.

Pois porque me vigiais? Why then do you watch me?

Elle tem cabeça; pois tambem hum alfinete a tem, he has got a head, and so has a pin.

Vieira Transtagano (1768, p. 187-188)

Pois, car, donc.

Pois ide, e vinde logo, eh bien! allez, et revenez de suite.

Pois! não sou eu capaz de farello? quoi! Ne suis-je pas capable de le faire?

Pois ou pois entaõ! que quer dizer isto? quoi! quoi donc! que veut dire ceci?

Pois entaõ que hei de fazer? que dois-je faire maintenant?

Pois eu digo que elle esta dentro, oui, je dis qu'il est là-dedans.

Pois? porque me vigiais? qu'est-ce? Pourquoi me surveillez-vous?

Elle tem cabeça, pois tambem? um alfinete a tem, il a une tête; qu'y a-t-il d'étonnant? une épingle en a bien une aussi.

Sané (1810, p. 176)

O exemplo ilustra bem como a tradução francesa de Sané é extensiva aos próprios exemplos usados por Vieira, inclusive às fontes literárias citadas como autoridades para atestação de regras. Veja-se o caso de “(...) as, in *Camoens*, Canto I. Stanza XXIX (...)” (VIEIRA, 1768, p. 153) *versus* “(...) comme dans la *Lusiade* de Camoens, Chant. I, octav. 29 (...)” (SANÉ, 1810, p. 142).

Quando assim não é, ou seja, quando não ocorre uma tradução seguida do modelo inglês, os parêntesis que Sané intercala no seu texto são ainda, muitas vezes, inspirados em Vieira e dele recuperam observações ou exemplificação. Acontece isso mesmo na descrição de usos do artigo (SANÉ, 1810, p. 117), sintetizados de Vieira (1768, p. 127-128), ou na descrição do comparativo dos adjectivos (SANÉ, 1810, p. 119), inspirada no ponto “Of the syntax of the

comparatives and superlatives” de Vieira (1768, p. 136) ou, ainda, na descrição do (des)uso de *vós*, quando os autores focam a sintaxe dos pronomes pessoais (VIEIRA, 1768, p. 136; SANÉ, 1810, p. 120). Em qualquer dos casos – tradução ou inspiração –, trata-se de uma apropriação parcial, uma vez que a *Nouvelle Grammaire Portugaise* se apresenta como uma versão abreviado do seu modelo *A New Portuguese Grammar*, facto que ocorre:

a) por simples redução do texto de Vieira.

b) Ora por redução de especificidades sintácticas do inglês, sem respaldo na língua gaulesa. Veja-se, por exemplo, “In Portuguese there is not a general sign before the infinitive, as in English the particule *to*; but there are several particles used before infinitive (...)” (VIEIRA, 1768, p. 151) *versus* “Il y a en portugais plusieurs prépositions que l’on place devant l’infinitif (...)” (SANÉ, 1810, p. 139).

c) Ora ainda por redução de matéria teórica desenvolvida por Vieira. Caso paradigmático é o conjunto de cerca de três páginas que Vieira dedica a “syntax of order”, “syntax of concordance” e “syntax of government” (1768, p. 122-125), e que Sané sintetiza em meia página. Mas há mais omissões na tradução francesa, facto que parece indiciar possuir a gramática de Vieira outro fôlego. São ignoradas por Sané, por exemplo, a referência ao uso da construção gramatical de ablativo absoluto ou a definição teórica de preposição: “A preposition is a part of speech which is put before nouns, and sometimes before verbs, to explain some particular circumstance”; “This manner of speaking is called by grammarians ablatives absolute” (VIEIRA, 1768, p. 153, 154).

Esta redução da matéria teórica em Sané, na linha de uma simplificação gramatical defendida pelo próprio (cf. ponto 3.2.) e por diversos autores de gramáticas de PLE (cf. FONSECA, MARÇALO, SILVA, 2012), corre a par de um outro fenómeno, aparentemente contraditório, que é o da tradução ampliada, quando o autor francês faz incursões pela sintaxe da sua língua. Se acima se mencionou a existência de parêntesis correspondentes a matéria inspirada em Vieira, é agora caso de mencionar parêntesis interpolados no texto de Sané, que interrompem o exercício de tradução, porque correspondem a vazios no original inglês. Na “Syntaxe des Articles”, vem a comparação original com o francês (1810, p. 118):

On n’exprime point en portugais l’article, toutes les fois que le nom qui le suit en français est pris dans un sens vague et indéterminé, comme: Paõ secco não he bom, *du pain sec n’est pas bon*; dai-me vinho, *donnez-moi du vin*; comei toucinho, *mangez du lard*; dar a sua fazenda a ingratos, *donner son bien à des ingrats* (...).

Na “Syntaxe des Pronoms”, Sané (1810, p. 121) detém-se demoradamente nos pronomes complementos *en* e *y*, sem equivalentes em português:

Les mots *y* et *en*, joints au verbe, se traduisent en portugais par des adjectifs démonstratifs, par des pronoms personnels ou par des adverbes, suivant le sens de la phrase: Eu naõ me fiarei delle, *je ne m’y fierai pas*; fiai-vos dessa pessoa, *fiez-vous-y*.

Quand *y* désigne un lieu, on le rend souvent par *alli*. *Vou alli*, j’y vais (...).

A descrição da concordância do particípio passado francês constitui também um parêntesis estranho ao texto inglês (SANÉ, 1810, p. 142):

En français, lorsque le participe passé est après son régime, représenté par un pronom relatif, il prend toujours le nombre et le genre de ce même régime ; au lieu qu’en portugais, le participe ainsi placé reste toujours indéclinable. Example : A virtude que elle tem amado, *la vertu qu’il a aimée*; as cartas que nõs temos recebido, *les lettres que nous avons reçues*.

É neste quadro que a *Nouvelle Grammaire Portugaise* de Sané se apresenta como uma tradução adaptada à metalíngua da descrição gramatical; e no quadro de tal adaptação, regista-se a substituição sistemática de todas as menções ou alusões à língua inglesa pela francesa, do tipo (sublinhados das autoras):

(...) sometimes too the Portuguese express the English adjective by a substantive
(...) (VIEIRA, 1768, p. 128)

versus

Souvent les Portugais expriment un adjectif français par un nom (...) (SANÉ,
1810, p. 117)

Sometimes the English particle *to* (...) (VIEIRA, 1768, p. 130)

versus

Souvent la préposition française *de* (...) (SANÉ, 1810, p. 118)

The English make use of the verb to be, put impersonally (...)
(VIEIRA, 1768, p. 136)

versus

Lorsqu'en français on se sert du verbe être, mono-personnellement (...)
(SANÉ, 1810, p. 120)

Now it will avail an Englishman but little to know that of is expressed in Portuguese by de, if (...) (VIEIRA, 1768, p. 156)

versus

Maintenant il serait peu utile à un français de savoir qu'il y a des cas ou à doit être traduit par em, s'il (...) (SANÉ, 1810, p. 146)

There is a considerable difference between these verbs *ser* and *estar* both in Portuguese and Spanish. In English there is no word to distinguish them, since they are both rendered into English by *to be* (...) (VIEIRA, 1768, p. 55)

versus

Il y a, tant en Portugais qu'en Espagnol, une grande différence entre ces deux verbes, tandis qu'en français on ne peut les rendre que par le seul mot être (SANÉ, 1810, p. 48)

Todos estes traços, detectados em matéria sintáctica, mantêm-se igualmente no estudo dos aspectos morfológicos do português que fazem os dois gramáticos. Vejam-se alguns desses aspectos, agora de forma mais rápida.

3.2 Matéria morfológica

Em termos de números de páginas as duas gramáticas não diferem significativamente. Vieira ocupa 121 páginas, enquanto Sané 115. Os aspectos de morfologia integram questões relacionadas com o alfabeto e com a pronúncia das letras. O mesmo acontece na obra de Sané, que agrega sob o mesmo capítulo as duas matérias anteriormente referidas. Em relação às partes da oração, refere Sané (1810, p. 9) que: “Il y a, en portugais, neuf sortes de mots, comme en français, que l'on appelle les parties du discours; savoir: le nom, l'article, l'adjectif, le pronom, le verbe, la préposition, l'adverbe, la conjonction et

l'interjection". Sobre esta matéria, já no texto preambular Sané (1810, p. xi) alerta o leitor para um tratamento simplificado, comum em muitas gramáticas da época, como já referido atrás: "Nous avons donné sur chacune des neuf parties du discours, tous les développemens strictement nécessaires".

Parte I – Alfabeto; Prosódia; Partes da oração (p. 1-121)	Alfabeto; Prosódia; Partes da oração (p. 1-115)
Of the Articles (p. 8-11) Of the Nouns (p. 11-24) Of Pronouns (p. 25-44) Of Verbs (p. 44-113) Of the Participles (p. 113-114) Of the Adverbs (p. 114-117) Of the Prepositions (p. 117-118) Of the Conjunctions (p. 118-119) Interjective Particles (p. 120-121)	Du nom (p. 10-11) De l'Article (p. 11-14) De l'Adjectif (p. 14-26) Du Pronom (p. 27-35) Du Verbe (p. 35-108) De la Préposition (p. 108-110) De l'Adverbe (p. 110-113) De la Conjonction (p. 114) De l'Interjection (p. 115)
(Vieira Transtagano, 1768)	(Sané, 1810)

Constata-se que a organização das classes de palavras diverge nos dois autores. Embora esta divergência seja mínima, ela dá indicações sobre diferentes tomadas de posição. Vieira assume o adjetivo dentro da classe do nome; Sané opta por considerar que o nome e adjetivo deverão constituir duas classes separadas. Por outro lado, Vieira, seguindo uma linha gramatical mais tradicional, considera que os participípios devem ser considerados como classe, enquanto Sané os integra na classe dos adjetivos, ou dos verbos, conforme o caso em análise. Verifique-se, agora, a forma de tratamento dada por cada autor às partes da oração. Nos quadros seguintes relativos à comparação entre os dois autores, a ausência de informação corresponde a espaços em branco.

(i) Nome:

The Portuguese nouns have several sorts of terminations, as will appear bellow. They have but two genders, the masculine and feminine. The Portuguese nouns have no variation of cases, like the Latin, and it is the article only that distinguishes the case.

(Vieira Transtagano, 1768, p. 11)

Le nom est un mot qui sert à désigner une personne ou une chose, comme João, Pedro, Pessoa, Livro; *Jean, Pierre, Personne, Livre*. Dans les noms, il faut considérer le genre et le nombre.

(Sané, 1810, p. 10)

(ii) Artigo:

Those particles called Articles, are properly prepositions, commonly put before nouns, to show their gender, number, and case. These articles are definite or indefinite.

(Vieira Transtagano, 1768, p. 8)

L'article est un petit mot que l'on met devant les noms communs, pour en faire connaître le genre et le nombre.

Les Portugais n'ont qu'un article, *o, a, (le, la)* pour le singulier; *os, (les)* pour le pluriel masculin; *as,* pour le pluriel féminin.

O, se met devant un nom masculin singulier, *o amor, l'amour.*

(Sané, 1810, p. 11)

(iii) Adjectivo:

L'adjectif est un mot que l'on ajoute au nom pour marquer la qualité d'une personne ou d'une chose.

Il s'accorde en genre et en nombre avec son substantif: comme, homem douto, *un homme savant*; os homens doutos, *les hommes savans*; molher douta; *une femme savante*, as molheres doudas, *les femmes savantes.*

(...)

On distingue dans les adjectifs trois degrés de signification: *le positif, le comparatif et le superlatif.*

(Transtagano, 1768)

(Sané, 1810, p. 14-15)

(iv) Pronome:

The pronouns are either personal, conjunctive, mixed, possessive, demonstrative, interrogative, relative or improper.

Vieira Transtagano (1768, p. 25)

Le pronom est un mot qui tient la place du nom.

Il y a trois sortes de pronoms; les personnels, les relatifs, et les interrogatifs.

(Sané, 1810, p. 27)

(v) Verbo:

The verb is a part of speech which serves to express that which is attributed to the subject in denoting the *being* or *condition* of the things and persons spoken of, the *actions* which they do, or the *impressions* they receive. The first and the most general division of Verbs is to divide them into personal and impersonal.

A verb is personal is conjugated by three persons.

(...)

A verb impersonal is conjugated by the third person of the singular only; as, *chove*, it rains; *convem*, it behoves.

A verb, considered in regard to syntax, is of four sorts, viz. active, passive, neuter, and reciprocal.

Some of the verbs are regular, and others irregular.

Some are also called auxiliary verbs. We shall give their definitions in their proper places.

Before you begin to learn the conjugations, it will be proper to observe, that all the verbs may be conjugated with the pronouns personal, *eu, tu, elle*, &c. or without them.

(Vieira Transtagano, 1768, p. 44-45)

Le verbe est une partie du discours qui sert à exprimer ce qui est attribué au sujet, en désignant l'existence ou la condition des choses et des personnes dont on parle; les actions dont on parle; les actions qu'elles font ou les impressions qu'elles reçoivent.

Les verbes se divisent généralement en personnels et en *mono-personnels*.

Le verbe personnel se conjugue par les trois personnes, comme; eu amo, *j'aime*; tu amas, *tu aimes*; elle ama, *il aime*.

Le verbe mono-personnel ne se conjugue que par la troisième personne du singulier, comme: *chove, il pleut*; *convem, il convient*.

En considérant les verbes par rapport à la syntaxe, ils sont de trois sortes, savoir: les verbes actifs, les verbes passifs et les verbes réciproques.

Les verbes se classent ensuite en verbes réguliers et irréguliers, qui ne peuvent se conjuguer sans les verbes auxiliaires.

Avant de commencer à apprendre les conjugaisons, il est bon d'observer qu'en portugais on peut conjuguer tous les verbes avec, ou plus communément sans les pronoms personnels *eu, tu, elle, nos, vos, elles*.

(Sané, 1810, p. 35-36)

(vi) Particípio:

The participle is a tense of the infinitive, which serves to form the preterperfects and preterpluperfects of all the verbs; as *tenho amado*, I have loved; *tinha amado*, I had loved.

Amado is a participle, and all the verbs in ar form the participle in ado, as *amado, cantado, &c.*

Amado is likewise a noun adjective. Example: *homem amado, molher amada, livros amados, letras amadas.*

(Vieira Transtagano, 1768, p. 113)

Sané (1810)

(vii) Preposição:

Prepositions are a part of speech indeclinable, most commonly set before a noun, or pronoun, or verb.
Every preposition requires some case after it, as you will see in the following collection (...).

(Vieira Transtagano, 1768, p. 117)

La préposition est ainsi appelée, parce qu'elle se place avant le mot qui lui sert de complément, et sans lequel elle ne formerait point de sens.

Toute préposition gouverne quelque cas après elle, comme on va voir dans la table suivante (...).

(Sané, 1810, p. 108)

(viii) Advérbio:

The adverb is that which gives more or less force to the verb.
The adverb as the same effect with the verb as the adjective with the substantive: it explains the accidents and circumstances of the action of the verb.
There are a great many sorts; as adverbs of time, place, quantity, &c.
(...)

A great many adverbs are formed from adjectives, changing *o* into *amente*; *santo*, *santamente*, holily; *rico*, *ricamente*, richly; *douto*, *doutamente*, learnedly.

(Vieira Transtagano, 1768, p. 114-115)

L'adverbe est un mot qui sert à marquer quelque circonstance de l'adjectif du verbe, ou même d'un autre adverbe auquel il a rapport. Il y en a de plusieurs sortes, des adverbes de tems, comme: *agora*, *maintenant* y hontem, *aujourd'hui* [sic]; des adverbes de lieu, comme: *onde*, où; *aqui*, *ici* ; *perto*, *près* ; des adverbes de quantité, comme: *quanto*, *combien*; *muito*, *beaucoup*.

Beaucoup d'adverbes se forment des adjectifs en ajoutant *mente*; comme: *santamente*, *saintement*, de *santo*; *doutamente*, *savamment*, de *douto*; *fielmente*, *fidellement*, de *fiel*; *antigamente*, *anciennement*, d'*antigo*.

(Sané, 1810, p. 110)

(ix) Conjunção:

A conjunction is a part of speech indeclinable, which serves to join the members and parts of speech together, in showing the dependency of relation and coherency between the words and sentences.

(Vieira Transtagano, 1768, p. 118)

La conjonction est un mot qui sert à lier les membres de la phrase, et les autres parties du discours: il y en a de plusieurs espèces, dont les principales sont (...).

(Sané, 1810, p. 114)

(x) Interjeição:

To the above mentioned parts of speech grammarians have added *Interjections*, which are particles serving to denote some passion or emotion of the mind: but there is another sort, which may be called demonstrative, as, *aqui* and *la*, Ex. *Este homem aqui*, this man; *aquela molher la*, that woman, &c. (p.119)

(Vieira Transtagano, 1768, p. 119)

L'interjection est un mot qui sert à marquer une affection ou un mouvement de l'ame.

(Sané, 1810, p. 115)

Vieira inicia a análise das partes do discurso pelo artigo, enquanto Sané opta pelos nomes. Diferença substancial existe no tratamento dado ao nome. Vieira inclui no nome informação sobre o aumentativo e o diminutivo, sobre os nomes adjectivos e sobre a comparação dos adjectivos, dos superlativos e, ainda, detalhes sobre os usos dos cardinais e dos ordinais. Sané simplifica, limitando-se ao que é essencial para a compreensão do nome. Em duas páginas Sané condensa aquilo que é essencial. Uma outra razão de tão grande diferença de páginas resulta do facto de Vieira não incluir o adjectivo no elenco das partes do discurso, optando por integrá-lo no capítulo correspondente ao nome. Sané opta por separar o nome do adjectivo, talvez numa tentativa de simplificar a aprendizagem de quem estuda a língua portuguesa.

Vieira, após identificar os oito tipos de pronomes, passa à explicação detalhada de cada um deles, preocupando-se em fornecer exemplos. Verifica-se que Sané, mais uma vez, simplifica a matéria gramatical para melhor compreensão do estudante francês. Identifica apenas três grandes tipos de pronomes e fornece uma definição geral para cada um deles. Interessa notar que Sané considera um subponto, denominado “Exercices sur la combinaison des Pronoms personnels”, explorando algumas das dificuldades que o aprendente de língua portuguesa pode sentir no domínio dos pronomes.

Nas primeiras linhas dedicadas à classe do verbo, considera-se que Sané segue Vieira quase à letra. A sequência de ideias é a mesma; os exemplos são os mesmos. No entanto, continua-se a notar, por parte de Sané, uma tentativa de tornar a língua portuguesa mais acessível e mais próxima dos falantes de língua francesa. Assim, enquanto Vieira identifica a conjugação dos verbos auxiliares *ser* e *estar* em: “Indicative – present, preterimperfect, preterperfect definite, Preterpluperfect, future Imperative; Optative and subjunctive – first preterimperfect, second preterimperfect, preterperfect, preterpluperfect, second preterpluperfect, first future, second future; Infinitive; Participles; Gerunds;

Supines” (VIEIRA, 1768, p. 51-55); Sané adopta o mesmo esquema do sistema verbal da língua francesa, identificando: “Indicatif present; Imparfait; Parfait défini; Parfait indéfini; Plus-que-parfait simples; Plus-que-parfait compose; Futur simple; Futur compose; Conditionnel simple; Conditionnel compose; Impératif; Subjonctif; Imparfait; Parfait; Plus-que-parfait; Futur; (Autre futur); Infinitif; Participe present; Participe passé; Futur; Gérondif; Supin” (SANÉ, 1810, p. 43-47)

Vieira não autonomiza a partícula interjectiva como verdadeira classe de palavra, tanto que a sua definição é introduzida ainda sob o domínio da conjunção. As partículas interjectivas surgem apenas em forma de listagem, sendo dado o seu equivalente em inglês. Sané, embora apresente um capítulo para a interjeição, ocupa menos de meia página com o assunto. Segue o exemplo de Vieira e faz a listagem de algumas interjeições (poucas, comparadas com as de Vieira), fornecendo o seu correspondente em língua francesa.

3.3. *Matéria fonética*

Alexandre Marie Sané apresenta o Alfabeto Português com as suas 24 letras, tal como Vieira Transtagano fizera para a apresentação das mesmas, a saber: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, X, Y, Z.

Além de ambos os autores começarem por comparar as pronúncias às das línguas faladas pelo público-alvo, anglófono no caso de Vieira, francófono no caso de Sané, inventariam-se agora os aspectos de reprodução *tout-court* nos exemplos de palavras portuguesas onde o som aparece. Com efeito, no ponto intitulado *Of the manner of pronouncing the Portuguese Letters as combined in Syllables*, Vieira (1768, p. 3) socorre-se da palavra *ambos* para referir que a letra A é, por vezes, pronunciada com menos força: “[A] It is sometimes pronounced with less strenght and closely, as in *ambos*” e Sané (1810, p. 2) reutiliza o mesmo exemplo e afirmação em modo de tradução: “Cependent on le prononce [A] quelques fois avec moins de force, et on lui donne un ton un peu plus fermé dans le mot portugais *ambos*”.

Vejam-se dois excertos comparativos no que à pronúncia das letras E e O diz respeito:

Of the Portuguese Alphabet, and the manner of pronouncing each separate Letter (p. 1).

E is expressed by a sound like that we give to the English *a* when we pronounce the word *care*. O has nearly the same sound as in the English word *store* (p. 2).

The letter *e* has two different sounds; the one open like *ay* in *dayly*; the other close, like that in the English word *mellow*. Examples of the former, *fê*, faith, *pé*, foot, &c. In this latter, *rede*, a net, *parede*, a wall, &c. In this consists a great part of the beauty of the Portuguese pronunciation, which, however, cannot be learnt but by a long use, notwithstanding all the rules that can be given for it (p. 3).

This vowel [o] has two sounds; one open, as in the word *dó*, pity, where the *o* is pronounced like our *o* in the word *store*; the other close, as in the Portuguese article *do*, of, and the word *redondo*, round, where the *o* is pronounced like our *u* in *turret* or *stumble*. It is likewise in the different pronunciation of this vowel that consists the greatest part of the beauty of the Portuguese pronunciation; but it can be learned only by a long use (p. 3).

(Vieira Transtagano, 1768, p. 1-8)

De L'Alphabet Portugais

Prononciation des Voyelles (p. 1).

E, a deux sons différens: l'un ouvert, comme dans le mot français *abcès*, *fê*, *foi*; *pé*, *piéd*; l'autre très- fermé, comme dans le mot français *vérité*, *rede*, *flet*; *parede*, *muraille* (p. 2).

O, a aussi deux sons différens; l'un ouvert comme dans le mot portugais *Dó*, *pitié*, où l'on prononce la lettre O, comme les Français prononcent leur diphtongue *au* dans le mot *cadeau*; l'autre fermé, comme dans l'article portugais *Do*, qui se prononce presque comme la diphtongue française *ou* (p. 2).

Sané (1810, p. 1-9)

Os exemplos escolhidos por Vieira Transtagano (1768, p. 3) para ilustrar os dois modos de pronunciar a letra E são *fê* e *pé* para a pronúncia de E aberto e *rede* e *parede* para a pronúncia de E fechado. Os mesmos pares de palavras são resgatados por Sané. Porém, ao ilustrar os dois graus de abertura da pronúncia da letra O, Sané secunda Vieira na ilustração da vogal aberta que ocorre na palavra *Dó*, mas recorre a exemplo diferente para explicar a vogal fechada. À palavra *redondo*, escolhida por Vieira, Sané prefere referir o artigo português *do*, sublinhando a pronúncia quase idêntica à do ditongo francês *ou*.

Das especificações dadas sobre a pronúncia das consoantes, merece relevo o cuidado expositivo concernente à letra G, em que Vieira (1768, p. 4-5) usa os exemplos *gosto*, *gaiola* e *grito* para a pronúncia antes das vogais *a*, *o*, *u*. Não dá exemplos de palavras portuguesas para usos de G antes de *e*, *i*, limitando-se a dizer que denotam o som J. Quanto aos grupos *gua*, ilustra com a palavra *guar-*

da, afirmando que se pronuncia *wa*. Relativamente a *gue*, *gui*, Vieira compara à pronúncia de *guest* e de *gift*, mas observa a diferença verificada nos verbos *arguir* e *redarguir*, onde escreve “(...) it is to be pronounced as if it was written *argueer*”. Sané (1818, p. 3-4) retoma os exemplos de Vieira e só parece inovar na descrição do grupo *gn*, dado que é um aspecto não referido por Vieira, e que certamente é justificado na *Nouvelle Grammaire Portugaise* de Sané pelo contraste necessário com o francês. O gramático francês destaca o facto de *gn* não se pronunciar em português como acontece na língua francesa, mas sim como na língua latina, pronúncia em dois sons muito distintos e separados, *dig-nus* em latim, *dig-no* em português, ao passo que se pronuncia *di-gne* em francês.

Outros casos de exemplos de Vieira Transtagano que Sané retoma, são os das palavras que ilustram as pronúncias da letra *x*, a saber, *extensãm*, *extenuado*, *expulso*, *excellente* para a pronúncia *cs* e *exactamente*, *exornar* para *gz*. *Alexandre*, *paixão*, *puxo*, *baxo* são também os exemplos de Vieira reutilizados por Sané para referir que nestes casos só sobrevive quase o som *z* e o som *g* (em *gz*) não é perceptível ao ouvido.

Refira-se ainda que no tratamento dos ditongos, os exemplos dados por Sané (1810, p. 8-9) são sempre os usados por Vieira Transtagano (1768, p. 7-8): *maçaã*, *cães*, *pay*, *mais*, *pão*, *cousa*, *ceo*, *rey*, *boy*, *dou*, *sou*, *azues*.

Em matéria fonética, apesar do uso repetido dos exemplos de Vieira, não parece que Sané seja um mero tradutor. O autor revela amiúde capacidade de inovação em relação ao público francófono, adaptando e completando explicações de Vieira. Refira-se somente a interessante nota sobre a pronúncia de *s* em final de palavra, que Vieira não destaca e que Sané (1810, p. 7) ilustra dizendo que a pronúncia de *s* se torna espessa e se pronuncia como *capitulaçoench*, *expediçoensch*.

No ensino de PLE e concretamente na feitura de uma gramática de PLE, o facto de quem produz as observações não ser falante nativo, caso de Sané em oposição a Vieira, pode ser produtivo e desejável, na medida em que o falante não nativo está mais desperto para as dificuldades de pronúncia, por contraste com a sua própria língua materna. Sané revela essa acuidade e perspicácia em relação à matéria fonética da língua portuguesa.

Conclusão

Voltando-se ao início deste trabalho, retoma-se a afirmação de G. Hamonière, segundo a qual a gramática de Sané “n’est guère qu’une traduction de la grammaire portugaise écrite en anglais par Vieyra”, para, em jeito de conclusão

prévia, a subscrever. Prova cabal da fidelidade ao texto de Vieira é a repetição dos exemplos que atestam as regras gramaticais. De facto, a análise contrastiva das gramáticas torna claro o exercício de tradução francesa de Sané, como se procurou mostrar através da citação de excertos das duas gramáticas, colocados em paralelo. Mais ainda: com algumas excepções, este exercício é quase sempre sistemático e contínuo, no sentido em que segue o texto de Vieira ao longo de parágrafos e mesmo páginas, embora a citação de excertos, necessariamente interpolada, nem sempre ilustre tal linearidade. As excepções respeitam a arrumações originais das matérias gramaticais, sobretudo no campo da morfologia, onde parece que o tradutor, fiel ao original inglês, compõe outro texto com nova arrumação das matérias apresentadas em *A New Portuguese Grammar*.

Assim, mesmo subscrevendo-se Hamonière, a pergunta que figura no título deste artigo, nomeadamente “Uma ou duas gramáticas de PLE?”, não poderá ter uma resposta liminar, porque a *Nouvelle grammaire* de Sané não é uma imitação servil, mas uma tradução criteriosamente adaptada ao respectivo público-alvo e à metalíngua da descrição gramatical. Os dados de que se dispõe neste momento permitem portanto afinar a observação de Hamonière. Em síntese do que se apresentou, dir-se-ia, em primeiro lugar, que a gramática de Sané é uma tradução abreviada da gramática de Vieira, uma tradução com cortes que correspondem (i) ora à omissão de matéria teórica desenvolvida por Vieira (aspecto muito claro no tratamento morfológico das partes da oração), (ii) ora à omissão de elementos gramaticais específicos do inglês, que Vieira apresenta no âmbito de uma análise contrastiva. Em segundo lugar, sem contradição com o apontado atrás, o texto de Sané é uma tradução ampliada da gramática de Vieira, no sentido em que são frequentes as incursões do autor francês em matéria morfológica e sintáctica do francês, com comparações entre as duas línguas românicas.

Referências

- AUROUX, Sylvain (Dir.). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 2, Liège: Mardaga, 1992.
- _____. *La révolution technologique de la grammatisation*. Liège: Mardaga, 1994.
- BABAD, Pierre. *A Portuguese and English Grammar, compiled from those of Lobato, Durham, Sane and Vieyra, and simplified for the use of students*. Baltimore: Published for the Author, by Fielding Lucas, 1820.
- BACHI, Pietro. *A Comparative View of the Spanish and Portuguese Language*.

- ges, or an easy method of learning the Portuguese tongue for those who are already acquainted with the Spanish. Cambridge: Hilliard and Brown, 1831.
- BIOGRAPHIE UNIVERSELLE OU DICTIONNAIRE HISTORIQUE. Paris: Furne et C^e, v. 5, 1838.
- BRANCO, Manoel Bernardes. *Portugal e os estrangeirados*, v. I, Segunda Parte. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
- BREVA-CLARAMONTE, Manuel. El uso y la copia en el método de Pedro Simón Abril (1530-1600). *Revista española de lingüística*, 21, fasc. 1, p. 47-64, 1991.
- CARDOSO, Simão. *Historiografia gramatical (1500-1920)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1994.
- DE LA MOLIÈRE. *A Portuguese Grammar: or Rules shewing the True and Perfect way to lear the said language*. London: Printed by Da Maxwel, 1662.
- DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris : Lecointe et Drey, Libraires, 1826.
- DUBOIS, Abbé. *Grammaire Portugaise ou méthode abrégée pour faciliter l'étude de cette langue*. Angers: De L'imprimerie des Frères Mame, 1806.
- FERNANDES, Gonçalo. A Primeira Gramática do Português como Língua Estrangeira (Lugduni 1672). In: GARCÍN MARTÍN, José María; BASTARDÍN CANDÓN, Teresa; RIVAS ZANCARRÓN, Manuel (Eds.). *Estudios de Historiografía Lingüística*. Cádiz: Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2009, p. 205-220.
- FONSECA, Maria do Céu. Gramática de português para estrangeiros: o enfoque francês de L. P. Siret (1801) a G. Hamonière (1820). In: MARCOS DE DIOS, Ángel (Ed.). *La Lengua Portuguesa*, vol. II. Salamanca: Ediciones Universidad, 2014, p. 373-381.
- _____ Norma e variação na memória gramatical do português como língua não materna (1662-1910). In: FERREIRA, António; BRASETE, Maria Fernanda (Eds.). *Pelos mares da língua portuguesa 2*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2015, p. 459-469.
- FONSECA, Maria do Céu; GOMES, Fernando. Mémoire Textuelle du Portugais Langue Étrangère (PLE): la codification grammaticale entre les XVIIe et XIXe siècles. *Exotopies* (no prelo).
- FONSECA, Maria do Céu; MARÇALO, Maria João; SILVA, Ana Alexandra. O Português como Língua Estrangeira em Gramáticas Antigas – aspetos do contexto anglófono. In: KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIESS, Barbara; SCHÖNTAG, Roger (hrsg). *Lusofone. SprachWissenschaftsGeschichte I*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2012, p. 21-55.

- FOX, Peter. *Trinity College Library Dublin. A history*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- G[IUSEPPE], Paolo di G[esu] M[aria]. *Ristretto di Grammatica Portoghese ad uso dei Missionarj di Propaganda. Scritto dal ____ . Dei minori osservanti di Portogallo. Con aggiunta di parole, di dialoghi, d'un piccolo dizionario, e di alcune lettere del Padre Vieira*. Roma: S. C. de Propaganda Fide, 1846.
- GONÇALVES, Maria Filomena. *Contrastes gramaticales entre le español y el portugués: A comparative view of the Spanish and Portuguese languages (1831)*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (Eds.). *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*. Münster: Nodus Publikationen, v. I, 2010, p. 339-350.
- HAMONIERE, G. *Grammaire Portugaise, divisée en quatre parties*. Paris: Bobée et Hingray, 1820.
- HOWELL, James. *A New English Grammar prescribing as certain rules as the languages will bear, for forreners to learn English: Ther is also another grammar of the Spanish or Castilian tounge, with some special remarks upon the Portuguese Dialect, &c*. London: Printed for T. Williams, H Brome, and H. Marsh, 1662.
- KEMMLER, Rolf. *A primeira Grammatica AngloLusitanica (Londres, 1701) e as suas edições*. *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, v. 8., p. 23-42, 2012.
- _____. *O casamento real de D. Catarina de Bragança em 1662 e as gramáticas de James Howell e Stephane Damar de la Molière*. *Revista de Letras*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, II, n.º 12, p. 21-38, 2013.
- KINLOCH, A. *Compendium of Portuguese Grammar, from the Portuguese (eleventh edition) of C. A. de Figueiredo Vieira, and the Grammars of Constancio, Vieyra, and others*, revised by A. J. dos Rei. London: Williams and Norgate, 1876.
- LANGLÈS, Louis-Mathieu; GINGUENÉ, Pierre-Louis; DUVAL, Amaury (Dir.). *Mercure Étranger, ou Annales de la Littérature Étrangère*. Paris: Arthus-Bertrand / D. Colas, Tomes I-II, 1813.
- MOREIRA, Fernando Alberto Torres. *Em torno de Filinto Elisio – Ensaio*. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011.
- OLIVEIRA, Anielle Souza de. *Incursões (meta)lexicográficas e semânticas em Vieira Transtagano: a guerra e o comércio no dicionário português-inglês*. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador.

- PONCE DE LÉON, Rogelio. O primeiro manual do português como língua estrangeira? Breves considerações sobre *A portuguez grammar* (Londres 1662) de La Mollière. *Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonia*, 6, p. 53-74, 2012.
- SANÉ, Alexandre Marie. *Tableau historique, topographique et moral, des peuples des quatre parties du monde; comprenant les Lois, les Coutumes et les Usages de ces peuples*. Paris: F. Buisson, Tome I, 1801, p. 313-331; Tome II, 1801, p. 482-488.
- _____. *Poésie lyrique portugaise ou Choix des Odes de Francisco Manoel, traduites en français, avec le texte en regard*. Paris: Chez Cérioux jeune, 1808.
- _____. *Nouvelle Grammaire Portugaise, suivie de plusieurs essais de traduction française interlenéaire, et de différents morceaux de prose et de poésie. Extraits de meilleurs classiques portugais*. Paris: Chez Cérioux Jeune, Nicole Libraire, Cussac Imprimeur-Libraire, 1810.
- SILVA, Amanda Carvalho. “Português para inglês ver”: primórdios do ensino/aprendizagem de português como língua estrangeira. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão.
- SILVA, Ana Alexandra; MARÇALO, Maria João. António Vieira e John C. Branner – A Morfologia Revisitada. Gramáticas Antigas de Português Língua Estrangeira. In: VAL ÁLVARO, José Francisco et al (Eds.). *De la unidad del lenguaje a la diversidad de las lenguas*. Universidad de Zaragoza, 2013, p. 830-842.
- SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. 1858-1923, CD-ROM.
- SIRET, L[ouis]-P[ierre]. *Grammaire Portugaise de L.-P. Siret, augmentée d'une phraséologie et de plusieurs morceaux en prose et en verse, extraits de écrivains portugais et français les plus estimés, avec le texte en regard, par Joseph da Fonseca*. Paris: J. P. Aillaud, Monlon et C^{ie}., 1799, 1854².
- SMITH, Robert C. A pioneer teacher: father Peter Babad and his Portuguese grammar. *Hispania*, American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, v. 28, n. 3, p. 330-363, 1945.
- SOUZA, Álvaro César Pereira de; SILVA, Amanda Carvalho. A produção de gramáticas e dicionários no período pombalino: o caso de Antonio Vieyra Trantagano. In: II Congresso Internacional da ABRAPUI, 2012. Disponível em <<http://www.abrapui.org/anais/ComunicacoesIndividuaisLingua/2.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.
- SWIGGERS, Pierre. El foco ‘belga’: Las gramáticas españolas de Lovaina (1555, 1559). In: GÓMEZ ASENCIO, José J. (Dir.). *El castellano y su*

- codificación gramatical. Volumen I: De 1942 (A. de Nebrija) a 1611 (John Sanford)*. Burgos: Fundación Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2006, p. 161-213.
- TAYLOR, Barry. Un-Spanish Practices: Spanish and Portuguese Protestants, Jews and liberals, 1500-1900. In: TAYLOR, Barry (Ed.). *Foreign-Language Printing in London 1500-1900*. Great Britain: The British Library, 2002, p. 183-202.
- THE CRITICAL REVIEW: OR, ANNALS OF LITERATURE*. Londres: A. Hamilton, v. 37, 1774, p. 143-144.
- TORRE, Manuel Gomes da. Gramáticas inglesas antigas: alguns dados para a história dos estudos ingleses em Portugal até 1820. Trabalho complementar à dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10216/13511>>. Acesso em: 2012.
- VERDELHO, Telmo. On the origins of Modern Bilingual Lexicography: interaction between Portuguese and other European Languages. In BRUTI, Silvia; CELLA, Roberta; ALBERT, Marina Foschi (Eds.). *Perspectives on Lexicography in Italy and Europe*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2009. p. 121-150.
- _____. Lexicografia portuguesa bilingue. Breve conspecto diacrónico. In VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João Paulo (Eds.). *Lexicografia bilingue. A tradição dicionarística português - línguas modernas*. Lisboa/Aveiro: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa/ Universidade de Aveiro, 2011, p. 13-67.
- VIEIRA TRANSTAGANO, António. *A New Portuguese Grammar in four parts*. London: Printed for J. Nourse, 1768.
- ZILBERMAN, Regina. O *Resumo de História Literária*, de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação. *Veredas*, Santiago de Compostela, v. 19, p. 121-143, 2013.

Submetido em 21 de março de 2016

Aceito em 10 de maio de 2016

ELEMENTOS PARA UM ADEQUADO TRATAMENTO LEXICOGRÁFICO DA VARIAÇÃO DIATÓPICA DA DESIGNAÇÃO DE GRUPOS DE ORGANISMOS

CONTRIBUTIONS TO AN ADEQUATE LEXICOGRAPHIC TREATMENT OF THE DIATOPIC VARIATION OF THE NAMING OF ORGANISM GROUPS

Carlos Garrido
Universidade de Vigo
cgarrido@uvigo.es

RESUMO:

Assinalamos no presente trabalho os principais problemas e estratégias que se prendem com uma adequada incorporação da variação diatópica da designação de grupos de organismos aos dicionários gerais de referência (pan-lusófonos) da língua portuguesa, para o que se efetua um levantamento – esteado na análise de uma série de amostras vocabulares representativas – de deficiências lexicográficas presentes nos dicionários *Houaiss* do Brasil e de Portugal relativas ao tratamento da divergência zoonímica que se regista entre as variedades lusitana e brasileira da língua. As inadequações detetadas podem classificar-se nas seguintes cinco categorias: inadequações respeitantes às marcas geográficas ou varietais, inadequações respeitantes à categorização das variantes zoonímicas de cada variedade nacional da língua, inadequações respeitantes à incorporação dos elementos zoonímicos, inadequações respeitantes à definição e inadequações respeitantes à especificação.

PALAVRAS-CHAVE: dicionário geral, variação lexical diatópica, variedades nacionais do português, zoonímia

ABSTRACT:

In the present article we point out the main problems and strategies relating to an adequate incorporation of the diatopic variation of the naming of organism groups into the general reference (pan-Lusophone) dictionaries of the Portuguese language, to which aim, basing on the extraction and analysis of a representative series of samples, we compile a comprehensive list of lexicographic inadequacies present in the *Houaiss* dictionaries of Brazil and Portugal regarding the treatment of the zoonymic divergence between the Lusitanian and Brazilian varieties of the language. The inadequacies detected can be grouped in the following five categories: inadequacies regarding the

geographic or varietal labels, inadequacies regarding the categorization of the zoonymic variants in each national variety of Portuguese, inadequacies regarding the incorporation of zoonymic elements, inadequacies regarding definitions, and inadequacies regarding specification.

KEYWORDS: general dictionary, diatopic lexical variation, national varieties of Portuguese, zoonymy

Introdução

Por causa da sua exposição a ecologias e influências culturais diferenciadas e por causa do seu relativo isolamento recíproco, as variedades nacionais de línguas de muito larga extensão geográfica (línguas pluricêntricas) costumam mostrar entre si uma notável divergência na designação vernácula (supradialetal) de grupos de organismos (animais, plantas, fungos), aspeto da *variação diatópica do léxico* que, no caso do português, se revela especialmente conspícuo. Deste modo, é claro que toda a obra que aspirar a constituir-se em *dicionário geral de referência da língua portuguesa* deverá registar com o devido cuidado a projeção da variação diatópica do léxico sobre os caracterizados setores da zoonímia e da fitonímia, de acordo com os critérios que consensualmente assinalam neste âmbito a qualidade lexicográfica, ou seja, abrangência e representatividade, rigor conceptual, correção formal e clareza expositiva (GARRIDO, 2012, p. 72).

As denominações de grupos de organismos disponíveis numa dada comunidade linguística podem ser de índole *científica*, *paracientífica*, *vernácula* ou *paracientífico-vernácula* (v. Tabela 1), verificando-se que na nomenclatura ou lemiário dos dicionários gerais da língua (portanto, não especializados) apenas têm cabimento as denominações paracientíficas e as vernáculas, enquanto que as científicas ficam restringidas às definições e à informação etimológica. As denominações vernáculas de grupos de organismos podem remeter para uma unidade taxonómica (= *táxon*) formalmente reconhecida pela sistemática biológica ou taxonomia como grupo natural de descendência evolutiva (*correspondência taxonómica simples*: p. ex., *lontra* → [mustelídeo da subfamília] Lutrinae, *lontra-marinha* → [lutríneo da espécie] *Enhydra lutris*) ou para um conjunto heterogéneo, artificial, de tais unidades taxonómicas (*correspondência taxonómica compósita*: p. ex., *cobra-capelo* → [conjunto de espécies de serpentes da subfamília Elapinae da família Elapidae adscritas aos géneros] *Naja* + *Ophiophagus* + *Pseudohaje* + *Hemachatus* + *Aspidelaps*). Por sua vez, as denominações vernáculas de grupos de organismos podem ser ora *populares*,

quando pertencentes ao acervo vocabular patrimonial ou quando baseadas em empréstimo de adstrato (constituído, no caso do português, sobretudo, pelo tupi), ora *eruditas*, se surgidas (por intervenção de especialistas) através de empréstimo ou de decalque a partir de línguas estrangeiras modernas, através de composição ou através de restrição específica de nome vernáculo popular (v. exemplos destas categorias na Tabela 1; explicação mais pormenorizada em GARRIDO, 2012, p. 41–42).

Neste contexto, é objetivo do presente trabalho delimitar e glosar os problemas e as estratégias que se prendem com um adequado tratamento lexicográfico da variação diatópica da designação vernácula de grupos de organismos nos dicionários gerais de referência da língua portuguesa. Com esse intuito, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, do Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, presta-se aqui a uma proveitosa análise, tanto pela sua grande extensão (c. 230.000 verbetes) e vocação pan-lusófona¹, quanto pelo seu atual desdobramento em duas versões nacionais, a original brasileira (2001, abrev. *DH-BR*) e a adaptada à variedade lusitana (2003, abrev. *DH-PT*), bem como pelo elevado padrão de qualidade que ele exhibe, em geral, no tratamento do léxico de especialidade. De facto, o presente trabalho, focalizado na zoonímia, representa um aprofundamento da breve análise que, sobre o tratamento dispensado em três dicionários gerais à variação geográfica da designação de grupos de animais, incluímos num artigo prévio da nossa lavra (GARRIDO, 2012, p. 48–50)².

¹ Claramente expressa, por exemplo, nas seguintes apreciações contidas nos textos introdutórios do dicionário: «Buscamos também, no trato do sistema da língua, no trato das suas normas, no trato das suas regras, fazê-lo com a maior universalidade lusófona, sem deixar de ressaltar as opções regionais e variantes consentâneas.» (HOUAISS, 2003, p. xiv); «Outra característica da obra é a sua vocação lusófona, que a fez debruçar-se sobre dialectalismos tanto brasileiros como portugueses [...]» (DE SALLES VILLAR, 2003, p. xv).

² Para mostrarmos o interesse prático que detém a consideração (lexicográfica) da variação diatópica da designação vernácula de grupos de organismos (entre a Europa e a América), atentemos no seguinte caso de disfuncionalidade expressiva verificado no seio da língua castelhana: na edição espanhola publicada pela editora Anaya de *Cuentos de la selva*, do uruguaio Horacio Quiroga (1918) (Madrid, coleção «Tus Libros», 1981), o ilustrador, José María Lago, para dois dos contos («La tortuga gigante» e «El loro pelado»), desenhou *tigres* (pág. 7 e 21) —isto é, grandes felinos asiáticos (espécie *Panthera tigris*)—, quando a ação desses relatos decorre, inequivocamente, na selva do norte da Argentina (!), ao não ter reparado em que a voz *tigre*, tal como é usada aqui por Horacio Quiroga, e em grande parte da América Hispânica (e no sul do Brasil!), designa o *jaguar* ou *onça-pintada*, quer dizer, o maior felino americano (espécie *Panthera onca*). (De resto, o ilustrador também erra ao desenhar, na pág. 49, um *guaxinim* [género *Procyon*], em vez de um *quati* [género *Nasua*], para o conto «Historia de dos cachorros de coati y de dos cachorros de hombre»).

Tabela 1: Classificação morfológica, etimológica e pragmática das denominações de grupos de organismos (as denominações paracientíficas e vernáculos exemplificam-se com nomes portugueses; as denominações sublinhadas devem grafar-se sempre em tipo *itálico* [nomes científicos de géneros e espécies ou empréstimos não adaptados]).

Denominações científicas		<i>Acanthocephala</i> , <i>Angiospermae</i> , <i>Felidae</i> , <i>Monocotyledoneae</i> , <i>Myxini</i> , <i>Ptilonorhynchidae</i> , <i>Scyphozoa</i> ; <u><i>Amanita</i></u> , <u><i>Ateles</i></u> , <u><i>Fasciola</i></u> , <u><i>Orycteropus afer</i></u> , <u><i>Paramecium</i></u> , <u><i>Phoenicurus</i></u> , <u><i>Phoenicurus phoenicurus</i></u> , <u><i>Phoenicurus ochruros</i></u> , <u><i>Phoenicurus ochruros gibraltariensis</i></u> , <u><i>Ptilonorhynchus</i></u> , <u><i>Testacella</i></u>
Denominações paracientíficas		<p>derivadas de nomes científicos de táxones supra-genéricos («classificatórias»): <i>Acantocéfalo(s)</i> [+ <i>acantocéfalo(s)</i>], <i>Angiospérmicas</i> [+ <i>angiospérmica(s)</i>], <i>Cifozoários</i> [+ <i>cifozoário(s)</i>], <i>Felídeos</i> [+ <i>felídeo(s)</i>], <i>Monocotiledóneas</i> [+ <i>monocotiledónea(s)</i>], <i>Ptilonorrinquídeos</i> [+ <i>ptilonorrinquídeo(s)</i>]</p> <p>derivadas de nomes científicos de género ou de epítetos específicos de nomes científicos de espécie («identificadoras»): <i>amanita</i>, <i>átele</i>, <i>colobo</i>, <i>fasciola</i>, <i>hemíono</i>, <i>mixina</i>, <i>oricteropo</i>, <i>paramécio</i>, <i>ptilonorrinco</i>, <i>testacela</i></p>
Denominações vernáculos	populares	patrimoniais: <i>andorinha</i> , <i>atum</i> , <i>avestruz</i> , <i>elefante</i> , <i>cobra-capelo</i> , <i>estrelinha</i> , <i>hipopótamo</i> , <i>lesma-de-conchinha</i> , <i>porco-formigueiro</i> , <i>rabirruivo</i> , <i>rinoceronte</i> , <i>tigre</i>
		baseadas em empréstimo de adstrato: <i>arara</i> , <i>guaxinim</i> , <i>jacaré</i> , <i>tamanduá</i> , <i>tatu</i>
	eruditas	por adoção de empréstimo: <i>canguru</i> , <i>daimão</i> , <i>guppy</i> , <i>krait</i> , <i>l(h)ama</i> , <i>quivi</i> , <i>vombate</i>
		por decalque e/ou composição: <i>cariça-australiana</i> ‘pássaro da família Maluridae’ [< ingl. <i>Australian wren</i>], <i>cariça-australiana-de-coroa-violeta</i> ‘pássaro da espécie <i>Malurus coronatus</i> ’ [< ingl. <i>purple-crowned fairywren</i>], (<i>pássaro-)</i> <i>jardineiro</i> ‘pássaro da fam. Ptilonorhynchidae’ [< ingl. <i>bowerbird</i>], (<i>pássaro-)</i> <i>jardineiro-de-cetim</i> ‘pássaro-jardineiro <i>Ptilonorhynchus violaceus</i> ’ [< ingl. <i>satın bowerbird</i>]; <i>feiticeira</i> ou <i>peixe-bruxa</i> ‘mixina, cordado do grupo Myxini’ [< ingl. <i>hag(fish)</i>], <i>enguia-de-casulo</i> ou <i>enguia-de-muco</i> ‘mixina, cordado do grupo Myxini’ [< ingl. <i>slime eel</i>]; <i>aranha-do-mar</i> ‘picnogónido’
Denominações híbridas paracientífico-vernáculos (eruditas)		<i>amanita-mata-moscas</i> [fungo <i>Amanita muscaria</i>], <i>colobo-vermelho-centro-africano</i> [< ingl. <i>Central African red colobus</i> : colobo <i>Piliocolobus foai</i>]

1. Análise de problemas e estratégias do tratamento lexicográfico da variação diatópica da designação vernácula de grupos de organismos

Na presente secção, passamos em revista os principais problemas que levanta a incorporação da variação diatópica da designação vernácula de grupos de organismos a um dicionário geral pan-lusófono da língua portuguesa, reparando no tratamento que recebe no *DH-BR* e no *DH-PT* a denotação de grupos de animais tanto na variedade lusitana como na variedade brasileira da língua. Na qualidade de grandes dicionários gerais de referência do português, o *DH-BR* e o *DH-PT* devem registar de modo abrangente as denominações vernáculas de grupos de organismos que ocorrem no conjunto da lusofonia, e não apenas as utilizadas nos países onde os dicionários são editados. Por conseguinte, não será na nomenclatura destes dicionários que, a nosso juízo, deva ficar refletida a nacionalidade da obra lexicográfica, mas apenas na configuração dos verbetes e na redação das definições, tratando-se aqui, quando muito, de uma questão de *ênfase* ou *priorização*³.

Assim, nas linhas que se seguem, identificamos e analisamos os problemas lexicográficos em foco subordinando-os a cinco epígrafes: **a**) grupo de animais representado nos domínios geográficos das variedades lusitana e brasileira da língua, mas com denominações vernáculas populares supradialetais diferentes em cada variedade da língua (subsecção 1.1); **b**) grupo de animais representado na Península Ibérica, mas não no Brasil, verificando-se que na variedade lusitana ele possui uma denominação vernácula popular (supradialetal) não utilizada para designar animais autóctones no Brasil (subsecção 1.2); **c**) grupo de animais representado no domínio geográfico da variedade brasileira, mas não na Península Ibérica, verificando-se que, na variedade brasileira, ele possui uma denominação vernácula popular (supradialetal) não utilizada para designar animais autóctones em Portugal (subsecção 1.3); **d**) denominação vernácula

³ Assim, por exemplo, neste contexto constituem procederes corretos os seguintes: **a**) s.v. “grilo-toupeira”, o *DH-BR*, brasileiro, regista como primeira aceção subordinada (1.1) a espécie *Neocurtilla hexadactyla* (como **Gryllotalpa hexadactyla*), cuja distribuição geográfica abrange o território brasileiro, e, só como segunda aceção subordinada (1.2), a espécie europeia, portuguesa, *Gryllotalpa gryllotalpa*; **b**) s.v. “mole” (ingl. ‘toupeira’), a definição do *Shorter Oxford English Dictionary* (STEVENSON, 2007), britânico, inclui a advertência «esp[ecially]. the Eurasian *Talpa europaea*», enquanto que a do *Webster’s Third New International Dictionary* (GOVE, 1993), estado-unidense, só inclui a referência à família Talpidae, sem mencionar qualquer espécie concreta (no território dos EUA vivem várias espécies de talpídeos, nenhuma das quais *Talpa europaea*).

popular (supradialetal) de grupo de animais com correspondência taxonómica ou com designação prototípica divergente entre o português lusitano e o português brasileiro (subsecção 1.4); e) grupo de animais não representado no domínio geográfico das variedades lusitana e brasileira e que possui denominações vernáculas diferentes em função da variedade da língua (subsecção 1.5).

Em cada uma destas cinco subsecções, recorreremos a uma ou duas amostras vocabulares para elucidarmos o respetivo problema lexicográfico, amostras que também nos vão permitir aferir – de acordo com os critérios de abrangência e representatividade, rigor conceptual, correção formal e clareza e economia expositivas – a qualidade da cobertura no *DH-BR* e no *DH-PT* da variação zoonímica existente entre as vertentes lusitana e brasileira da língua (com algumas referências ocasionais ao emergente padrão lexical da variedade galega do português, como estímulo para a oportuna inclusão nos nossos grandes dicionários das variantes supradialetais da Galiza).

Para cada caso das amostras vocabulares expõe-se, em primeiro lugar, a respetiva configuração zoonímica determinada pela variação diatópica, de modo que, se numa dada variedade da língua existir mais de uma denominação supradialetal⁴, elas surgirão relacionadas pelo sinal =, quando tiverem nessa variedade aproximadamente o mesmo «peso normativo», ou frequência de uso, e pelo sinal >, quando uma, a situada à esquerda, tiver maior «peso normativo», ou frequência de uso, do que a outra⁵. A seguir, se for pertinente, inclui-se,

⁴ Tenha-se em conta que uma denominação pode deter carácter supradialetal numa das variedades da língua, e carácter dialetal noutra. Assim, por exemplo, para denotar os pássaros da família Troglodytidae e, em particular, os do género *Troglodytes*, *carricha* é forma supradialetal em Portugal, mas dialetal no Brasil; com o sentido ‘cifozoário na fase de medusa’, a solução *água-viva* é dialetal em Portugal (face à supradialetal *alforreca*), mas supradialetal no Brasil (v. *infra*).

⁵ Para inferirmos o «peso normativo» relativo das denominações supradialetais sinónimas numa determinada variedade da língua, consultámos o seu estatuto em dicionários gerais da correspondente variedade, em dicionários bilingues que combinam uma língua estrangeira (inglês, alemão) com a correspondente variedade de português, na versão portuguesa da *Wikipédia* e em bibliografia do campo da zoologia. Assim, por exemplo, constatamos que, entre as denominações supradialetais brasileiras dos pássaros da família Troglodytidae (e dos seus representantes prototípicos, pertencentes ao género *Troglodytes*), *cambaxirra* e *corruíra*, a primeira apresenta um peso normativo inferior à segunda, porque, embora o *DH-BR* priorize *cambaxirra* sobre *corruíra*, esta última é a denominação preferente, para denotar a espécie *Troglodytes musculus*, no *Dicionário dos animais do Brasil* (aqui citada como *T. aedon*: VON IHERING, 2002, p. 191) e na *Wikipedia-pt* (acesso: 2.7.2015), e, sobretudo, porque, em referência a *T. musculus*, *T. rufulus* e *Cistothorus platensis*, só se utiliza a voz *corruíra* nas *Listas das aves do Brasil*, editadas pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2014).

após o rótulo «Inad[equações]. lex[icográficas].», uma relação de eventuais deficiências registadas no tratamento dado pelo *DH-BR* e pelo *DH-PT* à variação diatópica em foco (se, pelo contrário, não forem detetadas deficiências desse tipo, usa-se o rótulo «Trat[amento]. lex[icográfico]. correto»). As deficiências registadas na informação taxonómica (classificação, identificação e especificação) e na enunciação de caracteres das definições, as quais não constituem o objeto principal deste estudo, são indicadas, em cada caso, em nota de rodapé.

1.1. Grupo de animais representado nos domínios geográficos das variedades lusitana e brasileira da língua, mas com denominações vernáculas populares supradialetais diferentes em cada variedade da língua

Neste capítulo, a aplicação dos supracitados critérios de qualidade lexicográfica exige que o dicionário geral de referência inclua na nomenclatura e entre as aceções também os elementos zoonímicos portugueses (pelo menos, supradialetais) alheios à correspondente variedade nacional da língua, surgindo a respetiva definição apenas no verbete encabeçado pela denominação (principal) própria da variedade do país de edição, que exibirá o correspondente indicativo geográfico ou varietal, verbete, este, que receberá as remissões adscritas aos lemas e às aceções correspondentes aos elementos zoonímicos próprios de outras variedades da língua, em cada caso marcados com a correspondente indicação geográfica⁶. Exemplo desta estratégia, aplicada à designação de dois grupos de animais num dicionário *editado em Portugal*, poderá ser o seguinte (redação das definições na linha do dicionário *Houaiss*):

abelhão: design. comum às abelhas sociais do gén. *Bombus*, da fam. Apídeos, com abdome largo e piloso, coloração ger. negra e amarela e cerca de 30 mm de

⁶ Este proceder lexicográfico, de facto, é preconizado no capítulo «Adaptação lexical» do texto introdutório do *DH-PT* mediante, entre outros, o seguinte exemplo:

amaciamento *s.m.* (...) **3 B** m.q. *RODAGEM* // **rodagem** *s.f.* [...] **1** acção ou efeito de rodar **1.1 P** trabalho inicial de motor, a baixa velocidade, para ajustamento das suas peças; amaciamento (B). (MALACA CASTELEIRO, 2003, p. LII)

No entanto, como veremos no presente estudo, há casos em que, de modo incoerente, tal priorização de variantes diatópicas não foi levada a efeito no *DH-PT* (adaptação varietal incompleta), o que, na realidade, já fica anunciado nas primeiras palavras com que o máximo responsável pela adaptação lusitana do *DH-BR* explica o proceder: «Em muitos casos, optou-se por termos ou variantes preferenciais na norma europeia como local de definição, e fez-se remissão para estes nas entradas ou aceções brasileiras ou apenas não preferenciais na norma europeia.» (MALACA CASTELEIRO, 2003, p. LII, ênfase nossa).

comprimento; mamangaba (*Br.*).

mamangaba *Br.*: abelhão.

bicha-cadela (*Pt.*): design. comum a todos os insetos da ordem Dermápteros, providos de grandes cercos em forma de pinça, que lembram uma pequena tesoura (são saprófagos, raramente herbívoros, de hábitos noturnos, escondendo-se em fendas durante o dia); cadela-de-frade (*Gz.*), lacrainha (*Br.*).

cadela-de-frade (*Gz.*): bicha-cadela.

lacrainha (*Br.*): bicha-cadela.

Em seguida, oferecemos uma amostra de casos enquadráveis neste problema lexicográfico e consignamos e avaliamos, em cada caso, o respetivo desempenho dos dicionários *DH-BR* e *DH-Pt* (e, portanto, a qualidade neste capítulo da adaptação lusitana do *DH-BR*). Em cada um dos casos incluídos nesta amostra, em primeiro lugar, resenha-se a denominação ou denominações supradialetais lusitanas (indicativo *Pt*); depois, entre aspas simples, a respetiva correspondência taxonómica (v. *supra*), e, a seguir a uma barra oblíqua, a respetiva denominação ou denominações supradialetais brasileiras (indicativo *Br*); naqueles casos em que a solução do emergente padrão lexical da variedade galega do português não for coincidente com a da variedade lusitana, aquela indica-se, a seguir à denominação brasileira, entre parênteses e com o indicativo *Gz*⁷. Finalmente, inclui-se, sob o formato declarado, uma apreciação dos desvios que se registam no caso em foco a respeito do proceder lexicográfico ideal gizado anteriormente.

abelhão ‘inseto himenóptero do género *Bombus*’ [Pt] / **mamangaba** > **abelhão** [Br]. INAD. LEX.: *DH-BR*: • s.v. “abelhão₂”, consta indevidamente a marca *B* (ou «*Regionalismo: Brasil*»), uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico lusitano; • s.v. “abelhão₃”, falta indicação de *abelhão* ‘*Vespa crabro*’ representar (em Portugal) um uso dialetal-informal, frente ao supradialetal-formal *vespão* ‘*Vespa crabro*’. | *DH-Pt*: • s.v. “abelhão”, não se oferece a definição correspondente a ‘inseto himenóptero do género *Bombus*’ (sim s.v. “mamangaba”!); • s.v. “abelhão₃”, falta indicação de *abelhão* ‘*Vespa crabro*’ representar (em Portugal) um uso dialetal-informal, frente ao supradialetal-formal *vespão* ‘*Vespa crabro*’.

⁷ Consignam-se aqui as soluções supradialetais galegas propostas pela Comissom Lingüística da Associação Galega da Língua (2012). De acordo com esse repositório, na presente amostra também se poderiam incluir, entre outros, os seguintes particularismos lexicais da Galiza: **barata** [Pt+Br] / **cascuda** [Gz], **besouro** ‘coleóptero’ [Pt+Br] / **escaravelho** [Gz], **cágado** [Pt+Br] / **sapo-concho** [Gz], **gafanhoto** [Pt+Br] / **saltão** [Gz].

agrimensora ‘(lagarta de) lepidóptero da família Geometridae’ [Pt] / (**lagarta-
mede-palmos**) [Br]. INAD. LEX.: **DH-Pt**: • s.v. “agrimensora”, não se oferece
a definição correspondente a ‘(lagarta de) lepidóptero da família Geome-
tridae’ (sim s.v. “lagarta-mede-palmos”!).

alforreca [Pt] ‘cifozoário na fase de medusa’ / **água-viva** [Br] (/ **água-má** [Gz]).
INAD. LEX.: **DH-Br**: • s.v. “água-viva₂”, falta a indicação de denominação
supradialetoal-formal brasileira (não lusitana). | **DH-Pt**: • s.v. “alforreca”, não
se oferece a definição correspondente a ‘cifozoário na fase de medusa’
(sim s.v. “água-viva”!).

bicha-cadela ‘inseto da ordem Dermaptera’ [Pt] / **lacrainha** [Br] (/ **cadela-de-
frade** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-Pt**: • s.v. “bicha-cadela”, não se oferece a defini-
ção correspondente a ‘inseto da ordem Dermaptera’ (sim s.v. ‘lacrainha’!).

bicho-de-conta ‘crustáceo isópode do grupo Oniscidea’ [Pt] / **tatuzinho(-de-
quintal)** [Br]. INAD. LEX.: **DH-Pt**: • s.v. “bicho-de-conta”, falta indicativo
de (denominação da) variedade lusitana (e não brasileira); • s.v. “bicho-de-
conta”, as aceções 1 e 1.1, referentes, respetivamente, a ‘isópode da famí-
lia Ligiidae’ e ‘isópode da espécie *Ligia exotica*’ (provenientes do verbete
“barata-da-praia” do **DH-Br**), deveriam surgir só após a aceção ‘crustáceo
isópode do grupo Oniscidea’ (esta, parcialmente incorporada na aceção 2
do verbete em foco), e sob o lema (subordinado) “bicho-de-conta-marinho”
(cf. GARRIDO, no prelo, s.v. “Ligiidae”); • s.v. “bicho-de-conta”, a aceção
1.1, referente a ‘isópode da espécie *Ligia exotica*’ (proveniente do verbete
“barata-da-praia” do **DH-Br**), que representa a correspondente designação
prototípica no Brasil, deveria ser substituída ou complementada por
uma referência à designação prototípica de **bicho-de-conta-marinho** em
Portugal, a espécie *Ligia oceanica*; • s.v. “bicho-de-conta”, falta a aceção
(subordinada) ‘isópode da espécie *Armadillidium vulgare*’, a qual surge,
indevidamente, s.v. “tatuzinho_{2.1}”; • s.v. “tatuzinho_{2.1}” surge na definição
uma indevida restrição ao Brasil (uma vez que *Armadillidium vulgare*
também ocorre em Portugal!).

carraça ‘acarino do grupo Ixodida’ [Pt] / **carrapato** [Br]. INAD. LEX.: **DH-Br**:
• s.v. “carrapato”, falta indicativo de (denominação da) variedade brasi-
leira (não lusitana). | **DH-Pt**: • s.v. “carrapato₁”, falta indicação de aceção
brasileira (não lusitana).

carriça ‘pássaro da família Troglodytidae e, espec., do género *Troglodytes*’
[Pt (representante prototípico: *Troglodytes troglodytes*)] / **corruira** >
cambaxirra [Br (representante prototípico: *T. musculus*, antigamente
designado por *T. aedon*)]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • não se distingue

claramente, dentro da variedade brasileira da língua, entre denominações de carácter dialetal e denominações de carácter supradialetal, já que tanto *carriça* (forma dialetal no Brasil, restringida, sobretudo, à Bahia [VON IHERING, 2002, p. 166]) como *corruíra* (supradialetal) surgem com o mesmo indicativo *B*, enquanto *cambaxirra*, que surge com o indicativo *RJ* (ou «Regionalismo: Rio de Janeiro»), é a única variante cujo verbete inclui definição (e é objeto de remissão)⁸.

cavaco ‘crustáceo decápode da família Scyllaridae’ [Pt] / **lagostim** > **lagosta-sapateira** [Br] (/ **santiaguinho** [Gz]). INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “cavaco”, não surge a aceção ‘crustáceo decápode da família Scyllaridae’; • s.v. “lagostim₂”, falta indicação de aceção brasileira (não lusitana); • s.v. “lagosta-sapateira”, falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana).

choco > **siba** ‘molusco cefalópode da superfamília Sepioidea’ [Pt] / **siba** [Br] (/ **choco** > **xiba** [Gz]). INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “²choco₇”, falta indicação de aceção lusitana (não brasileira).

coruja(-das-torres) ‘estrígiforme da espécie *Tyto alba*’ [Pt] / **suindara** > **coruja-de-igreja** [Br]⁹. INAD. LEX.: *DH-BR*: • s.v. “coruja-das-torres”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico lusitano (de facto, a denominação supradialetal-formal em Portugal!). | *DH-PT*: • s.v. “coruja-das-torres”, surge, indevidamente, a marca *B*; • s.v. “coruja-das-torres”, não se oferece definição, remetendo-se para o verbete “suindara”, no qual a definição só assinala a presença do animal na América do Sul¹⁰.

⁸ Cabe assinalar aqui duas deficiências lexicográficas de carácter taxonómico: **a**) a referência a *Troglodytes aedon* está desatualizada, pois as populações sul-americanas antes atribuídas a esse táxon hoje são consideradas como integrando a espécie *T. musculus*; **b**) o *DH-BR* e o *DH-PT* restringem indevidamente a denotação dos geossinónimos brasileiros *cambaxirra*, *carriça*, *corruíra*, etc. à sua designação prototípica, ou seja, à espécie *Troglodytes musculus* (que neles ainda surge como *T. aedon*), comum no território brasileiro, enquanto restringem, também indevidamente, a denotação da voz lusitana *carriça* à espécie *T. troglodytes*, único representante do género na Europa, quando, na realidade, de forma natural e prática, essas vozes (supradialetais), tanto em Portugal como no Brasil (e na Galiza), são utilizadas (em textos de cariz zoológico) para designar, em sentido lato, todas as espécies da família Troglodytidae (pertencentes a géneros diversos), e, em sentido restrito, todas as espécies do género *Troglodytes* (cf. Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos, 2014, p. 35; cf. al. *Zaunkönig*, ingl. *wren*).

⁹ Com base em estudos genéticos, as populações americanas (também habitantes do território brasileiro) antes atribuídas a *Tyto alba* passaram recentemente a ser adscritas à espécie *Tyto furcata* (Pt. *coruja-das-torres-americana*).

¹⁰ Além disso, na definição de *estrígiforme* presente no *DH-PT* os representantes típicos do grupo

corvo-marinho ‘ave da família Phalacrocoracidae’ [Pt (representantes prototípicos: *Phalacrocorax aristotelis* + *Ph. carbo*)] / **biguá** > **corvo-marinho** [Br (representante prototípico: *Phalacrocorax brasilianus*)]. INAD. LEX.: **DH-Pt**: • s.v. “corvo-marinho”, não se oferece definição, aí remetendo-se para o verbete “biguá”, dotado de definição e que inclui, como aceção subordinada, uma referência ao *Phalacrocorax brasilianus*, o corvo-marinho-neotropical, mas não às espécies portuguesas *Ph. aristotelis* (corvo-marinho-de-crista) e *Ph. carbo* (corvo-marinho-de-faces-brancas).

grilo-toupeira = **ralo** ‘inseto ortóptero da família Gryllotalpidae’ [Pt. (representante prototípico: *Gryllotalpa gryllotalpa*)] / **grilo-toupeira** [Br (representante prototípico: *Neocurtilla hexadactyla*)]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “grilo-toupeira”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de denominação lusitana (supradialetal)¹¹.

guarda-rios > **pica-peixe** [s.l.] ‘ave coraciiforme da família Alcedinidae (ou da subordem Alcedines)’ [Pt. (representante prototípico: *Alcedo atthis*)] / **martim-pescador** [Br. (representantes prototípicos: *Megaceryle torquata* e as 4 espécies do género *Chloroceryle*)] (/ **pica-peixe** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “pica-peixe”, consta indevidamente a marca «Regionalismo: Sul do Brasil», uma vez que se trata, também, de denominação lusitana (supradialetal). | **DH-Pt**: • nem s.v. “guarda-rios” nem s.v. “pica-peixe” se oferece definição (a qual só surge s.v. “martim-pescador”!); • s.v. “martim-pescador”, falta indicação de denominação supradialetal brasileira (não lusitana).

lagostim ‘crustáceo decápode marinho do género *Nephrops*’ [Pt (representante prototípico: *N. norvegicus*)] / **lagostinha** [Br. (representante prototípico: *N. rubellus*)]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “lagostim”, não surge a aceção lusitana ‘crustáceo decápode marinho do género *Nephrops*’¹².

moleiro ‘ave da família Stercorariidae’ [Pt] / **gaivota-rapineira** = **mandrião** [Br] (/ **palheira** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “mandrião”, não

são designados com os particularismos brasileiros *suindara* e *caburé*: «**estrigiforme** adj 2g (sxx) **1** relativo aos estrigiformes [...] **estrigiformes** s.m.pl. ORN **3** ordem de aves representadas pelas suindaras, corujas, mochos e caburés.» (!).

¹¹ Tanto no **DH-Br** como no **DH-Pt**, a espécie americana de grilo-toupeira *Neocurtilla hexadactyla* surge como **Gryllotalpa hexadactyla*.

¹² Como noutros casos (v. *supra* nota n.º 8), aqui também o **DH-Br** restringe indevidamente a denotação da denominação brasileira *lagostinha* à sua designação prototípica, ou seja, à espécie *Nephrops rubellus*.

surge a aceção ‘ave da família Stercorariidae’¹³; • s.v. “moleiro”, não surge a aceção ‘ave da família Stercorariidae’ (apenas s.v. “gaviota-rapeira”).

moscardo = **tavão** ‘díptero da família Tabanidae’ [Pt] / **mutuca** [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “mutuca”, falta indicação de denominação brasileira (não lusitana).

navalheira ‘crustáceo decápode da família Portunidae’ [Pt] / **siri** [Br] (/ **nécora** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “siri”, falta indicação de denominação brasileira (não lusitana); • s.v. “navalheira”, não surge a aceção lusitana ‘crustáceo decápode da família Portunidae’ (a qual só surge s.v. ‘siri’!).

pica-pau > **peto** ‘ave da subfamília Picinae da família Picidae’ [Pt] / **pica-pau** [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • a seguir a “pica-pau”, surgem numerosos verbetes que registam as denominações vernáculas das espécies brasileiras, mas apenas está representada uma espécie europeia, portuguesa, do grupo¹⁴.

rato-caseiro = **rato-doméstico** ‘roedor murídeo da espécie *Mus musculus*’ [Pt] / **camundongo** [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “rato-caseiro” e s.v. “rato-doméstico”, apenas constam as aceções brasileiras ‘murídeo da espécie *Rattus rattus*’ e ‘murídeo da espécie *Rattus norvegicus*’ (ratanzas), e não a lusitana ‘murídeo da espécie *Mus musculus*’, a qual surge, unicamente, s.v. ‘murganho’, mas esta variante, em Portugal, não é supradialetal-formal, como testemunha a ocorrência exclusiva da voz *rato-caseiro*, com o significado de ‘murídeo da espécie *Mus musculus*’, em obras como o *Guia FAPAS de mamíferos de Portugal e Europa* (MACDONALD e BARRETT, 1999, p. 270 e ilustr. 51) ou a *Grande enciclopédia animal* (BURNIE, 2002, p. 156).

rela ‘batráquio da família Hylidae’ [Pt] / **perereca** [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR**: • s.v. “perereca”, falta indicação de denominação brasileira (não lusitana); • s.v. “rela₂”, falta indicação de aceção lusitana (não brasileira). | **DH-Pt**: • s.v. “perereca”, falta indicação de denominação brasileira (não lusitana); • s.v.

¹³ De facto, é *mandrião* a denominação utilizada em referência aos Stercorariidae na lista de aves de 2014 do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (p. 11). Além disso, o **DH-BR** e o **DH-Pt**, s.v. “gaviota-rapeira”, adscrevem a espécie *Stercorarius skua* ao género *Catharacta*, o que se revela inadequado de um ponto de vista biológico (cf. *Wikipedia-de*: s.v. ‘Raubmöwen’ [acesso: 3.7.2015]).

¹⁴ Aqui poderá apontar-se uma leve deficiência na delimitação da correspondência taxonómica, já que o grupo integrado pelos pica-paus (legítimos) corresponde, estritamente, à subfamília Picinae da família Picidae, e não, propriamente, às outras subfamílias da família Picidae (a qual compreende também as subfamílias Jynгинаe [torricolos], Picumninae [pica-paus-anãos ou pica-pauzinhos] e Nesocitinae [pica-pauzinho-antilhano]).

“²rela₁”, figura a aceção correspondente à espécie *Hyla arborea*, a qual deveria surgir como aceção subordinada à de ‘batráquio da família Hylidae’, e sob o lema subordinado “rela-europeia” (Br. *perereca-europeia*);

- s.v. “²rela₂”, não se oferece a definição correspondente a ‘batráquio da família Hylidae’ (sim s.v. ‘perereca’!);
- s.v. “²rela₂”, falta indicação de aceção lusitana (não brasileira).

térmita ‘inseto da ordem Isoptera’ [Pt] / *cupim* > **térmita** [Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
uje ‘peixe cartilágineo da fam. Dasyatidae’ [Pt] / *raia-lixá = raia-prego* [Br].
INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • não se inclui qualquer verbete de lema “uje”¹⁵.

1.2. Grupo de animais representado na Península Ibérica, mas não no Brasil, verificando-se que na variedade lusitana da língua ele possui uma denominação vernácula popular (supradialetal) não utilizada para designar (num registo formal-supradialetal) animais autóctones no Brasil

Nestas circunstâncias, num dicionário brasileiro, como o *DH-BR*, deverá ter-se o cuidado de incluir de modo abrangente os correspondentes elementos zoonímicos, os quais, em geral, não deverão levar marca geográfica, já que o seu uso se faz extensivo ao Brasil e a outros países lusófonos (aqui, em princípio, cabe esperarmos uma identificação das denominações utilizadas no Brasil com as lusitanas, mas, como a seguir veremos, poderão registar-se alguns casos de [justificada] divergência designativa). Quanto à versão lusitana do *DH*, será de esperar que ela, enquanto dicionário editado em Portugal, preencha eventuais lacunas zoonímicas neste capítulo, incorporando lemas principais e aceções não presentes na versão original brasileira e acrescentando aceções ou lemas subordinados a consignarem espécies habitantes do território português inclusas em géneros ou famílias representados na versão original brasileira (especificação).

abelharuco ‘ave da família Meropidae’ [Pt] / **abelheiro** [Br]. INAD. LEX.: *DH-PT*: • s.v. “abelharuco”, não se oferece a definição correspondente a ‘ave da família Meropidae’ (sim s.v. ‘abelheiro’!); • s.v. “abelheiro”, falta indicação de denominação supradialetal-formal brasileira (não lusitana); • s.v. “abelheiro”, a definição inclui uma comparação com o sabiá, ave desconhecida pelo público não especialista em Portugal¹⁶.

¹⁵ S.v. “raia-lixá” e s.v. “raia-prego”, restringe-se indevidamente a correspondência taxonómica a espécies concretas de raias da família Dasyatidae.

¹⁶ Regista-se s.v. “abelheiro”, tanto no *DH-BR* como no *DH-PT*, indevida restrição denotativa, já que,

abetarda ‘ave da família Otidae’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.

abutre [do Velho Mundo] ‘ave, da família Accipitridae, adscrita ao género *Aegyptius*, *Gypaetus*, *Gypohierax*, *Gyps*, *Necrosyrtes*, *Neophron*, *Sarcogyps*, *Torgos* ou *Trigonoceps*’. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • no leatório, a espécie ibérica de abutre *Aegyptius monachus* surge s.v. “abutre-cinéreo”, “abutre-comum”, “abutre-fusco”, “grifo” e “pica-osso”, e não sob a denominação supradialetal-formal utilizada em Portugal, ou seja, *abutre-preto* (cf. GOODERS e HARRIS, 1990, p. 128; SVENSSON, MULLARNEY e ZETTERSTRÖM, 2012, p. 90–91); • s.v. “grifo”, denominação supradialetal-formal da espécie ibérica de abutre *Gyps fulvus*, não surge a definição correspondente (apenas remissão para o sinónimo “abutre-fouveiro”, que contém a definição), e surge a inconveniente (não formal) aceção ‘abutre *Aegyptius monachus*’¹⁷.

alvéola ‘pássaro do género *Motacilla*’ [Pt+Br] (/ *lavandeira* [Gz]). INAD. LEX.: **DH-BR**: • s.v. “alvéola”, variante supradialetal-formal em Portugal (GOODERS e HARRIS, 1990, p. 325–328; BURNIE, 2002, p. 343; SVENSSON, MULLARNEY e ZETTERSTRÖM, 2012, p. 268–271), não se oferece a definição correspondente (apenas remissão para a variante “alvéola”, que contém a definição); • s.v. “alvéola”, consta indevidamente a marca *P* (ou «*Regionalismo: Portugal*»), uma vez que se trata, também, de denominação utilizável no Brasil. | **DH-Pt**: • s.v. “alvéola”, variante supradialetal-formal em Portugal, não se oferece a definição correspondente (apenas remissão para a variante “alvéola”, que contém a definição); • nem no leatório, nem s.v. “alvéola”, nem s.v. “alvéola”, se regista restrição específica dessas denominações vernáculas populares (espécies portuguesas de alvéolas: alvéola-branca [*Motacilla alba*], alvéola-amarela [*M. flava*], alvéola-cinzenta [*M. cinerea*]).

areiro ‘peixe-chato do género *Lepidorhombus*’ [Pt+Br] (/ *rapante* [Gz]). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • grupo de organismos não representado no dicionário.

bico-grossudo ‘pássaro da espécie *Coccothraustes coccothraustes*’. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • grupo de organismos não representado no dicionário.

bufo-real ‘estrigiforme da espécie *Bubo bubo*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-Pt**: • redação da definição inadequada para um público português, por incluir o uso de

em vez de à família Meropidae, a definição se refere à espécie *Merops apiaster* (a designação prototípica em Portugal).

¹⁷ Atualmente considera-se que os abutres pertencem à ordem Accipitriformes, e não à ordem Falconiformes, como consta da definição do dicionário.

- coruja* com o sentido brasileiro, não lusitano, de ‘estrigiforme’ (v. *infra*).
- chapim** ‘pássaro da família Paridae, Aegithalidae ou Remizidae’ [Pt+Br] (/ *ferreirinho* [Gz]). INAD. LEX.: **DH-pt**: • insuficiente especificação (só se consigna o chapim-real [*Parus major*], mas não outras espécies de chapins habitantes de Portugal, como o chapim-carvoeiro [*Periparus ater*], o chapim-azul [*Cyanistes caeruleus*], o chapim-de-poupa [*Lophophanes cristatus*] ou o chapim-rabilongo [*Aegithalos caudatus*])¹⁸.
- cobra-rateira** ‘colubrídeo da espécie *Malpolon monspessulanus*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-br** e **DH-pt**: • grupo de organismos não representado no dicionário.
- cortiçol** ‘ave da família Pteroclididae’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-br** e **DH-pt**: • s.v. “cortiçol”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de denominação utilizável no Brasil. | **DH-pt**: • s.v. “cortiçol”, falta especificação (ex.: *cortiçol-de-barriga-branca* [*Pterocles alchata*], *cortiçol-de-barriga-preta* [*P. orientalis*]).
- cruza-bico** ‘pássaro do género *Loxia*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- dom-fafe** ‘pássaro da espécie *Pyrrhula pyrrhula*’ [Pt+Br] (/ *cardeal* [Gz]). INAD. LEX.: **DH-br** e **DH-pt**: • s.v. “dom-fafe”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de denominação utilizável no Brasil.
- escrevedeira** ‘pássaro do género *Calcarius*, *Emberiza* ou *Plectrophenax* (famílias Calcariidae e, sobretudo, Emberizidae)’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-br** e **DH-pt**: • grupo de organismos não representado no dicionário.
- esgana-gata** ‘peixe *Gasterosteus aculeatus*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-br** e **DH-pt**: • grupo de organismos não representado no dicionário.
- faneca** ‘peixe da espécie *Trisopterus luscus*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-br** e **DH-pt**: • s.v. “¹faneca₁”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável no Brasil.
- fuinha** ‘mustelídeo da espécie *Martes foina*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- gaio** ‘pássaro da espécie *Garrulus glandarius*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- geneta** ‘viverrídeo do género *Genetta*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- lampreia** ‘ciclóstomo da família Petromyzontidae’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-pt**: • s.v. “lampreia”, insuficiente especificação, já que falta a lampreia-dos-riachos (espécie *Lampetra planeri*), presente em Portugal¹⁹.

¹⁸ Regista-se s.v. “chapim₈”, tanto no **DH-br** como no **DH-pt**, indevida restrição denotativa, já que, em vez da correspondência taxonómica correta (pássaros das famílias Paridae, Aegithalidae e Remizidae), consta o género *Parus*.

¹⁹ No **DH-br** e no **DH-pt**, s.v. “lampreia”, a aceção subordinada 1.2, correspondente à lampreia-dos-riachos (espécie *Lampetra fluviatilis*), apresenta definição defeituosa, por atribuir esta espécie ao género *Petromyzon* e por não incluir a Europa dentro da distribuição geográfica da espécie.

lavagante ‘crustáceo decápode do género *Homarus*’ [Pt+Br] (/ **lobrigante** [Gz]).

INAD. LEX.: **DH-BR**: • s.v. “lavagante”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de denominação utilizável no Brasil. | **DH-PT**: • s.v. “lavagante”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de denominação utilizável no Brasil²⁰.

leirão ‘roedor da família Gliridae’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • falta o elemento zoonímico *leirão*, que foi selecionado como supradialetal-formal em Portugal para designar os roedores da família Gliridae (cf., p. ex., MACDONALD e BARRETT, 1999, p. 275–278 e ilustr. 49; BURNIE, 2002, p. 156), uma vez que tanto *arganaz* como *leirão*, no registo popular, designam, de modo impreciso, quer a ratazana-castanha (*Rattus norvegicus*), quer os glirídeos (cf. **DH-BR** e **DH-PT** s.v. “arganaz”; *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa (2001, s.v. “arganaz” e “leirão”); • s.v. “arganaz”, e enquanto aceção subordinada 1.1, menciona-se apenas a espécie africana *Graphiurus murinus*, ou cafuenho, habitante de Angola, como designação prototípica, com esquecimento de espécies europeias (presentes em Portugal), como o leirão-cinzento (*Glis glis*), o leirão-dos-pomares (*Eliomys quercinus*) e o leirão-(europeu-)comum (*Muscardinus avellanarius*).

lesma-de-conchinha ‘gastropode do género *Testacella*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • grupo de organismos não representado no dicionário.

lince ‘felídeo do género *Lynx*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “lince”, nas três aceções subordinadas 1.1, 1.2 e 1.3, que enunciam três das quatro espécies de lince existentes, faltam as correspondentes denominações vernáculas (eruditas), i. é, *lince-urasiático* (*Lynx lynx*), *lince-ibérico* (*Lynx pardinus*) e *lince-vermelho* (*Lynx rufus*)²¹.

²⁰ Regista-se s.v. “lavagante”, tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, uma identificação taxonómica incorreta, já que, como correspondência taxonómica consta a espécie *Homarus gammarus* (o lavagante-europeu), em vez da correta, o género *Homarus* (com as espécies *H. gammarus* [lavagante-europeu] e *H. americanus* [lavagante-americano]); além disso, em vez do nome científico correto, *Homarus gammarus*, surge o seu sinónimo posterior *Homarus vulgaris*. Por outro lado, no **DH-BR**, s.v. “lavagante”, a definição é defeituosa, por atribuir ao lavagante (da Europa) tamanho pequeno, quando se trata da maior lagosta (deficiência corrigida no **DH-PT**).

²¹ Falta, tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, uma quarta espécie de lince, o lince-do-canadá (*Lynx canadensis*). Embora o dicionário atribua os lince a género *Felis*, atualmente consideram-se inclusos no género *Lynx*.

- lúcio** ‘peixe do género *Esox*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO²².
- lugre** ‘pássaro *Carduelis spinus*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “¹lugre”, denominação vernácula supradialetal-formal de *Carduelis spinus*, remete-se para *pintassilgo* ‘pássaro *Carduelis spinus*’, mas *pintassilgo(-europeu)* é denominação vernácula supradialetal-formal de *Carduelis carduelis* (espécie não representada no dicionário!).
- mobelha** ‘ave do género *Gavia*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • grupo de organismos não representado no dicionário (exceto como “gaviiforme”).
- papa-figo(s)** ‘pássaro do género *Oriolus*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- pega-azul** > **charneco** ‘pássaro da espécie *Cyanopica cooki*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • grupo de organismos não representado no dicionário.
- picanço** ‘pássaro da família Laniidae’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- pintarroxo** ‘pássaro da espécie *Carduelis cannabina*’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- pisco(-de-peito-ruivo)** ‘pássaro da espécie *Erithacus rubecula*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR**: • grupo de organismos não representado no dicionário. | **DH-PT**: • s.v. “¹pisco₃”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável no Brasil.
- poupa** ‘ave da espécie *Upupa epops*’ [Pt+Br] (/ **bubela** = **poupa** [Gz]). TRAT. LEX. CORRETO.
- pregado** ‘peixe-chato da espécie *Scophthalmus maximus*’ [Pt+Br] (/ **rodavalho** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • grupo de organismos não representado no dicionário.
- (quebra-ossos > brita-ossos) > abutre-barbudo** ‘accipitrídeo da espécie *Gypaetus barbatus*’ [Pt] / **abutre-barbudo** > **(quebra-ossos > brita-ossos)** [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • oferecem-se definições (não idênticas) tanto s.v. “abutre-barbudo” quanto s.v. “brita-ossos”; • incluem-se diversos lemas que correspondem a variantes não preferentes (“abutre-das-montanhas”, “abutre-dos-cordeiros”, “xofrango”, “xofrango-brita-ossos”), mas não se inclui o lema “quebra-ossos”, correspondente à principal denominação vernácula popular lusitana (GOODERS e HARRIS, 1990, p. 127; BURNIE, 2002, p. 289; cf. SVENSSON, MULLARNEY e ZETTERSTRÖM, 2012, p. 89).
- rabirruivo** ‘pássaro do género *Phoenicurus*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**:

²² Regista-se s.v. “lúcio”, tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, indevida restrição denotativa, já que, em vez de ao género *Esox*, a definição se refere à espécie *E. lucius* (a designação prototípica em Portugal).

- grupo de organismos não representado no dicionário.
- rodvalho** ‘peixe-chato da espécie *Scophthalmus rhombus*’ [Pt+Br] (/ **corujo** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • grupo de organismos não representado no dicionário.
- rolieiro** ‘ave da família Coraciidae’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • grupo de organismos não representado no dicionário.
- sapo-parteiro** ‘anfíbio anuro do género *Alytes*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • grupo de organismos não representado no dicionário.
- sisão** ‘ave da espécie *Tetrax tetrax*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • grupo de organismos não representado no dicionário.
- tentilhão** ‘pássaro do género *Fringilla*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-PT**. • s.v. “tentilhão”, falta especificação (*tentilhão-azul* [*Fringilla teydea*], *tentilhão-comum* [*F. coelebs*] e *tentilhão-montês* [*F. montifringilla*])²³.
- texugo** ‘mustelídeo do género *Meles*, *Arctonyx*, *Taxidea*, *Melogale* ou *Mellivora*’ [Pt+Br] (/ **teixugo** [Gz]). TRAT. LEX. CORRETO.
- torcicolo** ‘ave do género *Jynx*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • s.v. “torcicolo₃”, consta indevidamente a marca *P*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável no Brasil²⁴.
- toupeira** ‘mamífero insetívoro da família Talpidae’ [Pt+Br]. TRAT. LEX. CORRETO.
- toupeira-de-água(-ibérica) = toupeira-aquática(-ibérica)** ‘talpídeo da espécie *Galemys pyrenaicus*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • grupo de organismos não representado no dicionário.
- trepadeira-azul** ‘pássaro do género *Sitta*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • grupo de organismos não representado no dicionário.
- tritão** ‘anfíbio urodelo da subfamília Pleurodelinae da família Salamandridae pertencente ao género *Calotriton*, *Cynops*, *Echinotriton*, *Ichthyosaura*, *Lissotriton*, *Neurergus*, *Notophthalmus*, *Ommatotriton*, *Pachytriton*, *Paramesotriton*, *Pleurodeles*, *Taricha*, *Triturus* ou *Tylototriton*’ [Pt+Br]. INAD. LEX.: **DH-PT**. • s.v. “tritão₂”, falta especificação (p. ex., as espécies ibéricas *tritão-ibérico* ou *tritão-de-ventre-laranja* [*Lissotriton boscai*], *tritão-marmorado* [*Triturus marmoratus*], *tritão-de-costelas-ibérico*

²³ De facto, regista-se s.v. “tentilhão”, tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, indevida restrição denotativa, já que, em vez de ao género *Fringilla*, a definição se refere à espécie *F. coelebs* (a designação prototípica em Portugal).

²⁴ Regista-se s.v. “torcicolo₃”, tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, indevida restrição denotativa, já que, em vez de ao género *Jynx*, a definição se refere à espécie *J. torquilla* (a designação prototípica em Portugal).

[*Pleurodeles waltl*)]²⁵.

Como se observa na amostra vocabular anterior, de modo excepcional, neste capítulo, algumas denominações vernáculas utilizadas no Brasil não coincidem, na sua constituição ou frequência, com as supradialetais lusitanas, tal acontecendo, nalgum caso, por causa de uma seleção divergente de variante popular (assim, *abelharuco* em Portugal, frente a *abelheiro* no Brasil), e, noutros casos, devido à preferência brasileira pela correspondente denominação vernácula erudita, de cariz sistemático e descritivo (e internacionalizante), frente à preferência lusitana pela denominação vernácula popular (ex.: *quebra-ossos* em Portugal, frente a *abutre-barbudo* no Brasil), o que bem se explica pelo caráter exótico que no Brasil tem o grupo de animais em causa.

1.3. Grupo de animais representado no domínio geográfico da variedade brasileira da língua, mas não na Península Ibérica, verificando-se que, na variedade brasileira, ele possui uma denominação vernácula popular (supradialetal) não utilizada para designar (num registo formal-supradialetal) animais autóctones em Portugal

No mesmo sentido que na subsecção anterior, no presente capítulo cabe dizer que um dicionário editado em Portugal deverá incluir de modo abrangente os elementos zoonímicos adscritíveis a esta categoria, sem os marcar, em geral, como variantes brasileiras, já que eles são utilizáveis, também, na variedade lusitana da língua. No entanto, como veremos a seguir na nossa amostra vocabular e na respetiva análise, são aqui relativamente abundantes (muito mais do que na categoria anterior) os casos em que, por uma série de causas bem caracterizadas e justificadas (v. *infra*), a configuração zoonímica lusitana se aparta da configuração zoonímica brasileira, e é justamente aí que reside o maior desafio posto neste capítulo à adaptação lusitana do *DH-BR* (e ao próprio *DH-BR*): incorporar ao *DH-PT* (e ao próprio *DH-BR*) um conjunto de elementos zoonímicos que, na sua constituição ou frequência (estatuto normativo), diferem dos correspondentes brasileiros.

²⁵ Regista-se s.v. “tritão₂”, tanto no *DH-BR* como no *DH-PT*, definição defeituosa, por se aduzir como comum a todos os tritões o caráter da crista nupcial dos machos (o que só se verifica nos tritões do género *Triturus*).

- abelha-da-terra** > **abelha-sem-ferrão** ‘himenóptero da subfamília Meliponinae’ [Br] / **abelha-sem-ferrão** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Pt**: • s.v. “abelha-sem-ferrão”, falta definição (que surge apenas s.v. “abelha-da-terra”).
- anta** > **tapir-amazônico** ‘tapirídeo da espécie *Tapirus terrestris*’ [Br] / **tapir-amazônico** > **anta** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • não consta a denominação vernácula erudita *tapir-amazônico* (apenas *anta*).
- (aranha)-caranguejeira** > **(aranhuçu = mígala)** ‘aranha da família Teraphosidae’ [Br] / **(aranha)-caranguejeira** > **mígala** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “aranha-caranguejeira”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.
- arara** [s.l., com inclusão de ararinhas e maracanãs] ‘psitacídeo do género *Anodorhynchus*, *Ara*, *Cyanopsitta*, *Diopsittaca*, *Guaruba*, *Orthopsittaca* ou *Primolius*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br**: • s.v. “arara”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal (deficiência corrigida no **DH-Pt**)²⁶.
- (ariranha > onça-d’água)** > **lontra-gigante** ‘lontra da espécie *Pteronura brasiliensis*’ [Br] / **lontra-gigante** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • não consta a denominação vernácula erudita *lontra-gigante*²⁷.
- aruá(-do-banhado)** > **caramujo-maçã** ‘gastrópode pulmonado do género *Pomacea*’ [Br] / **caracol-maçã** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • não consta a denominação vernácula erudita *caracol-maçã*.
- beija-flor** > **colibri** ‘ave apodiforme da família Trochilidae’ [Br] / **beija-flor** = **colibri** [Pt]. TRAT. LEX. CORRETO.
- bolacha(-da-praia) = corrupio(-do-mar)** ‘equinodermo equinoide (= ouriço-do-mar) do grupo Clypeasteroidea’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO.
- (boto-branco = boto(-cor-de-)rosa = boto-vermelho)** > **uiara** ‘cetáceo odontoceto da espécie *Inia geoffrensis*’ [Br] / **golfinho(-fluvial-)do-amazonas** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • não consta a denominação vernácula erudita *golfinho(-fluvial-)do-amazonas*.
- boto-cinza > (boto)-tucuxi** ‘cetáceo odontoceto da espécie *Sotalia fluviatilis*’ [Br] / **(golfinho)-tucuxi** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “boto-cinza”,

²⁶ Tanto no **DH-Br** como no **DH-Pt**, s.v. “arara”, a definição inclui, para descrever a distribuição geográfica do grupo, uma indevida referência à «América Latina», termo sociocultural e político (humano) inadequado num contexto biológico (correto: América Central, América do Sul, Caraíbas).

²⁷ De facto, tanto no **DH-Br** como no **DH-Pt**, s.v. “lontra”, restringe-se indevidamente a denotação às espécies do género *Lutra* (correspondência taxonómica correta: mustelídeos da subfamília Lutrinae).

falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana); • s.v. “tucuxi”, consta o indicativo «*Regionalismo: Amazônia*» e falta o indicativo de denominação supradialetal em Portugal. | *DH-Pt*: • s.v. “tucuxi”, falta definição (que surge apenas s.v. “boto-cinza”); • falta o elemento zoonímico *golfinho-tucuxi*²⁸.

caburé ‘estrigídeo do género *Glaucidium*’ [Br] / *mocho-anão* = *mocho-pigmeu* [Pt] (/ *moucho-anão* = *moucho-pigmeu* [Gz]). INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt*: • s.v. “caburé₁₂”, falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana); • faltam os elementos zoonímicos lusitanos *mocho-anão* e *mocho-pigmeu*²⁹.

candiru [s.s.] ‘peixe da subfamília Vandelliinae ou Stegophilinae da família Trichomycteridae, e, esp., do género *Vandellia*, *Pareiodon*, *Pseudostegophilus* ou *Stegophilus*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt*: • s.v. “candiru”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal³⁰.

(*caxinguelê* > *serelepe*) > *esquilo-brasileiro* ‘esquilo da espécie *Sciurus aestuans*’ [Br] / *esquilo-brasileiro* > *caxinguelê* [Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt*: • s.v. “caxinguelê”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal; • falta o elemento zoonímico (erudito) *esquilo-brasileiro*.

chama-maré ‘caranguejo do género *Uca*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt*: •

²⁸ Em contraste com o referido no *DH-Br* e no *DH-Pt* na definição de *boto-cinza*, as populações estuarinas e costeiras antes atribuídas a *Sotalia fluviatilis* são atualmente adscritas à espécie *Sotalia guianensis* (o golfinho-da-guiana).

²⁹ Tanto no *DH-Br* como no *DH-Pt*, s.v. “caburé_{12,1}” e s.v. “caburé_{12,2}”, surgem, respetivamente, as aceções subordinadas correspondentes aos mochos-pigmeus *Glaucidium brasilianum* (com as suas denominações vernáculas populares brasileiras: *caburé-ferrugem* e *caburé-do-sol* [esta, dialetalismo do Pará]) e *G. minutissimum* (com a sua denominação vernácula popular brasileira *caburé-miudinho*). A questão que aqui se suscita, que abordaremos a seguir a esta amostra vocabular, na parte analítica da presente subsecção, é, então, quais as denominações vernáculas destas duas espécies no português de Portugal?

³⁰ S.v. “candiru₁”, a correspondência taxonómica que consta da definição deveria corrigir-se, de modo que apenas incluisse a família Trichomycteridae, e não Cetopsidae. Os cetopsídeos é mais conveniente conceituá-los única ou preferentemente sob a denominação *candiru-açu*, já que, nem pelo seu tamanho (relativamente grande), nem pelo seu modo de vida e alimentação (carnívoro e não parasitário: *Wikipedia-en*: s.v. “Cetopsidae”), se identificam com os traços típicos dos candirus s.s. Além disso, s.v. “candiru-vermelho” (e nos outros verbetes referidos a cetopsídeos ou candirus-açus), o género *Hemicetopsis* deve ser substituído por *Cetopsis*, na sequência de uma recente revisão taxonómica (*Wikipedia-en*: s.v. “Cetopsidae” e s.v. “Cetops”).

s.v. “chama-maré”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.

chupim > **vira-bosta** ‘pássaro do género *Molothrus*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “chupim” e s.v. “vira-bosta₁”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elementos zoonímicos utilizáveis em Portugal. | *DH-PT*: • s.v. “chupim”, a definição surge indevidamente focalizada no Brasil («[espécie] conhecida em todo o Brasil»)³¹.

coruja-buraqueira ‘estrigídeo da espécie *Athene cunicularia*’ [Br] / **mocho-buraqueiro** [Pt]³² (/ **moucho-buraqueiro** [Gz]). INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • falta o elemento zoonímico lusitano *mocho-buraqueiro*. | *DH-PT*: • s.v. “buraqueira₄”, a classificação taxonómica presente na definição usa indevidamente a voz *coruja*, importada do *DH-BR*, e incorreta em Portugal, porque na variedade lusitana (e galega) do português, e em contraste com o que acontece na brasileira, *coruja* não se utiliza de forma genérica para referir todos os estrigiformes, mas apenas alguns deles, e entre esses não se acham os do género *Athene* (que em Portugal e na Galiza são os *mochos*, ou *mouchos*, prototípicos).

cutia ‘roedor do género *Dasyprocta*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “cutia₁”, e especialmente na versão lusitana do dicionário, a definição surge excessivamente focalizada no Brasil, pois, em vez de se referir que há onze espécies de cutias, das quais cinco no Brasil, apenas se diz que estes animais estão «representados no Brasil por cinco spp.».

ema ‘ave do género *Rhea*’ [Br] / **nandu** > **ema** [Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “¹ema”, apenas se oferece a aceção ‘ave do género *Rhea*’ (e não a também possível em Portugal ‘ave da espécie *Dromaius novaehollandiae*’: v. *infra* 1.5); • s.v. “nandu”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal³³.

gambá ‘mamífero marsupial do género *Didelphis*’ [Br] / **opossum** > (**gambá** = **sariguê** = **sarigueia**) [Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • falta o elemento

³¹ Tanto no *DH-BR* como no *DH-PT*, s.v. “chupim” e s.v. “vira-bosta”, restringe-se indevidamente a denotação à espécie *Molothrus bonariensis* (correspondência taxonómica correta: pássaros do género *Molothrus*). Além disso, s.v. “chupim”, a definição contém uma classificação incorreta, pois o género *Molothrus* pertence à família Icteridae, e não aos Emberizidae.

³² Denominação vernácula lusitana retirada de BURNIE (2002, p. 320).

³³ Tanto no *DH-BR* como no *DH-PT*, s.v. “¹ema”, restringe-se indevidamente a denotação à espécie *Rhea americana*, o nandu-comum (correspondência taxonómica correta: aves do género *Rhea*, com as duas espécies atuais *R. americana* [nandu-comum] e *R. pennata* [nandu-de-darwin], esta última sem representação nos dicionários em foco).

zoonímico *opossum*, utilizado em Portugal (mas, sobre a sua conceituação, v. *infra*)³⁴.

guaxinim ‘mamífero procionídeo do género *Procyon*’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO (no *DH-BR* e no *DH-Pt* falta o elemento zoonímico *mapache*, ocasionalmente utilizado em Portugal, mas, sobre a sua conceituação, v. *infra*)³⁵.

in(h)ambu ‘ave da ordem Tinamiformes’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-Pt*:
• s.v. “inhambu”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal³⁶.

jacaré ‘crocodiliano da família Alligatoridae e, espec., do género *Caiman*, *Melanosuchus* ou *Paleosuchus*’ [Br] / *caimão* > **jacaré** [Pt]³⁷. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-Pt*: • s.v. “caimão”, falta a aceção lusitana de ‘crocodiliano da família Alligatoridae e, espec., do género *Caiman*, *Melanosuchus* ou *Paleosuchus*’ (só surge a aceção brasileira de ‘aligatorídeo do género *Caiman*’). | *DH-BR*: • s.v. “jacaré”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal (deficiência corrigida no *DH-Pt*). | *DH-Pt*: • s.v. “caimão”, falta definição e especificação (que surgem apenas s.v. “jacaré”).

jaguarundi ‘felídeo da espécie *Puma yagouarundi*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-Pt*: • s.v. “jaguarundi”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal³⁸.

jaguatirica ‘felídeo da espécie *Leopardus pardalis*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-Pt*: • s.v. “jaguatirica”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal³⁹.

³⁴ S.v. “gambá”, na definição, diz-se que há três espécies, mas o número correto são seis espécies.

³⁵ Em contraste com o que acontece nestes dicionários, na definição principal do verbete “guaxinim” deveria constar a correspondência taxonómica ‘mamífero carnívoro procionídeo do género *Procyon*’, antes de se consignarem as suas duas espécies atuais (*P. cancrivorus* e *P. lotor*).

³⁶ No *DH-BR* e no *DH-Pt* falta o elemento zoonímico *tinamu* ‘inambu’, ocasionalmente utilizado em Portugal, mas, sobre a sua conceituação, v. *infra*. Por outro lado, s.v. “inhambu”, a definição do *DH* restringe indevidamente a denotação aos géneros *Crypturellus* e *Tinamus*, pois o termo *in(h)ambu* pode fazer-se extensivo (em textos especializados) aos nove géneros da ordem Tinamiformes.

³⁷ Veja esta preferência lusitana por *caimão* no trecho seguinte: «Os Crocodilianos actuais abrangem duas famílias: a dos Crocodilídeos (*Crocodylidae*), à qual pertencem não só os verdadeiros C[rocodilos]. (subfamília *Crocodylinae*), como os aligatores e caimões (subfamília *Alligatorinae*), e a família dos Gavialídeos (*Gavialidae*). [...] Na América do Sul e Central encontra-se o caimão, que no Brasil é designado por jacaré (*Caiman yacare*, *Caiman crocodylus*, etc.).» (MANAÇAS, 1999).

³⁸ O jaguarundi adscreeve-se atualmente ao género *Puma* (*P. yagouarundi*), e não, como consta da definição do *DH*, ao género *Felis*.

³⁹ No *DH-BR* e no *DH-Pt* falta o elemento zoonímico *ocelote* ‘jaguatirica’, ocasionalmente utilizado

- jararaca** ‘viperídeo do género *Bothrops*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**.
 • s.v. “jararaca”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.
- jiboia** ‘ofídio boíneo do género *Acrantophis*, *Boa*, *Candoia*, *Corallus*, *Epicrates* ou *Sanzinia*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • s.v. “jibóia₁”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal⁴⁰.
- (lobo-)guará** > **lobo-de-crina** ‘canídeo da espécie *Chrysocyon brachyurus*’ [Br] / **lobo-de-crina** > **(lobo-)guará** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • falta o elemento zoonímico *lobo-de-crina*.
- muçurana** ‘colubrídeo do género *Clelia*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • s.v. “muçurana₂”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal⁴¹.
- mutum** [s.s.] ‘galiforme cracídeo do género *Crax* ou *Mitu*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • s.v. “mutum”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.
- onça-parda** = **suçuarana** ‘felídeo da espécie *Puma concolor*’ [Br] / **puma** [Pt].
 TRAT. LEX. CORRETO⁴².
- onça(-pintada)** > **jaguar** ‘felídeo da espécie *Panthera onca*’ [Br] / **jaguar** [Pt].
 INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**. • s.v. “onça-pintada” (e tb. s.v. “²onça₂”!), falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana)⁴³.
- peixe-boi** > **manatim** ‘mamífero sirénio da família Trichechidae’ [Br] / **mana-**

em Portugal, mas, sobre a sua conceituação, v. *infra*. Por outro lado, a jaguatirica adscreeve-se atualmente ao género *Leopardus* (*L. pardalis*), e não, como consta da definição do *DH*, ao género *Felis*.

⁴⁰ S.v. “jibóia₁”, restringe-se indevidamente a denotação de *jiboia* à espécie *Boa constrictor*, a jiboia-constritora, uma vez que essa voz também designa boíneos dos géneros *Acrantophis* (jiboias-terrestres-de-madagáscar), *Candoia* (jiboias-do-pacífico), *Corallus* (p. ex., *C. caninus*, a jiboia-verde, registada, de facto, no *DH* s.v. “jibóia-verde”), *Epicrates* (p. ex., *E. cenchría*, a jiboia-vermelha, registada, de facto, no *DH* s.v. “jibóia-vermelha”) e *Sanzinia* (jiboia-arborícola-de-madagáscar).

⁴¹ S.v. “muçurana₂”, restringe-se indevidamente a denotação de *muçurana* à espécie *Clelia clelia*, uma vez que essa denominação corresponde ao género *Clelia*, com seis espécies.

⁴² No *DH-BR* e no *DH-PT* a classificação genérica do puma está desatualizada, pois consta como pertencendo ao género *Felis*.

⁴³ No *DH-PT*, s.v. “onça-pintada” surge a observação de uso de tal elemento zoonímico ser mais empregue no Brasil (do que em Portugal), mas mesmo essa restrição parece insuficiente, pela nula ou quase nula frequência de uso efetivo de *onça-pintada* em textos lusitanos. Felizmente, no *DH-PT*, s.v. “onça-pintada”, ao contrário do que acontece no *DH-BR*, remete-se para “jaguar”, verbete em que ocorre a correspondente definição.

- tim** > **peixe-boi** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “manatim”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal (de facto, o preferente). | **DH-Pt**: • s.v. “manatim”, falta definição (que surge apenas s.v. “peixe-boi₂”)⁴⁴.
- piramboia** ‘peixe dipnoico da espécie *Lepidosiren paradoxa*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “pirambóia”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.
- piranha** ‘peixe caracídeo do género *Catoprion*, *Pristobrycon*, *Pygocentrus*, *Pygopristis* ou *Serrasalmus*’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO⁴⁵.
- pirarucu** ‘peixe da espécie *Arapaima gigas*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “pirarucu”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.
- poraquê** > **enguia-elétrica** ‘peixe gimnotiforme da espécie *Electrophorus electricus*’ / **enguia-elétrica** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “enguia-elétrica”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal. | **DH-Pt**: • s.v. “enguia-elétrica”, falta definição (que surge apenas s.v. “poraquê”).
- porco-do-mato** > **pecari** ‘mamífero artiodáctilo da família Tayassuidae’ [Br] / **pecari** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-Pt**: • s.v. “porco-do-mato”, falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana); • faltam os elementos zoonímicos lusitanos correspondentes aos brasileiros *caititu* (*Pecari tajacu*) e *queixada* (*Tayassu pecari*). | **DH-Pt**: • s.v. “pecari”, falta definição (que surge apenas s.v. “caititu” e s.v. “queixada”)⁴⁶.

⁴⁴ Falta, s.v. “peixe-boi₂” a especificação correspondente a uma terceira espécie de triquequideo, o manatim-africano ou peixe-boi-africano (*Trichechus senegalensis*), habitante de alguns rios e do litoral da África ocidental, âmbito geográfico (Guiné-Bissau, Angola), de facto, onde se fala português (devido a que o manatim-africano vive também no mar, é inconveniente, como se faz s.v. “peixe-boi_{2,2}”, designar a espécie americana *Trichechus manatus* como *peixe-boi-marinho*, sendo preferível para ela a denominação *peixe-boi-das-caraibas* ou *peixe-boi-caribe*).

⁴⁵ No entanto, s.v. “piranha₁”, não se fornece uma efetiva (e atualizada) correspondência taxonómica e a especificação taxonómica efetuada atribui a piranha-preta e a piranha-vermelha ao género *Serrasalmus*, mas hoje essas duas espécies são adscritas ao género *Pygocentrus* (respetivamente, *P. piraya* e *P. nattereri*).

⁴⁶ De modo inconveniente, s.v. “porco-do-mato” não se oferece qualquer definição e remete-se para os verbetes “caititu” e “queixada”. Falta, então, resenhar a terceira espécie atual de pecari, o pecari-do-chaco (*Catagonus wagneri*). Além disso, s.v. “porco-do-mato” e s.v. “caititu”, o caititu ou pecari-de-colar é atribuído ao género *Tayassu*, embora hoje seja adscrito ao género *Pecari*.

quati ‘mamífero procionídeo do género *Nasua*’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO⁴⁷. **quero-quero** > **abibe-do-sul** ‘ave caradriiforme da espécie *Vanellus chilensis*’ [Br] / **abibe-do-sul** > **quero-quero** [Pt] (/ **ave-fria-do-sul** [Gz]). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “quero-quero”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal; • falta o elemento zoonímico *abibe-do-sul*⁴⁸.

ratão-do-banhado ‘roedor da espécie *Myocastor coypus*’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO (no **DH-BR** e no **DH-PT** falta o elemento zoonímico *coipu*, ocasionalmente utilizado em Portugal, mas, sobre a sua conceituação, v. *infra*).

sabiá-da-praia > (**pássaro**-)**imitador-tropical** ‘pássaro mimídeo da espécie *Mimus gilvus*’ [Br] / (**pássaro**-)**imitador-tropical** > **sabiá-da-praia** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “sabiá-da-praia”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal; • falta o elemento zoonímico (**pássaro**-)**imitador-tropical**⁴⁹.

sagui(m) ‘macaco calitriquídeo do género *Callibella*, *Callimico*, *Callithrix*, *Cebuella*, *Leontopithecus*, *Mico* ou *Saguinus*’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO.

sucuri > **anaconda** ‘ofídio boíneo do género *Eunectes*’ [Br] / **anaconda** [Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “sucuri”, falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana). | **DH-PT**: • surge o verbete “sucuri-amarela”, que corresponde a uma denominação brasileira, mas não está representada a respetiva denominação lusitana *anaconda-amarela*⁵⁰.

surucucu ‘ofídio viperídeo da espécie *Lachesis muta*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “surucucu”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.

tachã ‘ave anseriforme da espécie *Chauna torquata*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: **DH-BR**

⁴⁷ No entanto, s.v. “quati” a correspondência taxonómica devia incluir, além da espécie sul-americana *Nasua nasua* (o quati-de-cauda-anelada), também a espécie *Nasua carica*, o quati-de-nariz-branco, presente na América do Norte e na América Central.

⁴⁸ De facto, s.v. “abibe” restringe-se indevidamente a denotação à espécie eurasiática *Vanellus vanellus*, embora a correspondência taxonómica correta dessa voz seja o género *Vanellus* (com diversas espécies).

⁴⁹ No **DH-BR** e no **DH-PT**, s.v. “sabiá₁”, consta, unicamente, a correspondência taxonómica ‘turdídeo’ (respetivamente, sob as etiquetas «subfamília dos turdídeos» [corretamente, «subfamília turdídeos»] ou «família turdídeos») e «tordo»); falta, portanto, uma referência à família Mimidae (pássaros-imitadores), algumas de cujas espécies são designadas também por *sabiás*.

⁵⁰ No **DH-BR**, s.v. “sucuri”, e no **DH-PT**, s.v. “anaconda”, restringe-se indevidamente a correspondência taxonómica às espécies *Eunectes murinus*, a anaconda-preta, e *E. notaes*, a anaconda-amarela; portanto, nestes dicionários não estão representadas as outras duas espécies existentes de anacondas, a *E. deschauenseei* (a anaconda-malhada, presente em território brasileiro!) e a *E. beniensis* (a anaconda-boliviana).

e *DH-Pt.*: • s.v. “tachã”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.

tamanduá > **papa-formigas** ‘mamífero xenartro da subordem Vermilingua’ [Br] / **urso-formigueiro** > **tamanduá** [Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt.*: • não estão representados os elementos zoonímicos lusitanos integrados por *urso-formigueiro* que designam as quatro espécies deste grupo (sim os correspondentes brasileiros com *tamanduá*); • s.v. “tamanduá-mirim”, falta indicativo de (denominação da) variedade brasileira (não lusitana). | *DH-Pt.*: • s.v. “urso-formigueiro”, falta definição (que surge apenas s.v. “tamanduá”). (No *DH-Br* e no *DH-Pt.*, s.v. “tamanduá”, falta a aceção ‘mirme-cofagídeo do género *Tamandua*’, ocasionalmente verificada em Portugal, mas, sobre a sua conceituação, v. *infra*)⁵¹.

tambaqui ‘peixe caraciforme da espécie *Colossoma macropomum*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt.*: • s.v. “tambaqui”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal.

tatu ‘mamífero xenartro da família Dasypodidae’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt.*: • não estão representados os elementos zoonímicos lusitanos (denominações vernáculas eruditas de carácter sistemático e internacionalizante) que são equivalentes das denominações vernáculas populares de certas espécies de tatus inclusas no *DH* e providas da marca *B* (como *tatupeba*, *tatu-galinha*, etc.).

teiú ‘lagarto teiídeo do género *Tupinambis*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br* e *DH-Pt.*: • s.v. “teiú₁”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal⁵².

tico-tico ‘pássaro emberizídeo da espécie *Zonotrichia capensis*’ [Br+Pt]. TRAT. LEX. CORRETO.

tucano [s.s., com exclusão dos araçaris] ‘ave piciforme da família Ramphastidae e do género *Ramphastos*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-Br*: • s.v. “tucano”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de ele-

⁵¹ Uma vez que atualmente o urso-formigueiro-sedoso (Br. *tamanduá*), *Cyclopes didactylus*, se adscrive à família Cyclopedidae, a correspondência taxonómica de *tamanduá* ou *urso-formigueiro* não é a família Myrmecophagidae, como consta no *DH*, mas a subordem Vermilingua dos xenartros. Além disso, o *DH* exclui da sua nomenclatura uma espécie atual de urso-formigueiro, o urso-formigueiro-de-colete-setentrional ou tamanduá-mirim-setentrional (*Tamandua mexicana*).

⁵² S.v. “teiú₁”, restringe-se indevidamente a denotação de *teiú* à espécie *Tupinambis teguixin*, uma vez que essa denominação corresponde ao género *Tupinambis*, com sete espécies.

mento zoonímico utilizável em Portugal (deficiência corrigida no *DH-PT*). **urubu** ‘ave catartíidea do género *Cathartes*, *Coragyps* ou *Sarcoramphus*’ [Br+Pt]. INAD. LEX.: *DH-BR*: • s.v. “urubu₁”, consta indevidamente a marca *B*, uma vez que se trata, também, de elemento zoonímico utilizável em Portugal (deficiência corrigida no *DH-PT*)⁵³.

Como se observa na anterior amostra vocabular, são numerosos os casos em que, nesta categoria, a configuração zoonímica lusitana se diferencia da brasileira, o que parece responder às seguintes causas (classificação não perfeitamente disjunta): **a**) preferência em Portugal por denominações vernáculas eruditas de caráter sistemático e internacionalizante para grupos de animais exóticos, frente a denominações vernáculas populares brasileiras: *abibe-do-sul* (de preferência a *quero-quero*), *esquilo-brasileiro* (de preferência a *caxinguelê*), (*pássaro*-)imitador-tropical (de preferência a *sabiá-da-praia*), *tapir-amazónico* (de preferência a *anta*); **b**) a denominação brasileira é inadequada em Portugal, por aqui se revelar semanticamente enganadora (em todo ou em parte): *abelha-sem-ferrão* (em vez de *abelha-da-terra* [aqui *terra* está pelo Brasil!]), *caracol-maçã* (em vez de *caramujo-maçã* [*caramujo* em Portugal denota os gastrópodes marinhos da família Littorinidae]), *golfinho-do-amazonas* (em vez de *boto-branco* [v. *infra* 1.4]), (*golfinho*-)tucuxi (em vez de *boto-cinza* [v. *infra* 1.4]), *mocho-buraqueiro* (em vez de *coruja-buraqueira* [v. *infra* 1.4]), *pecari* (em vez de *porco-do-mato*, confundível em Portugal com *javalí*); **c**) relativa resistência em Portugal à adoção de elementos zoonímicos populares brasileiros tomados do adstrato tupi-guarani (frequentemente evitados mediante a utilização de denominação vernácula erudita de caráter sistemático e internacionalizante, ou mediante empréstimos ou decalques de caráter internacional): *anaconda* (em vez de *sucuri*), *caracol-maçã* (em vez de *arúá(-do-banhado)*), *enguia-elétrica* (em vez de *poraquê*), *esquilo-brasileiro* (de preferência a *caxinguelê*), *lobo-de-crina* (de preferência a (*lobo*-)guará), *lontra-gigante* (em vez de *ariranha*), *mocho-pigmeu* (em vez de *caburé*), *puma* (em vez de *suçuarana*), *urso-formigueiro* (de preferência a *tamanduá*); **d**) resistência em Portugal a adotar a redefinição brasileira de vozes lusitanas que originariamente designam animais não americanos (em favor de americanismos internacionais): *jaguar* (em vez de *onça(-pintada)*), *nandu* (de preferência a *ema*), *puma* (em vez de *onça-parda*); **e**) tradicional isolamento de Portugal em relação à zoonímia bra-

⁵³ S.v. “urubu₁”, na correspondência taxonómica, falta incluir o género *Sarcoramphus* (o urubu-rei).

sileira e correlativa influência em Portugal, sobretudo, da zoonímia castelhana e inglesa: *caimão* (de preferência a *jacaré*), *colibri* (com frequência similar à de *beija-flor*), *manatim* (de preferência a *peixe-boi*), *nandu* (de preferência a *ema*)⁵⁴, *opossum* (de preferência a *gambá*), *puma* (em vez de *onça-parda* ou *suçuarana*).

A propósito da causa apontada em *e*), diga-se que, infelizmente, a influência sobre o português lusitano das zoonímias castelhana e inglesa, em detrimento da natural confluência com o português do Brasil, continua muito forte (apesar da internet) e que ela se deve, sobretudo, às numerosas traduções pouco cuidadas que são feitas em Portugal a partir de textos originais escritos em inglês e em castelhano correspondentes a enciclopédias de história natural, guias de campo, manuais didáticos, documentários da natureza, etc.⁵⁵ Assim, aos casos respigados em *e*), que podemos considerar tradicionais e já consagrados pelo uso, deve acrescentar-se uma série de outros casos de influência zoonímica castelhana/inglesa que, pelo seu caráter recente e ocasional (embora alguns deles já estejam registados em dicionários lusitanos!), cabe conceituarmos de soluções censuráveis, injustificadamente ruturistas com a unidade designativa luso-brasileira: **aguti* (< cast. *agutí*, ingl. *agouti*, por *cutia*), **armadilho* (< cast. *armadillo*, ingl. *armadillo*, por *tatu*), **coipu* (< cast. *coipú*, ingl. *coypu*, por *ratão-do-banhado*), **mapache* (< cast. *mapache*, por *guaxinim*), **ocelote* (< cast. *ocelote*, ingl. *ocelot*, por *jaguatirica*), **pássaro-das-vacas* (< ingl.

⁵⁴ Em Portugal, regista-se vacilação no uso da voz *ema*, já que, conforme os textos e autores, ela é utilizada quer no sentido exclusivo de ‘ave da espécie *Dromaius novaehollandiae*’ (com a variante secundária *emu*, e em confronto com *nandu* ‘ave do género *Rhea*’; p. ex., em RODRÍGUEZ DE LA FUENTE, 1971, vol. XI, pp. 88 e 187–188; BURNIE, 2002, p. 264–265), quer nos dois sentidos ‘ave da espécie *Dromaius novaehollandiae*’ e ‘ave do género *Rhea*’ (p. ex., em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*, 1999 s.v. “*ema*”). Embora seja natural considerar que a confluência com o português brasileiro deva ter aqui muito peso, hoje, em Portugal, predomina o esquema designativo «*nandu + ema*» (e não o comum com o brasileiro, «*ema + emu*»), o qual surge precisamente em obras especializadas do campo da zoologia como fruto de uma ação padronizadora e apresenta a vantagem de harmonizar a designação vernácula da *Rhea americana* (o *nandu(-comum)*) com a da *R. pennata* (espécie que, em todas fontes consultadas, mesmo brasileiras!, surge com o nome vernáculo de *nandu(-de-darwin)*).

⁵⁵ Uma obra traduzida que, pela sua grande abrangência e pela altura da sua publicação, tem exercido grande influência sobre os usos zoonímicos realizados no Portugal hodierno é a enciclopédia *A fauna: vida e costumes dos animais selvagens* (RODRÍGUEZ DE LA FUENTE, 1970, 1971), traduzida do espanhol e cuja zoonímia pode conceituar-se como assaz castelhanizante (ex.: utiliza-se exclusivamente *colibri*, sem *beija-flor*; *jacaré* com o sentido exclusivo de ‘*Caiman latirostris*’; **lirão*, em vez de *leirão*; *manatim*, sem *peixe-boi*; **titi*, por *sagui(m)*; **zopilote*, junto com *urubu*; v. mais ex. de castelhanização na nota 57).

cowbird, por *chupim* ou *vira-bosta*), **tamanduá* ‘mirmecofagídeo do género *Tamandua*’ (< ingl. *tamandua* ‘mirmecofagídeo do género *Tamandua*’, por *urso-formigueiro-de-colete* ou *tamanduá-colete*), **tarântula* ‘aranha-caranguejeira’ (< ingl. *tarantula*, por (*aranha-*)*caranguejeira*)⁵⁶, **tinamu* ‘inambu’ (< cast. *tinamú*, ingl. *tinamou*, por *in(h)ambu*), etc.⁵⁷

Por último, nesta subsecção interessa ainda salientarmos que uma deficiência frequente detetada tanto no *DH-BR* como no *DH-PT* consiste na ausência de denominações vernáculas lusitanas que se correspondam com denominações vernáculas populares *exclusivamente brasileiras* designativas de *espécies* de animais presentes no Brasil (como, entre os casos vistos, guarda-rios, mochos-pigmeus, pecaris, ursos-formigueiros e tatus). A nosso ver, esta é uma lacuna informativa relevante, por mais que os respetivos nomes brasileiros constem na obra, devido à estranheza que essas denominações suscitam em Portugal, pelo que a sua colmatação corresponde aos lexicógrafos, que deverão proceder, se for necessário, a cunhar denominações vernáculas (eruditas) lusitanas com caráter neológico. Para isto, uma abordagem já largamente praticada com sucesso em diversas línguas (SAUERMOST, 2004, s.v. “Nomina vernacularia”) consiste em decalcar as correspondentes denominações vernáculas eruditas utilizadas, sobretudo, em inglês (e em alemão, com o eventual complemento de alguma língua românica), tendo sempre em vista a referência das correspondentes denominações brasileiras, como mostra o seguinte exemplo, referido à habilitação em português lusitano das denominações vernáculas das quatro espécies do género *Glaucidium* (Br. *caburés*, Pt. *mochos-pigmeus*) que habitam no Brasil:

Glaucidium brasilianum: Br. *caburé-ferrugem* / ingl. *ferruginous pygmy owl*

⁵⁶ Assim, p. ex., em BURNIE (2002, p. 593): «O nome tarântula foi aplicado pela primeira vez a uma aranha-lobo do Sul da Europa (a *Lycosa tarentula* p. 592), mas hoje é utilizado para referir esta família [Teraphosidae] de verdadeiros gigantes do mundo das aranhas, que chegam a ter 12 cm de comprimento e 28 cm de envergadura.». Mas não assim, felizmente, no *DACL* (s.v. “caranguejeira” e s.v. “tarântula”).

⁵⁷ Por exemplo, na enciclopédia zoológica RODRÍGUEZ DE LA FUENTE (1971, vol. XI), traduzida do castelhano, achamos: **aguti* (p. 7), **coendo* (p. 62 [por *cuandu*]), **coipu* (p. 63), **mapache* (p. 43, 73), **ocelote* (p. 191), **tamanduá* ‘mirmecofagídeo do género *Tamandua*’ (p. 255), **tinamu* ‘inambu’ (p. 266–267); no guia de campo MACDONALD e BARRETT (1999), traduzido do inglês, achamos: **coipu* (p. 281, ilustr. 56), **mapache* (p. 101, 107–109, ilustr. 19 e 21); na enciclopédia zoológica BURNIE (2002), traduzida do inglês, achamos: **coendo* (p. 157), **coipu* (p. 159), **mapache* (p. 194–195, 183), **ocelote* (p. 211), **pássaro-das-vacas* ‘chupim’ (p. 356), **tamanduá* ‘mirmecofagídeo do género *Tamandua*’ (p. 139), **tarântula* ‘aranha-caranguejeira’ (p. 593), **tinamu* ‘inambu’ (p. 265).

/ al. *Brasil-Sperlingskauz* / esp. *mochuelo caburé* / Pt. [solução neológica nossa:] **mocho-pigmeu-ferrugem**

Glaucidium hardyi: Br. *caburé-da-amazônia* / ingl. *Amazonian pygmy owl* / al. *Amazonas-Zwergkauz* / esp. *mochuelo amazónico* / Pt. [solução neológica nossa:] **mocho-pigmeu-da-amazônia**

Glaucidium minutissimum: Br. *caburé-miudinho* / ingl. *least pygmy owl*, *East Brazilian pygmy owl* / al. *Kleinst-Zwergkauz*, *Zwerg-Sperlingskauz* / esp. *mochuelo mínimo* / Pt. [solução neológica nossa:] **mocho-pigmeu-mínimo**

Glaucidium mooreorum: Br. *caburé-de-pernambuco* / ingl. *Pernambuco pygmy owl* / al. *Pernambuco-Zwergkauz* / esp. *mochuelo pernambucano* / Pt. [solução neológica nossa:] **mocho-pigmeu-de-pernambuco**

1.4. Denominação vernácula popular (supradialetal) de grupo de animais com correspondência taxonómica ou com designação prototípica divergente entre o português lusitano e o português brasileiro

A problemática desta subsecção é inversa da exposta em 1.1 e o seu adequado tratamento lexicográfico deve refletir-se no âmbito das aceções, cada uma das quais provida da correspondente marca geográfica ou varietal. Em seguida, numa primeira amostra vocabular, apresentamos casos de variação geográfica entre Portugal e o Brasil da *correspondência taxonómica* associada a certos zoónimos (denotações alternativas separadas por barra oblíqua) e resenhamos o respetivo tratamento lexicográfico nas duas versões do *DH*:

berbigão ‘molusco bivalve do género *Cerastoderma* (família Cardiidae)’ [Pt] / ‘molusco bivalve da espécie *Anomalocardia brasiliiana* (família Veneridae)’ [Br]. INAD. LEX.: *DH-BF* e *DH-PT*: • s.v. “berbigão₂” falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana)⁵⁸.

boto ‘cetáceo da família Phocoenidae’ [Pt.; sinónimo lusitano: *toninha*: v. *infra*] / ‘golfinho, cetáceo da família Delphinidae, Iniidae, Platanistidae ou Pontoporidae’ [Br]. INAD. LEX.: *DH-BF* e *DH-PT*: • s.v. “²boto”, falta a aceção lusitana (a remissão para “toninha” existente s.v. “²boto₃” não conduz ao

⁵⁸ Regista-se s.v. “berbigão₁”, tanto no *DH-BF* como no *DH-PT*, indevida restrição denotativa, já que, em vez da correspondência taxonómica correta (género *Cerastoderma*), consta a espécie *C. edule*. De resto, nesta categoria cabe apontar o mesmo défice que assinalávamos no fim da subsecção anterior: o dicionário não indica (claramente) como se designa no Brasil o *berbigão* lusitano, e em Portugal o *berbigão* brasileiro, e os dois grupos num contexto luso-brasileiro ou pan-lusófono.

significado pertinente); • s.v. “²boto₁” e “²boto₂”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana).

coruja ‘estrigiforme de tamanho médio, de corpo alongado, sem «orelhas» ou tufos auriculares, frequentemente com disco facial em forma de coração (todas as espécies da família Tytonidae e algumas da família Strigidae [de géneros como *Asio*, *Strix* e *Surnia*])’ [Pt] / ‘estrigiforme’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “¹coruja”, falta a aceção lusitana; • s.v. “¹coruja₁”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana).

ema ‘ave australiana da espécie *Dromaius novaehollandiae*’ [Pt.; no Br., *emu*] / ‘ave sul-americana do género *Rhea*’ [Br.; em Pt., freq., *nandu*]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “¹ema”, falta a aceção lusitana (que só surge s.v. “¹emu”).

lagartixa ‘diversas espécies de sáurios de pequeno tamanho da família Lacertidae’ [Pt] / ‘sáurio da família Gekkonidae’ [Br.; em Pt., *osga*]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “lagartixa”, falta a aceção lusitana (e não se consigna, como sinónimo de *lagartixa* ‘geconideo’, a voz *osga*); • s.v. “lagartixa₁” e “lagartixa_{1.1}”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana)⁵⁹.

lagostim ‘crustáceo decápode do género *Nephrops* (família Homaridae)’ [Pt.; no Br., *lagostinha*] / ‘crustáceo decápode da família Scyllaridae’ [Br.; em Pt., *cavaco*]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “lagostim”, falta a aceção lusitana; • s.v. “lagostim₂” e “lagostim_{2.1}”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana)⁶⁰.

melro(-preto) ‘pássaro turdídeo da espécie *Turdus merula*’ [Pt]⁶¹ / ‘pássaro icterídeo da espécie *Gnorimopsar chopi*’ [Br.; denominação preferente: *graúna*]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “melro₂”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana)⁶².

mocho ‘estrigídeo de tamanho pequeno-médio ou pequeno, de corpo atarraca-

⁵⁹ No **DH-BR**, s.v. “osga”, não se indica que *osga* ‘geconideo’ seja solução lusitana, e tal zoónimo apenas surge como dialetalismo do Norte e do Nordeste do Brasil (sem essas marcas geográficas no **DH-PT**).

⁶⁰ Tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, s.v. “lagostim₁”, surge, sem qualquer lema subordinado, a aceção ‘crustáceo decápode dulciaquícola do grupo Astacida’, a qual seria melhor que surgisse sob o lema (subordinado) *lagostim-do-rio*.

⁶¹ Tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, s.v. “melro₁”, o melro-preto (europeu) é adscrito erroneamente à família Muscipidae, quando pertence à família Turdidae.

⁶² Em contraste com o que acontece s.v. “melro”, no resto dos verbetes aqui resenhados que contêm aceções lusitanas e brasileiras, a aceção correspondente ao uso exclusivamente brasileiro surge no **DH-BR** antes do que a aceção correspondente ao uso lusitano (no **DH-PT**, essa ordem só se inverte, além de s.v. “melro”, apenas s.v. “perdiz”).

- do, geralmente sem «orelhas», do género *Aegolius*, *Athene*, *Glaucidium*, *Micrathene*, *Neasio*, *Ninox*, *Otus*, *Pulsatrix*, *Sceloglaux*, *Uroglaux* ou *Xenoglaux* [Pt] / ‘estrigídeo, e particularmente certas espécies dos géneros *Bubo*, *Pulsatrix* e *Strix*’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “²mocho”, falta a aceção lusitana; • s.v. “²mocho₁”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana)⁶³.
- moleiro** ‘ave da família Stercorariidae’ [Pt] / ‘papagaio da espécie *Amazona farinosa*’ [Br] (= *papagaio-moleiro*). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “moleiro”, falta a aceção lusitana.
- ouriço-cacheiro** ‘insetívoro da família Erinaceidae’ [Pt] / ‘roedor da família Erethizontidae’ [Br] (= *cuandu* = *porco-espinho-arboricola*). INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “ouriço-cacheiro₁” e “ouriço-cacheiro_{1,1}”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana).
- perdiz** ‘fasianídeo do género *Alectoris*, *Perdix* ou *Rollulus*’ [Pt] / ‘tinamídeo da espécie *Rhynchotus rufescens*’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR**: • s.v. “perdiz₁”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana). | **DH-PT**: • s.v. “perdiz₂”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana).
- pintassilgo** ‘fringilídeo da espécie *Carduelis carduelis*’ [Pt] / ‘fringilídeo da espécie *Carduelis magellanicus*’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “pintassilgo_{1,1}”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana); • s.v. “pintassilgo_{1,2}”, falta indicativo de (aceção da) variedade lusitana (não brasileira)⁶⁴.
- rato-d’água** ‘roedor do género *Arvicola*’ [Pt] / ‘roedor da espécie *Nectomys squamipes*’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “rato-d’água”, falta a aceção lusitana; • s.v. “rato-d’água”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana).
- savelha** ‘peixe da espécie *Alosa fallax*’ [Pt] / ‘peixe do género *Brevoortia*’ [Br.; em Pt., *menháden*]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “savelha”, falta a aceção lusitana.
- toninha** ‘cetáceo da família Phocoenidae’ [Pt] / ‘cetáceo da espécie *Pontoporia blainvillei* (família Pontoporiidae)’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-BR** e **DH-PT**: • s.v. “toninha₂”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não

⁶³ Tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, s.v. “²mocho₁”, dentro da correspondência taxonómica, resenhas-se o género *Ciccaba*, cujas espécies atualmente são adscritas ao género *Strix*.

⁶⁴ Tanto no **DH-BR** como no **DH-PT**, s.v. “pintassilgo_{1,2}”, de modo incorreto, em vez da definição e do nome científico correspondentes ao pintassilgo da Europa (*Carduelis carduelis*), oferece-se uma definição e um nome científico (*Carduelis spinus*) que correspondem a outro fringilídeo europeu, o lugre.

lusitana); • s.v. “toninha₃” e “toninha_{3,1}”, falta indicativo de (aceção da) variedade lusitana (não brasileira).

vaca-loira ‘coleóptero da família Lucanidae’ [Pt] / ‘coleóptero da espécie *Euchroma gigantea* (família Buprestidae)’ [Br.; sinónimo preferente: *mãe-do-sol*]. INAD. LEX.: **DH-Pt**: • s.v. “vaca-loura₁”, falta indicativo de (aceção da) variedade brasileira (não lusitana)⁶⁵.

A seguir, na segunda amostra vocabular desta subsecção, analisamos o tratamento lexicográfico dado nas duas versões do *DH* aos casos de variação geográfica entre Portugal e o Brasil da *designação prototípica* associada aos zoónimos (= *Design. protot.*), isto é, a espécie ou conjunto de espécies de um dado grupo de animais que, conforme a vertente da língua considerada, tipicamente evoca a denominação vernácula comum desse grupo (representação nos lemas [principais ou subordinados], na especificação das definições ou nas aceções subordinadas das espécies desse grupo mais conhecidas ou representativas no respetivo domínio geográfico):

Design. protot. de andorinha ‘pássaro da família Hirundinidae’: ‘*Hirundo rustica* + *Cecropis daurica* + *Delichon urbicum* + *Ptyonoprogne rupestris* + *Riparia riparia*’ [Pt] / ‘*Hirundo rustica* + *Notiochelidon cyanoleuca* + *Progne chalybea* + *Stelgidopteryx ruficollis*’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “andorinha_{1,1-4}”, apenas estão representadas as espécies típicas do território brasileiro.

Design. protot. de cegonha ‘ave do género Ciconia’: ‘*Ciconia ciconia* (cegonha-branca) + *C. nigra* (cegonha-preta)’ [Pt] / ‘*Ciconia maguari* (jaburu-moleque = *maguari*)’ [Br]. TRAT. LEX. CORRETO (embora falte referência à *C. nigra*).

Design. protot. de cobra-d’água ‘cobra da família Colubridae associada a massas de água doce’: ‘*Natrix*’ [Pt] / ‘*Helicops* + *Liophis*’ [Br]. INAD. LEX.: **DH-Br** e **DH-Pt**: • s.v. “cobra-d’água_{1,1-2}”, apenas estão representadas as espécies típicas do território brasileiro.

Design. protot. de cobra-de-vidro (= licranço) ‘lagarto ápode ou de pernas muito reduzidas da família Anguillidae’: ‘*Anguis fragilis*’ [Pt] / ‘*Ophiodes*’ [Br]. TRAT. LEX. CORRETO.

⁶⁵ Regista-se s.v. “vaca-loira₃” (no *DH-Br*) e s.v. “vaca-loura₃” (no *DH-Pt*), indevida restrição denotativa, já que, em vez da correspondência taxonómica correta (família Lucanidae), consta a espécie *Lucanus cervus*, a vaca-loira-eurasiática.

Design. protot. de doninha ‘mustelídeo do género *Mustela*’: ‘*Mustela nivalis*’ [Pt] / ‘*Mustela africana*’ [Br]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “doninha₂”, apenas está representada a espécie típica do território brasileiro.

Design. protot. de grilo-toupeira ‘inseto da família Gryllotalpidae’: ‘*Gryllotalpa gryllotalpa*’ [Pt] / ‘*Neocurtilla hexadactyla*’ [Br]. TRAT. LEX. CORRETO⁶⁶.

Design. protot. de lontra ‘mustelídeo da subfamília Lutrinae’: ‘*Lutra lutra* (*lontra-europeia*)’ [Pt] / ‘*Lontra longicaudis* (*lontra-neotropical* ou *lontra-de-rio-sul-americana*) + *Pteronura brasiliensis* (*lontra-gigante* ou *ariranha*)’ [Br]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “lontra₁”, apenas está representada uma das duas espécies típicas do território brasileiro (faltam a lontra-europeia e a lontra-gigante; v. *ariranha* e nota 27 na subsecção 1.3).

Design. protot. de rola ‘columbídeo de pequeno tamanho’: ‘*Streptopelia*’ [Pt] / ‘*Claravis* + *Columbina* + *Uropelia*’ [Br]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “rola₁”, apenas estão representadas as espécies típicas do território brasileiro.

1.5. Grupo de animais não representado no domínio geográfico das variedades lusitana e brasileira e que possui denominações vernáculas diferentes em função da variedade da língua

Quando um grupo de animais exótico em relação ao domínio geográfico das diversas variedades da língua portuguesa estiver representado num dicionário geral pan-lusófono (o que poderá acontecer com bastante menor frequência do que no caso dos grupos de organismos autóctones: GARRIDO, 2012, p. 42–44), a correspondente variação zoonímica de carácter diatópico amoldar-se-á a uma destas duas categorias: *a*) grupo de animais exótico cuja designação inclui a denominação de um grupo zoológico mais abrangente representado no domínio geográfico da língua e que dispõe de nomes vernáculos divergentes entre as variedades da língua; *b*) grupo de animais exótico cuja designação *não* inclui a denominação de um grupo zoológico mais abrangente (representado no domínio geográfico da língua).

A anterior categoria *a*) é, para nós, agora, pouco interessante, porque fica

⁶⁶ No entanto, v. *grilo-toupeira* na subsecção 1.1. Como no *DH-BR*, também no *DH-PT* a aceção subordinada correspondente a *Gryllotalpa gryllotalpa* surge, indevidamente, após a aceção subordinada correspondente a *Neocurtilla hexadactyla*. Em geral, não se observa critério constante na ordenação das aceções subordinadas dedicadas à especificação.

subsumida na variação zoonímica vista já nas subsecções 1.2 e 1.3⁶⁷, mas a categoria *b*) apresenta feição própria, pelo que a tratamos aqui com uma pequena amostra de dois exemplos:

ema ‘ave da espécie *Dromaius novaehollandiae*’ [Pt.; de preferência a *emu*] / **emu** [Br]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • s.v. “¹ema”, falta a aceção (lusitana) aqui focalizada (a qual só surge s.v. “emu”).

o lama ‘camelídeo da espécie *Lama glama*’ [Pt.; de preferência a *lhama*] / **a/o lhama** [Br]. INAD. LEX.: *DH-BR* e *DH-PT*: • o zoónimo lusitano *o lama* ‘camelídeo da espécie *Lama glama*’ não está representado⁶⁸.

Conclusões

Nas secções anteriores deste artigo, expusemos os principais problemas e estratégias que se prendem com uma adequada incorporação da variação diatópica da designação de grupos de organismos aos dicionários gerais de referência (pan-lusófonos) da língua portuguesa, para o que se efetuou um levantamento – estado na análise de uma série de amostras vocabulares representativas – de deficiências lexicográficas presentes nos dicionários *Houaiss* do Brasil e de Portugal relativas ao tratamento da divergência zoonímica que se regista entre as variedades lusitana e brasileira da língua. Como fruto deste trabalho, já podemos tecer aqui considerações conclusivas na forma de uma classificação das correspondentes inadequações lexicográficas, que devem ser evitadas, e de uma apreciação sumária do desempenho lexicográfico mostrado, em relação a cada uma dessas categorias, na confeção do *DH-BR* e na subsequente adaptação do *DH-BR* à variedade lusitana da língua (*DH-PT*). Para tal, vamos sintetizar a informação contida nas secções anteriores distinguindo as seguintes categorias de inadequações lexicográficas, a cada uma das quais dedicamos no sucessivo um parágrafo, a começar pelas três categorias de inadequações *gerais*, as quais ocorrem no *DH-BR* original e, se não mediar correção, também no *DH-PT*, e a concluir pelas duas categorias de inadequações *específicas* da adaptação

⁶⁷ Dois exemplos são os seguintes:

caimão-da-china > **jacaré-da-china** (+ **aligátor-da-china**) ‘crocodiliano da espécie *Alligator sinensis*’ [Pt] / **jacaré-da-china** (+ **aligátor-da-china**) [Br]

mocho-pigmeu-eurasiático ‘estrígídeo da espécie *Glaucidium passerinum*’ [Pt] / **caburé-aurasiático** [Br].

⁶⁸ Tanto no *DH-BR* como no *DH-PT*, s.v. “³lama”, vincula-se a voz *lama*, feminina, ao género *Lama*, que inclui três espécies, entre as quais *Lama glama*.

lusitana do *DH-BR*: inadequações respeitantes às marcas geográficas ou varietais, inadequações respeitantes à categorização das variantes zoonímicas de cada variedade nacional da língua, inadequações respeitantes à incorporação dos elementos zoonímicos, inadequações respeitantes à definição e inadequações respeitantes à especificação.

As ***inadequações lexicográficas respeitantes às marcas geográficas ou varietais*** revestem quatro formas: **a)** indevida indicação *B* (regionalismo brasileiro), inadequação que surge ocasionalmente na subsecção 1.1 do nosso estudo (ex.: *abelhão*, *coruja-das-torres*, *grilo-toupeira*) ou, mesmo, 1.4 (ex.: *osga* ‘geconídeo’), mas, sobretudo, maciçamente, na subsec. 1.3 (ex.: (*aranha*-) *caranguejeira*, *arara*, *candiru*, *chama-maré*, *inhambu*, *jacaré*, *jiboia*, *muçurana*, *surucucu*, *teiú*, *tucano*, *urubu*); **b)** indevida falta de indicação *B*, inadequação que surge com bastante frequência na subsec. 1.1 (ex.: *água-viva*, *carrapato*, *lagostim* ‘Scyllaridae’, *martim-pescador*, *mutuca*, *perereca*, *siri*), mas, sobretudo, nas subsec. 1.3 (ex.: *boto-cinza*, *caburé*, *onça-pintada*, *porco-do-mato*, *sucuri*) e 1.4 (ex.: *berbigão* ‘*Anomalocardia brasiliiana*’, *boto* ‘golfinho em geral’, *coruja* ‘estrigiforme’, *lagartixa* ‘geconídeo’); **c)** indevida indicação *P* (regionalismo lusitano), inadequação que surge com frequência na subsec. 1.2 (ex.: *alvéola*, *cortiçol*, *dom-fafe*, *faneca*, *lavagante*, *torcicolo*); **d)** indevida falta de indicação *P*, inadequação que surge com certa frequência nas subsec. 1.1 (ex.: *choco* ‘Sepioidea’, *pica-peixe*, *rela*) e 1.4 (ex.: *toninha* ‘Phocoenidae’, *pintassilgo* ‘*Carduelis carduelis* [ou *C. spinus*]’). Infelizmente, de todos os casos desta categoria de inadequação atribuídos ao *DH-BR* no presente trabalho, apenas uns poucos foram corrigidos no *DH-PT*: *abelhão*, *alvéola*, *arara*, *jacaré*, *osga* ‘geconídeo’, *tucano* e *urubu* (correção só parcial no caso de *onça-pintada* [v. *supra*] e inadequação presente só no *DH-PT* no caso de *bicho-de-conta*). Para além de uma insuficiente abrangência da diversidade varietal do português, o principal fator perturbador que está atrás desta categoria de inadequações lexicográficas (manifesto nas subsec. 1.2 e 1.3) é a desconsideração do facto de denominações vernáculas populares nascidas numa das variedades da língua e que nela têm uso corrente (por designarem grupos de organismos presentes no correspondente domínio geográfico) serem também frequentemente utilizáveis e utilizadas (num registo formal) nas outras variedades da língua⁶⁹.

⁶⁹ Ao contrário do que acontece no início dos verbetes ou no início das aceções, na enunciação de sinónimos ou variantes geográficas com que, no *DH-BR* e no *DH-PT*, findam algumas aceções, não se identifica, em geral, como seria desejável, a variedade nacional, lusitana ou brasileira, a que corresponde cada denominação (exceto no caso das variedades africanas do português; ex.: s.v. “cupim”).

Quanto às *inadequações respeitantes à categorização das variantes zoonímicas de cada variedade nacional da língua*, diga-se que nas nossas amostras se regista nalgumas ocasiões, por um lado, uma indicação deficiente da importante diferenciação entre usos zoonímicos supradialetais-formais e usos zoonímicos dialetais-informais (ex.: *abelhão* ‘*Bombus*’/‘*Vespa crabo*’ e *cambaxirra/carriça/corruíra*, na subsec. 1.1) e, por outro, uma identificação errônea de variante supradialetal-formal preferente em Portugal (e, por extensão, no Brasil), como mostram os casos, na subsec. 1.2, de *alvéloa* (em vez da denominação supradialetal-formal *alvéola*), *arganaz* ‘*Gliridae*’ (em vez da denominação supradialetal-formal *leirão*) e *murganho* ‘*Mus musculus*’ (em vez da denominação supradialetal-formal *rato-caseiro*). Nenhum dos casos de inadequação desta categoria presentes nas nossas amostras é corrigido no *DH-Pt*.

As *inadequações respeitantes à incorporação dos elementos zoonímicos* são de dois tipos: **a**) falta o elemento zoonímico supradialetal-formal (preferente) lusitano, mas não o correspondente grupo de animais (que sim está representado no dicionário), o que se manifesta enquanto aceção inexistente (no seio de um verbete) ou enquanto lema inexistente; dentro das nossas amostras, isto acontece nalgum caso de grupo de animais ibérico e não brasileiro (*leirão*) ou extraibérico e extrabrasileiro (*ema* ‘*Dromaius novaehollandiae*’, o *lama* ‘*Lama glama*’), mas, sobretudo, na subsec. 1.1, a afetar significativos grupos de animais simultaneamente ibéricos e brasileiros (ex.: *cavaco* ‘*Scyllaridae*’, *lagostim* ‘*Nephrops*’, *navalheira* ‘*Portunidae*’, *rato-caseiro* ‘*Mus musculus*’, *uje* ‘*Dasyatidae*’), na subsec. 1.4, ao estarem ausentes em muitos casos aceções lusitanas de denominações utilizadas no Brasil (s.v. “boto”, “coruja”, “ema”, “lagartixa”, “lagostim”, “mocho”, “rato-d’água”, etc.) e na subsec. 1.3, ao faltar em muitos casos uma denominação vernácula erudita (frequentemente, de caráter sistemático e internacionalizante), que se revele equivalente da exclusiva ou preferentemente brasileira (de cariz popular [e base tupi]), particularmente no relativo a *espécies* de animais presentes no Brasil (como, entre os casos vistos, espécies de guarda-rios, mochos-pigmeus, pecaris, ursos-formigueiros e tatus): *tapir-amazónico* (Br. *anta*), *abibe-do-sul* (Br. *quero-quero*), *esquilo-brasileiro* (Br. *caxinguelê*), *golfinho-tucuxi* (Br. *boto-cinza*), *lobo-de-crina* (Br. *guará*), *mocho-buraqueiro* (Br. *coruja-buraqueira*), *mocho-pigmeu* (Br. *caburé*), *mocho-pigmeu-mínimo* (Br. *caburé-miudinho*), *opossum* (Br. *gambá*), *(pássaro)-imitador-tropical* (Br. *sabiá-da-praia*), *urso-formigueiro-de-colete* (Br. *tamanduá-colete*), etc.; **b**) grupo de organismos não representado na obra, deficiência lexicográfica, esta, que, nas nossas amostras, afeta, sempre dentro da subsec. 1.2 (grupo de organismos ibérico e não brasileiro), muitos

e importantes casos, por se tratar de espécies vistosas e bastante conhecidas (anfíbios como o *sapo-parteiro*; ofídios como a *cobra-rateira*; mas, sobretudo, aves, como *escrevedeira*, *mobelha*, *pisco(-de-peito-ruivo)*, *rabirruivo*, *sisão*, *trepadeira-azul*, etc.), ou, mesmo, espécies de peixes de importância gastronómica em Portugal (*areiro*, *pregado*, *rodovalho* ‘*Scophthalmus rombus*’). Num proceder dececionante, a edição lusitana do *DH*, das numerosas lacunas deste tipo detetadas nas nossas amostras vocabulares, apenas preenche a relativa ao *pisco(-de-peito-ruivo)*.

As **inadequações respeitantes à definição** aqui focalizadas restringem-se ao *DH-PT* e são de dois tipos: **a)** definição «ectópica», ausente do verbete da variante (preferente) lusitana (presente na variante brasileira), o que se verifica, sobretudo, de forma maciça, nas subsec. 1.1 (*abelhão*, *agrimensora*, *alforreca*, *bicha-cadela*, *carriça*, *corvo-marinho*, *rela*, etc.; nas nossas amostras, com alteração a respeito do local de definição original [no *DH-BR*] apenas em *bicho-de-conta*, *carraça* e *moscardo*) e 1.3 (*abelha-sem-ferrão*, *caimão*, *manatim*, *enguia-elétrica*, *pecari*, *urso-formigueiro*, etc.; nas nossas amostras, com alteração a respeito do local de definição original apenas em *anaconda* e *jaguar*); **b)** redação da definição presente no *DH-PT* inadequada para um público português, o que, nas nossas amostras, acontece por aquela incluir um termo de comparação popular no Brasil, mas não em Portugal (s.v. “abelheiro”), por incluir na classificação taxonómica um elemento zoonímico não lusitano (s.v. “buraqueira”) ou por estar excessivamente focalizada no Brasil (s.v. “cutia”).

As **inadequações respeitantes à especificação** manifestam-se no *DH-PT* sob três aspetos: **a)** ausência ou insuficiência de especificação (no seio da definição ou sob a forma de lemas principais, lemas subordinados ou aceções subordinadas) em relação a Portugal (enunciação de espécies presentes em Portugal dentro de um dado grupo de animais extrabrasileiro), em contraste com a profusa especificação efetuada, tanto no *DH-BR* como no *DH-PT*, em relação ao Brasil (ex. [subsec. 1.2]: *alvéola*, *chapim*, *cortiçol*, *lampreia*, *leirão* [s.v. “arganaz”], *tentilhão*, *tritão*, etc.); **b)** ausência de designação prototípica lusitana (espécies típicas do grupo de animais em Portugal), com presença da brasileira (ex. [subsec. 1.1 e, sobretudo, 1.4]: *andorinha*, *bicho-de-conta*, *cobra-d’água*, *corvo-marinho*, *doninha*, *lontra*, *pica-pau*, *rola*, etc.); **c)** ordem inadequada (subsec. 1.4) das aceções subordinadas correspondentes à especificação (primeiro, a aceção brasileira, e, depois, a lusitana: s.v. “berbigão”, “ourico-cacheiro”, “pintassilgo”, “toninha”, etc. [nas nossas amostras, ordem apenas corrigida s.v. “melro” e “perdiz”]).

Embora não se trate do objeto principal deste estudo, deve ainda advertir-se que, nas nossas amostras vocabulares (como fica consignado nas notas de rodapé), surgiram bastantes casos de *inadequação da informação taxonómica* presente nas definições (nunca corrigida na adaptação lusitana do *DH*), os quais consistem, sobretudo, na atribuição aos zoónimos de uma correspondência taxonómica inexata (quase sempre, por indevida restrição à designação prototípica) e na utilização de uma nomenclatura ou de uma classificação específicas já desatualizadas (com alguns poucos casos de enunciação defeituosa de caracteres)⁷⁰.

Por último, a modo de apreciação sumária, cabe assinalarmos que, pelo que diz respeito ao tratamento da variação diatópica da designação vernácula de grupos de animais, o *DH-BR* precisa de uma *ligeira revisão*, conforme as linhas aqui traçadas, para ele poder fazer jus à sua legítima aspiração a constituir-se em dicionário geral de referência (pan-lusófono) da língua portuguesa; já a revisão que, nesse domínio, exige o *DH-PT*, para, conforme o seu desígnio, se adaptar plena e eficazmente a um público português, é muito mais profunda e reclama a incorporação ao elenco de lexicógrafos da edição portuguesa de alguma pessoa perita em zoologia ou biologia sistemática (como as presentes, de facto, na equipa da edição original brasileira). Dado o elevado padrão de qualidade que, entre os seus homólogos, o dicionário *Houaiss* apresenta no tratamento da zoonímia (GARRIDO, 2012, p. 72–75), pode dizer-se que quaisquer esforços envidados em tais labores de revisão valerão, sem dúvida, a pena.

Bibliografia

- Academia das Ciências de Lisboa. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo, 2001. [= *DACL*]
- BURNIE, David (org.). *Grande enciclopédia animal*. Trad. de *Animal*, 2001, por Sofia Gomes, com rev. científica de Filipe Machado. Porto: Dorling Kindersley/Civilização Editores, 2002.
- Comissom Lingüística da Associação Galega da Língua. *O Modelo Lexical Galego. Fundamentos da Codificação Lexical do Galego-Português da Galiza*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2012.

⁷⁰ Permitimo-nos indicar aqui três referências que podem constituir um valioso auxiliar para estabelecer de modo preciso as correspondências taxonómicas: as versões inglesa e alemã da enciclopédia internética *Wikipedia*, a enciclopédia de Biologia *Lexikon der Biologie* (SAUERMOST, 1999–2004) e, em relação aos animais invertebrados, o dicionário de Zoologia e Sistemática de AUTOR (no prelo).

- Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos. *Listas das aves do Brasil*. Florianópolis: CBRO, 2014 (11.^a ed.). Disponível em <www.cbro.org.br>. Acesso em 23 novembro 2014.
- DE SALLES VILLAR, Mauro. Apresentação [do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, versão portuguesa]. In: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia – Portugal. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003, p. xv.
- GARRIDO, Carlos. Análise do tratamento lexicográfico dos táxones zoológicos nos dicionários gerais de referência das línguas portuguesa e espanhola. *Revista de Lexicografia*. Corunha: Universidade da Corunha, n. XVIII, 2012, p. 39–76. Disponível em <https://www.udc.es/grupos/lexicografia/revista/revista_18.html>. Acesso em 30 junho 2015.
- GARRIDO, Carlos. *Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados. Português, Inglês, Alemão, Espanhol*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, no prelo.
- GOODERS, John e Alan HARRIS. *Guia de campo das aves de Portugal e da Europa*. Trad. de *Field Guide to the Birds of Britain and Europe*, 1990, por Álvaro Augusto Fernandes e António Pena. Lisboa: Temas e Debates, 2000 (1996).
- GOVE, Philip Babcock (dir.). *Webster's Third New International Dictionary of the English Language, Unabridged*. Colónia: Könemann, 1993 (1961).
- HOUAISS, Antônio. Prefácio [do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, versão portuguesa]. In: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia – Portugal. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003, p. xiv.
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. [= DH-Br]
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia – Portugal. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003. [= DH-Pt]
- MACDONALD, David e Priscilla BARRETT. *Mamíferos de Portugal e Europa (Guia FAPAS)*. Trad. de *Mammals of Britain and Europe (Collins Field Guide)*, 1993, por Magda Lares. Porto: FAPAS/Câmara Municipal do Porto, 1999.
- MALACA CASTELEIRO, João. Introdução à versão portuguesa [do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*]. In: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia – Portugal. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 2003, p. XLVIII–LV.
- MANAÇAS, Sara. “Crocodilo”. In: *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura Verbo*. Lisboa: Editorial Verbo, 1999, s.v.

- RODRÍGUEZ DE LA FUENTE, Félix *et al.* *Enciclopedia Salvat de la fauna*. Pamplona: Ediciones Salvat, 1970.
- RODRÍGUEZ DE LA FUENTE, Félix *et al.* *A fauna: vida e costumes dos animais selvagens*. Trad. de *Enciclopedia Salvat de la fauna*, 1970, por Anabela Monteiro Nunes e Carlos Alberto Nunes, com rev. científica de Carlos Almaça. Lisboa: Publicações Alfa, 1971.
- SAUERMOST, Rolf (dir.). *Lexikon der Biologie*. Heidelberg: Spektrum Akademischer Verlag/Elsevier, 2004.
- STEVENSON, Angus (dir.). *Shorter Oxford English Dictionary*. Oxford: Oxford University Press, 2007 (6.^a ed.).
- SVENSSON, Lars, Killian MULLARNEY e Dan ZETTERSTRÖM. *Guia de campo das aves de Portugal e da Europa*. Trad. de *Collins Bird Guide*, ²2010, por Joana Andrade *et al.* Porto: Assírio & Alvim, ²2012.
- VON IHERING, Rodolpho. *Dicionário dos animais do Brasil*. Ed. rev. por D. Wilches Monsorens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, ²2002 (1940).

Submetido em 28 de julho de 2015

Aceito em 10 de março de 2016

REFLEXÕES SOBRE CRÍTICA TEXTUAL
E O ESTUDO DO PASSADO EM FORMA DE TEXTOS LITERÁRIOS

REFLEXIONS ON TEXTUAL CRITICISM AND THE STUDY
OF THE PAST IN LITERARY TEXTS

Ceila Maria Ferreira
Universidade Federal Fluminense
criticaearte@gmail.com

RESUMO:

Reflexões sobre a importância da Crítica Textual para o estudo da gênese, transmissão e recepção de textos, estudo esse que é eivado de historicidade e também fundamental para estudarmos a literatura e sua história. A Crítica Textual/Filologia é de suma importância para a preservação e a divulgação do patrimônio cultural em forma de textos escritos.

PALAVRAS-CHAVE:

Crítica Textual, Patrimônio Cultural, Transmissão Textual.

ABSTRACT:

Reflections on the importance of textual criticism for the study of the genesis, transmission and reception of texts, which is imbued with historicity and is also fundamental for the study of literature and its history. Textual criticism/philology is of the utmost importance for the preservation and spread of cultural heritage in the form of writings.

KEYWORDS:

Textual criticism; cultural heritage; textual transmission.

[...] Decerto, dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. [...] (Marc Bloch, *Apologia da História* ou o ofício de historiador.)

Concordamos em gênero, número e grau com o grande historiador, Marc Bloch. Dificilmente imagina-se que uma ciência possa abstrair do tempo, ainda mais então, no caso da Crítica Textual ou Filologia, que trabalha justamente com a história da transmissão de textos ao longo do tempo, além de restituí-los à forma final que lhes foi dada por seu autor e de dar ciência ao leitor

acerca de várias das transformações autorais e não-autorais sofridas por esses mesmos textos através dos anos. Tal estudo também é uma via em direção ao conhecimento de representações do passado remoto e recente por meio de textos literários e não-literários, o que contribui para a preservação do patrimônio cultural em forma de textos escritos, assim como para a formação de cânones literários, fortunas críticas, histórias da literatura. É a respeito de tal estudo e de alguns aspectos de seu impacto sobre o conhecimento do passado – formação de cânones literários, fortunas críticas, história da literatura - que pretendemos escrever estas páginas.

Aliás, parafraseando, em certa medida, o Poeta brasileiro nascido em Itabira, o tempo é também a nossa matéria. Mas, não só o tempo presente. O correr do tempo surpreendido através do processo de transmissão de textos.

Infelizmente, em relação à quase impossibilidade de uma ciência abstrair do tempo, não podemos dizer o mesmo de uma parte dos estudiosos de língua e de literatura que parecem não dar a devida importância às modificações empreendidas por autores ou por terceiros durante o processo de transmissão textual. Muitos desses estudiosos trabalham como se os textos fossem imutáveis e tivessem sido fixados para sempre. É profundamente lamentável que em algumas histórias da literatura portuguesa, por exemplo, permaneça a informação de que *O Crime do Padre Amaro* foi publicado em 1875 e ponto. Tais histórias parecem desconhecer a existência de mais duas versões do citado romance de Eça de Queirós: a de 1876 e a de 1880, além da edição de 1889, todas elas publicadas enquanto seu autor vivia. Nesse sentido, deixam de destacar, realçando aspectos que poderiam ser observados por meio do cotejo de edições, o trabalho do autor em relação a seu texto. O laborioso trabalho de busca da forma mais adequada à manifestação literária. Lembramos também aqui o caso de *A Ilustre Casa de Ramires*, romance publicado de forma incompleta na *Revista Moderna* e, após a morte do autor, em 1900, editado em livro na sua integralidade.¹ Bem, a respeito da edição em livro, as suas 137 páginas finais não foram revisadas pelo autor por decorrência do seu falecimento (LOSADA SOLER, 1999, p.18). E a ausência, a nosso ver, de revisão autoral irá facultar um desnível no tratamento e no desenvolvimento de determinadas passagens na obra, como é o caso daquelas que se referem à Gracinha Ramires na parte final do romance. Contudo, a falta de um desenvolvimento mais consistente de

¹ Para o estudo desse romance de Eça de Queirós, leia-se LOSADA SOLER, Elena (ed). *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

determinadas passagens pode muito bem ser explicada por uma fatalidade: a morte de Eça de Queirós. Porém, o desconhecimento, por parte do historiador da literatura e do crítico literário, de tal ocorrência tem a possibilidade de gerar leituras equivocadas, originadas em informações destorcidas e sem sustentação no trabalho do autor em relação a seu texto, podendo até mesmo ser fonte de indagações acerca de um possível descuido de Eça de Queirós em relação ao trabalho de aprimoramento textual. O que em se tratando de Eça de Queirós, nos apoiando no intenso trabalho do autor em relação a seus textos, trabalho que vem sendo mais divulgado e muito valorizado pela que passou a ser chamada Equipe Eça, é um verdadeiro absurdo. E por falar em Eça de Queirós e em *A Ilustre Casa*, nesse romance, Gonçalo Mendes Ramires, o fidalgo da torre, após terminar a novela *Torre de Dom Ramires* põe em dúvida a real possibilidade de conhecermos o passado, de conseguirmos reconstruir o passado por meio da leitura e da escrita. Podemos ler nas páginas de *A Ilustre Casa de Ramires*:

[...] Mas agora, abandonada a banca onde tanto labutava, não sentia o contentamento esperado. Até esse suplício do Bastardo lhe deixara uma aversão por aquele remoto mundo afonsino, tão bestial, tão desumano! Se ao menos o consolasse a certeza de que reconstituíra, com luminosa verdade, o ser moral desses avós bravios... Mas quê! Bem receava que sob desconsertadas armaduras, de pouca exactidão arqueológica, apenas se esfumassem incertas almas de nenhuma realidade histórica!... [...] (LOSADA SOLER, 1999, p. 429).

Tem fundamento o receio de Gonçalo.

Do passado, tomamos ciência e nos aproximamos por meio da fala de outras pessoas, por meio das nossas próprias vivências, lembradas por nossa memória, por meio das nossas investigações, da leitura de textos literários e não-literários, do exame de fotografias, pinturas, monumentos etc. Portanto, a visão que temos do passado é construída a partir de “vestígios” como muito bem salienta um dos fundadores da Escola dos *Annales*, Marc Bloch, em *Apologia da História*, de onde retiramos a epígrafe deste artigo (BLOCH, 2001, p. 73). E é o mesmo Marc Bloch quem afirma que: “O passado é, por definição, um dado que nada mais modifica. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

Em 2010, um dos biógrafos mais respeitados de Franz Kafka, Reiner Stach, afirmou, em entrevista à Graça Magalhães-Ruether, publicada no *Caderno Prosa & Verso* de *O Globo*, que o teor de documentos ainda desconhecidos

sobre e do autor de *O Processo* “[...] podem obrigá-lo a reescrever tudo que já publicou sobre Kafka” (STACH, 2010, p. 2). Tal temor viria da possibilidade de existirem manuscritos ainda inéditos de Kafka que poderiam contribuir para um maior aprofundamento a respeito do que já é conhecido da vida do citado extraordinário escritor. Além disso, o próprio espólio de Max Brod, amigo de Kafka e a quem é atribuída a responsabilidade pela preservação de boa parte da obra do autor de *Carta ao Pai*, ainda não foi estudado por Stach, pois tal espólio está sendo alvo de uma disputa entre o Arquivo de Literatura Alemã de Marbach e o governo de Israel.

Como podemos facilmente perceber, o simples conhecimento ou desconhecimento de documentos, acervos, espólios podem alterar e muito o resultado final de uma pesquisa, assim como a “qualidade acadêmica” do conjunto de “saberes” veiculado por instituições de ensino, livros, artigos, como também o conhecimento que temos do passado.

E por falarmos em passado, lembremos aqui de textos que foram transmitidos, publicados num tempo remoto, como é o caso de *A Poética*, de Aristóteles, e lembremos também de textos que foram editados há relativamente pouco tempo, como é a obra de Kafka e a de Eça de Queirós, por exemplo. O que nos garante que os textos que chegaram a nós, leitores-habitantes do século XXI, estão isentos de alterações realizadas à revelia de seu autor ou autores? O que nos garante que os textos que hoje podemos encontrar nas livrarias das grandes cidades e na Internet circulavam, na altura em que foram editados sob as vistas de seus autores, no estado textual em que se encontram na atualidade?

Caros leitores, nossa resposta não é nada animadora. Temos poucas garantias quanto à manutenção da última intenção materializada pelos autores ao longo da história da transmissão de seus textos. Além disso, todos nós sabemos que boa parte do que foi publicado no passado não chegou até os nossos dias. Também sabemos que parte considerável das obras do passado não ganhou a forma escrita e que era, quanto à autoria, de natureza coletiva. E ainda há as obras que foram relegadas à oralidade por seus próprios autores por razão do conteúdo que elas guardavam.

Sabemos que a maioria das obras escritas na Antiguidade, que chegaram aos dias de hoje, nos foram transmitidas por meio de cópias não autorais. Ou seja, por meio de manuscritos não-autógrafos, chamados de apógrafos. Como recuperar, nesse caso, o texto autoral? E ainda se não levamos em conta, no caso de textos produzidos na Antiguidade, a questão da recuperação do texto autoral, como chegarmos ao texto da primeira cópia que deles foi realizada? Podemos, para tal, utilizar o método lachmanniano, por exemplo, mas como

disse Ivo Castro, em “O Retorno à Filologia”: “O original perdido é irrecuperável. A sua reconstituição, mesmo que certa, não tem meios de saber que o é.” (CASTRO, 1995, p. 6).

Lembramos também, no caso de textos modernos e/ou contemporâneos, do problema da realização de edições póstumas de manuscritos autógrafos inéditos. Já que o autor não pode mais tomar decisões, fazer escolhas, a quem cabe tomar tais decisões em relação à publicação desses textos? Que tipo de edição deve ser preparado? É preciso conhecer a fundo a obra desse escritor para editarmos tais textos ou basta publicá-los como estão? Mas se a simples preservação do estado em que tais textos se encontram viesse a macular a imagem pública do escritor, já que esses manuscritos se acham, em alguns casos, em processo interrompido de escritura? Como publicá-los então?

Segundo Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro:

De certo modo, o responsável científico (que é, para esse efeito, o *editor*) substitui-se a um escritor que não pode já tomar decisões, reclamando para si uma autoridade que, sem ser propriamente do autor, é a única legítima na sua falta; legítima, desde que um tal editor possua a gama de conhecimentos suficientes para apresentar, ler, transcrever, comentar e relacionar com a obra conhecida os materiais que edita. Não se trata, pois, de uma simples divulgação; mais do que essa divulgação, o que importa é fazer dos materiais editados instrumentos que contribuam para um melhor conhecimento do escritor em causa, com maioria de razão quando neles se patenteia o vigor e a espontaneidade de um processo criativo em desenvolvimento. [...] (REIS/MILHEIRO, p. 24).

O caso de edições póstumas relativas a manuscritos autógrafos não necessariamente colocados em ordem pelo autor e com passagens de difícil leitura dá origem muitas vezes a problemas de edição que também serão fontes para a produção de estudos críticos ou histórico-literários baseados em o que podemos chamar a princípio de equívoco ou, utilizando uma terminologia mais técnica, baseados em textos apócrifos.

Pensemos em *O Egito*, atribuído a Eça de Queirós, mas publicado pela primeira vez pela Livraria Chardron, de Lelo & Irmão, em 1926, sob os cuidados de preparação do texto para edição a cargo do filho mais velho do autor, José Maria d’Eça de Queiroz.

Quando cotejamos o texto dos manuscritos autógrafos de Eça de Queirós com o que foi impresso na edição de 1926, logo percebemos que o que foi escrito pelo então jovem Eça de Queirós em seus cadernos de viagem não foi transcrito na sua totalidade nas páginas da referida edição. Também logo percebemos que

o texto dos manuscritos é eivado de lacunas, rasuras, passagens de difícil decifração etc. Além disso, fica patente que os textos daqueles manuscritos ainda teriam que passar por uma série de revisões por parte de seu autor para que pudessem ser publicados com o grau de apuro formal encontrado em outras obras do grande escritor, considerado hoje gênio por uma crítica que não tem como língua materna a última flor do Lácio. E há outro ponto que deve ser levado em conta quando falamos desses manuscritos autógrafos: eles foram escritos por um Eça de Queirós ainda muito jovem, com 23 para 24 anos de idade. Segundo José Maria (QUEIROZ, 1926, p. VII), um Eça mais conhecido pelas suas gravatas do que por aquilo que até o momento havia editado. Contudo, era um Eça que já havia publicado contos e textos de difícil classificação quanto ao gênero literário na *Gazeta de Portugal*, tendo, inclusive, despertado a atenção do público leitor. Já havia sido redator de *O Distrito de Évora*, como também passara pela Universidade de Coimbra, onde se formou em 1866 e conhecera Antero de Quental com quem criara, juntamente com Jaime Batalha Reis, Carlos Fradique Mendes. Portanto, já iniciara a sua trajetória literária. Porém, o texto que lemos por meio dos manuscritos autógrafos não se encontra acabado. Também não contam, os manuscritos autógrafos, uma história no sentido em que esta palavra é usualmente empregada em Literatura, mas lemos em suas páginas observações sobre costumes, arquitetura, paisagens peculiares, modos de vida e povos que tiveram um passado majestoso e que, na altura, estavam submetidos à dominação estrangeira. E então aparece algo digamos incomum naquelas linhas escritas ora com um traço forte ora com um traço tênue como algo que vai se desmanchando: uma das qualidades que irão distinguir aquele observador como alguém que tem uma sensibilidade acima da média, pois ele consegue enxergar num perfil que vê numa rua, como também em determinados detalhes de algumas construções e na beleza divina de paisagens daquelas regiões a presença, a continuidade da grandeza imaginada, àquela altura, perdida. O observador também demonstra preocupar-se com problemas e injustiças sociais, pois desenvolve duras críticas em relação à maneira como determinadas pessoas, que vivem da terra, são tratadas pelos governantes locais, além de utilizar termos contundentemente pejorativos em várias passagens que se referem aos dominadores estrangeiros. O observador descreve também a decadência por que passam aquelas cidades e aqueles povos. Compara a grandeza do passado com a difícil situação do presente, mas consegue também ver alguma grandeza naquele presente que chega a nós por meio de suas palavras. E as paisagens! Algumas imaginamos belíssimas, pois as conseguimos enxergar a partir das descrições tecidas por aquele observador privilegiado. Tais observações são iniciadas, mas algumas vezes não são concluídas ou não conseguimos ler o

que escreveu o jovem Eça. Uma lacuna. Um ruído. Uma dificuldade de leitura e de conhecimento daquele passado presente naqueles manuscritos autógrafos. E o que encontramos na edição de 1926, intitulada *O Egito*. Notas de viagem? Um texto aparentemente íntegro, com belas imagens, críticas algumas vezes severas, mas não tão severas quanto às que lemos no manuscrito autógrafo. Um texto que não deixa à mostra muitas das lacunas mencionadas por José Maria, na introdução àquela edição. Se um texto é dito lacunoso, por que não conseguimos perceber muitas de suas lacunas por meio de uma leitura atenta? Perceberam, sim, naquela época, alguns anacronismos contidos no texto daquela edição. Todavia, será que, em 1926, haveria a possibilidade de se publicar uma edição de um texto de um autor consagrado, mas também excessivamente criticado como era, na ocasião, o autor de *Os Maias*, com lacunas e com características próprias de um texto inacabado, ainda à espera de mais algumas revisões autorais? Será que a intenção de José Maria foi a de publicar o manuscrito sim, mas preservando a imagem de escritor construída pelo pai, Eça de Queirós? E por “publicar o manuscrito”, entenda-se aqui “retrabalhá-lo”, “revisá-lo” na ausência de seu autor, para depois levá-lo a público. E é curioso. Os manuscritos autógrafos de Eça de Queirós não são, na sua integralidade, os originais do que lemos na edição de 1926. Algumas de suas passagens estão muito distantes do que lemos naquela publicação de meados dos anos 20 do século passado. Há também, nos manuscritos autógrafos de Eça, a quase total ausência das marcas dos trabalhos de “revisão” e, em algumas passagens, de recriação, empreendidos por José Maria. Onde estarão tais manuscritos? Foram destruídos? Estão perdidos ou fazem parte do acervo de alguma biblioteca particular? Não sabemos e não temos notícias de quem conheça o seu paradeiro. E fica também, da leitura da edição de 1926 de *O Egito*, uma vaga tristeza pelo destino de escritor semi-inédito que foi o de José Maria. Escritor semi-inédito, pois dele conhecemos as introduções que fez para algumas publicações póstumas, mas hoje sabidas problemáticas, da obra de seu pai.

Tendo lido grande parte das páginas do manuscrito autógrafo das narrativas de viagens do jovem Eça, pois estamos preparando sua edição crítico-genética como um dos volumes da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenada pelo Professor Carlos Reis, percebemos que parte considerável do que está impresso na edição de 1926 muito provavelmente é um trabalho de escritura de José Maria, numa particularíssima parceria construída não com Eça de Queirós em presença, mas com um modelo de grande escritor que devia ser respeitado. E devia ser respeitado segundo o entendimento a que foi possível chegar José Maria, naquele tempo, acerca da preparação de uma edição de um texto inacabado de um autor amplamente consagrado e além de tudo seu pai.

E hoje podemos perguntar, já que conhecemos pelo menos parte da história da preparação e da transmissão da edição de 1926: quem é o autor no texto nela estampado? Eça de Queirós? José Maria? Não seria melhor dizer: os dois? Sim, os dois. E então haveria uma espécie de resgate de José Maria como escritor com a inclusão de seu nome na folha de rosto de *O Egito* ao lado do nome de seu pai. Outra solução seria a de retirar *O Egito* do cânone queirosiano. Contudo, tal operação estaria relegada ao fracasso, já que a obra citada e com o texto-base modelado segundo a sua vulgata de 1926 é conhecido e dela há fortuna crítica considerável. Mas temos outra opção que nos parece mais sensata: é a de realizarmos e de divulgarmos uma edição crítica ou crítico-genética sinóptica que apresente lado a lado o texto da edição de 1926, explicando as particularidades do processo de sua construção e publicação e, com destaque, o texto crítico que tem por base o manuscrito autógrafo do jovem Eça e, em capítulo anexo, as redações autorais de algumas das passagens das narrativas de viagem publicadas em vida do autor de *O Primo Basílio* em *O Diário de Notícias*. Todavia, é preciso frisar que, hoje, levando-se em conta o desenvolvimento atual da teoria e da prática da Crítica Textual, a preparação de uma edição como foi a levada a público em 1926 estaria fora da marca do aceitável. Destacamos o hoje, pois, naquela altura, ela foi preparada, publicada e a conjuntura de sua realização deve ser entendida pelo crítico textual dos nossos dias.

Nos nossos dias, felizmente, é consenso entre os críticos textuais que os textos têm características formais, materiais, históricas e circunstanciais específicas que devem pesar na escolha do tipo de edição que deles é feito. Contudo, ainda não é consenso entre nós que a escolha do tipo de edição vai interferir no processo de aceitação ou não daquele texto pelos leitores e vai ser peça importante na produção de sua fortuna crítica. É claro que sabemos que para que um autor seja aceito pelo público e que tenha sua obra canonizada pela crítica literária são necessários outros fatores, inclusive a participação do autor ou da autora em determinados círculos literários. Contudo, a escolha do tipo de edição não deve ser descartada como um desses fatores fundamentais. Um texto mal editado pode comprometer a imagem pública de um escritor e mesmo a transmissão desse texto.

Outrossim, é importante chamarmos atenção para o fato de que não só o conhecimento do passado nos ajuda a melhor compreendermos o presente, como também a observação crítica do presente é uma atitude que nos leva a ficarmos mais próximos de tal compreensão.

Parece óbvio o que acabamos de dizer, mas em relação ao crescimento e revalorização da Filologia, entendida aqui neste artigo como Crítica Textual,

no Brasil de hoje, por exemplo, será que os currículos acadêmicos da área de Letras estão refletindo tal situação? Será que o maior número de teses de doutorado em forma de edições críticas não é um reflexo desse crescimento e dessa revalorização? E a criação de um GT de Crítica Textual na ANPOLL não seria também um reflexo de tal crescimento e de tal revalorização? Se esses são um reflexo, por que as aulas de literatura de que temos ciência encontram-se - pelo menos aparentemente - tão desconectadas da Crítica Textual ou Filologia? Por que ainda não é consenso, no Brasil, a necessidade do preparo de edições críticas para que então, com base nessas edições, seja realizado o trabalho do historiador da literatura e do crítico literário? Como conhecermos a literatura produzida no passado se não por meio de edições feitas a partir de critérios fundamentados em uma metodologia calcada na Crítica Textual? E para realizarmos o imprescindível trabalho de preparação e de publicação de edições críticas de textos da literatura brasileira, por exemplo, será que as universidades de nosso país estão formando, em número suficiente, críticos textuais, filólogos capazes de levarem a cabo essa tarefa? Se tal trabalho é realmente imprescindível, por que não é ministrada, na maior parte das universidades desse imenso país, a disciplina Crítica Textual ou Filologia? São perguntas que, como reza a fala popular, não querem calar.

A Crítica Textual tem papel fundamental na preservação do patrimônio cultural da humanidade, pois além de estudar a transmissão de textos ao longo dos tempos, os restitui à forma que o autor considerou como final ou à forma hipotética mais próxima ao que o crítico textual ou filólogo pôde chegar daquela obra e ainda, quando há material propício para tal, estuda a gênese da obra, por meio do estudo das modificações empreendidas no texto pelo autor ao longo de seu trabalho de construção textual.

O crítico textual ou filólogo deve saber preparar vários tipos de edições. Contudo, a edição crítica e a edição crítico-genética, por sua natureza minuciosa, possibilita esclarecer ou trazer à luz um quadro mais detalhado de aspectos relativos ao texto. E qual seria uma diferença básica entre o que nós, críticos textuais, nos acostumamos a chamar de edição crítica e de edição crítico-genética?

Para fazer uma edição crítica e uma edição crítico-genética, o filólogo tem que estudar a história da transmissão da obra que quer publicar criticamente. Nesse sentido, faz um levantamento ou uma recensão dos manuscritos, das edições impressas e, nos dias de hoje, dos textos veiculados em formato digital, com a finalidade de fazer um apanhado de todas as edições ou daquelas que o interessam mais de perto como, por exemplo, as edições autorais. No caso de, nessa pesquisa haver referência a manuscritos autógrafos do autor com alterações

feitas pelo próprio autor, seria o caso de fazermos uma edição crítico-genética, uma edição que apresente o texto final do autor, além de levar ao conhecimento do leitor as alterações feitas pelo escritor ainda quando a obra não havia sido publicada na sua forma impressa. A edição crítica não traz necessariamente, pela natureza do material trabalhado pelo filólogo para construí-la, maiores informações sobre o processo de criação e escritura empreendidos pelo autor em seus manuscritos autógrafos. Mas, há autores, no século XIX, como Eça de Queirós, por exemplo, que empreenderam mudanças autorais significativas em seus textos impressos e podemos observar tais alterações por meio de edições impressas e não por meio da leitura de manuscritos autógrafos, dos quais não temos informações hoje. Tais alterações podem ser atestadas em edições publicadas quando esses autores ainda viviam. É o caso das três versões de *O Crime do Padre Amaro*. É verdade que não tendo o manuscrito autógrafo nem edições anotadas por esses autores não temos como afirmar que todas as alterações que se encontram em tais edições são da lavra de seu autor. Porém, podemos afirmar que foram autorizadas por seus autores. Passaram pelo crivo da autoridade do autor sobre seu texto, pois foram todas elas edições publicadas em vida de seus autores e pelo menos, não sabemos de qualquer notação ou informação advinda de seus autores que as desabonem. Há, portanto, em tais edições, modificações autorais que podem atestar o rigoroso trabalho de apuro formal e de conteúdo empreendidos pelo autor e que podem ser conhecidos pelos leitores por meio de suas edições críticas publicadas pela Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. No caso de *O Crime do Padre Amaro*, a edição crítica publicada em 2000 apresenta o cotejo entre as edições consideradas, pelos editores críticos, como autorizadas pelo autor.

Infelizmente, não fazem parte das preocupações diárias de muitos dos leitores e mesmo de alunos da área de Letras de hoje boa parte das indagações feitas e citadas aqui neste artigo a respeito da história da transmissão textual ao longo de séculos e a respeito da divulgação e revalorização da Crítica Textual ou Filologia. É como se os textos fossem sempre publicados tal como foram escritos e editados por seus autores. Como se o passado longínquo ou recente estivesse ao nosso alcance e não houvesse a menor distância entre nós e as obras pensadas e produzidas num outro tempo. Como se um texto de, por exemplo, Machado de Assis fosse escrito na semana passada e nos chegasse às mãos hoje, para nosso deleite e prazer, sem os problemas suscitados pela distância temporal que é produtora de ruídos e de dificuldades de leitura de variada natureza.

Por mais que Machado de Assis e Eça de Queirós, por exemplo, falem a nossa língua, eles a falam a partir de outro tempo que não o nosso tempo. E

por falarem a partir de outro tempo que não o nosso, seus textos têm características específicas desse outro tempo que, para serem mais entendidas, devem ser preservadas e comentadas. Seguindo tal linha de pensamento, se examinarmos edições preparadas com base na Crítica Textual ou Filologia, veremos que podemos nos surpreender com as mudanças de materialização do que era e é Literatura para determinados escritores como Machado de Assis e Eça de Queirós. E quando escrevemos essas linhas, fatalmente nos reportamos ao que tão prestigiosos autores escreveram sobre Realismo/Naturalismo e ao que também produziram sob a égide dessa concepção, se entendemos Realismo como sinônimo de Naturalismo, ou dessas concepções, se as entendemos como concepções heterogêneas do fazer e do pensar literários, artístico e até mesmo como maneiras de estar no mundo.

Em relação à difusão da obra do autor de *Dom Casmurro*, foi criada em 1958, pelo governo brasileiro de então, a Comissão que recebeu o nome do ilustre escritor carioca: Machado de Assis. A Comissão Machado de Assis foi instituída “[...] com a finalidade de elaborar o texto definitivo das Obras de Machado de Assis” (MACHADO DE ASSIS, 1977, p. 5). Contudo, ela não chegou a concluir tão difícil e importante missão. Não chegou a publicar *Páginas recolhidas*, além de uma série de obras póstumas, coligidas entre outros por Mário de Alencar e R. Magalhães Júnior, como também não levou a público o texto restabelecido de *Papéis Avulsos*, obra formada, por “O Alienista”, “Teoria do Medalhão”, “A Chinela Turca”, “Na Arca”, “D. Benedicta”, “O Segredo do Bonzo”, “O Anel de Polícrates”, “O Empréstimo”, “A Sereníssima República”, “O Espelho”, “Uma Visita de Alcibíades” e “Verba Testamentária” (MACHADO DE ASSIS, 1977, p. 6).

Do exame das obras publicadas pela Comissão Machado de Assis, podemos desenvolver necessárias considerações acerca do fazer literário de Machado de Assis e mesmo examinar a concepção materializada em seus escritos a respeito do que tão eminente escritor considerava ser Realismo/Naturalismo, em Literatura. Será que hoje temos uma visão clara a esse respeito? Será que podemos mesmo ter uma visão livre de dogmas e liberta do senso comum cristalizado por um cânone literário também construído a revelia do conhecimento de um número expressivo de obras que foram publicadas, lidas e que fizeram parte do círculo literário no passado?

Há vários estudos sobre a obra de Machado de Assis. Há numerosas edições da obra de Machado de Assis. Todavia, por meio de uma edição crítica, o leitor poderá ter acesso não só ao que chamamos de texto crítico, ou seja, ao texto que mais se aproxima da última intenção materializada pelo autor, que, após o

trabalho do crítico textual é apresentado ao público. Se não bastasse o acesso a um texto rigorosamente fixado, o leitor terá oportunidade de tomar conhecimento de parte do trabalho que podemos chamar de estilístico, de estético do autor em relação a seu texto. Por meio do exame dos aparados de variantes, preparados por críticos textuais ou filólogos a partir do cotejo de edições autorais em que podemos observar e estudar as modificações realizadas nos textos por Machado de Assis, ao longo do tempo, o leitor poderá aproximar-se do trabalho de apuro formal empreendido pelo autor de *Quincas Borba*, esse, aliás, um romance eivado de alterações realizadas pelo próprio autor. Outro aspecto da obra de Machado de Assis que a publicação de uma edição crítica pode vir a valorizar é o cuidado do autor com a escolha de modos de dizer próprios a uma dada época, que denotam pelo menos serem frutos de uma pesquisa atenta e minuciosa do autor em relação a determinados estágios históricos da língua portuguesa. É o que percebemos, com satisfação, pois tal constatação só vem a confirmar ainda mais o grande prestígio de exímio artífice das palavras e de ideias que é Machado de Assis, em *Papéis Avulsos*, por exemplo, nos contos “O Segredo do Bonzo”, apresentado, no seu subtítulo, como um capítulo inédito das *Peregrinações* de Fernão Mendes Pinto, portanto passado no século XVI, por exemplo. Além disso, uma edição crítica informa os critérios de edição obedecidos e seguidos em suas páginas. Ou seja, o leitor tem como reconstruir, ele próprio, o caminho de fixação daqueles textos percorrido pelos críticos textuais. E mais! Por meio dos textos de Machado de Assis, fixados e restaurados pelos críticos textuais, o crítico, o teórico, o historiador da literatura terão como chegar mais perto de fontes que os ajudarão no caminho para o conhecimento de conceitos vigentes no século XIX, no Brasil e mesmo em Portugal. E, voltamos, vejam vocês, ao Realismo/Naturalismo. E por que voltamos? Por que será que a noção que é atualmente hegemônica sobre Realismo e sobre Naturalismo é muito mais uma visão desenvolvida em época posterior ao próprio século XIX? Será que os autorais daquela época entendiam Realismo como um sinônimo de Naturalismo? Por que não ler então as críticas literárias escritas pelo próprio Machado de Assis, inclusive a que ele escreveu sobre *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio* e em que fala sobre o Realismo? E por falar nessas duas obras de Eça de Queirós, o que é mais aceito atualmente como conceito de Realismo e de Naturalismo pode ser depreendido das obras e dos escritos de Eça de Queirós?

Para termos uma ideia da gravidade do problema acerca dos conceitos de Realismo/Naturalismo divulgados na atualidade, um dos textos mais citados para a canonização de um conceito de Realismo referente à literatura em língua

portuguesa do século XIX é o da Conferência proferida por Eça de Queirós, no ano de 1871, dentro do programa das famosas Conferências do Casino, na atualidade, praticamente desconhecidas pelo nome de Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Pois bem. Se não bastasse este problema relacionado ao nome do programa geral das Conferências, a de Eça de Queirós estava entre as que não foram publicadas a partir de um texto entregue pelo próprio autor a algum editor e sim por meio de reconstituições baseadas em informações de terceiros. Nesse sentido, por exemplo, em seu livro *As Conferências do Casino*, para o estudo do acima citado texto de Eça de Queirós, Carlos Reis consultou a reconstituição apresentada em *Histórias das Conferências do Casino*. Conforme Reis:

[...] Para conseguir essas reconstituições, Salgado Júnior procedeu à consulta dos jornais que, na época, deram notícia não raro desenvolvida e incluindo resumos circunstanciados das diversas conferências. (REIS, 1990, p.89).

Como podemos perceber da leitura das linhas acima, não temos como saber hoje se o texto de tal Conferência é ou não *ipsis litteris* a palestra proferida por Eça de Queirós em 1871, pois sua transmissão se deu de forma indireta. É mais aceitável que não o seja na sua integralidade. Portanto, quando tal conferência for citada em histórias da literatura e em críticas literárias, deve vir acompanhada de uma explicação a respeito da natureza de sua transmissão, como o fez o Coordenador da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. E quando nos lembramos do que nos chegou das Conferências do Casino, do trabalho de escritura e de reescritura de *O Crime do Padre Amaro*, nos vem em mente que uma das características mais marcantes da Literatura da chamada Geração de 70 está sendo esquecida ou colocada em segundo plano com o passar do tempo para a maioria dos leitores, neste início do século XXI: a de uma Literatura Militante que tem como um de seus objetivos a intervenção na vida pública, além do seu alto teor estético. E nas palavras de Eça, conservadas e transmitidas na edição crítica publicada em 2000, último ano do recém-findado século XX, podemos perceber, sem esforço, uma Literatura que podemos chamar de engajada. Engajada, sim, com a mudança para melhor de uma sociedade que parecia não ter mais como florescer, se renovar e acordar para um novo modo de estar e de ser no mundo. E chamamos de engajada a Literatura de um dos maiores escritores que nossa língua já conheceu, naturalmente, sem o sentido pejorativo que é dado, em grande parte dos casos, a esse termo, pois a Literatura de Eça é indiscutivelmente de primeiríssima linha. Como ler *O Crime do Padre*

Amaro sem perceber tal engajamento? Como não ver a vida de pessoas de carne e osso com seus problemas e paixões em suas belas páginas incansavelmente trabalhadas por seu autor? Contudo, tal característica vem sendo enterrada e colocada em segundo plano. Grande contradição hoje em que é normal o silêncio dos intelectuais: ser engajada e bela! Não é possível?

É possível! Foi possível! Num passado não muito distante, escritores de uma geração sonharam em português com um mundo mais justo e mais voltado às transformações de seu tempo.

Já dizia Marc Bloch (BLOCH, 2001, p.63) : “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.”

É hora. Já é hora de considerarmos o estudo da história da transmissão de textos como de fundamental importância para todas as áreas que têm o texto como objeto material de estudo. Já é hora de estudarmos Literatura por meio de textos fixados por críticos textuais, para que possamos também contribuir para a construção, na área de Letras, de um saber, com bases mais científicas, em direção a uma proposta de conhecimento do passado, do presente que envolva a Crítica Textual e a história da transmissão de textos e sem perdermos de vista a importância da preservação do patrimônio cultural em forma de textos literários.

Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CASTRO, Ivo. O Retorno à Filologia. In:http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/1995_Retorno__Filologia.pdf. Acesso em 09/03/2016.
- LOSADA SÓLER, Elena (ed.). *A Ilustre Casa de Ramires*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts. 1882.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Edições Críticas das Obras de Machado de Assis. Texto Estabelecido pela Comissão Machado de Assis. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Brasília:INL, 1977.
- QUEIROZ, José Maria d’Eça de. Introdução. In: QUEIROZ, Eça de. *O Egypto*. Notas de viagem. Porto, Lelo & Irmão, 1926, p. VII.

- REIS, Carlos; MILHEIRO, Maria do Rosário. *A Construção da Narrativa Queirosiana*. O Espólio de Eça de Queirós. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.
- REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Alfa, 1990.
- REIS, Carlos; CUNHA, Maria do Rosário. *O Crime do Padre Amaro*. Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.
- STACH, Reiner. Entrevista à Graça Magalhães-Ruether. O Processo de Kafka. In: *Caderno Prosa & Verso, O Globo*, 27/02/2010. Rio de Janeiro, p. 2.

APRENDER A FALAR PLE PELO MÉTODO DA PRONÚNCIA FIGURADA:
O CASO DAS VOGAIS ORAIS EM OBRAS DE PEDAGOGOS DO SÉCULO
XIX PUBLICADAS EM FRANÇA

LEARNING TO SPEAK “PLE” BY THE METHOD OF FIGURATIVE
PRONUNCIATION: THE CASE OF ORAL VOWELS IN PEDAGOGIC BOOKS
PUBLISHED IN FRANCE ON THE NINETEENTH CENTURY

Helena Rebelo
Universidade da Madeira
Universidade de Aveiro
helenreb@uma.pt

Thierry Proença dos Santos
Faculdade de Artes e Humanidades
Linguística Portuguesa
thierry@uma.pt

RESUMO:

Ensinar a falar uma língua viva a estrangeiros não é tarefa fácil e fazê-lo pela escrita torna-se ainda mais complexo. Isso comprova-se na transição do século XIX para o XX, no processo de ensino/aprendizagem da pronúncia do Português como Língua Estrangeira (PLE) para francófonos. Naquela época, em França, ao ensinar a falar PLE através do método da “pronúncia figurada”, privilegiavam a escrita. Este recurso foi seguido pelos gramáticos-pedagogos G. Hamonière, Paulino de Souza e Luís Simões da Fonseca. Damos uma visão geral das suas propostas, comparando-as quanto ao vocalismo oral, a fim de saber que pronúncia ensinavam.

PALAVRAS-CHAVE:

PLE, França, gramáticas oitocentistas, pronúncia figurada, vocalismo tónico

ABSTRACT:

Teaching to speak a foreign language is not an easy task and doing it through writing becomes even more complex. This can be proved for the process of teaching / learning Portuguese as a foreign language (PLE) to Francophones, between nineteenth century and the twentieth. At that time, in France, teaching pronunciation for PLE was made

by the method of “figurative pronunciation” which focuses on writing. This resource was followed by grammarians-pedagogues G. Hamonière, Paulino de Souza and Luis Simões da Fonseca. We give an overview of their proposals, comparing them for the oral vocalism in order to find out what pronunciation they taught.

KEYWORDS:

PLI, France, nineteenth-century grammars, figuratively pronunciation, tonic vocalism

Introdução

No século XXI, desejoso de ensinar a falar, um docente de língua estrangeira viva como o Português (PLE: Português como Língua Estrangeira) confronta-se, inevitavelmente, com a questão dos métodos a seguir para ter sucesso nesta sua intenção. Tem de fazer uma escolha perante as variegadas propostas existentes, inclusive recorrendo a tecnologia audiovisual ou a programas informáticos para laboratórios de línguas. Uma interrogação constante é, por exemplo, a que leva a decidir se deve ou não recorrer à Fonética (ESPADA, 2006). Além disso, tem de optar por um sotaque, face à diversidade linguística própria de uma língua viva, pensando na variação linguística como um vasto património impossível de facultar, na íntegra, a um neófito como o estrangeiro. Cremos que dificilmente será possível ensinar a variação no seu todo, isto contrariamente a alguns autores (ALMEIDA, 2004), embora seja importante mostrar que a língua (com a cultura) é multifacetada. Pensamos que iniciar alguém numa nova língua, viva e dinâmica, é transmitir uma pronúncia, ou seja, um modo de articulação. Hoje, o politicamente aceitável é defender as “pronúncias cultas” (cf. Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990), mas nem sempre terá sido assim. É normal que o docente medite sobre os meios mais adequados a usar para que a sua intervenção seja eficiente e eficaz, a nível de pronúncia, entendida enquanto “articulação” e “sotaque” (HOUAISS, 2001). Portanto, hoje, a quem quer introduzir outrem na aprendizagem de PLE, duas perguntas se impõem: 1) Que métodos usar? e 2) Que variedade ensinar, ou seja, que pronúncia ensinar, entre as múltiplas existentes e reconhecidas pela Linguística Portuguesa hodierna?

Embora de maneira distinta, decerto que o mesmo questionamento terá ocorrido no século XIX a quem teve a mesma incumbência. Porém, nessa altura, os recursos tecnológicos eram escassos e, frequentemente, os métodos relacionados com a escrita (para ensinar a falar) eram os únicos existentes. Aliás, quanto aos recursos pedagógicos, o docente possuía, praticamente, apenas livros,

que eram, em simultâneo, manual, gramática, livro de exercícios e antologia. Isso explica por que muitas gramáticas oitocentistas constituem relíquias para compreender como se processava o ensinar a falar através da escrita, isto é, do método conhecido como sendo “a pronúncia figurada”. Resta saber se podemos empregar esta expressão no singular ou se temos, obrigatoriamente, de usar o plural. Para podermos responder a esta provavelmente tida como insignificante questão, talvez seja conveniente observar a “pronúncia figurada” (sempre usada no singular pelos diferentes autores de obras pedagógicas) de gramáticos de PLE do século XIX.

1. Escrever para aprender a falar: a “pronúncia figurada” do pedagogo

Pode comparar-se o processo de aprender a falar PLE, ou outra língua estrangeira, a um regresso à fase da infância, mais precisamente ao momento em que se começam a articular as primeiras palavras da língua materna. A criança balbucia, articulando sons sem qualquer sentido. Porque dá os primeiros passos na articulação “fala sem falar”, mas não de modo eficiente, ou seja, os sons que emite não têm qualquer valor. É pela aprendizagem e à medida que vai ouvindo quem a rodeia, repetindo, que introduz novas sonoridades aos balbucios primários ou escolhendo alguns destes. Ordenando-os em sequências que correspondem ao que ouviu, confere-lhes determinado sentido (“a banana”, “o popó”, etc.). As palavras com estruturas silábicas elementares e reiteradas são as preferidas nesta fase. Normalmente, as primeiras palavras são “papa”, “papá” ou outras do tipo hipocorístico. A partir daqui, e à medida que as vai repetindo, passa a dar-lhes um sentido. Ganha competência linguística, quando lhes atribui as significações que apreende e aprende. Embora haja diferenças substanciais, o processo de aprendizagem do falante estrangeiro é muito similar. Do balbucio ou de uma articulação deficiente e imprecisa, passa, progressiva e lentamente, à articulação confiante, cada vez mais perfeita e adequada. O falante estrangeiro tem de se acostumar a sequências sonoras que, na sua língua materna, não existem (YANBIN e YIN, 1991). Como a criança, vai-se habituando a elas, repetindo-as e assimilando-as. Da estranheza, e da noção do ridículo quando as articula (frequentemente o riso emerge durante o exercício), chega à compreensão e à aquisição, para iniciar, posteriormente, a fase da criatividade linguística, sendo capaz de gerar o seu próprio discurso, ao ganhar a espontaneidade da fala. Só então as primeiras palavras estrangeiras têm um valor preciso e significam algo, podendo, então, construir frases e distinguir significantes (“Chama-se... / Chamam-se...”, “Sou francês. /

Sou francesa.”, “dois” / “doze”, “três / treze”, “e / é”, “sou / só”, “quatro / quarto”, “caro / carro”, “ai” / “aí”, etc.).

Praticamente como para a criança, os primeiros vocábulos de língua estrangeira, incluindo o PLE, aprendidos pelo adulto são elementares, reportando-se às necessidades da comunicação diária. Em princípio, são também monossílabos ou dissílabos como “sim”, “não”, “já”, “aqui”, “eu”, “tu”, “ele”, “elas”, “nós”, etc. À medida que o falante estrangeiro for articulando, cada vez com mais nitidez e maior clareza, a par de grande desenvoltura, o que vai aprendendo, conferindo-lhe sentido, começará a entender a existência de pares mínimos que alteram a mensagem, se não pronunciar cada elemento (operando mentalmente oposições fonológicas e realizações fonéticas distintas: “ele / “eles”, “meu / teu”, “tia / tio”, “mão / mãe”, “um cabelo / o cabelo”) conforme está estabelecido no funcionamento da língua estrangeira que adquire, neste caso o PLE. Com esta aprendizagem articulatória e auditiva incipiente no falar, irá, obrigatoriamente, alargar a sua elasticidade articulatória. A boca e o ouvido treinam em simultâneo e entram num jogo de complementaridade. Na cavidade bucal, a língua vai movimentar-se, mas, decerto, de forma diferente das que conhece. Há, todavia, no adulto estrangeiro, uma grande diferença relativamente à criança que aprende a falar a sua língua materna: é a rapidez com que aquele começa a falar a língua estrangeira, incluindo no que se refere à aquisição de vocabulário. É bem mais veloz do que a criança porque há uma grande diferença de maturidade relativamente a ela. Além disso, o jovem e o adulto já falam uma ou mais línguas e sabem, em princípio, escrever, conhecendo o alfabeto latino.

Considera-se que aprender a falar em adulto/ jovem ou criança indica situações com diferenças substanciais. Porém, qualquer falante estrangeiro faz um percurso de retrocesso, quando inicia a aprendizagem de uma língua estrangeira, sobretudo no registo oral para a aquisição da fala. É como se voltasse à infância e tivesse de (re)aprender a falar. Pela repetição, como ficou claro, o falante estrangeiro, jovem e adulto, vai balbuciar, hesitante, num primeiro momento, até ganhar destreza articulatória e entender a pertinência linguística dos enunciados que profere. Isto só sucede ao aumentar a sua competência fonética e fonológica. No momento em que se sentir confiante quanto à articulação, foi porque adquiriu conhecimentos relativos à pronúncia, mesmo sem se aperceber que os foi assimilando. Esses conhecimentos dar-lhe-ão maior segurança, tornando-se, com eles, capaz de comunicar com agilidade diversas mensagens. Embora em situações de ensino/aprendizagem completamente diferentes, se isso é válido hoje, também o terá sido no passado. O aprendiz articula apenas de um modo, seguindo unicamente a pronúncia, o sotaque, que lhe é ensinado,

ouvindo-o, se tiver um mestre, e reproduzindo-o. Contudo, saber escrever faz com que a aprendizagem no jovem e no adulto seja completamente diferente da que ocorre na criança.

Como dissemos, a diversidade de métodos do século XXI é desconhecida no século XIX. O ensinar a falar passava, outrora, muito pelo ensino da escrita. Em princípio, um adulto aprendia a falar uma língua estrangeira quando já sabia escrever a sua e pretendia começar a expressar-se naquela língua, embora também houvesse casos de aprendizes analfabetos, que, por vezes, até eram intérpretes. Quem não se lembra da figura típica do índio a dominar a língua materna e a inglesa nos filmes clássicos norte-americanos? Todavia, estes casos não são comuns. Habitualmente, aprendia uma língua estrangeira quem já soubesse ler e escrever a sua língua materna. Assim, provavelmente, por saber escrever, o aprendiz de PLE, nomeadamente o francês do século XIX, podia aprender sozinho, seguindo a proposta de uma gramática. Este tipo de livro apresenta uma “pronúncia figurada” portuguesa, o que significa que trazia uma representação da articulação que se devia seguir para saber dizer determinado vocábulo. As representações sonoras escritas eram as da língua de partida para facilitar a tarefa ao aprendiz estrangeiro que reconheceria as sonoridades e seria capaz de as reproduzir. A língua de chegada aproximar-se-ia à de partida, mesmo sendo distante dela. A pronúncia era ensinada através dos vocábulos isolados para, posteriormente, estarem integrados em frases ou enunciados com maior extensão. Este método corresponde à escrita da pronúncia através das letras do alfabeto latino, fazendo corresponder a uma letra um som específico (ARNAULD e LANCELOT, 1676). Era, sem o ser, um “alfabeto fonético”. A “pronúncia figurada” é um método antecessor do AFI (Alfabeto Fonético Internacional). O método da “pronúncia figurada” corresponde a uma fase pré-fonética, em que as letras do alfabeto latino e os sons mantêm uma relação unívoca, embora isso não seja assim tão evidente, mas era-o para, por exemplo, cada gramático que seguia este método. A apresentação da pronúncia fazia-se através das letras (o que ainda hoje sucede no 1.º Ciclo de Ensino Básico português). Por isso, as vogais (sons/ fones) são reduzidas às letras A, E, I, O e U, mesmo se têm mais do que uma correspondência sonora (cf. quadros *infra*).

A opção de integrar conhecimentos e conteúdos de Fonética nas aulas de PLE, quando oportuno, inserindo-os na prática do ensino, incluindo para resolver dúvidas pontuais de pronúncia é relativamente recente. Élisabeth Guimbretière, quanto à Fonética, na sua obra *Phonétique et Enseignement de l’Oral*, dedicada ao ensino do Francês como Língua Estrangeira (FLE) e às questões relativas à oralidade, isto é, ao falar, considera que “Phonétique et

pédagogie font bon ménage, s'épaulent se renvoient [sic] la balle, s'harmonisent et s'épanouissent enfin dans le domaine de la didactique des langues. La technologie n'étant pas non plus oubliée dans ce carrefour [...]” (Guimbretière, 1994, 53). A este propósito, retoma a diversidade de métodos de ensino para aprender a falar uma língua estrangeira, especialmente a francesa, no capítulo “Un peu d’histoire ou la correction phonétique au fil des années”, revelando as diversas teorias pelas quais o “ensino da fala” das línguas foi passando, após a introdução da Fonética nas aulas, em finais do século XIX:

C’est avec la mise au point de l’alphabet phonétique international et les débats qu’il a suscité autour des années 1880-1890, que la phonétique est réellement entrée dans l’enseignement et y a tenu depuis une place plus ou moins importante. L’abbé Rousselot et Paul Passy au début du siècle se sont efforcés de donner, à cette discipline, une place non négligeable dans l’enseignement des langues, avec succès, puisque, depuis, elle ne cesse de provoquer rejet ou engouement selon les périodes et les modes. (*Idem, Ibid.*, p. 45)

Uma outra questão que Guimbretière aborda, entre várias outras, embora sem a aprofundar, é o tópico da variação linguística do Francês. Isto sucede, quando escreve:

Il nous paraît important de déterminer en premier lieu d’où vient la parole produite, c’est-à-dire le statut que va avoir cet oral, car le lieu d’où est émis la parole en déterminera la forme linguistique. [...]. Il importe également de ne pas négliger l’aspect des variantes, régionale et sociologique, dans le choix des locuteurs qui interviendront dans les documents sonores. (*Idem, Ibid.*, p. 74)

Este detalhe afluído por Guimbretière, aquando da referência à pluralidade dos documentos sonoros facultados aos alunos de FLE, não é de somenos importância. É muito pertinente para as restantes línguas ensinadas a estrangeiros. Retoma-se, por isso, a interrogação: deverá o docente de PLE dar conta de todas as variedades linguísticas do Português? Se o fizer, deve empreender esta abordagem desde as aulas do nível de iniciação? Deverá ter em conta toda a variação geográfica do Português, incluindo a variação diastrática ou social? Face à diversidade linguística (mesmo se se proclama a predominante unidade a Língua Portuguesa face à sua diversidade), não será preferível manter-se no plano da norma linguística? Que norma é esta? Quantas normas podem existir para uma língua? São múltiplas as questões que o docente de PLE se deve colocar e com as quais se vai confrontando na dinâmica das aulas. Julgamos que

o mesmo terá acontecido com os gramáticos-pedagogos oitocentistas que, em França, publicaram obra para o PLE. Para entender a importância da pronúncia figurada enquanto recurso metodológico destinado, pela escrita, à aprendizagem da fala, importa-nos observar três exemplares de três autores diferentes que, no entanto, reformularam, sucessivamente, a obra do seu antecessor. Estamos a pensar em G. Hamonière, Paulino de Souza e Luís Simões da Fonseca.

2. Os três gramáticos-pedagogos e os compêndios

G. Hamonière (1789-?), autor francês multifacetado, seria um poligloto e, está comprovado, dedicara-se a produzir gramáticas para várias línguas estrangeiras, sobretudo as românicas. Destacamos a sua *Grammaire portugaise de início do séc. XIX* (edições de 1820 e 1829) que se destinaria a um público francês interessado em aprender PLE. O livro foi “reformulado” por Paulino de Souza¹ (fl. 1865/1870) e publicado com o título *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée*. Este gramático seria um literato² provavelmente brasileiro³, sendo, ainda hoje, praticamente desconhecido. Na publicação, ou melhor, no peritexto

¹ No prefácio da *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée*, de Paulino de Souza, p. XXI, aparece uma explicação justificativa da publicação: “Chargé par MM. Garnier Frères de revoir et de corriger la grammaire portugaise de Hamonière, nous nous sommes livré d’abord à ce travail ; mais nous n’avons pas tardé à reconnaître que, pour faire quelque chose de réellement utile et pratique, de simples corrections étaient loin de suffire”. No “Extracto do Catálogo da Livraria H Garnier” que circulava no Brasil nos anos 1900, figura a seguinte informação: “Grammaire portugaise, suivie d’un cours de thèmes et d’un traité de versification, par G. Hamonière, nouvelle édition, revue, corrigée et considérablement augmentée par P. de Souza, professeur de langue et de littérature portugaise à Paris. 1 v. in-18...4\$000”. Em síntese, a publicação de Paulino de Souza corresponderá a uma cópia recheada de alterações da Grammaire portugaise de G. Hamonière.

² *Os Lusíadas, poema épico de Luís de Camões*, nova edição, conforme à de 1817, in-4°, de dom José Maria de Souza-Botelho, Morgado de Matteus, correcta e dada à luz por Paulino de Souza, Paris, Va J.-P. Aillaud, Guillard e Ca, 1865.

³ Deduzimos a sua naturalidade brasileira devido, essencialmente, a referências como a seguinte que assinala uma questão de pronúncia: “On ne prononce quelquefois le c que pour éviter l’ambiguïté, comme, par exemple, dans le mot *pacto*, pacte, où le c sonne : *paktou*, pour ne pas confondre ce mot avec *pato*, canard, qui se prononce *patou*. Cependant *facto*, fait, et *fato*, hardes, se prononcent de la même manière : *fatou*.” (p. 9). A temática relacionada com “facto” / “fato” é um dos casos que realça a diferença de pronúncia do Português Europeu e do Português do Brasil também no século XXI. Aliás, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990* não conseguiu acabar com ela, nem com a possibilidade da “dupla grafia”. É sabido que no Brasil “fato” predomina e, em Portugal, se continua a dizer, mesmo se na escrita haja quem retire o “c”, “facto”, acontecendo o mesmo com “contacto”.

da gramática referida, surge apresentado como “bachelier ès Sciences” e como professor de língua e literatura portuguesas em Paris. Já enquadrara uma edição de *Os Lusíadas*, talvez a obra literária portuguesa mais reputada e divulgada até então, em França (V. Cooper-Richet, 2009: 546). Pelo viés da apresentação do autor, percebemos que a postura académica e o estatuto de “parisiense” aparecem valorizados nesse período. Quanto à “sua” gramática, a simplificação do conteúdo gramatical ocorre no subtítulo que este lusófono lhe atribuiu: *raisonnée et simplifiée*. Posteriormente, Luís Simões da Fonseca (fl. 1880), filólogo brasileiro, dicionarista e pedagogo, será chamado pelos irmãos Garnier a, também ele, “reformular”, isto é, condensar, a *Grammaire portugaise de Paulino de Souza* (1880), dando-lhe uma configuração *Abrégé*, ou seja, reduzida, aduzindo-lhe, no entanto, *un cours gradué de thèmes*. Todavia, não nos vamos interessar por este livro, mas pelo *Vocabulaire* que publicou porque, na “sua” gramática segue a “pronúncia figurada” apresentada por Paulino de Souza, o que não acontece no vocabulário. Aí, sem qualquer explicação pela sua opção de transcrição, indica uma “pronúncia figurada” distinta. Além disso, o vocabulário permite procurar as palavras enunciadas por Paulino de Souza (muitas delas já apresentadas por G. Hamonière) e comparar as representações, ou seja, “as escritas das pronúncias figuradas”. Como é fácil deduzir daqui, não há “uma pronúncia figurada” apenas, mas várias, ou seja, haverá tantas quantas as pronúncias (sotaques) dos seus proponentes. Isso é visível nos compêndios dos três gramáticos que delinearam instruções para a pronúncia (articulação) do PLE.

É fundamental realçar que as reconfigurações gramaticais permitiam à Editora apresentar a “nova” obra como uma novidade pedagógica, indicando-o logo de início, no título, o que sucede com a *Nouvelle Grammaire Portugaise*. Na verdade, do ponto de vista da sociologia dos textos, as ditas gramáticas de Paulino de Souza e de Luís Simões da Fonseca (a natureza desta autoria é – como já se percebeu – discutível por pertencer em grande parte a G. Hamonière⁴) são meras reformulações, embora não se possam considerar cópias integrais porque

⁴ No “Avertissement” da segunda edição da sua *Grammaire Portugaise*, em 1829, G. Hamonière indica as únicas gramáticas de Português então existentes em língua francesa, a do Abbé Dubois e a de M. Sané, às quais não deixa de apontar limitações ou falhas para justificar a sua gramática. Poderá a sua ser uma reformulação daquelas ou uma síntese de ambas? É um trabalho que se impõe fazer. De qualquer maneira, sublinha a importância da língua portuguesa para a França (e o seu império colonial): essa importância assenta no ineludível interesse comercial com países e regiões do mundo lusófonos, em particular com a monarquia recém-independente do Brasil, um interlocutor com o qual a França vai estabelecer relações privilegiadas.

cada um foi dando um cunho pessoal à “sua” publicação. O fenômeno é notório na parte relativa à pronúncia com, mais precisamente, a “pronúncia figurada”, salvo no exemplar gramatical de Luís Simões da Fonseca, que, neste livro, seguiu e recomendou a de Paulino de Souza, o que não aconteceu no *Vocabulaire*. Individualmente, reviram a proposta do autor anterior parecendo optar por uma pronúncia de PLE que corresponderia à sua própria forma de dizer, de falar, ao seu sotaque. Então, visto assim, ensinar a falar é dar a conhecer o seu modo de articular, o que se depreende da comparação das três propostas. No fundo, comprovadamente, não havia (e, decerto, continuará a não haver) apenas uma “pronúncia figurada” para o PLE, mas várias porque cada pedagogo segue a sua, que tende a divergir da dos outros, como facilmente o compreendemos quando comparamos as propostas individuais.

Na *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée*, o título assinado por Paulino de Souza que serve de ponto de referência ao nosso estudo comparativo e que retoma, em larga medida, a *Grammaire portugaise* de G. Hamonière, há essencialmente dois capítulos que se revestem de interesse para analisar a “pronúncia figurada”. O primeiro deles situa-se na primeira parte da obra e o outro na segunda. O capítulo introdutório é intitulado “Alphabet et Prononciation” (p. 1-35) e o da segunda parte “De la Prosodie” (p. 278-289). “Alphabet et Prononciation”, a primeira parte deste compêndio gramatical escrito em Francês, é dedicado ao alfabeto e à pronúncia, como o próprio intitulado anuncia. Indica o alfabeto do Português e apresenta o valor das vogais (orais) e nasais, dos ditongos e das consoantes, num quadro sinóptico. Depois, *pari passu*, Paulino de Souza vai exemplificando cada letra, uma a uma, dando o seu valor, isto é, a correspondente “pronúncia figurada”, ilustrada por exemplos, como fizera G. Hamonière. Decidimos, portanto, contemplar a proposta de G. Hamonière, na comparação da “pronúncia figurada” de Paulino de Souza e a de Luís Simões da Fonseca, que adicionámos, para apurar as possíveis divergências entre estas propostas de “pronúncias” de PLE. Esse capítulo introdutório de Souza é complementado por “De l’accentuation prosodique” (p. 15-35) com a enumeração de dezasseis regras. Há ainda uma transcrição em “pronúncia figurada” de um excerto do prefácio de *Monge de Cisté* [sic] de A. Herculano que serve de exemplificação (p. 27-35). Registam-se mais exercícios de pronúncia (p. 284-287), com um excerto de um sermão de Vieira sobre Santa Catarina. Quer um exercício, quer o outro, apresentam excertos de autores portugueses para serem lidos em voz alta. O recomendado parece ser uma clara “pronúncia brasileira” de PLE oitocentista.

No capítulo sobre os dados prosódicos, sempre de um ponto de vista contrastivo, realçando semelhanças e diferenças entre o Português e o Francês, são abordados temas como o acento e a sílaba. É referida a posição do “acento prosódico” (a posição da sílaba tónica) em Português e há uma comparação com o que acontece noutras línguas românicas, nomeadamente o Francês. Segue-se uma temática que interessaria esmiuçar: “Des vices de prononciation” (p. 287-290) e é facultado um vasto conjunto de regras para uma pronúncia escorreita do Português. No cômputo geral, e embora Paulino de Souza se revele contrário ao estabelecimento de regras para ensinar a pronúncia do Português, estipula dezasseis que são enunciadas a par das “excepções” que comportam, evidenciando os “vícios de pronúncia”. Portanto, por um lado, indica como se deve dizer e, por outro, como se deve evitar dizer. Há, na metodologia que visa ensinar a dizer em Português, o destaque da aprendizagem tanto de um ponto de vista positivo (deve dizer-se...), como um negativo (não se deve dizer...), procedimento bastante corrente e que se reencontra para o ensino da língua materna.

De momento, pela vastidão do assunto, detemo-nos exclusivamente no alfabeto e na sua pronúncia, ou melhor, apenas em alguns detalhes deste capítulo, que, também ele, mereceria uma análise minuciosa dos pormenores referentes às vogais (orais). Comparamos, assim, a “pronúncia figurada” apresentada por Souza (e muito devedora à de Hamonière) e a que Fonseca indica no *Vocabulaire*. Como dissemos, parece claro que, tendo conhecimento da descrição metodológica de Paulino de Souza, Luís Simões da Fonseca divergiu dela. Este gramático, no seu vocabulário, não lista o “valor das letras”, o que os dois pedagogos anteriores fizeram. Dá a pronúncia figurada dos termos que apresenta, mas não se debruçou previamente sobre eles, nem os explicou ou sintetizou para o leitor estrangeiro compreender a sua proposta ou saber como dizer a transcrição que acompanha cada vocábulo português. No *Vocabulaire*, não tem nenhuma explanação da “sua” pronúncia figurada. Se Luís Simões da Fonseca conhecia em detalhe a pronúncia figurada proposta por Paulino de Souza, visto que a retomou no *Abrégé* e recomenda ao aluno a consulta da fonte para um maior domínio da pronúncia, por que razão a alterou no seu vocabulário? Falta-nos encontrar alguma obra de Luís Simões da Fonseca que explique as opções que segue no *Vocabulaire*. Este facto leva-nos a procurar compreender como dois livros, os escritos pelos lusófonos Paulino de Souza e Luís Simões da Fonseca, aproximadamente da mesma época, finais do século XIX e princípios do século XX, poderão ter contribuído para auxiliar (ou complicar) a aprendizagem do Português como Língua Estrangeira por falantes franceses.

Ensinar a falar PLE por meio da escrita é uma tarefa que se torna muito complexa porque requer, simultaneamente, uma especial habilidade dos pedagogos, para ensinarem, descrevendo com reduzidas ferramentas, a pronúncia (provavelmente não padrão), e um esforço de compreensão por parte dos falantes-aprendizes que deverão praticá-la. Portanto, ensinar (e aprender) a falar Português a um francês de finais do século XIX seria um exercício exigente como o testemunham os livros pedagógicos que perduraram e para os quais apenas os especialistas olham, já no século XXI. Como explicámos, esta problemática do ensino da fala coloca-se de modo premente quando se observa o método usado no passado e designado como “pronúncia figurada”. Para o abordar, interessa-nos verificar até que ponto a proposta de G. Hamonière, a de Paulino de Souza e a de Luís Simões da Fonseca divergem ou convergem.

3. O caso das vogais orais na(s) pronúncia(s) figurada(s)

Impõe-se uma breve comparação das três propostas de “pronúncia figurada” para as vogais orais. Vamos, então, olhar para a descrição das vogais que não são nasais. Mais do que as semelhanças, embora estas também sejam importantes, julgamos pertinente destacar, neste trabalho comparativo dos três livros pedagógicos, algumas diferenças existentes entre eles. A questão de fundo a que procuramos responder, de momento, incide sobre este pormenor. Por um lado, interessa-nos observar as divergências substanciais de pronúncia que se registam entre a proposta presente no livro de Paulino de Souza e a que figura no livro de G. Hamonière. Por outro, pretendemos comparar estas duas com a que é facultada por Luís Simões da Fonseca (apenas a parte “português-francês”), relativamente às vogais orais. A fim de podermos cotejar, de modo simplificado, estas “pronúncias figuradas”, damos conta, primeiro das gramáticas, uma vez que o valor de cada letra é explicitado detalhadamente, e, através dos exemplos facultados por G. Hamonière e Paulino de Souza, vamos consultar os termos no vocabulário de Luís Simões da Fonseca.

Quanto à comparação das propostas para as vogais [orais⁵] (cf. Souza, p.

⁵ Para os ditongos e as vogais nasais, o modo de representação foi diferente, comme se deprende do seguinte excerto da *Grammaire* de Paulino de Souza: “Les six voyelles de l'alphabet portugais ne suffisant pas pour représenter tous les sons simples de la langue portugaise, on a eu recours, comme en français, à la réunion de plusieurs voyelles, ou d'une voyelle et de la consonne *m* ou *n*. Ces lettres, ainsi réunies pour n'exprimer qu'un son simple, s'appellent voyelles composées ou voyelles nasales” (p. 4). Acrescenta: “Remarque. *L'm* et *l'n* ne donnent le son nasal à la voyelle précédente, que lorsque celle-ci appartient à la même syllabe,

3-4), observando-as individualmente, verificamos que acompanham as letras do alfabeto latino, comum ao Português e ao Francês: “Les lettres *a, e, i, o, u* et *y* sont voyelles comme en français ; toutes les autres sont consonnes” (cf. Souza, p. 3). Assim sendo, a *Grammaire* é iniciada com a descrição da pronúncia com a letra <a> e estabelece uma representação inequívoca da letra com o fonema, nas duas línguas. Escreve Paulino de Souza (citando quase *ipsis verbis* G. Hamonière): “*A* se prononce comme en français”. Considera, portanto, haver apenas um fonema representado pela letra <a>, com maiúscula ou minúscula. Isso, hoje, parece ser assim no Português do Brasil, mas não no Português Europeu que distingue entre uma vogal central aberta e uma vogal central semiaberta. Contudo, este gramático assinala que, em fim de polissílabo, na sílaba átona, é muito fraco, quase não se ouvindo, embora o represente como em sílaba tónica através de <a>, o que se verifica no quadro 1. Não há divergências entre Paulino de Souza e G. Hamonière, nem com Luís de Simões da Fonseca, embora representem de modo diverso a marca da acentuação da vogal tónica, havendo uma diferença a nível dos diacríticos⁶.

QUADRO 1: a pronúncia da letra <a> (à, à. a)

	G. Hamonière Gramática	Paulino de Souza Gramática	Luís S. da Fonseca Vocabulário
“A”	<ul style="list-style-type: none"> • “se prononce comme en français” • átono em fim de polissílabos – fraco, “il se fait à peine entendre” <p>“casa, maison”- <i>càza</i> “chá, thé”- <i>chà</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • “se prononce comme en français” • átono em fim de polissílabos – fraco, “il se fait à peine entendre” <p>“casa, maison” <i>câza</i> “para, il s'arrête” <i>pâra</i></p>	<p>ca'za “parar, arrêter”</p>

autrement la voyelle conserve le son qui lui est naturel. Ex. *comer*, manger ; *temer*, craindre ; *Cigano*, Bohémien ; *mina*, mine ; *punir*, punir ; prononcez co-mér, té-mér, Ciga-nou, mina, pou-nir” (p. 5). É o único caso em que ocorre o uso do hífen para separar a sílaba tónica das restantes e, assim, distinguir uma vogal oral de uma vogal nasal.

⁶ Nem sempre é fácil seguir, em termos de representação, as transcrições dos três gramáticos e, em particular, de Paulino de Souza, por dificuldades técnicas. O itálico, o apóstrofo e a divisão silábica não são, em si problemáticos, mas são-no alguns diacríticos. Tivemos de substituir o ponto inferior usado por Paulino de Souza – que escolheu esse diacrítico para assinalar a vogal tónica – por um sublinhado com negrito.

No que se refere à letra <e>, aparecem três formas de a representar, enunciando-a com maiúscula: sem acento gráfico <E>, com acento agudo <É> e com acento circunflexo <Ê>, como se nota no quadro 2. Relativamente aos acentos, escreve Paulino de Souza (no seguimento de G. Hamonière):

Il n'y a en portugais que deux accents : l'accent aigu (´) et l'accent circunflexe (^) ; et, contrairement à ce qui a lieu en français, l'accent aigu ouvre et l'accent circunflexe ferme les voyelles sur lesquelles ils sont placés. (Voyez à la Prosodie) (SOUZA, 1870, p. 4)

Esta precisão permite compreender a pronúncia de <É> e de <Ê> que, aliás, perdura ainda hoje no Português (tanto no Europeu como no do Brasil). Retomando a explanação relativa à pronúncia da letra <e>, observa-se que há alguma divergência nas propostas em estudo (cf. quadro 2). Se para os três pedagogos, no geral, em sílaba tónica, o “E se prononce comme é français”, em sílaba átona no final de polissílabo, já não há consenso. Para Hamonière, “il se prononce comme l'e muet français”. Segundo Paulino de Souza, é “plutôt comme un son intermédiaire entre l'e et l'i.”, ou melhor, “avec l'i très-bref et très sourd”, o que representa nos exemplos que faculta, como em “*vérdadi, tévi, méninçi”.*

Luís Simões da Fonseca, quanto a ele, parece discordar tanto de Hamonière como de Paulino Souza relativamente ao timbre vocálico de <e> em sílaba átona final, já que, nos exemplos colhidos no *Vocabulaire*, a representa como <é> (cf. quadro 2), isto é, com um acento agudo. É importante lembrar que ele marca a vogal tónica seguida de um diacrítico que podemos identificar com o sinal do apóstrofo. Porém, por vezes, não vem este sinal da vogal tónica (ver, por exemplo, “portoughés”). Para <É>, Paulino de Souza⁷ segue G. Hamonière e adianta : “É portugais avec accent aigu se prononce comme è ouvert français. Ex. (...) *fê, atê*.”. Aqui, assinala-se a convergência entre eles, mas a divergência com Luís Simões da Fonseca que representa esta vogal como <É> (cf. quadro 2). Talvez para este filólogo brasileiro fosse uma vogal semifechada em vez de ser semiaberta (como a interpretam os dois outros pedagogos). Pode, contudo, pensar-se que Luís Simões da Fonseca terá usado o <ê> para indicar uma vogal longa e aberta, como em *fenêtre*, mas não deixa de ser clara a divergência na representação. Será indispensável voltar a este detalhe, quando se tiverem mais dados sobre a descrição da “pronúncia figurada” de Luís Simões da Fonseca.

⁷ Não marca a sílaba tónica dos monossílabos.

QUADRO 2: a pronúncia da letra <e> (e, é, è, ê, i, ai)

	G. Hamonière Gramática	Paulino de Souza Gramática	Luis S. da Fonseca Vocabulário
“E”	<ul style="list-style-type: none"> • “se prononce comme e français • átono em fim de polissílabos = e muet” <p>“verdade, vérité” - <i>verdade</i> “parece, il paraît” - <i>parece</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • “se prononce comme en français • átono em fim de polissílabos = som entre “e” e “i” <p>“verdade, vérité” - <i>vêrdadi</i> “teve, il eut” - <i>tévi</i> “meninice, enfance” - <i>méninici</i> (i muito breve e muito surdo)</p>	<p>verda'dé⁸ “ter, avoir” - <i>tair</i> “meninice, enfantillage” - <i>ménini'cé</i>⁹</p>
“É”	<ul style="list-style-type: none"> • “è français” <p>“fê, foi” - <i>fê</i> “até, jusque” - <i>atê</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • “è ouvert français” <p>“fê, foi” - <i>fê</i> “até, jusque” - <i>atê</i></p>	<p>fê atê</p>
“Ê”	<ul style="list-style-type: none"> • “é français” <p>“dê, donnez” - <i>dé</i> “vê, il voit” - <i>vé</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • “é fermé fr.” <p>“dê, donnez” - <i>dé</i> “vê, il voit” - <i>vé</i></p>	<p>x¹⁰ x</p>

No que se prende com <è>, escreve Paulino de Souza: “Ê [sic] portugais avec accent circonflexe se prononce comme é fermé français. Ex. (...) ; prononcez *dé, vé*”. Portanto, o verbo *prononcez* dirige-se ao leitor francês ou francófono, o aprendiz de PLE, e à importância de aprender a falar e de saber pronunciar devidamente. O Português seria aprendido para ser falado, daí a preocupação com o indicar como se deve pronunciar por aproximação e usando os recursos linguísticos da língua materna do estrangeiro (a língua de partida), neste caso o Francês, como já dissemos. Quanto a <ê>, Paulino de Souza transcreve a explicação de G. Hamonière e dá os mesmos exemplos. Como <ê>

⁸ Não deixa de ser curioso representar de duas formas (“e” e “é”) a letra <e> de “verdade”. Há outros casos no *Vocabulaire* em que essa letra vem sem acento gráfico, como sucede em “abertura *abertou'ra*” ou “afinidade *afinida'de*”.

⁹ Procurando outros casos no *Vocabulaire*, registam-se, por exemplo, com “é”: “abreviação *abrêviaça'on*”, “abreviatura *abrêviatou'ra*”, “Argelino, a *argéli'no,a*” ou “felicidade *fêlicida'dé*”.

¹⁰ O símbolo “x” indica que não se encontrou qualquer registo, o que é esperado porque são formas verbais conjugadas. Se se procurarem verbos da primeira conjugação no infinitivo a pronúncia figurada da terminação corresponde a “air”, como em “abranjer *abranjair*”.

ocorre em Português essencialmente em formas verbais (cf. exemplos do quadro 2), estas não se registam no *Vocabulaire*, onde se pesquisou, por exemplo, outros vocábulos como “Português” que, na época, se escrevia “Portuguez” (“*portoughés*”). Portanto, não serviu para a comparação.

No que se prende com as letras <i> e <y>¹¹, não há muito a assinalar porque tanto <i> (ou <y>) – como sucede com <u> – terão sempre o mesmo valor, embora <u> comporte casos pontuais, como veremos no quadro 5. Aliás, Paulino de Souza especifica – e antes dele G. Hamonière – que:

Chacune des voyelles *a, e, o*, quoique ne portant aucun accent, est susceptible de toutes les variations indiquées précédemment. *L’i* et *l’u* n’ont qu’un son, mais il peut être long ou bref. Lors donc que la valeur de ces voyelles n’est pas indiquée par l’accent, c’est l’usage seul qui peut la faire connaître. (SOUZA, 1870, p. 3-4)

A ideia de haver vogais longas e breves em Português não se mantém hoje. Seria interessante procurar informação a este propósito para o Português do século XIX. Todavia, no que se refere à pronúncia de <i> e de <y>, os três pedagogos subscrevem a citação extraída da *Grammaire* (e copiada da de G. Hamonière): “I et Y se prononcent comme en français. Ex. *javalî* (...) ; *physionomia* (...)”. Só Luís Simões da Fonseca diverge um pouco, optando por representar, na sua pronúncia figurada, <y> como <i>, o que os outros dois autores não fizeram, mantendo, portanto, a distinção, mesmo em termos de pronúncia de <i> e <y>.

QUADRO 3: a pronúncia das letras <i> e <y> (i, y)

	G. Hamonière Gramática	Paulino de Souza Gramática	Luís S. da Fonseca Vocabulário
“I” ou “Y”	• = fr. “javalî, sanglier”- <i>javalî</i> , “physionomia, physionomie”- <i>fizionomia</i>	• = fr. “javalî, sanglier” “physionomia, physionomie” <i>javalî, physionomia</i>	x <i>fizionomi’ia</i>

Aqui também importaria comparar estes dados com os de gramáticos portugueses do século XIX. Não deixa de ser curioso os grafemas “y” e “ph”,

¹¹ Cf. a ortografia anterior à reforma ortográfica de 1911.

entre outros elementos etimológicos, estarem presentes nas pronúncias figuradas de G. Hamonière e de Paulino de Souza, o que Simões da Fonseca contraria, usando apenas <f> e <i>, como se desejasse simplificar a transcrição da pronúncia figurada (o que veio a suceder a nível ortográfico), embora um falante francês estivesse familiarizado tanto com “y”, como com “ph”.

Quanto à vogal <o>, como para a letra <e>, também surge no compêndio de Paulino de Souza com três possibilidades, a saber, sem acento gráfico <o>, com acento agudo <ó> ou com acento circunflexo <ô>, assinalando assim “sons” (fones e fonemas) distintos, embora cobertos pela mesma letra (cf. quadro 4). Lê-se na *Grammaire* (e no texto de G. Hamonière) que “*O* se prononce comme *au* en français ; mais à la fin des mots de plusieurs syllabes, lorsqu’il n’est pas accentué, il se prononce très faiblement, presque¹² comme *ou* français. Ex. (...) ; prononcez *famauzou*”. Com esta observação, conclui-se que serão, então, quatro os valores da letra <o> em Português para este pedagogo. A opção de Souza não corresponde integralmente à de Hamonière que prefere estabelecer a correspondência de <o> com <eau>. Além disso, não sugere que exista uma mudança de timbre vocálico em sílaba final de polissílabos. Fonseca parece ter a proposta mais simplificada dos três pedagogos, estabelecendo a representação unívoca entro <o> português e <o> francês, como em “abalizado, a *abaliza*’do, *a*” ou “arestoso, a *aresto*’zo, *a*”. Relativamente ao valor de “ô” [com minúscula, mesmo se as outras letras vêm em maiúsculas], está escrito na *Grammaire* que, quanto à pronúncia, é “comme en français dans *côte*, mais bref, ou comme *au* : (...) ; prononcez *cauchou, tijaulou*”¹³. Quanto a “ó”, também em minúscula, a *Grammaire* afirma que em “portugais avec accent aigu se prononce ouvert, comme *o* dans *port*. Ex. (...) ; prononcez *nò, ichtoria*”. Nas três “pronúncias figuradas”, o valor de <ó> é representado pelo <o> francês (como em *mort* e *port*).

Assim sendo, para G. Hamonière, as letras <o> e <ô> têm o mesmo valor, distinguindo-se de <ó>, enquanto para Paulino de Souza há três pronúncias distintas (não chegando aos quatro timbres): <au>, <ou>, <o>. Luís Simões da Fonseca reduz os valores das representações da letra <o> (o, ô, ó) à vogal <o> francesa, sem observar diferenças de abertura ou de fechamento vocálicos.

¹² O advérbio *presque* (‘quase’) faz pensar numa “pronúncia por aproximação”, ou seja, é intuitiva e resulta da impressão auditiva do autor, não se fundamentando em dados concretos, o que era comum na época, embora já tivessem sido feitas algumas experiências rudimentares de fonética experimental (cf. as reflexões desenvolvidas pelo Abbé Rousselot).

¹³ A estratégia de Paulino de Souza em assinalar a vogal tónica com um diacrítico (ponto sob a vogal) não é das melhores porque, por exemplo, para “au”, o ponto da vogal tónica aparece apenas no “u” de “au”.

QUADRO 4: a pronúncia da letra <o> (o, ô, ó, ò, au, eau)

	G. Hamonière Gramática	Paulino de Souza Gramática	Luís S. da Fonseca Vocabulário
“O”	<ul style="list-style-type: none"> • = “eau en français” • no fim de polissílabos e em sílaba átona é fraco (“il se prononce très faiblement”) <p>“famoso, fameux”¹⁴</p>	<ul style="list-style-type: none"> • = au fr. • no fim de polissílabos e em sílaba átona é fraco = quase como ou fr. <p>“famoso, fameux”- “fama<u>u</u>zou”</p>	famo’zo
“Ô”	<ul style="list-style-type: none"> • = « comme eau » <p>“nó, nœud”- nò “tjôlo”¹⁵- tjeaulo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • = fr. “côte”, mas breve = au fr. <p>“coxo, boîteux”- cauchou “tijolo, brique”- tijaulou</p>	co’cho tijo’lo
“Ó”	<ul style="list-style-type: none"> • = “comme o dans or, mort”¹⁶ 	<ul style="list-style-type: none"> • = aberto (= o de “port”) <p>“nó, nœud”- nò [sic] “historia [sic], histoire”- ichtoria</p>	x isto’ria

A letra <u> – como para <i> e <y> – não oferece grandes dificuldades a nível de registo da(s) pronúncia(s) figurada(s), segundo os três livros pedagógicos em análise. Como se pode observar no quadro 5, esta letra equivale a <ou> francês para os três autores. No entanto, Paulino de Souza apenas assinala essa correspondência no fim de palavra (cf. “último” no quadro 5). Hamonière e Souza coincidem na explicação:

U se prononce ou. Ex. ultimo [sic – sem acento gráfico]; prononcez oultimou ; mais dans les syllabes que et qui, gue et gui, il est muet, comme dans les mots français question, guérison. Ex. aquelle (...); prononcez akéli, kiètou, guèrra, guia. Excepté: questão, question; inquérito, enquête; quesito, demande; tranquillo, tranquille; guela, gosier; etc., qui se prononcent couèchtaoun, inncouèritou, couèsitou, trancouïlou, gouèla. On peut dire aussi kéchtaoun, trankilou. (SOUZA, 1870, p. 4)

Portanto, para esta letra, um francês interessado em aprender a falar Português teria de se lembrar de a fazer corresponder a <ou> (e não a <u>). No

¹⁴ Sem pronúncia figurada.

¹⁵ Sem tradução.

¹⁶ Sem exemplos e sem pronúncia figurada.

entanto, se viesse antecedida de <q> ou <g>, não ofereceria qualquer dificuldade porque, nem no Francês, nem no Português (embora nem sempre assim suceda, como, por exemplo, em “tranquilo” no quadro 5), é articulada, neste contexto, servindo a sua presença para alterar o timbre de <q> e <g>.

QUADRO 5: a pronúncia da letra <u> (ou)

	G. Hamonière Gramática	Paulino de Souza Gramática	Luís S. da Fonseca Vocabulário
U	<ul style="list-style-type: none"> • = <i>ou</i> • em <i>que, qui</i> = mudo como em fr. “question” <p>“ultimo, dernier”- <i>oul-timo</i> “aquelle, celui-là”- akélle “quieto, tranquille”- kièto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • = <i>ou</i> (“ultimo”) (oultimou) • <i>que, qui / gue, gui</i> = mudo como em fr. “question, guérison” <p>“aquelle, celui-là” - akéli “quieto, tranquille” - kiètou “guerra, guerre” - guèrra [sic] “guia, guide”- guia [sic]</p> <p>salvo: “questão, question” - couéchtou / kéchtou “inquerito, enquête” - inncouèritou “quesito, demande”- couèsitou “tranquillo, tranquille” - trancouilou/ trankilou “guela, gosier”- gouèla etc.</p>	<p>oul'timo¹⁷</p> <p>aké'lé kié'to gher'ra ghi'ia</p> <p>couesta'on x kézi'to trancoui'lo gouê'la</p>

É curioso observar que, segundo Paulino de Souza, havia duas pronúncias para “questão” e “tranquilo” (numa pronuncia-se o <u> e na outra não), o que revela a atenção prestada pelo pedagogo à vivacidade da língua viva. Aliás, a posição da vogal tónica em “quesito” não correspondendo ao que hoje se esperaria.

Em síntese, para esta vogal, Hamonière e Fonseca estão mais próximos um do outro, não assinalando <ou> em fim de vocábulo, posição em que vem marcado com <o>. Souza representa <ou> em posição inicial, interior e final de vocábulo. Há, portanto, aqui, alguma divergência nas três propostas.

¹⁷ Representa “último” de modo idêntico ao de Hamonière, distinguindo a nível articulatório e sonoro a vogal inicial e a final, o que Souza não faz.

Conclusão

Quanto ao modo de articular as vogais orais, a partir do cotejo da pronúncia figurada destes três pedagogos para a aprendizagem do PLE por parte de um francês de língua materna são, no geral, mais divergentes do que convergentes. Esta sucinta abordagem a diversos livros (a *Grammaire* de G. Hamonière, a de Paulino de Souza e o *Vocabulaire* de Luís Simões da Fonseca, alargada à consulta pontual de um outro: o *Abrégé* de Luís Simões da Fonseca) revela o quanto é importante estudar os compêndios pedagógicos dos séculos passados para compreender a evolução de uma determinada língua viva. Quando os manuais ou outras referências com métodos de ensino/ aprendizagem (gramáticas, dicionários, vocabulários, etc.) se aplicam ao ensino e à aprendizagem de línguas estrangeiras a sua pertinência é ainda maior, como o comprovámos. Este trabalho é, assim, um entre vários outros porque muitas questões ficaram em aberto.

Por que razão Luís Simões da Fonseca não terá seguido a proposta de pronúncia figurada de Paulino de Souza? Discordaria dela por não ser a sua? Por que razão não a terá alterado no *Abrégé*, quando condensou a *Grammaire* de Paulino de Souza, tendo, inclusive, no nosso entender, aconselhado a sua referência para os alunos que desejassem aprofundar o tópico da pronúncia? Quando os livros pedagógicos são cópias de anteriores com alterações pontuais, até que ponto podem auxiliar os alunos que os usam a todos? Simplificarão ou complicarão a aprendizagem? Consultará um aluno (incluindo o do século XIX) apenas um livro ou terá curiosidade em procurar tirar dúvidas em mais do que um? Várias questões se colocam e merecem um desenvolvimento do tema tratado que tencionamos abordar noutros estudos. Se já nessa altura havia diversas pronúncias do Português, e as pronúncias figuradas comparadas revelam-nas, por que razão os autores estavam apenas concentrados na sua, tida como a referência que lhes serviria de modelo, uma vez que não referem as fontes da sua pronúncia figurada? Será que as divergências ortográficas da época e assinaladas, por exemplo, por Almeida Garrett no prefácio de *Camões*, se reencontravam no registo oral em Portugal e no Brasil? Interessará comparar as propostas ortográficas de cada pedagogo com a sua própria pronúncia figurada? Quer a *Grammaire*, quer o *Vocabulaire*, foram produzidos antes da reforma ortográfica, iniciada em 1911 e implementada em 1916, em Portugal. No entanto, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana já produzira obra sobre a relação entre grafia e fonia. Terá isso influenciado a “evolução” em Luís Simões da Fonseca? Foi levada a cabo em território português em toda a sua extensão (salvo, logicamente, no Brasil que tivera a independência em 1822), incluindo,

evidentemente, as ilhas atlânticas e as ex-colónias africanas, assim como as asiáticas), no período republicano, e interessaria comparar estes livros pedagógicos com outros do género do mesmo período. Considerando a importância do livro pedagógico da época, seriam esta gramática e este vocabulário de finais do século XIX e princípios do século XX fiáveis para aprender a pronunciar Português? Cada um dos dois autores de língua materna portuguesa referidos revela a sua própria pronúncia do Português, apresentando-a como se fosse modelo a seguir e não houvesse outras. Porém, ambos ignoram, por completo, uma vez que parecem não a mencionar, a variação interna e as diferenças já existentes relativamente ao Português dos dois lados do Atlântico.

Pelo cotejo, concluímos que Paulino de Souza e Luís Simões da Fonseca serão brasileiros de diferentes partes do Brasil, tendo, por isso, pronúncias figuradas diferentes e divergentes de pedagogos portugueses, embora apresentem exemplos de textos literários de autores portugueses: a Literatura Brasileira não gozava ainda de prestígio (embora Souza faça questão de sublinhar a sua existência na sua “introduction”). Faltará comparar estas propostas de “pronúncia figurada” com a proposta de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana para compreendermos melhor esta temática e a relação do livro pedagógico com a aquisição da competência que é saber falar. Muito resta, portanto, a fazer para entendermos como se ensinava a falar PLE no século XIX, nas gramáticas e outros livros pedagógicos publicados nessa altura.

Referências

- “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”, *Diário da República Portuguesa*, I Série – A, n.º 193 – 23-08-1991, p. 4370-4388.
- ALMEIDA, Mário Sérgio Pinheiro Moreira de. “Ensino de português língua estrangeira – P. L. E. – língua global”. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. V. 2, n.º 2, março de 2004, www.revel.inf.br, 2004.
- ARNAULD, Antoine et LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée*, 1 éd. 1676, présentation de Jean-Marc Mandosto. Paris : Allia, 1997.
- ESPADA, Francisco. *Manual de fonética. Exercícios e explicações* (CD com Registo Áudio). Lisboa: LIDEL, 2006.
- FONSECA, Luís Simões da. *Abrégé de la grammaire portugaise de P. de Souza avec un cours gradué de thèmes*. Paris: Librairie Garnier Frères, 1880.
- Idem *Nouveau vocabulaire français-portugais et portugais-français, contenant tous les mots usuels avec leur prononciation figurée* (s.d., época presumida anos 1910-1920).

- GUIMBRETIERE, Élisabeth. *Phonétique et enseignement de l'oral*. Paris: Didier-Hatier, 1994.
- HAMONIERE, G. *Grammaire portugaise, divisée en quatre parties: avec un appendice contenant des remarques diverses; suivie d'un cours de thèmes, d'un choix de morceaux en prose et d'un traité de versification*. Paris: Chez Théophile Barrois Fils, Libraire, pour les langues étrangères vivantes, 1820.
- HAMONIERE, G. *Grammaire portugaise, divisée en quatre parties, dont la première traite de la prononciation; la seconde, des différentes espèces de mots; la troisième, de la syntaxe; et la quatrième, de l'orthographe, de la ponctuation et de la prosodie: avec un appendice, contenant des remarques diverses, suivie d'un cours de thèmes, et d'un traité de versification*. 2e éd., corrigée et augmentée. Paris: Bobée et Hingray, 1829.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- SOUZA, Paulino de. *Grammaire portugaise raisonnée et simplifiée: rédigée sur un plan nouveau*. Paris: Libraire Garnier Frères, 1870.
- YANBIN, Lu e YIN, Wang Suo. "O português para um chinês" in *Português como Língua Estrangeira. Actas, Seminário Internacional – 9 a 12 de Maio de 1991*, organização da Direção dos Serviços de Educação, Macau: Fundação Macau e Instituto Português do Oriente, 1991, p. 89-96.

Submetido em 9 de março de 2016

Aceito em 10 de maio de 2016

DEFINIÇÃO: DELIMITAÇÃO DE MODELO PARA
ELABORAÇÃO DE VERBETES¹

DEFINITION: DELINEATION OF THE MODEL
FOR ELABORATION OF ENTRIES

Michelle Machado de Oliveira Vilarinho
Universidade de Brasília
michelleprofessora@gmail.com

RESUMO:

O objeto de estudo é a definição para identificar um modelo de definição que possa ser usado na elaboração de dicionário. Em razão da elaboração de dicionário aos aprendizes de Português do Brasil como Segunda Língua, é notável a relevância de se padronizar as definições dos lexemas que pertencem a uma mesma categoria. A metodologia empregada foi a descrição dos atributos dos objetos da categoria “transporte” por meio do uso da análise componencial. O resultado foi a delimitação da estrutura da definição, cujo modelo é constituído por: +veículo, +tipo de propulsão, ±quantidade de rodas, +meio de deslocamento, +especificidade de uso.

PALAVRAS-CHAVE: Dicionário. Definição. Transporte.

ABSTRACT:

The object of study is the definition to identify a model of definition that can be used in the elaboration of dictionary. Due to the development of the dictionary for learners of Brazilian Portuguese as a Second Language, it is remarkable the importance of standardizing the definitions of lexemes that belong to the same category. The methodology used was the description of the attributes of the object of the category “transportation” through the use of componential analysis. The result was the delineation of the structure of definition whose model comprises: + vehicle + type propulsion ± amount of wheel, mode of displacement, + specificity of use.

KEY WORDS: Dictionary. Definition. Transport.

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

Introdução

O tema deste estudo se insere na linha de pesquisa Léxico e Terminologia, desenvolvida no Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro Lexterm), da Universidade de Brasília. O objeto de estudo é a definição que é entendida como enunciado descritivo do ser ou objeto na cultura em que está este se inserido. O objetivo é identificar um modelo de definição que possa ser usado na elaboração de dicionários. As definições elaboradas se referem aos tipos de veículos do campo temático transporte. Como as definições pertencem à categoria tipos de veículos, é necessário delimitar uma estrutura para padronizá-las, de modo que as características comuns e distintivas possam ser contempladas.

Nesta pesquisa, apresentaremos as seções, a seguir: metodologia para elaboração de dicionário e apresentação das definições.

1. Metodologia para elaboração de dicionário

Os procedimentos metodológicos principais adotados para elaboração dos verbetes dos tipos de transporte para o dicionário de Língua Portuguesa foram:

(i) identificar o consulente em potencial, que podem ser aprendizes de português como L2 ou como LE; elaboradores de exercícios de aprendizagem do léxico da língua, de palavras cruzadas, de jogos de palavras; professores; alunos; conferencistas; relatores; compositores; poetas; escritores; tradutores; jornalistas; lexicógrafos; dicionaristas; terminólogos; terminógrafos; pesquisadores; indexadores; documentalistas; e curiosos.

(ii) Delimitar nomenclatura para seleção dos lexemas a comporem os verbetes. Para isso, realizamos a compilação de lexemas do artigo 96 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 do Código de Trânsito Brasileiro, de verbetes ‘transporte’ e ‘navegação’ do Dicionário Analógico de Língua Portuguesa de Azevedo – DALP (2010), bem como inserimos novos lexemas com base em nosso conhecimento enciclopédico.

(iii) Estabelecer análise componencial como percurso metodológico para identificação de traços comuns e traços distintivos entre membros da mesma categoria.

(iv) Estruturar os verbetes de acordo com a **proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários**, de Faulstich (2001), a qual serviu de base para elaboração das fichas lexicográficas da parte alfabética.

A seguir, citamos a classificação dos veículos extraída da legislação brasileira:

Art. 96. Os veículos classificam-se em:

I - quanto à tração:

- a) automotor;
- b) elétrico;
- c) de propulsão humana;
- d) de tração animal;
- e) reboque ou semi-reboque;

II - quanto à espécie:

a) de passageiros:

- 1 - bicicleta;
- 2 - ciclomotor;
- 3 - motoneta;
- 4 - motocicleta;
- 5 - triciclo;
- 6 - quadriciclo;
- 7 - automóvel;
- 8 - micro-ônibus;
- 9 - ônibus;
- 10 - bonde;
- 11 - reboque ou semi-reboque;
- 12 - charrete;

b) de carga:

- 1 - motoneta;
- 2 - motocicleta;
- 3 - triciclo;
- 4 - quadriciclo;
- 5 - caminhonete;
- 6 - caminhão;
- 7 - reboque ou semi-reboque;
- 8 - carroça;
- 9 - carro-de-mão;

c) misto:

- 1 - camioneta;
- 2 - utilitário;
- 3 - outros;

d) de competição;

e) de tração:

- 1 - caminhão-trator;
- 2 - trator de rodas;

- 3 - trator de esteiras;
 - 4 - trator misto;
 - f) especial;
 - g) de coleção;
 - III - quanto à categoria:
 - a) oficial;
 - b) de representação diplomática, de repartições consulares de carreira ou organismos internacionais acreditados junto ao Governo brasileiro;
 - c) particular;
 - d) de aluguel;
 - e) de aprendizagem.
- (BRASIL, 1997)

Com base nessa classificação, na proposta de atividade didática de organização de campo lexical, de Ilari (2002, p. 40), e por meio do nosso conhecimento de mundo, as características para realizar a análise componencial foram delimitadas da seguinte forma:

veículo	Propulsão humana	tração animal	motor a combustível	motor à eletricidade	motor à força motriz	1 roda	2 rodas	3 rodas	4 rodas	Mais de 4 rodas	Sobre trilho	Sobre via	Sobre água	Sobre ar	Sobre o gelo ou a neve	Para carga	Para passageiro	Para uso agrícola ou de terraplenagem
automóvel	-	-	+	-	-	-	-	-	+	-	-	+	-	-	-	-	+	-
avião	+	-	-	±	-	-	-	-	-	+	-	-	-	+	-	±	-	-
barco	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	±	-	-
barragem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
bombardeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
bote	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
bicicleta	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
caminhão	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
camioneta	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
caminhão	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
carro-de-mão	+	-	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
carroça	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ciclomotor	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
charrete	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
helicóptero	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jet-ski	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
jet-ski	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
metró	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
micro-ônibus	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
motocicleta	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
motoneta	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
mototaxi	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
navio	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ônibus	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
quadriciclo	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
raquete	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
rádio	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
táxi	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
tratores	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trem	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trem-bala	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trem-bala	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trem-bala	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trem-bala	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trem-bala	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trilho	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
trilho	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículo Leve sobre Pneus (VLP)	+	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)	+	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Figura 1: Análise componencial do campo lexical *transporte*

Fonte: (X, 2013, p. 148)

Após realizar a análise componencial, formulamos as definições com base na estrutura a seguir: +veículo, +tipo de propulsão (propulsão humana; tração animal; motor a combustível; motor à eletricidade; motor à força motriz) ±quantidade de rodas (1 roda; 2 rodas; 3 rodas; 4 rodas; mais de 4 rodas), +meio de deslocamento (sobre trilho, via, água, ar, gelo ou neve) +especificidade de uso (para transporte de carga, de passageiro ou para uso agrícola ou de terraplenagem). As definições foram redigidas por X (2013).

A definição proposta atende ao modelo que Faulstich (2013), composto pela estrutura o que é X e para que serve X, de modo que “X (signo, objeto) condensa Y (significação, discurso)”. Assim, a definição seria canônica por apresentar a estrutura ‘gênero + espécie’” quando descreve que X é Y. Além disso, a definição seria também “pragmática”, já que “explicita ‘para que serve o objeto’”, visto que se elucidam as funcionalidades de X como “uma forma complementar de elucidar significados” (Id.; Ibid.).

A definição “é um enunciado que expõe de forma sumária as características genéricas e específicas, de um objeto, inserindo-o num determinado campo do conhecimento” (FAULSTICH, 2011, p. 195). No texto da definição e na seleção dos lexemas para compor a nomenclatura, é possível observarmos a visão de mundo da sociedade. Um exemplo disso é que em países mais desenvolvidos se usam mais variedades de meios de transportes. Há também características específicas de cada região que justificam a preferência de uns tipos de transporte ao invés de outros, conforme ocorre em algumas cidades do interior do Brasil em que mototáxi é mais usado do que táxi.

Outro exemplo de características culturais pode ser observado no uso de carroça, já que, em capitais, não se adota esse transporte para entregar materiais de construção, enquanto em cidades interioranas ainda se utilizam. Esse tipo de veículo ora serve para transporte de carga, como no exemplo mencionado, ora pode ser utilizado para locomoção de passageiros na zona rural do país. Assim sendo, a definição precisa contemplar toda a especificidade de uso.

Quando necessário, no texto definitório, o lexema ‘via’ será empregado, em vez de usar o lexema ‘estrada’, já que este abrange BRs e aquele se estende tanto a BRs quanto a pistas para deslocamento dentro das cidades. Ao consultarmos o verbete ‘via’ do Glossário de termos da organização urbana do Plano Piloto de Brasília de Maia-Pires (2009, p. 110), há a definição: “VIA n. f. Estrutura pública, construída para o deslocamento de veículos, pessoas e animais, normalmente, com pistas de rolamento, faixa de trânsito, canteiro

central e sinalização (adapt. D. de Urb². C. F, p. 381, 2004)”. Ao lermos tal definição, identificamos que o conceito de ‘via’ é adequado para designar um dos meios de deslocamento.

Para compor o verbete *transporte*, percorremos os verbetes *veículo* e *navegação* do Dicionário Analógico da Língua Portuguesa e compilamos os lexemas desses dois verbetes. Por meio da leitura das definições, é possível notar que a maioria dos lexemas lexicografados representa referentes que não são utilizados no contexto da sociedade atual, tais como: *berlinda*, *cabriolé*, *caleche*, *carruagem*, *coche*, *diligência*, *fáeton*, *landau*, *sege*, *vitória*, que são tipos de carruagens, e, portanto, veículos sem uso no Brasil na atualidade. Como esses veículos não fazem mais parte da sociedade, não há necessidade de lexicografá-los. Assim sendo, no verbete *veículo*, dos substantivos lexicografados, selecionamos 29 lexemas.

No verbete ‘navegação’, houve seleção de apenas 13 substantivos. A justificativa da recorrência da exclusão se dá por haver lexemas que representavam o contexto histórico em que havia guerras, eram utilizadas embarcações à vela, a remo. Assim sendo, os meios de transportes marítimos que não são mais utilizados na sociedade brasileira atual foram excluídos.

O quadro a seguir registra os lexemas que comporão a nomenclatura dos tipos de veículos selecionados e a respectiva fonte de extração.

Lexemas Selecionados	Fonte de extração
automóvel, bicicleta, bonde, caminhão, caminhonete, camioneta, carreta, carro, carro de mão, carroça, charrete, comboio, <i>expresso</i> , <i>jipe</i> , <i>limusine</i> , metrô, micro-ônibus, motocicleta, motoneta, ônibus, táxi, transporte, trem, trem-bala, trenó, triciclo, <i>van</i> , veículo, <i>viatura</i> .	verbetes ‘transporte’ do DALP
<i> aeronave</i> , avião, barco, bote, canoa, foguete, helicóptero, iate, jet ski, lancha, nave, navio, submarino	verbetes ‘navegação’ do DALP
automóvel, bicicleta; bonde; caminhão; caminhão-trator, caminhonete; camioneta; carroça; carro-de-mão; charrete; ciclomotor, micro-ônibus, motocicleta, motoneta; ônibus; quadriciclo; reboque; semi-reboque; triciclo	artigo 96 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997
mototáxi, Veículo Leve sobre Pneu, Veículo Leve sobre Trilhos	conhecimento enciclopédico

Quadro 1: Lexemas selecionados para compor a nomenclatura do dicionário

² FERRARI, Celso. *Dicionário de Urbanismo*. Disal: São Paulo, 2004.

Os lexemas ‘automóvel’, ‘bicicleta’, ‘bonde’, ‘caminhão’, ‘caminhonete’, ‘camioneta’, ‘carroça’, ‘carro-de-mão’, ‘charrete’, ‘micro-ônibus’, ‘motocicleta’, ‘motoneta’, ‘ônibus’ apareceram tanto no verbete ‘transporte’ do DALP (2010) quanto no Código de Trânsito Brasileiro (1997). Os lexemas ‘caminhão-trator’, ‘trator de rodas’, ‘trator misto’, ‘semi-reboque’, mencionados no Código de Trânsito Brasileiro (1997), não foram inseridos nesta etapa do dicionário que estamos elaborando por serem termos que carecem de estudos aprofundados para serem definidos. Por isso, esses três lexemas serão definidos em outra oportunidade de pesquisa. Ademais, os lexemas ‘expresso’, ‘jipe’, ‘limusine’, ‘van’, ‘viatura’ também precisam ser definidos para que sejam lexicografados na obra em elaboração.

Para uma descrição dos atributos dos objetos dessa categoria, realizamos a análise componencial, útil como método de organização, a fim de explicitar os traços comuns e os traços distintivos entre os membros da categoria. Quando se está diante de um “conjunto de elementos que apresentam o máximo de afinidade, [...] as diferenças serão tanto mais significativas” (POTTIER, 1978, p. 61). Por isso, perante um campo lexical de uma determinada categoria, a análise componencial, conhecida também como análise sêmica, é um método de decomposição do significado. Essa análise serve para organizar as características de cada um dos elementos, facilitando a compreensão das semelhanças e diferenças entre os lexemas.

Na análise componencial, delimitam-se as características dos lexemas de uma categoria, representando a ausência de atributo pelo símbolo negativo (–), denominado traço distintivo, e a presença de atributo pelo símbolo positivo (+), denominado traço semântico comum. Segundo a postulação do estruturalista Pottier (1977), o conjunto de traços é o semema e a cada traço é o sema.

Após aplicação de metodologia para seleção dos lexemas e para elaboração dos verbetes, o resultado é a confecção de dicionário com coerência, tendo em vista que houve organização sistemática para que a significação dos tipos de transportes atenda às demandas comunicativas da sociedade.

2. Apresentação das definições criadas

A seguir, registramos as 35 definições criadas para os lexemas que designam os tipos de veículos:

automóvel	veículo motorizado, movido a combustível ou à eletricidade, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiros; carro.
avião	veículo motorizado de transporte coletivo, movido a combustível, usado na locomoção por ar, para locomoção de passageiros ou cargas; aeronave
barco	veículo de embarcação de pequeno porte, movido a combustível ou à vela, usado na locomoção por água, para transporte de poucos passageiros ou cargas.
bicicleta	veículo não motorizado, movido por propulsão humana, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiro.
bote	veículo de embarcação de pequeno porte, movido por propulsão humana, usado na locomoção por água, para transporte de poucos passageiros, não possui cobertura e é usado geralmente para salvamento.
caminhonete	veículo motorizado, com quatro rodas, movido a combustível, usado na locomoção por via, para transporte de passageiro e de carga.
camioneta	veículo motorizado, movido a combustível, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte de carga e de passageiros.
caminhão	veículo motorizado, com mais de quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte de carga.
canoa	veículo de embarcação de pequeno porte, movido por propulsão humana, usado na locomoção por água, para transporte de passageiro, para pesca ou para atividades desportivas, constitui-se por uma peça alongada.
carro-de-mão	veículo não motorizado, movido por propulsão humana, com uma roda, usado na locomoção por via, para transporte de pequena carga.
carroça	veículo não motorizado, movido por tração animal, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de carga ou de passageiros.
ciclomotor	veículo motorizado, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiro, além do condutor.
charrete	veículo não motorizado, movido por tração animal, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiros.
comboio	1 trem; 2 conjunto de veículos.
helicóptero	veículo motorizado, movido a combustível, usado na locomoção por ar, para locomoção de poucos passageiros.
iate	veículo de embarcação de luxo, movido a combustível, usado na locomoção por água, para transporte de passageiros, proporcionando lazer.
jet ski	veículo de embarcação, movido a combustível, usado na locomoção por água, para transporte de até dois passageiros, usado para atividades desportivas, lazer ou salvamento, espécie de motocicleta, deslocada sobre esquis.

metrô	veículo motorizado, movido à eletricidade, usado na locomoção por trilhos, para transporte coletivo de passageiros, de modo que circula numa rede exclusiva total ou parcialmente subterrânea. (Ho., 2009, adapt.).
micro-ônibus	veículo motorizado, movido por combustível, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte coletivo de uma quantidade menor de passageiros do que o ônibus.
motocicleta	veículo motorizado, movido a combustível, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de uma pessoa além do motociclista ou pode ser usado para entrega de cargas de pequeno porte.
motoneta	veículo motorizado, movido a combustível, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiro, além do motociclista.
mototáxi	veículo motorizado de aluguel, movido a combustível, com duas rodas, usado na locomoção por via, para transporte de um passageiro além do motociclista.
navio	veículo de embarcação motorizado; move-se por vapor, vento, eletricidade ou qualquer outra força motriz pela água; para transportar passageiros ou cargas.
ônibus	veículo motorizado, movido por combustível, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte coletivo de passageiros.
quadriciclo	veículo motorizado, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiro ou de pequena quantidade de carga.
reboque	veículo <i>não motorizado, com duas rodas, usado na locomoção por via, deslocado se puxado por outro, para transportar carga. 2 tração de um veículo exercido por outro. 3 veículo para arrastar outro avariado, acidentado.</i>
submarino	veículo de embarcação, movido a força motriz, capaz de submergir e operar sob a água, usado pela marinha para proteção ou pelos cientistas para pesquisas.
táxi	veículo motorizado de aluguel, movido a combustível, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para transporte de passageiros; tem taxímetro que marca o preço da corrida ou da viagem.
trator	veículo motorizado, movido a combustível, com quatro rodas, usado na locomoção por via, para operar equipamentos agrícolas e de terraplenagem (Ho., 2009, adapt.).
trem	1 veículo motorizado, movido a combustível, com vagões ligados entre si, usado na locomoção por trilhos, para locomoção de cargas ou para transporte coletivo de passageiros. 2 comboio.
trem-bala	veículo motorizado, movido a combustível ou à eletricidade, usado na locomoção por trilhos, para transporte coletivo, com velocidade que excede os 250 km/h.
trenó	veículo não motorizado, movido por tração animal, com esquis, usado na locomoção por neve ou por gelo. (Ho., 2009, adapt.).

triciclo	1 veículo não motorizado, movido por propulsão humana, com três rodas, usado na locomoção por via, para transporte de até três passageiros. 2 veículo motorizado, com três rodas, usado na locomoção por via, para transporte de até dois passageiros. 3 brinquedo que serve para transporte de criança.
Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)	veículo de transporte coletivo, que é mais leve do que outros transportes ferroviários; movido à eletricidade ou a combustível.
Veículo Leve sobre Pneu (VLP)	veículo de transporte coletivo que visa combinar faixas de circulação exclusivas, estações e ônibus de alta qualidade, para atingir o desempenho e qualidade de um sistema de metrô, com a simplicidade, flexibilidade e custo de um sistema de ônibus (Wik., 2013).

3. Considerações Finais

O dicionário apresenta a significação do mundo à sociedade. Logo, as definições devem ser redigidas de modo que contemplem as características gerais e específicas dos objetos, a fim de que o consultante possa entender semelhanças e diferenças entre elementos da mesma categorização, sem se deparar com definições circulares, demasiadamente restritas ou amplas. Nesta pesquisa, registramos aplicação de metodologia que gera definições completas. Assim sendo, a estruturação do modelo de definição para os lexemas da categoria ‘transporte’, subcategoria ‘tipos de transportes’ foi fundamental, visto que o resultado foi a revelação da significação de modo ordenado, em respeito aos princípios da Lexicografia.

Referências

- AZEVEDO, F. F. dos S. *Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins/thesaurus*. Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Instituto Código de Trânsito Brasileiro.
- FAULSTICH, E Avaliação de dicionários: uma proposta metodológica. *Organon*: revista da Faculdade da Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 25, n. 50, 2011.
- _____. Características conceituais que distinguem o que é de para que serve nas definições de terminologias científica e técnica. In: ENCONTRO INTERMEDIÁRIO DO GRUPO DE TRABALHO DE LEXICOLOGIA, LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL

- DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM LETRAS E LINGÜÍSTICA (ANPOLL), 9., 2013a. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/gtlex-Novo/>>. Acesso em: 2 set. 2013a.
- _____. *Proposta metodológica para elaboração de léxicos, dicionários e glossários*. Brasília: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://canaluniversitario.desenvolvimento.gov.br/monografias/doc/met_can_uni.zip> Acesso em: 1 jun. 2012.
- MAIA-PIRES, Flávia de X. BRASÍLIA EM TERMOS - um estudo lexical do Plano Piloto. 2009. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade de Brasília.
- HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.
- ILARI, R. *Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras*. São Paulo: Contexto, 2002.
- POTTIER, B. A definição Semântica no dicionário. In: LOBATO, L. *A Semântica na Lingüística Moderna: o léxico*. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *Lingüística geral: teoria e descrição*. Tradução de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença, Universidade Santa Úrsula, 1978.
- X. *Proposta de dicionário informatizado analógico de língua portuguesa*. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Lingüística, 2013.

Recebido em 30 de março de 2016.

CONTRIBUIÇÕES DE SAUSSURE: PRECURSORES, PARALELOS, SUCESSORES E DESDOBRAMENTOS

SAUSSURE'S CONTRIBUTIONS: PRECURSORS, PARALLELS, SUCCESSORS AND DEVELOPMENTS

Marcelo Moraes Caetano

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

marcelomcaetano@gmail.com

RESUMO:

Em relação às ideias e aos métodos de Saussure, apresentam-se, há muito, concordâncias e discordâncias. No entanto, em ambos os casos, houve desdobramentos de seus postulados. Ao propugnar pela ênfase sobre a unidade da língua, e não sobre sua heterogeneidade, Saussure sublinhou o método estruturalista, até hoje necessário para a elaboração e compreensão de uma gramática normativa. Os teóricos que o sucederam, com suas discussões prolíficas, também levaram adiante questões como o funcionalismo e o formalismo, e empreenderam não somente sólidas contribuições sobre o que caracteriza, efetivamente, a descrição linguística de um idioma (formalismo), mas, também, traçaram parâmetros sobre como essa descrição se relaciona com os seus usuários (funcionalismo).

PALAVRAS-CHAVE: Estruturalismo; *Langue*; Formalismo; Funcionalismo; Descrição

ABSTRACT:

Saussure's ideas and methods have agreements and disagreements, but, in both cases, there were developments of his postulates. When he advocates the emphasis on the language on its homogeneity, Saussure underlined the structuralist method, still necessary for the development and understanding of a normative grammar. Theorists who followed him, with their prolific discussions, also took on issues such as functionalism and formalism, and undertook solid discussions about what characterizes effectively linguistic description of a language, and, in a practical way, how this description acts the user of that language.

KEYWORDS: Structuralism; *Langue*; Formalism; Functionalism; Description

Introdução

O ano 2016 marca o centenário da publicação do *Curso de Linguística Geral*, obra que, com as concordâncias e discordâncias que lhe foram endereçadas, contribuiu grandemente para o avanço dos estudos em filologia, linguística, semiótica e outras disciplinas afins, como procuraremos evidenciar.

Para começar, partamos do famoso binômio que Saussure travou entre *langue* e *parole* (respectivamente *língua* e *discurso*), que criou ou expandiu uma série de estudos concernentes à linguagem humana. Para desdobrar o que há pouco apontamos, foram inequivocamente influenciadas pela visão saussuriana as linguísticas (macro e micro), a linguística histórica, a disciplina gramatical, as estilísticas (da *langue* e da *parole*), as sociolinguísticas em suas mais variadas vertentes¹, a pragmática (ou filosofia analítica da linguagem²), as análises do discurso, a linguística cognitiva. Devemos, ao seu lado, entretanto, sempre ressaltar a importância do método estruturalista estadunidense, que correu em parilha com as ideias postuladas na Europa, sem conhecê-las, ao que tudo indica. Esse fato vem aqui apontado por Coseriu:

Na linguística norte-americana, a orientação estruturalista procede de E. Sapir e, principalmente, de L. Bloomfield, e, embora fundamentada em premissas totalmente distintas e declaradamente independentes do saussurianismo, emprega frequentemente métodos análogos e chega a resultados praticamente idênticos aos do estruturalismo e funcionalismo europeus. (COSERIU, 1979, p. 88)

Também não se pode esquecer, evidentemente, que, antes de Saussure e, em muitos casos, como fontes de inspiração ao mestre de Genebra, houve autores que já discutiam aspectos atinentes à unidade e à variedade, mudança e variação, língua e discurso, espaço, tempo, variantes, variáveis. Entre eles, vale sempre ressaltar a importância de Humboldt (de que Coseriu nunca deixou de falar, em seus estudos de linguística histórica), de Husserl, de Frege (este, contemporâneo de Saussure) e, recuando um pouco mais na linha cronológica, de Santo Agostinho e de Aristóteles. Voltaremos a alguns deles em breve.

É claro que havia outros pensadores questionando aspectos da linguagem humana e seus decursos sobre a *comunicação* (com os estudos de retórica³

¹ Como a variacionista, a interacional (da Escola de Palo Alto), a quantitativa ou caótica, a pancrônica (que se tangencia com a linguística histórica em questões de variação e mudança).

² Destacando-se as Escolas de Cambridge e Oxford.

³ Não é fortuito o fato de que, por exemplo, Charaudeau e Maingueneau citem os estudos de Aristóteles de seu livro *Arte Retórica*, e apropriem-se de termos originários do estagirita para muitas de suas conclusões na moderna análise do discurso, como logos, ethos e pathos, entre outros.

aqui incluídos) e a *cognição*⁴, binômio que, *grosso modo*, seria o norteador respectivamente das linhas que procurariam verter suas atenções sobre os aspectos *funcionalistas* e *formalistas* da língua. Entre esses autores, podemos citar o próprio Freud, além de Wundt, Baudouin de Courtenay⁵, Trubetzkoy. No entanto, optamos por deixá-los ausentes, neste artigo, pois acreditamos que uma das contribuições legadas por Saussure foi exatamente afastar dos estudos de línguas, propositadamente, os traços que a subjugassem, por assim dizer, a critérios excessivamente “psicologizantes”.

Essa sua conduta – isolar cientificamente a linguística da sociologia e, sobretudo, da psicologia –, como celebrenemente lembrou Meillet no Congresso Internacional de Haia (1930), conferiu o “certificado de alforria” da linguística diante de outras ciências próximas⁶. Mencionamos tais autores, entretanto, por sabermos que, mesmo em pensadores coetâneos dos estudos da linguagem, suas influências são notáveis: é o caso de Benveniste e Pêcheux, para só citarmos dois de inegável envergadura.

Voltemos a Saussure. Este nunca negou a heterogeneidade do discurso. No entanto, não quis, no *Curso de Linguística Geral*, ocupar-se prioritariamente dessa heterogeneidade.

A formação de uma metodologia muito rigorosa (predeterminar quais *não* eram seus objetos de estudo), com efeito, foi justamente um dos fatores que deram ao *Cours* seu caráter científico inegável, não apenas como piloto da nova linguística que surgia, como, também, como ciência-piloto, epistemologia (o estruturalismo⁷), das demais ciências, sobretudo humanas, a partir de então; ciências que, em geral, estavam também sobremaneira atreladas ao psicologismo e, naquela época (fins do século XIX e inícios do XX), ao “Irracionalismo”

⁴ No sentido de “conhecimento intrínseco” do sistema ou estrutura de uma língua ou conjunto de línguas, e não necessariamente de disciplinas como o cognitivismo, a linguística cognitiva, a psicolinguística, que, embora partam igualmente de um conceito de cognição, não raro transitam entre o formalismo e o funcionalismo.

⁵ A definição de “fonema” como “correlato psicológico do som da fala” timbra o viés demasiado atrelado à psicologia, sob forte impacto das investigações freudianas.

⁶ Se no Círculo Linguístico de Praga, e seu congresso um ano antes, nomes notáveis como Jakobson e Bühler já eram cognominados de “estruturalistas diacrônicos”, há certo consenso de que apenas com o congresso de Haia, aludido, o termo “estruturalismo”, baseado sobretudo nos postulados de Saussure, consagrou-se. Queira ver notas de rodapé 7, 8 e 14.

⁷ O estruturalismo, para se fazer um breve histórico, iniciou-se, no ocidente, com Aristóteles (em suas categorias da *Ética*), desdobrou-se na Escolástica de Santo Agostinho e de São Tomás de Aquino, e foi posteriormente aprofundado por Husserl, Hegel, Humboldt, Saussure (o responsável pela sistematização mais rigorosa do estruturalismo) e por todos os pós-estruturalistas ou desconstrucionistas, como Lacan, Derrida, Foucault, Lévi-Strauss, Barthes, Russell, Wittgenstein. Queira ver notas de rodapé 6, 8 e 14.

de filósofos como Wundt, Nietzsche, Schopenhauer, Freud, Trubetzkoy, Sapir (estes dois últimos, em seguida, aderiram ao estruturalismo, fugindo do psicologismo), como ficou esboçado há pouco.

Há esta diferença na vida de relação, que a língua é um mecanismo inconsciente, enquanto que um comportamento é consciente: crê-se que se comporta de tal ou tal maneira por razões que se escolhe, ou em todo caso que se tem uma escolha. Na verdade, não é isto que é importante, é o *mecanismo da significação*. É neste nível que o estudo da língua pode tornar-se uma ciência-piloto esclarecendo-nos sobre a organização mental que resulta da experiência do mundo ou à qual a experiência do mundo se adapta, não sei muito bem qual dos dois. Há, em particular, uma maneira de organizar relações lógicas que aparecem muito cedo na criança. Piaget insistiu muito sobre esta capacidade de formar esquemas operatórios, e isto vai de par com a aquisição da língua. Esta rede complexa se reencontraria em um nível profundo em grandes procedimentos intelectuais, na estrutura das matemáticas, nas relações que são o fundamento da sociedade. (BENVENISTE, 2006, pp. 24-25, grifamos)

Esse foco sobre o “mecanismo de significação”, de que fala Benveniste, e todas as implicações que daí advêm, é, como se viu, o ponto preeminente em que a linguística se torna, mais do que uma disciplina ou ciência, uma ciência-piloto, isto é, portadora de metodologias e filosofias da ciência (epistemologias) capazes de gerir outras ciências.

1. Gramática normativa: compêndio e repositório da *langue*

A elaboração de uma gramática normativa, por exemplo, precisa coerir conscientemente com o seu *objeto de estudo* e a sua *metodologia*, traçados previamente, para não se tornar um gênero científico híbrido e confuso. E esse objeto é, antes do mais, a língua em sua feição homogênea, isto é, a *langue*, sua estrutura e forma. Se o gramático vai, em alguns momentos, a outras ciências, inclusive a própria psicologia e a antropologia, que digam respeito, de alguma forma, à análise do signo linguístico verbal e até não verbal, deve tratar dessas ciências até o limite em que a própria gramática, ancorada nas formas mínimas (morfemas), na frase (sintaxe) e no texto (estilística e linguística textual, subsidiárias da gramática), como veremos, não seja colocada como coadjuvante, mas, sim, como protagonista da descrição pretendida.

Assim, além do método estruturalista⁸, que Saussure explorou com profundidade, ainda que desdobrado posteriormente nos pós-estruturalismos, a sua própria conduta ao explicitar o que *não* interessava a seus estudos (embora não lhe tenha negado importância para estudos em outras searas) é exemplar na fatura de compêndios gramaticais normativos até os dias de hoje, e não perdeu seu frescor diante das inúmeras correntes e linhas de pensamento que perpassam os estudos da linguagem atualmente.

Sabemos que o desafio de se proceder à fatura de uma *gramática normativa*, ainda que *reflexiva* ou *compreensiva* (como diria Mattoso Câmara Jr.)⁹, por exemplo, reside, entre outros fatores, precisamente no fato de a “reflexão” ou “compreensão”, a que alude o adjunto do sintagma, dizer respeito à circunstância de que se deva levar o usuário da gramática *lato sensu* (como uma língua funciona em sua forma ou estrutura¹⁰) a compreender a sua gramática *stricto sensu* (como a média de uma variante de prestígio dessa língua, usada para fins de chancelaria, políticas linguísticas, escolarização e letramento etc., se desenvolve). Essa compreensão levará progressivamente o estudante e o estudioso ao domínio de um conjunto de gêneros textuais específicos, que são justamente aqueles que requeiram a eficiência no desempenho do conteúdo da modalidade escrita em registro tenso, em expressões escrita ou, menos frequentemente, oral: falo dos gêneros dissertativos em sua maioria, dos gêneros científico e de divulgação científica, de muitos gêneros literários (orais ou escritos), inclusive os registrados ao longo da história e da deriva de uma língua específica (apontados na linguística histórica e na história da língua); e assim por diante.

Assim sendo, dizemos, de antemão, que o discurso, ou a *parole* saussuriana, não corresponde ao alvo *central* de uma gramática normativa, mesmo reflexiva. Isso ocorre porque o discurso, muito mais fluido e adaptável a situações e contextos (no sentido de Malinowski e Labov) que se modificam com grande rapidez, partindo inclusive da dêixis (no sentido de Bar-Hillel) ou referencial da debreagem absoluta (eu-aqui-agora), foge, por assim dizer, da

⁸ Com suas noções de valor alicerçadas sobre oposições e contrastes, partindo de princípios homogêneos como referência a parâmetros heterogêneos. Isso será explorado adiante. Querida ver notas de rodapé 6, 7 e 14.

⁹ Isto é, que contenha não apenas metalinguagem gramaticográfica, como também epilinguagem gramaticológica e que, até, encontre correlações de estudos da linguagem em geral, como a Linguística e a Pragmática. Algo paralelo ao que Mattoso chamou de “gramática compreensiva”.

¹⁰ Basicamente: fonética, fonologia, morfologia, sintaxe, discursividade e textualidade específicas, sua pragmática própria, ligada a fatores de culturalidade etc.

necessidade da disciplina gramatical, o que não ocorre com os gêneros textuais há pouco citados.

Cabe um exercício dialético, que partirá da seguinte asserção: “A língua não existe senão no falar dos indivíduos, e o falar é sempre falar uma língua” (COSERIU, 1979, p. 33). Isto é, parece-nos haver uma dialética constante entre os falares (ou discursos, instáveis) e a língua (estável ou tentando sê-lo), a que Hugo Schuchardt, valendo-se de metáfora retirada à física, atribuiu respectivamente a primazia das forças centrífuga e centrípeta. Reside na análise constantemente dialética entre essas forças operantes sobre a língua/linguagem a sua análise e descrição completas, e à gramática normativa *stricto sensu*, ou escolar, cabe a primazia da descrição das forças centrípetas, unificadoras, sem as quais o letramento, em seu sentido completo, amparado pelas políticas linguísticas, terá falhado.

Questões atinentes à pragmática, à estilística, à semântica, às análises do discurso, às sociolinguísticas, à linguística textual, à psicolinguística somente serão evocadas quando pertinentes à reflexão *gramaticológica* a que queremos conduzir nosso usuário, tornando-o o mais possível competente (cf. Chomsky), no nosso caso dentro da Língua Portuguesa, nos domínios e gêneros textuais aludidos, de maior rigor calcado no prescritivismo, cujo fim ulterior é a promoção de políticas de possibilidade de união comunicativa em meio à natural dispersão que essa mesma comunicação naturalmente ocasiona.

1.1. O que é “descrição” de uma língua? Alguns princípios

A *descrição* completa de uma língua, com efeito — e na verdade —, parece nunca opor-se verdadeiramente à *prescrição*, uma vez que, como veremos, a língua, “sistema de sistemas” (cf. Saussure), virtualidade, “gramática universal” ou *input* inicial (cf. Chomsky), até chegar ao seu *estágio estável* (idem), só se realiza após *prescrições* de *normas* que digam respeito aos inumeráveis domínios discursivos de um povo que se utiliza de uma língua em qualquer um de seus modos de aquisição¹¹: a transmissão (vernácula ou espontânea) ou o ensino (artificial). Todas as variantes de ambas as modalidades — escrita e falada — se consagram pelo estabelecimento de *prescrições* ou *normas*, espontâneas ou ensinadas, que permitem o aparecimento das variantes em questão.

A língua, afinal, em qualquer domínio discursivo, é um jogo de linguagem

¹¹ Uso aqui o termo “aquisição” não de forma técnica, mas como substantivo relativo ao verbo “adquirir”, como se apresenta no senso comum.

(cf. Wittgenstein), um conjunto de negociações (cf. Grice, Austin, Levinson, Searle, Goffman), sem os quais não poderia existir. É, como resumiria Saussure, um conjunto de *convenções*, sem as quais se tornaria ininteligível; sem normas seguidas consensualmente, em quaisquer domínios ou variantes, haverá ausência de comunicação e, portanto, não haverá *lingua*, porquanto os *falares* não encontrarão “mecanismos de significação”.

Façamos uma pequena digressão sobre a transmissão (espontânea) de uma língua e o ensino (letramento) desta. “Vernáculo” é o conceito usado na linguística para identificar a língua natural e espontânea dos indivíduos, adquirida na infância durante o processo de aquisição da linguagem.

“O vernáculo é anterior à influência sociocultural padronizante da escola e do letramento, sendo, assim, considerado como a instância mais natural de uma língua” (KENEDY, 2013, p. 92). A distinção aqui entre língua transmitida ou adquirida e língua aprendida aproxima-se das distinções filológicas entre *Erbgang e Lehrgang* (ou fundo hereditário e fundo aprendido), que Carolina Michaëllis de Vasconcelos usou para falar do léxico herdado (seja contínuo, seja inovador) e do léxico incorporado, respectivamente, de que uma língua se vale ao longo de sua deriva. “Essa disposição inata para a criação infinita de enunciados foi chamada, na teoria de Chomsky, de Faculdade da linguagem, que ia de encontro às técnicas racionalistas e empiricistas, por exemplo de Bloomfield e Skinner” (KENEDY, 2008, p. 81).

Coseriu, sempre consciente da necessidade da descrição de uma língua com base na dialética entre os conceitos de *langue e parole* de Saussure, criou o trinômio *sistema, norma e fala*. Nesse trinômio, não há correspondência imediata ao binômio saussuriano, mas, em vez disso, um intrincado jogo de analogias que cria conjuntos e subconjuntos com os conceitos do mestre genebrino, e não apenas seus conceitos de *langue e parole*, mas também outros, como sintagma e paradigma, como veremos a seguir.

Não é nosso escopo o aprofundamento no trinômio coseriano. No entanto, uma exemplificação empírica, cotejada com as correspondências saussurianas, pode ser útil.

Em alguns registros contemporâneos do português falado e escrito do Brasil, encontra-se o seguinte quadro de flexão verbal (número e pessoa)¹². Primeiramente exporei o que falo e, em seguida, analisarei à luz do sistema, norma e fala de Coseriu e suas inter-relações com os conceitos de Saussure de que vimos falando:

¹² Observe-se que se trata, no caso analisado, da sincronia saussuriana.

EU OCUPO

*TU OCUPA

ELE/VOCÊ/ A GENTE / O SENHOR OCUPA

*NÓS OCUPA

*ELES/VOCÊS OCUPA

SISTEMA coseriano 1 (Paradigma saussuriano): 1ª. Pessoa do Discurso (quem fala); 2ª. Pessoa do Discurso (com quem se fala); 3ª. Pessoa do Discurso (de quem se fala)¹³.

SISTEMA coseriano 2 (*Langue* saussuriana): Eu, tu, ele, você, nós, a gente, o senhor, Vossa Majestade, vós, eles, vocês etc.

NORMA (Sintagma saussuriano) – Distinção estruturalista apenas entre EU (centro) X NÃO EU (periferia)

FALA (*Parole* e sintagma saussurianos): *TU OCUPA, *NÓS OCUPA, *ELES/VOCÊS OCUPA etc.

Mas infringem até mesmo essa norma coseriana (ou sintagma saussuriano):

*EU OCUPA

*NÓS OCUPO

Isso porque não se terá respeitado a distinção estruturalista entre EU (marcado com DNP –O) e NÃO EU (marcado com DNP –A). Assim sendo, há, até nessa variante específica, *prescrição* ou *norma* (inclusive no sentido coseriano). Trata-se de uma versão *normativa*, portanto, e até mesmo *prescritiva*, já que desobedecer-lhe implicará sanção do grupo social e suas “solidariedades” mecânica ou orgânica, termos do sociólogo Émile Durkheim, que Saussure conheceu e em que se baseou para tirar algumas de suas noções sobre *langue*. Trata-se do caráter heterônomo (*langue*) de uma língua, que dialoga, como vimos, com seu caráter autônomo (*parole*).

Como sabemos, a realidade da língua é a mudança, e não a estaticidade. Diz-se com frequência que o discurso de hoje é a língua de amanhã. A passagem do latim vulgar, oral e distenso, para o português e sua norma padrão o comprova. Humboldt já nos provou que a língua é *enérgica* (*Tätigkeit*, ativi-

¹³ Repare-se que esta tripartição em “pessoas do discurso” poderia exemplificar o que Sapir chamou de “categoria” de uma língua: basicamente o que é necessário e possível se falar com determinada língua.

dade, processo) e não *ergon* (*Werk*, produto). Toda mudança é proveniente de variantes, mas nem todas as variantes redundarão em mudança.

Porém, se a língua muda, sua compleição nunca desguarnece o falante, nunca o deixa num vácuo categórico-semântico-discursivo, nunca o desveste de seus “mecanismos de significação” necessários e possíveis (*categorias* linguísticas, cf. Aristóteles e Sapir), mesmo enquanto seus quadros de categorias se reconfiguram ao longo de sua deriva diatópica ou até diacrônica.

Sendo isso verdade, faço uma pausa para reflexão de fenômeno recentíssimo: como, então, fica o caso de grafias como “TodXs” e “tod@s”, presentes amiúde em cartazes nos dias de hoje, usadas para esmaecer um –O que se entende como desinência de gênero masculino, e não como convergência do gênero neutro do latim, que deixou de existir com uma forma particular em português, e acumulou-se com o –O do masculino? Trata-se de uma “variante” que só pode ser escrita, pois não cria condições fonéticas e grafêmicas de fala. É empiricista? Racionalista? Experimentalista? Como os linguistas, quase sempre privilegiando a língua falada e muitas vezes desprezando a língua escrita, inquinando-a de artificial e especiosa, podem criar uma forma que só pode ser escrita, nunca falada, e que não poderia ser mais artificial ou especiosa exatamente por essa razão?

Percebemos que cabe ao linguista e ao filólogo — sérios — promoverem a descrição completa de uma língua, que não exclui a variante da modalidade escrita, exclusão tão inadequadamente afeita a alguns tipos (oitocentistas) de adeptos da linguística. Não exclui, tampouco, a descrição gramaticográfica ou metalinguística, que tem como alguns de seus objetivos a política linguística, o letramento, a possibilidade de expansão de uma língua em territórios onde ela não tenha sido transmitida de modo vernáculo ou espontâneo. A passagem da epilinguagem (saber) para a metalinguagem (saber que se sabe), em suma, caracteriza o imperativo categórico (cf. Kant) das línguas de ciência, como a língua portuguesa, que não pode se confinar a territórios vernáculos.

Consideremos, pois, a escrita. Como nasce a partir daí uma tradição de saber linguístico? Entre os babilônios, os egípcios, os gregos e os chineses parece ter se realizado um processo análogo. A escrita produz textos, em especial textos literários. Mesmo que seja evidente que *toda escrita supõe normas, notadamente estilísticas*, ela não parece produzir espontaneamente uma reflexão sobre a natureza da linguagem, até mesmo um saber codificado dos processos de linguagem a partir de suas técnicas próprias (AUROUX, s/d, grifamos).

Não foi à toa que a gramatização dos vernáculos tenha efervescido na Renascença e tenha tido seu ponto de inflexão, até hoje definitivo, com as necessidades provenientes das expansões ultramarinas e a troca comunicativa que esses entrepostos requereram. Provam-no a fatura de gramáticas e dicionários como os de Nebrija (1492, 1495), gramáticas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), a gramática da “língua mais usada na costa do Brasil”, de José de Anchieta (1595), os dicionários de Rafael Bluteau (1728) e Antônio de Moraes Silva (1789).

Assim, o objeto central da gramática normativa ou escolar, como salientam todos os grandes gramaticógrafos, é a parte homogênea, escolar, letrada, padrão, normativa, nuclear, centrípeta, unificadora da língua, oral ou escrita: algo próximo ao que Saussure chamaria *langue*. Esse objeto central, reitere-se, é de fundamental importância para que o ambiente escolar propicie meios com que o estudante possa codificar e decodificar textos de maior complexidade formal, seja pela natureza de seu conteúdo (o científico, por exemplo), seja pela necessidade de sua expressão que pode ser igualmente complexa (a literária, por exemplo).

1.2. Aprofundando os objetos da(s) gramática(s)

O conceito de *gramática* encerra multiplicidade de sentidos que, muitas vezes, causa celeumas desnecessárias entre linguistas e filólogos.

Excelente estudioso do assunto, Ricardo Cavaliere propõe que se utilize mesmo o conceito “metatermo” para que, com fidedignidade, se alcance a extensão presente no conceito:

O conceito de gramática, hoje, traz ainda a polissemia que o termo já sugeria no final do século XIX. Com efeito, vários significados de *gramática* já existentes nos oitocentos perpassaram o tempo, vindo a eles somar-se ao menos mais uma definição, surgida no século XX com a modelo teórico da *Gramática Gerativa*, certamente a mais utilizada hoje na literatura linguística (CAVALIERE, 2015, p. 95).

Consideramos a observação de importância capital, uma vez que pode dirimir dúvidas e até apontar outras supostas que, na verdade, não são sequer consistentes ou verossímeis.

Dando um passo além, embasada a nossa conclusão por um traço de homogeneidade que se sobreponha, culturalmente, aos traços de relativismo dessas

mesmas culturas¹⁴ (de que o idioma, insistimos, é ponto central), afirmamos que essa parte homogênea, no que se refere ao estudo gramaticológico, tem como objeto de alcance *estrito* (aqui encarado numa postura investigativa momentânea) *a frase* (precedida, naturalmente, das formas mínimas, ou morfemas e até fonemas); e, como objeto *lato*, *o texto*. Não é seu objeto de investigação o discurso (heterogêneo, “relativístico”) que lhe é (à gramática), como também ficou registrado, entretanto, importante elemento de permanente diálogo.

Sobre a questão de ser a frase o centro primordial ou primeiro ou estrito da gramática, como há pouco dissemos, valem as palavras de Azeredo:

Como conceito técnico da moderna ciência da linguagem, **gramática** refere-se ao sistema de regras que permite aos falantes de uma língua construir e compreender suas *frases*. Ninguém aprende a falar uma língua sem adquirir sua gramática. [...] Uma língua só é forma de comunicação porque seus falantes conhecem e empregam – mesmo sem estar conscientes disso – as mesmas regras para construir *frases* e atribuir-lhes significado. Este sistema de regras é a gramática (AZEREDO, 2010, p. 33, grifamos, o negrito é original).

Surge a gramática, antes do mais, pois, na qualidade de compêndio de funcionamento paradigmático > sintagmático e morfológico > sintático (configurando-se como um compêndio sistêmico-funcional) do idioma, compreendendo “idioma” como o patrimônio imaterial de maior envergadura de uma cultura, em seu caráter de relativa (porém fluida e modificável, de acordo com espaço e tempo) uniformidade comunicativa. Entender-se-á gramática, em sentido amplo, pois, como o conjunto de regras do sistema idiomático, seus mecanismos de funcionamentos interno, interativo, psíquico e social (vemos aqui a tricotomia imprescindível de Bühler: a representação, o apelo e a manifestação psíquica), que ocorrem em consonância com as funções ideacional, textual e interpessoal, entre outras (cf. Halliday).

Uma gramática estrutura e sistematiza regras, práticas, normas, procedimentos, articulações, que permitem que um conjunto de sons (fones e fonemas),

¹⁴ Repare-se mais uma vez como o método estruturalista, de que Saussure se valeu, expandindo-o à epistemologia de ciência-piloto, não desapareceu nem perdeu eficácia, como equivocadamente querem alguns teóricos, motivados por interesses sobre outras áreas da língua. A gramaticografia, e outros campos dos estudos da linguagem e dos estudos humanos, precisam partir de um ponto de vista nuclear, central, a partir do qual se traçam comparações e se criam análises. O método estruturalista não está supostamente ultrapassado, em que pese às enormes contribuições que outras metodologias, até mesmo provenientes dele (como os pós-estruturalismos) vieram a trazer. Q.v. notas de rodapé 6, 7 e 8.

formativos (morfes e morfemas) e palavras se organizem, numa dada língua, de modo tal que constituam entidades comunicáveis desenroladas linearmente em relações sintagmáticas de subordinação (sintagma *stricto sensu*), coordenação (sequência) ou aposição. Aqui, poder-se-ia dizer que se estabeleceu uma conceituação de gramática em seu sentido amplo ou lato: o de descrição das *regras* internas que permitem a um grupo social comunicar-se verbalmente por meio de um idioma específico.

No sentido estrito, o de gramática *escolar ou normativa*, as regras a que se alude (o sistema) são retiradas, por diversas fontes, do que se convencionou estabelecer como língua *padrão*, que por inúmeras razões se consagra como a de maior prestígio ou encaixamento/adoção para fins de representação universal, ainda que idealizada, de uma língua. Esse modo de fazer gramática remonta a muito antes da gramatização renascentista de que falamos, porque já em gramáticas como de Dionísio da Trácia, Panini ou Varrão se delineava a preocupação com formas adequadas e inadequadas de se expressar em determinados meios (por exemplo, os sagrados, de que as gramáticas sânscritas dão exemplo ao mostrarem como se enuncia o idioma para que os ritos religiosos não sejam profanados). Por essa razão, a gramática normativa ou padrão fornece igualmente meios eficazes de codificação e decodificação de gêneros textuais adstritos à mesma língua padrão; sem essa gramática, tais tipos de texto teriam sua leitura, inteligência, interpretação e produção prejudicadas ou impedidas.

Houve muitas outras “tradições” gramaticais ao longo dos séculos, algo afirmado por Ricardo Cavaliere frequentemente, em muitas de suas obras. A gramática filosófica, por exemplo, tem como espécie de caudatária a recente gramática gerativa. Tratamos brevemente de algumas delas na subseção 2.2 (*Tradição gramatical ou tradições gramaticais*) deste artigo.

A *gramática padrão* deve ser encarada como a média dos saberes linguísticos dos domínios discursivos, tendo como centro estruturalista o domínio de prestígio, objetivando uma língua “ideal”; deve ser vista como uma técnica — ou mesmo tecnologia — artificial de comunicação que transcende as diversidades e se coloca propositamente, e de modo ideal (cf. Platão), repita-se, sobre elas, para que a comunicação de uma língua se resguarde das forças de dissensão que incidem inevitavelmente sobre seu sistema de sistemas.

A gramática padrão, como filosofia que também o é, não deixa de ser, portanto, reconhecidamente artificial, e fica claro que seu surgimento se deu, como falamos ao apresentarmos o caso mais recente dessa tradição específica, na gramatização da Renascença, com um objetivo de padronizar a comunicação que passou a expandir-se nos meios urbanos, citadinos, e não rurais. A gramá-

tica padrão ocorre por necessidade do surgimento de sociedades cujo centro (no sentido estruturalista) é a civilização comercial, industrial, urbana e, mais recentemente, cibernética. “Não é nos grandes bosques nem nos atalhos que a filosofia se elabora, mas nas cidades e nas ruas, inclusive no que há de mais *artificial* nelas” (DELEUZE, 2002, traduzimos; o grifo é original).

1.3 Morfologia, sintaxe e morfossintaxe: estrutura profunda de uma língua?

Ponderemos agora sobre os dois núcleos principais em torno dos quais, quer-nos parecer, uma língua (*langue*) se desenvolve: a morfologia e a sintaxe. Faremos isso após algumas considerações preliminares que sustentarão a afirmação.

Devemos lembrar, à guisa de esclarecimento recorrente, que, nem sempre, quando apontamos a necessidade da norma padrão (ou gramática padrão), estamos sendo “preconceituosos”, falácia que seduz a alguns incautos. A norma padrão é, apenas e tão somente, como ficou dito, uma *técnica* ou *tecnologia* de comunicação, e nem sempre, como todos sabem, é sequer a mais eficaz ou adequada, pois há momentos em que ela não precisa nem deve ser acionada. No entanto, se um idioma não dispuser de uma língua oficial padrão, com que promova a intercomunicação até mesmo num nível de chancelaria ou nível internacional, este idioma não poderá ser considerado uma língua de ciência, e em breve se dissipará, dispersado pelas forças centrífugas que atuam sobre ele.

Na verdade, essa língua não poderia nem mesmo ser ensinada a estrangeiros, porque, afinal, qual língua ensinaríamos a quem não a herdou de berço? Importante investida, neste pormenor, levaria o leitor a pesquisar o exame internacional de proficiência em língua portuguesa na variante brasileira, denominado CELPE-BRAS. A UFRGS dispõe, *online*, de acervo significativo desse exame, com as provas e respostas, e a análise desse material faz-nos perceber que a língua considerada como de nível proficiente (em competência e desempenho) é a língua padrão ou normativa ou escolar.

Como foi mostrado, observamos que toda língua é fruto de um conjunto de convenções, “jogos”, “negociações”, “contratos”. Ela precisa sê-lo a fim de que a sua comunidade a compreenda. Por isso a convenção é sua condição de existência, em quaisquer dos registros em que ela for posta em prática, desde o mais informal e coloquial até o mais formal e “culto”. Aqui retine, mais uma vez, o corolário de Saussure, nunca desgastado, nem sequer vergastado pela ocorrência de teorias novas

Assim é com todos os seus subsistemas, como a fono-ortografia, a sintaxe, a morfologia. A técnica da norma padrão, portanto, é, também, uma convenção e apenas age em benefício da comunicação unitária, tecnicamente convencionalizada, que atua por sobre as inumeráveis diferenças linguísticas. Quem despreza o padrão idiomático está, com culpa ou com dolo, propugnando pelo desmantelamento da própria língua, que pouco a pouco deixará de ser reconhecível por toda a sua comunidade falante e escrevente, perdendo-se em regionalismos que passarão a ser línguas autônomas, as quais futuramente também se dissiparão de modo ininterrupto.

Sim, sabemos que a realidade das línguas é a mudança, e ninguém poderia ser contrário a esse fenômeno. Com efeito, já falamos sobre isso. Não obstante, como se disse, cabe à língua padrão, tecnicamente criada ou apurada de compêndios médios de falares de prestígio, convencional, baseada inclusive na forma *escrita* (e não apenas oral) de comunicação de um idioma, estabelecer os pilares da unidade da língua, para que ela mantenha seu estatuto cultural (que por exemplo une o Brasil de norte a sul e de leste a oeste) e internacional (que por exemplo une o Brasil a Portugal, Angola, Moçambique). As línguas contam, desse modo, com *políticas* linguísticas de unificação, cujo objetivo derradeiro é a manutenção da possibilidade de que elas sirvam à imensa comunidade global que as usa como meio de comunicação unitário, acima das diferenças de todo tipo.

O mandarim, por exemplo, não é a língua materna de todo aquele imenso contingente de chineses que a fala. Trata-se de mais de um bilhão de pessoas. Ou seja, nem todos os chineses aprendem o mandarim por transmissão, mas, sim, por ensino. No entanto, isso não impede que, por uma política linguística, essa língua tenha passado a ser o idioma oficial da China, e seja estabelecida, como toda língua de ciência, sobre bases de norma padrão. Se um de nós for aprender o mandarim, o que nos será ensinado? Exatamente o mandarim padrão, e não alguma das suas formas regionais. Por essa razão é que o mandarim, apesar de não ser sequer a língua materna de grande parte dos chineses, é falado e escrito por quase todos eles, o que foi fundamental para impulsionar a China internacionalmente.

Os estudos africanistas são unânimes ao afirmarem que a libertação de África do neocolonialismo português (década de 70 do século XX) teve como principal fator a língua portuguesa, que Portugal, por meio da escola, impingiu às suas então colônias. Antes, falando idiomas diversos, os africanos não podiam entender-se e afinar seus discursos contra a opressão. Com a língua portuguesa como língua franca entre eles, entretanto, a almejada afinação discursiva foi

possível, e, podendo enfim comunicar-se, os africanos puderam livrar-se do subjugo português. Não foi por outra razão que, mesmo após a expulsão do colonizador europeu, todos os países de África antes colonizados decidiram por manter a língua portuguesa como oficial, uma vez que perceberam a vantagem de se ter uma língua unitária (uma *langue*) em meio a línguas multifacetadas e incomunicáveis umas com as outras (*paroles*).

Em resumo, há a necessidade de que se institua politicamente um idioma oficial, convencional, baseado na norma padrão, que é unitária e tecnicamente eficaz para promover a intercomunicação da cultura a que ela serve. Caso isso não seja feito, o idioma naturalmente se dilapidará.

Há — acredite-se — quem evoque o caso do Império Romano, que, com a cisão de seu idioma, o latim clássico, originou, entre outras, por meio do latim vulgar, a língua portuguesa. Perguntamos: permitir que isso aconteça, nos dias de hoje, com a língua portuguesa ou outra grande língua de ciência, é realmente necessário, racional, útil, benéfico? Acaso a História não é, em muitos casos, exatamente uma forma de aprendermos com o passado para não repetirmos fatos hoje desnecessários? O que o Brasil e a comunidade lusófona do mundo de hoje (não estamos mais no tempo do Império Romano) efetivamente ganhariam com a dispersão de seu idioma *tecnicamente* (nunca é demais a ressalva) unificador?

Manter uma língua padrão não significa de modo algum que se queira supostamente sufocar línguas regionais ou mesmo registros informais distensos. Acreditar que há oposição entre ambos é desconhecer qualquer princípio científico da filologia e da linguística.

A *morfologia* é a parte que mais de perto aponta a estrutura de uma língua. A propósito, se percebemos atrás que a língua é em grande parte *convenção* (convenção que preside não apenas à língua padrão, como a todos os seus demais registros), a morfologia é uma das partes em que com mais nitidez se percebe a *motivação* dos falantes, conscientes e ativos na criação e decodificação de significados. Os usuários que dominam os meios vernaculares serão capazes de criar e decodificar significados infinitos de um número finito de constituintes menores e recicláveis: os morfemas.

Por isso, quando mudanças nos morfemas começam a ser muito numerosas, passamos a observar que *outra* língua está nascendo. O domínio da morfologia, assim, é fundamental para demonstrar que o usuário conhece a estrutura profunda de seu idioma e, dessa maneira, sabe pensá-lo crítica e reflexivamente.

É por essa razão, por exemplo, que grande parte do próprio aumento do léxico de uma língua se dá por neologismos (que constituem uma das formas hereditárias de aquisição), e que estes neologismos recorrem frequentemente

a morfemas como prefixos e sufixos, e mais raramente a novos radicais ou elementos categóricos e/ou flexionais. Um falante proficiente da língua portuguesa saberá reconhecer o significado de uma palavra mesmo que esta nunca tenha sido usada antes (neologismo), exatamente porque deverá ser capaz de reconhecer os componentes da palavra em questão, decompondo-os para decifrá-la.

Sobre o aspecto morfológico-sintagmático, vemos que a língua portuguesa é preponderantemente uma língua analítica, e não sintética. (O latim era preponderantemente sintético, ou aglutinante, devido às suas declinações.) Isso significa que as relações semânticas entre os termos da língua portuguesa (sintagmas) se processam mediante mecanismos *da sintaxe*, como o frequente uso das preposições (sintaxe de regência) para estabelecerem relações de sentido.

Assim, por exemplo, em português temos:

“Casa de Pedro” — estrutura analítica.

Já em inglês teríamos:

“Pedro’s house” — estrutura sintética¹⁵.

Apesar disso, é exatamente na parte da morfologia que estuda a estrutura e a formação das palavras que podemos identificar aspectos da língua portuguesa que apontam para seu caráter também *sintético*, isto é, que substitui mecanismos sintáticos por mecanismos exclusivamente morfológicos a fim de estabelecer as aludidas relações (“mecanismos”, lembrando mais uma vez a feliz expressão de Benveniste) de significação.

Desse modo, podemos dizer:

“Livro pequeno” — estrutura analítica.

Mas também:

“Livrinho” — estrutura sintética.

No primeiro caso, temos um sintagma para estabelecer o sentido; trata-se de um mecanismo analítico, preposicionado. No segundo caso, dispomos de uma derivação sufixal que aponta para a mesma realidade semântica, sendo, entretanto, um mecanismo morfológico *stricto sensu*, ou sintético.

Da mesma forma poderíamos dizer:

“Romance *de Machado de Assis*” — estrutura analítica.

“Romance *machadiano*” — estrutura sintética.

O outro núcleo fundamental de que falamos é a sintaxe. Podemos definir sintaxe como a parte dos estudos da linguagem que se preocupa grosso modo

¹⁵ Em português, possuímos resquício desse genitivo em –S que ocorre, por exemplo, em inglês e alemão. É o caso de “Fernandes”, “Rodrigues”, “Álvares” que vêm do latim “Fernandici” etc. “Filho de Fernando”, “de Rodrigo”, “de Álvaro”.

com três frentes: 1) a ordem (sequência ou linearidade) em que os termos são colocados na frase (prioritariamente demonstrada pela sintaxe de colocação); 2) a relação que esses termos guardam uns com os outros (prioritariamente demonstrada pela sintaxe de regência); 3) a aderência promovida entre os termos, que muitas vezes gerencia a ordem e a relação há pouco citadas, e, por outro lado, muitas vezes é gerenciada por elas (prioritariamente demonstrada pela sintaxe de concordância).

Porém, a sintaxe, enquanto ordem, relação e aderência, está presente também no íntimo da morfologia. A menor unidade da sintaxe, no que se refere à ordem, é o sintagma. Podemos falar em sintagmas lexicais, como itens do léxico (correspondentes ao lexema, portanto; porém, diversamente do conceito de lexema, observados sob um ponto de vista sintático).

É desse modo que podemos dizer que a vogal temática em português vem após o radical. Trata-se de uma sintaxe, pois estamos falando de uma ordem de elementos intralexicais. A própria constatação da localização distribucional de prefixos e sufixos (antes e depois do radical, respectivamente), não deixa de ser constatação de cunho sintático, mais especificamente no que tange à primeira definição de sintaxe, que é esta de ordem que temos observado até aqui.

Os verbos são estruturas morfológicas que apresentam um intrincado código sintático de elementos (com ordem, relação e aderência) que os formam, que podemos, num plano máximo, assim representar:

PREFIXO + RADICAL + SUFIXO + VT+ DMT + DNP

Exemplo: RE + JUVEN + ESC + E + RE + MOS

Como se observa, trata-se de uma verdadeira “frase” lexical, cuja construção dependeu da obediência dos segmentos morfológicos mínimos a uma ordem que, sem nenhum obstáculo, pode ser classificada como sintática. Essa “frase lexical” pode trocar alguns de seus elementos mínimos (morfemas), mantendo sua base (semantema), assim como um verbo transitivo pode mudar seus objetos diretos (semanticamente), o que tornará diferentes os sentidos obtidos, mas com algo em comum, efetivado pela presença do mesmo verbo transitivo direto:

João bebeu água.

João bebeu suco.

João bebeu cerveja.

No que se refere à sintaxe dos verbos, teríamos, em cotejo com o que foi mostrado há pouco:

RE + JUVEN + ESC + I + A + S

RE + JUVEN + ESC + E + RIA + M

RE + JUVEN + ESC + E + Ø + M

RE + JUVEN + ESC + E + RÁ + Ø

Somem-se a isso considerações outras:

Os valores expressivos e a dupla função da linguagem. – A linguagem, como já se viu, tem uma função lógica ou cognitiva, ela serve para a comunicação de conceitos, evocando no espírito do interlocutor as imagens que se formam em nosso próprio espírito. Mas essa comunicação nocional, que é a finalidade da ciência ou do conhecimento lógico só é indiretamente a finalidade da comunicação social, que é essencialmente *volitiva*: comunicamos nossos pensamentos com o fim de obter certas reações [...] (GUIRAUD, 1972, p. 36).

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclina-mo-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouco a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2006, p. 148).

A gramática, dessa forma, deve dispor de um conjunto de aparatos meta-linguísticos com que possa, na técnica gramaticográfica, organizar e esclarecer as regras ou os procedimentos mencionados há pouco.

2. Aprendendo a(s) gramática(s): duas palavras

Duas questões preliminares se levantam quando se fala em aprender gramática(s). A primeira, e voltamos isotopicamente ao ponto, diz respeito ao fato de que a língua vernacular é espontaneamente transmitida, sem necessidade, *a priori*, de uma escola que o faça. A segunda, ao contrário, é a que se aproxima da questão de que há falantes alófonos que, por qualquer razão, necessitam que uma língua não vernacular que a eles lhes seja ensinada. Trata-se do binômio transmissão/ensino, ou aquisição/aprendizado.

Em ambos os casos, cremos ter demonstrado que a incursão na gramática normativo-padrão de um idioma revela claramente sua necessidade.

Reiteramos também o ponto sublinhado por Ricardo Cavaliere quando demonstra que, ao falarmos de “gramática”, estamos, possivelmente, falando de conceitos que se tangenciam e até se sobrepõem, mas que absolutamente não são idênticos.

Vejamos, pois, algumas observações traçadas por estudiosos sobre os fatores que levam ao êxito da transmissão-aquisição e do ensino-aprendizado da(s) gramática(s) de uma língua, não se deixando de lado, embora não se ocupando exclusivamente dela, a gramática padrão.

Génouvrier e Peytard propõem três níveis hierarquicamente gradativos para a aquisição artificial (isto é, ensinada) da gramática de uma língua, aqui parafraseados: 1) aquisição espontânea/monitorada dos elementos de funcionamento nuclear da língua (sua gramática) sem preocupação com denominações técnicas (exposição intencional às suas unidades comunicativo-retóricas); 2) introdução e desenvolvimento das metalinguagens gramaticais; 3) reflexão crítica sobre essas metalinguagens e até sobre as variações e mudanças que perpassam aquele funcionamento nuclear.

Para explicitar essa ideia, podemos dizer que eles nomeiam esses graus da seguinte forma:

2.1 As três gramáticas

2.1.1 Aquém da gramática

“Nesse caso, é ao mestre que cabe conhecer gramática, não ao aluno” (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 224). Trata-se da gramática não consciente: enriquecimento da competência linguística automatizada na criança ou no falante de língua não materna.

2.1.2 A gramática sobre si mesma

Trata-se da gramática consciente: metalinguagens. A incursão sobre conceitos gramaticais (sistêmicos ou funcionais), mesmo abstratos, é de grande importância para o desenvolvimento do raciocínio do estudioso, que precisará valer-se de tais abstrações, por exemplo, para aprender outro idioma, para lidar com linguagens artificiais, como a cibernética, entre outras circunstâncias que solicitem o raciocínio abstrato.

2.1.3 Além da gramática

Trata-se de uma espécie de iniciação à linguística, “as relações da linguística com a sociologia, a psicologia... O que exigiria uma colaboração muito estreita do ‘professor de letras’, do ‘filósofo’ e do ‘matemático’” (GÉNOUVRIER e PEYTARD, 1974, p. 225).

Tratar-se-ia, num nível modesto, de permitir ao futuro universitário tomar contato com uma das ciências-encruzilhadas de nosso tempo e – caso ele se destine a seguir estudos superiores literários – evitar-lhe a penosa experiência por que atualmente passa ao entrar para o primeiro ano da faculdade: descobrir que ignora tudo da gramática *de sua própria língua, e, ainda por cima, dos fundamentos de uma língua em geral* (GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, pp. 226-227, grifamos).

Os mesmos teóricos, ao discorrerem sobre a suposta dualidade entre dogmatismo e excessiva liberdade (que, em último caso, geraria a falta de comunicação), sintetizam o tema, entre outros, com os seguintes fragmentos: “O ensino gramatical padece ao mesmo tempo das insuficiências de informação e do rigor de um dogmatismo perempto”¹⁶(GÉNOUVRIER & PEYTARD, 1974, p. 222).

Tudo se passa, para quem encara o ensino do português, como se o pedagogo tivesse que escolher entre uma atitude militar e uma atitude liberal; desejaríamos que ele fosse apenas consciente das condições de toda a situação linguística. Pois a linguagem não é limitação ou liberdade, mas as duas coisas ao mesmo tempo: limitação, porque baseada numa língua comunitária; liberdade pois permite a cada um dizer-se e dizer o mundo. Quem não enxerga que a liberdade do falante é tanto maior quanto melhor domina o código indispensável? (GÉNOUVRIER & PEYTARD, id. p. 222-223)

“Não cabe escolher entre cerceamento e liberdade, mas viver essa contradição” (GÉNOUVRIER & PEYTARD, id. p. 223). Em outras palavras, uma das dificuldades que pode desnorrear o ensino da gramática diz respeito à confusão que se faz, frequentemente, entre o campo do ensino da *língua* (por assim dizer de cunho mais marcadamente formalista) e o ensino da *linguística*

¹⁶ Percebe-se, aqui, a alusão à dicotomia que Kant estabelece, em *A crítica da Razão pura* [*Kritik der reinen Vernunft*], entre o senso crítico (aportado em seu imperativo categórico) e o “sono dogmático”, que impede a chegada àquele estado intelectual de desenvolvimento. Note-se que Piaget se baseou, em parte, nessa dicotomia, ao estabelecer a fase pré-operatória como a da coação (sono dogmático) e a de maturação social (pós-operatória) como a da interação ou cooperação intelectual (senso crítico).

(mais marcadamente funcionalista).

É um direito do aluno o acesso aos meios de expressão construídos historicamente pelos falantes, produtores e escritores de expressão portuguesa, para compreender efetivamente qualquer texto (oral ou escrito) nessa língua. O letreiro do ônibus, os nomes das ruas para se locomover e chegar ao seu destino. O jornal que vai possibilitar saber o que acontece na sua cidade, no seu país e no mundo. As leis que regem a sua cidadania, para se proteger, atentando para os seus direitos e deveres. Os poemas que vão desenvolver sua sensibilidade. As conversas com os amigos que vão exercitar sua espontaneidade, aproximando-os. As informações que vão suprir a sede de conhecimentos e a capacidade de transferi-los (como, por exemplo, as leis da Física, numa linguagem compreensível para serem utilizadas). As propagandas – cada vez mais sutis – que lhe exigem inteligência e intuição apuradas para entendê-las e apreciá-las (PEREIRA, 2002, p. 257).

Desse modo, consideramos, de fato, que haja a necessidade do constante diálogo entre o ensino formal (até mesmo lógico) da gramática normativa, centrípeta, e o ensino funcional (ou retórico, *grosso modo*), amparado nas teorias do discurso e das interações, centrífugas por natureza. No entanto, em nossas pesquisas, percebemos que, no ambiente escolar, se deva enfatizar a força de unidade normativa (Língua Portuguesa e sua gramática), sempre tendo como pano de fundo as forças de pluralidade discursiva (dialetologia linguística, incluindo as variantes, variedades, mudanças e variabilidades do português brasileiro), em vez de travar-se o caminho oposto, pois que esse caminho oposto se configura antididático, uma vez que não se deve, pedagogicamente, enfatizar, para neófitos, a complexidade em direção à unidade, e, sim, vice-versa. Aqui reside ponto fundamental, com vimos inúmeras vezes neste artigo, do método estruturalista, que, portanto, não apenas orienta a confecção de uma gramática normativa, como também sugere o método de ensino mais adequado para ela.

Trata-se, em resumo, de propor um diálogo entre o método *estruturalista* com o método *exploratório e produtivo*, em que o utente do idioma, sem deixar de lado o que já aprendeu e usa de sua língua, aprende a usar, também, o registro normativo, enriquecendo-se linguisticamente, em vez de estagnar-se naquilo que, ao entrar para a escola ou universidade, ele já sabia.

Com isso, aquele mesmo método (ir-se exclusivamente da diversidade à unidade, sem o diálogo com sua contraparte) comprovou-se inviável (e, até certo ponto, responde como e por que o ensino da gramática não se mostra, muitas vezes, e de modo prejudicial, possível) para a finalidade de se obterem alunos capazes de transitar, efetivamente, entre os diversos registros da língua:

o aluno acabaria nem atingindo o domínio sobre a norma padrão, nem, tampouco, sobre as noções de variação e variabilidade linguística comunicativa e expressiva. “[...] A Língua Portuguesa – a sua consciência e a sua prática efetiva – extrapolam a sala de aula e se transferem para a vida com todas as suas necessidades (censuras) e seus prazeres (liberdades)” (PEREIRA, id., p. 259).

2.2 Tradição gramatical ou tradições gramaticais?

A questão, sobretudo histórica, de a gramática ser encarada como objeto supostamente impositivo de fala e escrita “corretas” ou “puras”, em cotejo com outras modalidades de comunicação, é relevante, sobretudo quando estamos numa gramática que proponha a problematização e a síntese de traços atinentes a normativismo, se confundido este conceito ao de mero conjunto de regras heterônomas, hierarquizadas segundo o parâmetro de poucas modalidades comunicativas, como a língua literária de determinada época, por exemplo.

Toda essa tradição histórica, para citarmos um caso, vem sucinta e brilhantemente exposta na obra *Linguística geral: introdução à linguística teórica*, de John Lyons, em que o autor, na parte 1.2, intitulada A GRAMÁTICA TRADICIONAL, percorre a vertente epistêmica que acompanha a gramática moderna desde sua origem. Assim, trata, em 10 subunidades, dos seguintes temas:

“As origens filosóficas da gramática tradicional”, “Natureza e convenção”, “Analogistas e anomalistas”, “Os alexandrinos”, “A gramática grega”, “O período romano”, “O período medieval”, “Renascença, séculos XVII e XVIII”, “Influência estendida da tradição greco-latina” e “A tradição indiana”(LYONS, 1970, pp. 7-18, traduzi da versão francesa).

Percebe-se, da gênese da gramática, que seu propósito era o de estabelecer a distinção entre o “bem” escrever e o “bem” falar, além de coparticipar da construção do “bem” pensar. Por essa razão é que o antigo *Trivium* se constituía, exatamente, do ensino da Gramática, da Retórica e da Lógica.

Ao lado dessa visão de gramática, que reconhecemos ser a que predomina, sobretudo quando nos referimos à gramática normativa ou escolar (e terminologias que encerram o mesmo conceito), há, historicamente registrado, um viés segundo o qual a gramática se relaciona à percepção, ao conhecimento, à cognição. Assim é que, por exemplo, Swiggers aponta a hermenêia de Aristóteles (interpretação de um pensamento), a gramática especulativa medieval e a gramática filosófica dos séculos XVII e XVIII como precursoras de todas as

linhas que seguiram uma perspectiva cognitivista da linguagem. Desse modo, Chomsky, Lakoff, Langacker, por exemplo, procuraram detectar matizes de como o *conceito* constrói o pensamento (por exemplo pelo prisma da semântica cognitivista, racionalista/objetivista) ou de como a *experiência estética* (corporal, dos cinco sentidos) estrutura esse pensamento (por exemplo, segundo o prisma da linguística cognitiva, empirista/experencialista/construcionista).

Nesse terreno, a língua constitui, também, o objeto investigativo para a construção de qualquer teoria. Trata-se da ciência-piloto de que falamos, embasados por constatação anteriormente exposta por Benveniste, nesta mesma seção do artigo.

Por essa perspectiva, erguida por Lakoff e Langacker, aqui na pena de Cuenca e Hilferty, a elaboração de uma gramática de base cognitiva, cotejada com a gramática de base estruturalista (ou formalista¹⁷), tem por premissas os cinco seguintes aspectos:

- a. O estudo da linguagem não pode separar-se de sua função cognitiva e comunicativa, a qual impõe um enfoque baseado no uso.
- b. A categorização, como processo mental de organização do pensamento, *não* se realiza a partir de condições necessárias e suficientes¹⁸ que determinam fronteiras rígidas entre as categorias cognitivas, mas sim a partir de estruturas conceptuais, relações prototípicas e semelhanças de família que determinam limites difusos entre as categorias.
- c. A linguagem tem um caráter inerentemente simbólico. Portanto, sua função primeira é significar. Daí se deduz que não é correto separar o componente gramatical do semântico: a gramática não constitui um nível formal e autônomo de representação, mas também é simbólica e representativa.
- d. A gramática consiste na estruturação e simbolização do conteúdo semântico a partir de uma forma fonológica. Por isso o significado é um conceito fundamental e não derivado na análise gramatical.
- e. Impõe-se uma caracterização dinâmica da linguagem que dilui as fronteiras entre os diferentes níveis de linguagem (a semântica e a pragmática, a semântica e a gramática, a gramática e o léxico) e mostra as dificuldades e inadequações que resultam da aplicação rígida de certas dicotomias, como a que opõe sincronia e diacronia, competência e performance, denotação e conotação. A gramática é uma entidade em evolução contínua, “um conjunto de rotinas cognitivas que se constituem, mantêm e modificam pelo uso linguístico” (CUENCA & HILFERTY, 1999, p. 19, traduzi livremente).

¹⁷ Que preconiza a ida da forma ao significado, e não o significado à forma.

¹⁸ Repare-se do diálogo com a noção de “categoria” empreendida por Aristóteles e seus seguidores, anteriormente esboçada.

Conclusão

Todos esses construtos teóricos, na verdade, agudizam o senso crítico do gramaticógrafo e do estudioso que pretenda olhar e absorver a gramática de forma reflexiva. Isso porque a soma desses marcos equaciona um pensamento gramatical que, ao mesmo tempo em que se alarga em direções e sentidos diferentes, limita-se pelo contraste das coerências encontradas ao longo da trajetória científica investigativa.

Desse modo, os “três modelos para a descrição da linguagem” elaborados por Chomsky e mesmo os “bloomfieldianos” (cf. LYONS, 1970) também expandem e traçam horizontes para o pensamento do gramático, mesmo o que se proponha à elaboração de um compêndio padrão estritamente normativo e prescritivo. Convenhamos que é muito pouco provável que o investigador não se deixe influenciar, para acatar ou refutar, total ou parcialmente, ideias coerentes de outros pensadores que se interessem, na verdade, pelo mesmo objeto profundo que ele.

Importante cientista que procura elucidar os conceitos gramaticais e “seu comportamento na unidade maior – o texto –, que é a real unidade de função” (NEVES, 2000, p. 13) é Maria Helena de Moura Neves, com a *Gramática de Usos do Português*. O livro não possui um caráter preponderantemente teórico, mas, em vez disso, é bastante prático, descritivo (e criterioso), parece estabelecer um manual de usos no que se refere ao paradigma das classes gramaticais da Língua Portuguesa no *texto*, como salienta o trecho há pouco selecionado, de citação de sua autora.

Desse modo, percebemos que a ênfase dada sobre a produção (e interpretação) de textos nas aulas de língua (de cunho marcadamente funcionalista) não pode omitir a importância do conhecimento dos “mecanismos de significação” provenientes da estrutura dessa mesma língua (de cunho marcadamente formalista).

Por uma série de imperativos, que não são apenas sociais, mas também cognitivos, o conhecimento, domínio e competência sobre a gramática padrão do idioma, centrada no que Saussure denominou de *langue*, recupera e ativa no utente de uma língua seu domínio completo, que não deve satisfazer-se com o domínio das variantes vernáculas ou espontâneas dessa língua, mas, em vez disso, deve buscar outras variantes, inclusive as de prestígio, que permitam ao usuário da língua vivenciá-la em sua plenitude, que não descarta seu caráter (e as consequências daí advindas) de língua de ciência, como é o caso da língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Editora da UNICAMP, s/d.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Volume II. São Paulo: Pontes, 2006.
- CAVALIERE, Ricardo. “Em torno do metatermo Gramática na tradição gramatical brasileira.” *Revista da Academia Brasileira de Filologia*. Rio de Janeiro: ABRAFIL, n. XVI, 2015, p. 95-100.
- COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança linguística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *L'Île deserte et autres textes: textes et entretiens 1953-1974*. Paris: Minuit, 2002.
- GENOUVRIER, E. & PEYTARD, J. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1974.
- GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. São Paulo, Difusão europeia do livro, 1972.
- KENEDY, Eduardo. “Gerativismo.” In.: MARTELOTTA, M.E.T. (Org.) *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 79-101.
- LYONS, John. *As ideias de Chomsky*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg, São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. A apropriação da realidade sob a ótica da Língua Portuguesa. In.: HENRIQUES, C. C. e PEREIRA, M. T. G. *Língua e Transdisciplinaridade: rumos, conexões, sentidos*. São Paulo: Contexto, 2002, p.256-267.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1984.

Submetido em 27 de janeiro de 2016

Aceito em 4 de maio de 2016.

A RECONSTITUIÇÃO DO TEXTO *CAMPOS BEM-AVENTURADOS*

THE TEXTUAL RECONSTITUTION OF *CAMPOS BEM-AVENTURADOS*

Marina Machado Rodrigues
Universidade Federal Fluminense
mr.marina@terra.com.br

RESUMO

Este trabalho cuida da reconstituição do texto *Campos bem-aventurados*, de Luís de Camões, à luz da tradição manuscrita em confronto com a tradição impressa quinhentista. Aparato crítico e registro das variantes. Oferece-se também o cotejo do texto crítico com as principais edições modernas da obra do Poeta.

PALAVRAS-CHAVE: edição textual, Camões, tradição manuscrita, tradição impressa

ABSTRACT:

This paper deals with the reconstitution of the text *Campos bem-aventurados*, by Luís de Camões, considering the manuscript tradition in comparison with the sixteenth-century printed tradition, its critical apparatus and recording of variants. It is been offered as well the collation of the critical text with the main modern editions of the poet's work.

KEY-WORDS: textual edition, Camões, printed tradition

O processo de transmissão dos textos líricos de Camões inscreve uma série de equívocos, que avultam do simples cotejo entre a tradição impressa e a tradição manuscrita. Tais equívocos provêm da recorrente intervenção de copistas e editores que transfigurando recorrentemente a letra original legaram-nos versões nem sempre confiáveis dos textos camonianos.

O objeto de nosso estudo, a redondilha “Campos bem-aventurados”, figura no Ms. 12-26-8/D, da Real Academia da História de Madrid, f. 43v., com atribuição expressa de autoria da glosa a Luís de Camões (Grosa d. Cam.), mas não do mote. Sabe-se, pela letra do copista, tratar-se de um cancioneiro dos fins do século XVI e que, ao contrário de muitos, traz indicação de autoria para a imensa maioria de suas composições, atribuindo-se ao Poeta 43 composições

ao todo. O manuscrito reúne 132 textos, distribuídos em seis gêneros: sonetos, canções élogas, oitavas, tercetos e composições em versos de redondilhas. Ou seja, cerca de 30% do total é atribuído a Luís de Camões.

A composição integra também o códice 8920 da BNL, f. 399 v., que traz somente três textos em versos de redondilha maior: uma atribuída a Francisco de Andrade e duas sem indicação de autoria. Trata-se de um manuscrito com pouco interesse para a lírica de Camões.

“Campos bem-aventurados” figura na *editio princeps* (RH, 1595), f.148v., passando a RI (1598), f. 169v., com pouquíssimas diferenças. Também nas edições apenas a glosa é atribuída a Camões, o mote é alheio.

O cotejo das lições manuscritas permite inferir tratar-se de duas famílias distintas. Por sua vez, a tradição impressa discrepa de ambas. Apesar das semelhanças entre os exemplares quinhentistas e M, as diferenças também são muitas, fazendo supor provirem de algum outro apógrafo da época que não chegou até nós. O texto reconstituído deixa às claras divergências expressivas entre as lições manuscritas, as edições quinhentistas e as principais edições modernas da obra lírica de Camões, a saber: a edição de 1932, de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira; a de 1944 de Antônio Júlio da Costa Pimpão, a de 1946, de Hernani Cidade; a de 1963, de Salgado Júnior, e a de 1980, de Maria de Lurdes Saraiva.

As composições em verso de redondilha não foram publicadas na edição póstuma de Faria e Sousa (1685-89). Álvares da Cunha colheu inúmeros exemplares nos “cadernos inéditos” do escoliasta, incorporando-os ao *corpus* lírico do Poeta, como se constata em sua edição de 1668. Mas não é o caso desta.

Em face da análise dos testemunhos reunidos para a reconstrução textual, tomamos como texto de base o manuscrito de Madrid, por ser mais importante na hierarquia dos manuscritos e por trazer uma versão completa do texto, já que o códice 8920 (BNL) veicula uma versão parcial, omitindo o 13º e os dez últimos versos da composição.

A metodologia adotada pela Escola Camoniana Brasileira prevê o confronto da tradição manuscrita com a tradição impressa quinhentista. Contudo, embora as edições provenham de apógrafos recenseados nos livros de mão, Fernão Rodrigues Lobo Soropita, - o suposto organizador de RH – no “Prólogo aos Leitores”, já advertia de possíveis erros encontrados, tanto do ponto de vista das atribuições autorais como do das reproduções textuais:

(...) se alguns que aqui vão impressos por seus não foram feitos sem cuidado, à importunação de amigos, onde acontece muitas vezes acudir mais à pressa com

que os pedem, que à obrigação de os limar, e depois sem vontade do autor se publicam por seus, e outros à volta disso que o não são, como aqui aconteceu com o soneto 19, que depois de impresso se soube que não era seu.

(...) E com isso não resta mais que lembrar, que os erros que houver nesta impressão, não passaram por alto a quem ajudou a compilar este livro, mas achou-se que era menos inconveniente irem assi como se acharam per conferência de alguns livros de mão, onde estas obras andavam espedaçadas, que não violar as composições alheas, sem certeza evidente de ser a emenda verdadeira, porque sempre aos bons entendimentos fica reservado julgarem que não são erros do autor, senão vício do tempo, e inadvertência de quem as trasladou.

O editor de RH procurou transcrever os textos, seguindo o princípio da fidedignidade à letra do Poeta, como declara acima, interferindo e corrigindo somente os erros óbvios, os chamados “vícios de pena”. Mas equívocos, principalmente no que respeita à atribuição das composições, não passaram despercebidos, como também confessa o editor.

Os princípios críticos que nortearam as duas edições são de naturezas diversas. O espírito corretivo peculiar ao editor de 1598 - que se acredita ser Estevão Lopes – é já evidente no “Prólogo ao Leitor”:

Depois de gastada a primeira impressão das Rimas deste excelente poeta, determinando dá-lo segunda vez à estampa, procurei que os erros, que na outra por culpa dos originaes se cometeram, nesta se emendassem de sorte, que ficasse merecendo conhecer-se de todos por digno parto do grande engenho de seu autor. (...) E se ainda assim não ficarem na realidade de sua primeira composição, baste que em quanto pude o comuniquei com pessoas que o entendiam, conferindo vários originaes, e *colhendo deles o que vinha mais próprio ao que o Poeta, queria dizer*, sem lhe violar a graça, e termo particular seu, que nestas cousas importa muito. (**grifo nosso**).

Por outro lado, sabe-se que a edição emendou lições manuscritas - principalmente quando os textos provieram do Manuscrito Apenso - muitas vezes por conjectura, mas igualmente recusou textos sabidamente apócrifos, apesar de integrarem a *editio princeps*. RI apresenta características próprias, como o uso de apóstrofo para indicar sinalefas e de inicial maiúscula em todos os versos. As duas edições constituem o ponto de partida para toda a tradição impressa.

No texto crítico, modernizamos a ortografia, desdobramos as abreviaturas, acertamos a acentuação de acordo com as normas vigentes, regularizamos o uso de maiúsculas, separamos os conglomerados, juntamos as partes separadas dos vocábulos, regularizamos o uso do hífen, mas mantivemos intactas as formas de

época. Sobre a pontuação, não comentaremos, já que, por ser escassa e irregular no século XVI, fica a critério de cada editor. Apontamos entre colchetes as emendas acrescentadas ao texto de base e entre parênteses o que foi suprimido, por constituir erro ou contrariar o *usus scribendi* do Poeta.

A seguir, reproduzimos o texto crítico:

Campos bem-aventurados
tornai-vos agora tristes,
que os dias em que me vistes
alegres, já são passados.

Campos cheios de prazer,
vós, que estais enverdecendo,
já me alegrei com vos ver,
agora venho a temer
que entristeçais em me vendo.
E pois a vista alegrais
dos olhos desesperados,
não quero que me vejais,
pera que sempre sejais
campos bem-aventurados.

Porém, se por acidente
vos pesar (com)[de] meu tormento,
sabereis que Amor consente
que tudo me descontente,
senão descontentamento.
Por isso, vós, arvoredos,
que já nos meus olhos vistes
mais esperanças que medos,
se mos quereis fazer ledos,
tornai-vos agora tristes.

Já me vistes ledo ser,
mas (dipois)[despois] que o falso Amor
tão triste me fez viver
ledos folgo de vos ver,
por que me dobreis a dor.
E se este gosto sobejo
de minha dor me sentistes,
julgai quanto mais desejo

as horas em que me vejo,
que os dias em que me vistes.

O tempo, que é desigual,
de secos verdes vos tem
porque em vosso natural
se muda o mal pera bem,
mas no meu pera mor mal.
Se perguntais, verdes prados,
pelos tempos diferentes
que de Amor me foram dados,
tristes aqui são presentes,
alegres são já passados.

O cotejo entre as fontes reunidas dá ensejo a alguns comentários, em face das variantes encontradas. Muito embora o 1º verso veicule lição unânime, chamamos atenção para a forma *bem-avinturada*, que se exhibe no códice 8920 (BNL). Trata-se de termo arcaico, mas ainda vigente no séc.XVI. As formas *avinturados* e *aventurados* concorriam à época, tanto que no vs. 14, o mesmo copista registra *bem-aventurados*. Contudo, Camões, em *Os Lusíadas* só usava *avent-urado*, como no exemplo a seguir: “Porque podessem ser *aventurados*,” (II,7) e que é também a forma utilizada nas demais fontes.

No vs. 4, em lição isolada, o ms. de Madrid transcreve: “alegres, já são passados”. O adjetivo, no plural, concorda com o substantivo *dias*; já, nos demais testemunhos, o vocábulo, no singular, exerce a função de predicativo do sujeito, que é o próprio sujeito poético. A mudança implica necessariamente leitura diversa. Segundo Agostinho de Campos (I, p.98), o mote é formado pelo cantar velho:

Campos bienaventurados
Bolbéos ahora tristes;
Los dias em que me vistes
Alegre, ya son passados

É bastante provável que estas trovas fossem repetidas de memória à época, o que pode ter levado a erro os demais testemunhos. Mantivemos a lição do texto de base por dois motivos: em primeiro lugar, porque na repetição do verso do mote na glosa mantém-se a forma plural unanimemente; e, por *conformatio textus*, *alegres* compõe harmonicamente a antinomia com *tristes* no 2º vs. do

mote. Também aqui se enuncia outra dicotomia, esta de natureza temporal: “passado/dias alegres” X “presente/dias tristes”.

No vs. 5 transcreve-se *cheos*. Do lat. *plenu* > *chēo* > *cheo*. No português quinhentista, alternadamente, usavam-se as formas *cheo* e *cheio*, em fase de transição na língua, como nos mostram os exemplos em *Os Lusíadas*: “*Cheos* de terra e crespos os cabellos,” (V,39) e “E outras tantas mostrâra *cheio* o rosto,” (III,59).

No vs. 6, as lições manuscritas registram *enverdecer*. Embora os dois testemunhos manuscritos pertençam nitidamente a famílias diferentes registram a forma comum. Por outro lado, na tradição impressa vê-se: *reverdecer*. Em *Os Lusíadas*, somente a primeira foi encontrada, como no exemplo a seguir: “Enverdecem as agoas do Mondego” (III,80). Do lat. *vīrīdis*, verde; *enverdecer*, séc.XIV e *reverdecer*, séc.XVI, ambas recorrentes no séc. XVI. Mantivemos a lição do texto de base, até porque esta encontra abonação na épica.

No vs. 13, omitido em BNL, têm-se em M: “pera que sempre sejas” e em RH e RI: “para que sempre sejas”. Por *usus scribendi* do Poeta, seguimos o texto de base, porque em *Os Lusíadas* a preposição *para* rege pronome pessoal e artigo indefinido. Nos demais casos, emprega-se sempre *pera*.

No vs. 16, em lição isolada, M copia “vos pesar *com* meu tormento:”, enquanto os demais testemunhos registram: “vos pesar *de* meu tormento”. Não encontramos abonação em *Os Lusíadas* para a construção *pesar de* ou *pesar com*, mas em Antônio Ferreira, *Castro*, vs.627, lê-se: “Não te *pese de* o ser, que virá tempo,”. Sousa da Silveira (1945, p.190) em nota, destaca a construção, fazendo o seguinte comentário: “*pesar de alguma coisa a alguém*: diz-se quando a coisa lhe causa tristeza, desgosto, aborrecimento, pesar: ‘pesa-me de ser quem sou, tratai-me como quiserdes, mas recebei-me com misericórdia em vossa amizade’ (Tomé de Jesus, *Trabalhos*, II, 25)”.

Augusto Epiphânio da Silva Dias, em sua *Syntaxe histórica portuguesa*, ensina que a preposição *de* rege determinados verbos que expressam sentimentos, como a seguir se vê:

- De* serve para designar uma pess. ou cousa como objeto de uma ação ou sentimento (ou manifestação de sentimento), de um conhecimento ou capacidade de:
- a) com substantivos e adjetivos (em particular com os formados com o sufixo -dor e -tivo) (...);
 - b) com certos verbos e locuções sinônimas:
 - 1) lembrar-se, esquecer-se, compadecer-se, doer-se, condoer-se, amercear-se, apiedar-se (ter dó, piedade, etc.); arrepender-se, *pesar a alguém*:

‘Muito pesou aos mercadores mouros de Coulão *do* assento da nossa feitoria. (Castanh.,162)’. (DIAS, 1945, p.131-132)

Em face das razões arroladas acima, fez-se necessária uma emenda ao texto de base.

No vs. 17, em lição isolada, BNL registra “já sabeis que Amor consente” por “sabereis que Amor consente”. Por *consecutio temporum*, em conexão com o vs. anterior, somente o futuro do presente é admissível, uma vez que a subordinada está no subjuntivo. Segue-se o texto de base.

No vs. 19 registre-se o sentido da preposição *senão*, exceto, “descontentamento”.

No vs. 22, a tradição manuscrita transcreve: “mais esperanças que medos”, enquanto que as edições quinhentistas copiam: “mais alegrias que medos”. Muito provavelmente a lição fidedigna é a que se registra nos manuscritos, até porque provindo de apógrafos diferentes, o erro conjuntivo confirma a lição. Por *conformatio textus*, os substantivos *esperanças* e *medos* formam uma dicotomia perfeita, remetendo no passado a uma expectativa futura. Na tradição impressa, esta dicotomia se desfaz, uma vez que o contrário de *alegrias* é *tristezas* e não *medos*. Registre-se ainda a gralha em RI que transcreve *Mas* por *mais*.

No vs. 25, em lição isolada, BNL transcreve: “Vistes-me já alegre ser” com ritmo alterado e a substituição de *ledo* por *alegre*. Os demais testemunhos são iguais. Mantém-se a lição do texto de base.

No vs. 26, outra divergência: BNL, em lição isolada, substitui o adjetivo *falso* pela conjunção adversativa *porém* e altera a ordem dos termos na frase: “Mas porém depois que Amor”. O ms. de Madrid copia a forma *dipois*. RH e RI preferem *despois* e BNL usa *depois*. Por *usus scribendi* do Poeta, fizemos uma emenda ao texto de base, uma vez que Camões, em *Os Lusíadas*, usa a forma privativa *despois*, como no exemplo a seguir: “Mas *despois* de ser tudo já notado” (II, 107). Aqui há nítida interferência do copista.

No vs. 29, BNL apresenta, mais uma vez, lição isolada, substituindo o pres. do subjuntivo *dobreis* pelo pres. do indicativo *dobrais*. O *por que* no verso tem valor de *para que*, conj. final. No caso, só o pres. do subjuntivo se justifica.

No vs. 30, BNL omite a conjunção aditiva. Caso se admita a crase em *se/este*, o verso fica hipométrico; em caso contrário, tem-se de considerar o hiato intervocabular, que não é norma no séc. XVI, embora haja inúmeros casos de hiato intervocabular em *Os Lusíadas*. De qualquer modo, a melhor lição é a do texto de base, majoritária, com a sinalefa em *se/este*.

No vs. 33, há divergências entre os três testemunhos: BNL anota: “as horas em que me vistes”; M: “as horas em que me vejo”; e RH e RI: “As horas que vos não vejo”. A lição de BNL é insustentável porque quebra o esquema rimático. Invocando o princípio da *res métrica*, com a palavra em rima *vejo*, no presente, somente os testemunhos de M e o das edições quinhentistas poderiam ser aceitos (ABAAB/ABAAB). Contudo, entre estes últimos há outra divergência. Na lição de M o verbo *ver* refere-se ao sujeito; já na tradição impressa, ao objeto. No primeiro caso, por *conformatio textus*, têm-se as dicotomias presente/passado (horas tristes/ dias alegres), e a visível mudança do estado anímico do sujeito com a passagem do tempo, que no Maneirismo dá-se sempre como degradação. Há ainda o contraste entre os campos (a natureza por metonímia) e a condição existencial do sujeito. Na versão de RH e RI estas diferenças são anuladas e o sentido muda até porque se acrescenta o advérbio de negação.

No v. 34, BNL discrepa novamente. A lição autêntica é provavelmente a de M, seguida por RH e RI, uma vez que é a repetição do vs. do mote. Em função da troca do tempo verbal no verso anterior, BNL, também neste, altera tempo e pessoa.

A partir do vs. 35, BNL omite os 10 versos finais.

No vs. 38, RH e RI introduzem o artigo *o* antes do substantivo bem. Mantivemos a lição do texto de base até porque não há mudança de sentido.

No vs. 39, ainda, as edições discrepam, trocando o *no* por *o*. Entretanto, o *no*, como se lê no texto de base, refere-se a: “em vosso natural” (vs.37), em contraste com “mas no meu” (natural). A preposição *em* requer a contração da preposição com o artigo.

No vs. 40, M registra *se perguntais*, já a tradição impressa, *se perguntais*. Em *Os Lusíadas*, o Poeta só utiliza a forma *perguntar*: “E perguntando tudo lhe dizia,” (I,62), mas na única ocorrência como substantivo vê-se: “Como quem da *pregunta* lhe pesara.” (V,49). Portanto segue-se o texto de base.

No vs. 41, M registra *polos*, já RH e RI *pelos*. Em *Os Lusíadas*, Camões utiliza as duas formas, portanto segue-se o texto de base, pois não há qualquer razão para emenda.

No vs. 44, RH e RI repetem literalmente o último verso do mote. M inverte a ordem do advérbio no verso. Embora o sentido e a acentuação permaneçam, a troca provavelmente se fez em favor da eufonia. Mantivemos a lição do texto de base.

O confronto entre o texto crítico e as principais edições modernas também evidenciou a subserviência destas à primeira tradição impressa, à qual os editores acrescentaram seus próprios erros. No quadro abaixo, expusemos as diferenças.

Tabela comparativa entre o texto crítico e as principais edições modernas

vs	RV (1932)	CP (1944)	HC (1946)	SJ (1963)	MLS (1980)
3				dias que	
4	alegre	alegre	alegre	alegre	alegre
6	reverdecendo	reverdecendo	reverdecendo	reverdecendo	reverdecendo
8			tenho a		
13	para	para			para
22	alegria		alegria	alegria	
29		porque			
32	que vos não vejo				
38	para	para			para
39	para	para			para
40	preguntais		preguntais		
44	já são				

Como se pode constatar, as edições, além de copiarem a 1ª tradição impressa, acrescentam a ela outras mudanças. No vs. 3, a edição de SJ subtrai a preposição *em*, o que se trata provavelmente de uma gralha; no vs. 8, HC substitui o verbo *vir* pelo *ter*; no vs. 13, aliás acertadamente, HC e SJ substituem *para* por *pera*, tornando a fazê-lo nos vss. 38 e 39; no vs. 22, RV, HC e SJ substituem *alegrias* por *alegria*, no sing.; no vs. 29, CP copia *porque* ao invés de *por que*; no vs. 40, CP, SJ e MLS rejeitam a forma *preguntais*, tal como se vê em RH e RI, e registram *perguntais*.

Não se tratando de edições críticas, como afirmam todos os editores, tais liberdades não podem ser tomadas, uma vez que a falta de critérios objetivos para as mudanças perpetradas acaba por prestar um desserviço à obra do Poeta.

Quando não se tem qualquer original, mas somente apógrafos, será inevitável o número expressivo de variantes, de inovações e de erros que alteram a lição original. Esperamos ter demonstrado que se a lição manuscrita não é inteiramente segura, cabe ao crítico textual a tarefa de criar um arquétipo que se aproxime o mais possível do original perdido. E esta reconstituição textual só pode se dar a partir da tradição manuscrita, única alternativa em face de uma tradição impressa corrompida.

Por tudo isto, concluímos com Bárbara Spaggiari quando afirma que:

Não deixa de estranhar, então a atitude da crítica, mesmo contemporânea, em face do problema da lírica de Camões. Há muito, existe uma curiosa polêmica

sobre a utilização dos manuscritos na edição crítica das Rimas: estudiosos, mesmo ilustres, afirmam que deve ser rejeitada *a priori* toda a tradição manuscrita da lírica camonianiana, privilegiando-se apenas a tradição impressa das *Rimas* (nomeadamente, a segunda edição de 1598).

Do ponto de vista filológico, uma afirmação prejudicial deste tipo não tem sentido. O editor, qualquer editor, tem não o ‘direito’ mas o dever de utilizar a tradição manuscrita como fundamento de sua edição. (SPAGGIARI, 2004, p.304)

Bibliografia:

AZEVEDO FILHO, Leodegário A. *Lírica de Camões. História, metodologia e corpus*. Lisboa, Imprensa Nacional /Casa da Moeda, 1985.

_____. *Lírica de Camões. Sonetos*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v. 2, tomo I, 1987.

_____. “As formas lingüísticas nos sonetos de Camões”. In: *Arquivos do Centro Cultural Português XXIII*. Lisboa/Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p.547-584.

_____. *Iniciação em crítica textual*. Rio de Janeiro, Presença; São Paulo, EDUSP, 1987. Col. Atualidade Crítica, v.12.

_____. *Lírica de Camões. Sonetos*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.2, tomo II, 1990.

_____. *Lírica de Camões. Canções*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.3, tomo I, 1995.

_____. *Camões, o desconcerto do mundo e a estética da utopia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.

_____. *Lírica de Camões. Odes*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.3, tomo II, 1997.

_____. *Lírica de Camões. Elegias em tercetos*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.4, tomo I, 1998.

_____. *Lírica de Camões. Oitavas*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.4, tomo II, 1999.

_____. *Lírica de Camões. Éclogas*. Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, v.5, tomo I, 2002.

CAMÕES, Luís de. *Rhythmas*. Lisboa, Manoel de Lyra, 1595. Ed.fac-simile do exemplar pertencente à Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Ed. comemorativa do IV centenário da morte de Luís de Camões a 10 de junho de 1980.

_____. *Rimas*. Reprodução fac-similada da ed. de 1598. Estudo introdutório de Vitor Manuel de Aguiar e Silva. Universidade do Minho, 1980.

- _____. *Camões Lírico*. Ed. organizada por Agostinho de Campos, Lisboa, Bertrand, 1925. V.1.
- _____. *Lírica*. Edição crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.
- _____. *Rimas*. 3ª ed. Texto estabelecido e prefaciado por Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Coimbra, Atlântida, 1973. A 1ª ed. é de 1944, a 2ª ed. de 1953.
- _____. *Obras completas*. Prefácio e notas de Hernâni Cidade. Lisboa, Sá da Costa, 1946. 5v. Há várias edições posteriores.
- _____. *Obra completa*. Organização, introdução, comentários e anotações de António Salgado Junior. Rio de Janeiro, Aguilar, 1963.
- _____. *Lírica Completa*. Prefácio e notas de Maria de Lourdes Saraiva. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980-81. 3 v. Coleção Biblioteca de Autores Portugueses.
- CUNHA, A. Geraldo da. *Índice analítico do vocabulário de Os Lusíadas*. Rio de Janeiro, INL/MEC, 1966. 3vols.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.
- FERREIRA, Antônio. *Obras completas*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Garnier, 1865; Paris, Augusto Durand, 1865. Anotada e precedida de um estudo pelo Cônego Doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro.
- SILVEIRA, Sousa da. *Textos quincentistas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945. Col. Textos antigos e modernos, vol. 1.
- SPAGGIARI, Barbara e PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Abreviaturas utilizadas

- BNL – código 8920 da Biblioteca Nacional de Portugal
 CP – Edição de A. J. da Costa Pimpão/1944
 HC – Edição de Hernâni Cidade/1946
 M – Manuscrito da Real Academia da Historia de Madrid
 MLS – Edição de Maria de Lurdes Saraiva - 1980
 RH – *Rhythmas*, 1595
 RI – *Rimas*, 1598
 RV – Edição de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira/1932
 SJ – Edição de António Salgado Júnior/1963

Submetido em 2 de fevereiro de 2016

Aceito em 12 de maio de 2016

COMPOSTOS NPREP \bar{N} NO PORTUGUÊS ARCAICO:
ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS¹

NPREP \bar{N} COMPOUNDS IN ARCHAIC PORTUGUESE:
MORPHOSYNTACTIC ASPECTS

Antonia Vieira dos Santos
Universidade Federal da Bahia
toniavieira@gmail.com

RESUMO:

Neste artigo, descrevemos os compostos Nprep \bar{N} levando em consideração alguns aspectos de natureza morfossintática, como flexão e determinação, com o objetivo de demonstrar o caráter mais sintático e mais periférico desse tipo de estrutura frente aos compostos morfológicos e morfossintáticos. Os dados utilizados como *corpus* provêm do português arcaico (séc. XIII-XVI) e foram retirados de Santos (2009).

PALAVRAS-CHAVE: Compostos; Português Arcaico; Flexão; Determinação

ABSTRACT:

In this article, we describe the Npp \bar{N} compounds taking into consideration some aspects of morphosyntactic nature, as inflection and determination, in order to demonstrate the more syntactic and more peripheral character of this type of front structure to the morphological and morphosyntactic compounds. The data used as corpus comes from the Archaic Portuguese (XIII-XVI centuries) and were taken from Santos (2009).

KEYWORDS: Nprep \bar{N} Compounds; Archaic Portuguese; Inflection; Determination

¹ A base deste artigo foi o capítulo sobre os compostos Nprep \bar{N} , que compõe a nossa tese de doutorado (SANTOS, 2009). Trabalho desenvolvido com apoio financeiro do Prodoc/UFBA

Introdução

Os compostos NprepN, ao lado dos compostos NA e AN, são os que mais impõem dificuldades para a distinção de sintagmas livres da língua. Para Marchand (1969, *apud* KASTOVSKY, 2005, p. 105), no entanto, todos os compostos são sintagmas e, como entidades gramaticais, precisam ser explicadas do ponto de vista da frase, em cujas relações sintáticas eles se espelham. Contudo, em algumas abordagens sobre a composição de palavras, é negado o estatuto de composto a determinados tipos de construções, principalmente NprepN e NA, que, no entanto, segundo estatística apresentada por Rio-Torto e Ribeiro (2012), constituem os padrões mais produtivos no português europeu contemporâneo. Em geral, a realização de flexão interna é invocada para evidenciar o estatuto sintático dessas construções, como em Booij (2005). No entanto, é a refração interna a qualquer mudança lexical que consiste no principal teste de composicionalidade em português (*pai de família*: *pai dessa família/*pai de família rica). Por fim, concordando com Guevara e Scalise (2009, p. 7) de que “as muitas definições de compostos estão rigorosamente predeterminadas pelas escolhas teóricas feitas pelos autores”, levaremos em consideração a definição de composição apresentada por Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 385): “a composição é um processo de formação de palavras [...] que envolve uma relação de concatenação, de cariz coordenativo, subordinativo ou modificativo, entre pelo menos duas unidades lexicais - radicais, temas ou palavras”. É também de Ribeiro e Rio-Torto (2013), a classificação dos compostos (morfológicos, morfossintáticos e sintáticos) adotada neste trabalho.

Pretendemos, portanto, demonstrar o caráter mais sintático e mais marginal desse tipo de estrutura frente aos compostos morfológicos e morfossintáticos, a partir de dados do português arcaico (séc. XIII-XVI), registrados por Santos (2009).

Nas seções a seguir, apresentaremos um breve histórico desse padrão composicional em latim e algumas reflexões sobre esses compostos segundo alguns gramáticos e linguistas. Em seguida, descreveremos os dados recolhidos de Santos (2009) e procederemos à análise, levando em consideração o aspecto da pluralização do núcleo e da (não) determinação do nome que ocupa a posição de não núcleo. Para o propósito da pesquisa, foram selecionados apenas os compostos NprepN que apresentam variação na forma da preposição, indicando (ou não) a determinação do nome do complemento, aqueles que se apresentam pluralizados, com a pluralização incidindo sobre o núcleo, e aqueles que indicam variação de gênero. Em relação a esses dois últimos aspectos, serão analisados, de forma comparativa, estruturas NprepN e NN.

1. Antecedentes históricos: breves considerações

A estrutura NprepN era inexistente em latim, sendo a função da atual preposição *de*² desempenhada pelo morfema casual do genitivo (MAURER JR., 1959, p. 240), caso do adjunto adnominal restritivo, que designa uma restrição ao sentido pleno da palavra por ele modificada, indicando, por vezes, a posse (GARCIA; CASTRO, 2003, *s.u.* genitivo). Esse fato justifica o grande número de justaposições latinas de dois nomes, em que, em geral, o genitivo ou determinante está representado pelo primeiro elemento (N_{gen} N). Darmsteter (1894 [1874], p. 38 *et seq.*) apresenta como exemplos latinos em que subjaz a estrutura NprepN PLEBISCITUM, AQUAEDUCTUS, LUDIMAGISTER, TERRAEMOTUS, PATERFAMILIAS etc. e nomes de lugar como FORUM APII, FORUM CAESARIS, FORUM POPULII, FORUM SEMPRONII etc.³

Também em português, compostos NprepN evidenciam interação com os compostos de estrutura NN⁴. A intersecção dos compostos NN com os compostos NprepN ocorre porque muitas construções NN revelam, ao se analisar a sua estrutura sintático-semântica interna, a omissão de determinadas preposições. Tal omissão pode representar um apagamento devido ao tempo, ou mesmo ser o resultado de um procedimento analógico (como o caso dos compostos atuais com *bolsa*: *bolsa-escola*, *bolsa-família*, *bolsa-atleta* etc). Esse apagamento, ou mecanismo analógico, estende-se também à conjunção coordenativa. Observem-se, por exemplo, as formas **mestre-de-escola*, **mestre-de-sala*, **rádio-e-gravador*, **copa-e-cozinha*⁵ ao lados das respectivas formas dicionarizadas *mestre-escola*, *mestre-sala*, *rádio-gravador*, *copa-cozinha*⁶.

² A referência é feita à estrutura NdeN, mais comum no âmbito dos compostos, mas também ocorrem outras preposições nessa posição, evidenciando outros tipos de relação sintática. Na língua latina clássica, as diferentes relações sintáticas são expressas pelas marcas morfológicas de caso.

³ Expressões latinas de genitivo como CORPUS DOMINI e CORPUS CHRISTI são facilmente encontradas nos textos das *Cantigas de Santa Maria* e da *Primeyra Partida*.

⁴ Ocorre, ainda, que um composto NprepN pode corresponder a um composto com a estrutura VN, conforme registros do Houaiss (2009): *abaixador de língua/abaixa-língua*; *abridor de boca/abre-boca*; *marcador de livro/marca-livro*.

⁵ O asterisco simboliza que as formas sob as quais recai não estão dicionarizadas em Houaiss (2009).

⁶ Não se verificam exemplos latinos com *de* no lugar do genitivo (MAURER JR., 1959, p. 240), enquanto no português arcaico não era unusual a omissão dessa preposição (NUNES, 1956, p. 388-389).

2. Algumas reflexões sobre os compostos NprepN

A estrutura NprepN atende ao padrão sintático regular em português, como se pode observar nos exemplos arrolados por Mattoso Câmara Jr. (1979, p. 213): *estrada de ferro*, *mestre de cerimônia* e *oficial de justiça*. A flexão de número, incidindo sobre o núcleo, evidencia essa aproximação com sintagmas livres: *estradas de ferro*, *mestres de cerimônia*, *oficiais de justiça*⁷.

Trata-se, portanto, como aponta Bustos Gisbert (1986, p. 72), de compostos que mais se assemelham a sintagmas nominais da sintaxe livre, caracterizados pelo “degré faible de figement” (LE PESANT, 2003, p. 105). O fato de serem, em regra, semanticamente composicionais – e, portanto, endocêntricos – e de poderem constituir séries léxicas alargadas, em que o termo da direita, não nuclear, é comutável no âmbito de determinado paradigma lexical, torna, sem dúvida, essa estrutura produtiva, principalmente no domínio da criação lexical terminológica (LE PESANT, 2003, p. 105, 108)⁸.

Compostos com a configuração NprepN não são abonados na gramática da língua portuguesa de João de Barros, de 1540, onde a composição é descrita, relativamente ao número de unidades envolvidas, como sendo de “duas partes” significativas (como em «rede-fole», «arquibanco», «torçicólo» etc.)⁹, mas há referência a construções envolvendo uma preposição e um nome («*tràspé*, de *trás* e *pé*). Na gramática filosófica de Jerônimo Barbosa (1881 [1822], p. 85), é referido que o composto pode envolver «três palavras», sendo a terceira palavra, como se depreende dos exemplos arrolados pelo autor (*capaemcollo*, *fidalgo*, *malmesquer*, *vent’apôpa*), um elemento gramatical.

Em Nunes (1956, p. 368), a referência ao padrão português NprepN aparece relacionada com a substituição do genitivo pela preposição *de*. A respeito da forma *condestável*, Nunes levanta a questão de que ela poderia provir

⁷ Nesse mesmo sentido, Said Ali (1964, p. 261) afirma, sobre a estrutura NprepN, que «[c] ondiz a formação desta espécie de palavras compostas muito com a índole da língua».

⁸ Le Pesant (2003, p. 108) exemplifica com o esquema *verre à N<boisson>*, partindo da suposição de que os compostos a seguir não estão atestados em vocabulários específicos: *verre à xêrès*, *verre à marsala...*, *verre à tokay*, *verre à pinot noir...*, *verre à beaujolais*, *verre à chianti...* Essas palavras compostas foram criadas a partir do paradigma lexical dos nomes de vinho (*verre à bordeaux*, *verre à bourgogne*, *verre à champagne*, *verre à porto* etc.) e estão prontas para suprir eventuais necessidades terminológicas dos setores ligados à produção e comercialização desses possíveis produtos.

⁹ João de Barros (1971 [1524], p. 307-308) refere-se à grande facilidade dos gregos na formação de nomes compostos, acrescentando que «às vezes compõem ùa diçã de quátro significádos com que fãzem a sua língua mui elegante». Quanto aos latinos, afirma que eles também têm seus compostos, «mas nam pássa de três partes».

diretamente do latim COM(I)TE STABULI ou poderia ter se formado no período arcaico da língua, em que era comum omitir a preposição *de*, diferentemente do uso atual, «que sempre a põe clara, como se vê em *mão-dobra*, *espírito-de-vinho*, etc.»¹⁰. Também gramáticas do português contemporâneo, como a de Cunha e Lindley Cintra (1985), por exemplo, contemplam, em capítulo sobre a composição, a estrutura NprepN.

É importante salientar que algumas formas aglutinadas (*fidalgo*, por exemplo) são o resultado de um processo de coalescência morfofonológica de estruturas justapostas NprepN¹¹ (SANTOS, 2012), já semanticamente lexicalizadas, o que permite a inclusão desse tipo de estrutura no estudo dos compostos, embora tais formas não estejam sujeitas a uma análise morfológica sincrônica por ocorrer a perda de fronteiras entre morfemas (BRINTON; TRAUGOTT, 2005, p. 54). Por outro lado, a estrutura-base dessas unidades monoacentuadas não pode ser tratada apenas como uma estrutura “petrificada”, também resultante de um processo histórico, mas como o resultado da escolha de um determinado sintagma para um determinado referente, como aponta Bustos Gisbert (1986, p. 73)¹².

¹⁰ Vasconcellos (1959, p. 308) se refere à perda da preposição *de* em nomes geográficos compostos: «A tendência geral da língua, quando o complemento começa por consoante, é simplificar estes compostos, suprimindo a preposição (e até fazendo outras alterações)», como em *Casal-Tras-Cova* < *Casal de Tras da Cova*; *Porto-Mós* < *Porto de Mós* < *Porto das mós*; *Ribatejo* < *Riba do Tejo*. Acrescenta Vasconcellos (p. 310) que o que ocorre no onomástico também ocorre na linguagem corrente: *beira-mar* < *beira do mar*; *pontapé* < *ponta do pé*; *madre-Deus* < *madre de Deus*.

¹¹ Nesse caso, não ocorre uma transformação de sistemas como se observa em NprepN > NN (*mestre de escola* > *mestre-escola*, por exemplo), mas perda de material fonológico, descaracterizando morfológicamente a estrutura interna do composto. Segundo Val Álvaro (1999, p. 4826), as possibilidades de coesão formal são menores nos compostos NprepN, em relação aos compostos NA e AN, porque é exigida a elisão da preposição, categoria funcional. No entanto, trata-se de uma coesão com um grau de perfeição maior: *hojalata* (de *hoja de lata*) vs. *guardiacivil/guardias civiles, guardiaciviles*. O português *fidalgo* (e o espanhol *hidalgo*) é grande exemplo dessa fusão perfeita, visto que se remete historicamente ao sintagma *filho de algo* (*hijo de algo*). Aqui, no entanto, não ocorre a elisão total da preposição, sendo mais notória a perda da última sílaba de *filho*.

¹² Scalise (1994, p. 124, n. 13) acrescenta à lista de combinações possíveis para os compostos, em nota de rodapé, a estrutura [N + prep + N] (*pomodoro*), entre outras. No caso de *pomodoro* ‘tomate’, trata-se de uma redução morfofonológica de *pomo d’amore* (cf. *Dizionario Etimologico Online*, s.u. *pomodoro*). Estruturas sintagmáticas NprepN, no entanto, parecem não ser consideradas compostos por Scalise, como se depreende da seguinte afirmação do autor: «Infine, forme come *ferro da stira, coda di cavallo* ecc., sono considerate composti da Dardano [1978]».

Não sendo ampla a aceitação do grupo NprepN como um verdadeiro mecanismo de composição, as propostas de classificação desse tipo de estrutura são um pouco tímidas. Línguas como francês, espanhol e português conhecem bem compostos com essa configuração, mas a particularidade flexional por eles apresentada suscita a discordância entre alguns autores em considerá-los como compostos, como Booij (2005, p. 83), por exemplo, que prefere denominá-los de “constructional idiom”, definido como:

A constructional idiom is a fixed syntactic pattern in which some positions may be filled by all kinds of words of the right category, whereas other positions are filled by specific morphemes or words.

Assim, estruturas como *N de N* (fr. *chambre d’hôtes* ‘casa de hóspedes’, com plural *chambre-s d’hôtes*), *N à N* (fr. *salle à manger* ‘sala de jantar’, com plural *salle-s à manger*) possuiriam posições abertas para os nomes e uma preposição fixa, *de* ou *à*. Trata-se de um padrão sintático que se lexicalizou e que serve como modelo para a criação de novas unidades plurilexicais. No entanto, combinações do tipo NprepN são qualificadas como “construções”, e não como compostos, tendo em vista a flexão interna incidindo sobre o núcleo nominal¹³, que, no caso do português, corresponde ao constituinte da esquerda¹⁴. Construções NprepN têm estatuto sintático, o que explica a variação de número (e gênero) no primeiro elemento, e estatuto lexical, uma vez que formam um conjunto de expressões estabelecidas, que ampliam o léxico da língua. É possível, portanto, propor um tratamento sintático e lexical a essas combinações de palavras.

¹³ Segundo Rio-Torto (2013, p. 34), “As many authors (Scalise & Bisetto 1999, Fábregas 2005, Lieber & Scalise 2007) assume, internal inflection is not an adequate and applicable criterion for Romance languages; internal and double plural does not deny the ‘Integrity Principle’ of Romance compounds. Agreement is a syntactic device with scope on the whole structure; sometimes agreement is visible in some of the constituents and other times it is visible in all the constituents. Nevertheless, inflectional patterns are crucial for the delimitation of compound classes”.

¹⁴ Em português, a generalização da categoria sintática do composto é determinada pelo constituinte da esquerda, caracterizado como o núcleo da expressão. Do ponto de vista semântico, o núcleo constitui, no caso de compostos endocêntricos, uma espécie de hiperônimo: por exemplo, *máquina de lavar* é um tipo de *máquina*, substantivo que representa o núcleo da construção. A natureza específica da relação semântica, no entanto, não é previsível em termos estruturais.

No entanto, trabalhos como o de Bustos Gisbert (1986), para o espanhol, e o de Ribeiro (2006, 2010) e Ribeiro e Rio-Torto (2010), para o português, evocam o estatuto de composto para construções NprepN, caracterizando-as, no âmbito de uma hipótese da escalaridade, como menos prototípicas ou menos opacas do ponto de vista configuracional:

+ opaco [compostos morfológicos > VN > NN > AN > NA > NprepN] – opaco

No que se refere às relações intracomposto, observa-se que o sintagma preposicional que se adjuge ao núcleo nominal o especifica, modificando (ao restringi-lo) o seu âmbito de referência. Contudo, além de funcionar como um modificador restritivo, esse sintagma pode desempenhar a função de complemento do núcleo nominal, que, no caso, apresenta a forma de um verbal, como nos exemplos *acelerador de partículas* e *recuperador de calor* (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2010).

Rio-Torto e Ribeiro, em artigos de 2012 e 2013, apresentam uma classificação dos compostos de acordo com a natureza morfolexical dos constituintes internos e com a obediência (ou não) da construção compositiva a regras sintáticas da língua. Têm-se, assim, compostos morfológicos, compostos morfossintáticos e compostos sintagmáticos ou sintáticos¹⁵ (em inglês *phrasal compounds*¹⁶).

Os **compostos morfológicos** envolvem pelo menos um radical não autônomo, em geral de origem grega ou latina, e se caracterizam pela presença de uma vogal de ligação: *cardiopatia*, *hidromassagem*, *sambódromo*, *franco-alemão* (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 393).

Os **compostos morfossintáticos** envolvem formas livres e se caracterizam por apresentarem uma estrutura em desacordo ou não totalmente de acordo com os padrões sintáticos típicos da língua: *seguro-saúde*, *morto-vivo*, *vaivém*, *beija-mão* (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 399).

O termo **compostos sintagmáticos ou sintáticos** é aplicado a compostos com as configurações NA (*mesa-redonda*), AN (*alto-relevo*), NprepN (*ferro a vapor*), NprepV (*máquina de lavar*), Vpron (*faz-tudo*), NumN (*mil-folhas*) e

¹⁵ Para Booij (2009, p. 216), o uso da noção de “construção” permite um tratamento adequado da natureza tanto lexical quanto sintática da combinação de palavras, enquanto “composto sintático” constitui um conceito híbrido.

¹⁶ De acordo com Moyna (2013, p. 38), “The term ‘phrasal compound’ has been used to refer to constructions [...] which have an internal structure undistinguishable from regularly constructed syntactic phrases (e.g., nominal phrases such as [N + prep + N]_N and [N + A]_N or [A + N]_N)”.

alguns compostos com a configuração VN (*limpa-vidros*)¹⁷. São assim chamados pois “exibem um padrão estrutural que se coaduna com o que é próprio das estruturas sintáticas correspondentes” (RIBEIRO; RIO-TORTO, 2013, p. 401), ou seja, esses compostos apresentam a mesma estrutura da sintaxe livre, o que torna a delimitação de fronteiras entre compostos e as estruturas sintáticas livres dependente da aplicação de critérios principalmente de natureza sintática.

Dessa forma, por corresponderem a estruturas sintáticas, os compostos NprepN são submetidos a alguns testes com a finalidade de se verificar o seu estatuto léxico. O primeiro teste diz respeito à impossibilidade de inserção de modificadores entre os elementos nominais do composto: [*livro de cozinha*] *fascinante*/**livro fascinante de cozinha* (LANG, 1997, p. 119), bem como à modificação parcial por um adjetivo: [*livro de cozinha*] *novel*/**livro de [cozinha nova]*. Outro critério, sobre o qual nos debruçaremos, diz respeito à impossibilidade de o segundo elemento ser precedido por um determinante, o que, de certa forma, corresponde a uma alteração no interior do composto¹⁸. No caso mais geral, a contração da preposição *de* com o artigo definido (*fim de semana*/**fim da semana*). Como apontam Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 388), “o composto *fim de semana* denota o conjunto de dias de lazer no intervalo entre as semanas, ou seja, o período de descanso que vai do final de semana de trabalho até o final de domingo”, enquanto *fim da semana*, apresentando valor anafórico, “compreende os últimos dias de trabalho e/ou de lazer da semana de que se fala”. De fato, a presença do artigo diante de segundo constituinte nominal “desconstrói” a unidade léxica do sintagma, como observado no exemplo. Da mesma forma, não teríamos “fim dessa semana” nem a comutação do núcleo por outro termo sinonímico: “ término de semana”.

Nos dados do português arcaico, ocorrem estruturas NprepN com variação no sintagma preposicional, isto é, preposições com e sem o artigo definido acoplado (*selo de puridade* ~ *selo da [de + a > da] puridade*). Nesses casos, ainda poder-se-ia falar de estruturas composicionais? Defendemos que sim,

¹⁷ Ribeiro e Rio-Torto (2013, p. 401) distinguem compostos VN do tipo *abre-latas*, *guarda-joias*, *limpa-vidros* de compostos VN do tipo *beija-mão* e *finca-pé*. Enquanto os primeiros correspondem ao padrão próprio das estruturas sintáticas do português (Ele abre latas com facilidade; Ele guarda joias raras em casa; Este produto limpa vidros e outras superfícies com grande eficiência), os segundos, para funcionarem como sintagmas verbais, necessitam do determinante diante do nome (O noivo beija a mão da noiva/*O noivo beija mão da noiva).

¹⁸ Segundo Ribeiro e Rio-Torto (2009), “In Portuguese compounding changes in the conditions of determination are also blocked, as they could completely modify the meaning and the reference, mainly when the structure is [NprepN]_N”.

atribuindo a essa variação a instabilidade gráfica e linguística que caracteriza os textos portugueses do período medieval.

3. Descrição, análise e discussão dos dados

Nesta seção, apresentaremos os dados registrados por Santos (2009) em sua tese de doutorado¹⁹. Primeiramente, descreveremos construções NprepN que apresentam variação na forma da preposição, variação que corresponde à determinação/não determinação do nome que constitui o complemento (N2) do núcleo. Em seguida, descreveremos, de forma breve, como se dá a flexão de número e a determinação do gênero nesse tipo de estrutura, em comparação com compostos NN.

3.1. Compostos com variação na determinação de N2

Observaremos os seguintes casos: *camara de paramento* ~ *camara do paramento*, *clerigo de missa* ~ *clerigo da missa*, *quinta feyra da çea* ~ *quinta feyra de çena*, *seelo da puridade* ~ *seello de puridade*, *seelo do chumbo* ~ *seelo de chumbo*, *cura d'almas* ~ *cura das almas*, em que o elemento determinante de N2 é o artigo definido. A ausência do determinante revela, em geral, o alto grau de coesão da estrutura. Será que a mudança nas condições de determinação nesses exemplos modifica a referência da construção, desativando o significado lexicalizado do composto?

1) *camara de paramento* e *camara do paramento*

«Pera mayor declaraçom de como entendo que devemos aver das cousas sentimento virtuosamente, eu consiirro no coraçom de cadahũu de nos cynquo casas, assy ordenadas como costumam senhores. Prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som e assy os estrangeiros que a ella querem viir. Segunda, **camara de paramento**, ou ante-camara, em que costumam estar seus moradores e algũus outros notavees do reyno» [LC 303.6]

¹⁹ Os textos que forneceram dados foram: *CSM* - Cantigas de Santa Maria (séc. XIII); *CEMD* - Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer (séc. XIII); *CGE* - Crónica Geral de Espanha (séc. XIV); *PP* - Primeyra Partida (séc. XIV); *LC* - Leal Conselheiro (séc. XV); *TT* - Tratado de Tordesilhas (séc. XV); *CDP* - Crónica de Dom Pedro (séc. XV); *VFDJ* - Vida e Feitos d'El Rey Dom João Segundo (séc. XVI).

«E quando nos verer o sentimento d' algũa cousa, devemos bem consiirar quatro fundamentos. Prymeiro, qual he o feito de que nos vem. Segundo, a paixom que nollo faz sentir. Terceiro, a pessoa por que o avemos. Quarto, a que fym somos moydos de o aver. Ca dizem os sabedores que a fym dos feitos he seu fundamento que nos demove aos começar e contynuar, por aver o que nos praz, ou scusar o que receamos. E pois a fim delles he seu começo, prymeiro a devemos ordenar em nosso coração, poendo na salla todallas cousas que nom tem outra, afora filhar prazer. Na **camara do paramento** as do proveito. As da saude corporal na camara do dormir.» [LC 304.5]²⁰

A *câmara de paramento*²¹ é definida como ‘uma espécie de antecâmara’, ou seja, o aposento que antecede a câmara, aí entendida como ‘quarto de dormir’, como se observa na sequência do texto do *Leal Conselheiro*:

«Terceira, **camara de dormyr**, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. »

O significado denotado pelos sintagmas “do paramento” e “de dormir” é o de finalidade.

Nos dois registros, parece conservar-se a unidade semântica do composto, embora no segundo conste a determinação do nome pelo artigo definido.

2) *clerigo de missa* e *clerigo da missa*

«Enfermo sendo algũu *que queira* comũgar deueo aa enuiar dizer ao **clerigo da missa** *que* aduga o «corpus Cristi» ca o *quer* rreceber» [PP VII.450]

«E ainda eno tẽpo antigo os *bispos* prestes os soyã chamar, *pero* este nome deste *preste* e de *sacerdote* tanto *quer* dizer eno nosso lin[gu]agẽ como **clerigo de missa** *que* ha de cõsagrar o corpo de *Nostro Senhor Ihesu Cristo*» [PP IX.222]

A estrutura *clerigo da missa*, único registro na *Primeyra Partida*, introduz certa ambiguidade na interpretação dos enunciados, pois *missa*, ao ser determinada pelo artigo definido, pode significar que esse mesmo termo já foi referido no texto (referência anafórica). De qualquer forma, o complemento “de missa” denota a função do nome à esquerda (N1).

²⁰ Nesse trecho, D. Duarte usa o palácio para a construção da metáfora do coração humano (GOMES, 2007, p. 312).

²¹ Segundo nota no *Leal Conselheiro* (p. 304), *paramento* não está relacionado com paramento ‘peça de ornato’, mas com parar ‘estar, conservar-se’.

3) *quinta feyra da çea, quinta feyra de çena e quinta feyra çea*

«E esto sse mostra eneste logar de *que* o fez Sanhoãne auãgelista en *que* cõta o *que* Nostro Senhor Ihesu Cristo obrou **quinta feyra da çea**» [PP III.504]

«E por quães rrazõdes deue seer onrrada e aguardada a festa de joutes de **quinta feyra de çena** en *que* ha de seer sagrada a *crisma*» [PP III.33]

«Primado e patriarca cada hũu destes podem fazer en sseu patriarcado assinaadamẽte estas cousas assinaadamẽte, assi como cõsagrar as jgreias e fazer altares de nouo e podẽ bẽzer os calezes e cõsagrar as aras e ffazer crisma aa **quinta feyra [] çea**» [PP VIII.379]

As três expressões ocorrem na *Primeyra Partida* (séc. XIV), sendo que *quinta feyra da çea* é a mais frequente, pois *çea*, ao ser determinada pelo artigo definido, indica com precisão de que ceia se trata, ou seja, a última ceia que Jesus Cristo teve com seus apóstolos. O complemento do núcleo composto indica, portanto, um evento específico. A expressão em que está ausente a preposição contraria a sintaxe da língua, podendo ser esta ausência oriunda de uma omissão do copista.

4) *seelo da puridade e seello de puridade*²²

«e enviamos alló sobr' esto Joham Fernandez de Mellgarejo, chancellor do nosso **seello da puridade**» [CDP II.43]

«Ca tal deue seer a confissom como **seelo de puridade** que pom o homẽ por guarda da cousa *que* nõ quer *que* seia sabuda» [PP VI.1035]

Estas abonações ocorrem em dois textos distintos - *Crónica de D. Pedro* (séc. XV) e *Primeyra Partida* (séc. XIV). O complemento “de/da puridade” (*puridade* < lat. PURITAS, ĀTIS ‘clareza, pureza, limpidez’) denota finalidade do N1, uma vez que o selo tem a função de autenticar, validar atos expedidos pelo monarca.

5) *seelo do chumbo e seelo de chumbo*²³

«E por certidam e corroboraçõ do quall asinamos esta nossa carta do nosso signal e a mandamos seelar do noso **seelo do chumbo** pendente ã fios de seda de cores» [TT 8r.3]

²² ‘selo pequeno que estava sob o controle direto do rei, utilizado principalmente para a validação de ações oriundas da esfera do sigilo e como uma alternativa ao poder da chancelaria’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. seelo de puridade).

²³ *Seelo de chumbo* era uma ‘espécie de selo que se prendia a um documento ou acompanhava uma carta, conferindo-lhe a autenticidade, também chamado de *bola* ou *bula*, pelo seu formato em geral redondo’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. seelo do chumbo)

«aa outra aprouaçã e retifficaçã desta dita capitullacã scriptas em purgaminho e firmadas dos nomes dos ditos senhores seus constituintes e seeladas con seus **seelos de chumbo** pendentess» [TT 7r.22]

O complemento “de chumbo” denota o tipo de material de que é constituído o nome na posição de núcleo (N1). No segundo exemplo, fica evidente que o adjetivo “pendentes” tem escopo sobre todo o composto, fazendo a concordância com o número plural do núcleo “seelos”.

6) *cura d'almas ~ cura das almas*²⁴

«Outrossy pode despẽssar cõ aquel *que* ha XIII anos por *que* possa auer jgreia *que* aia **cura d'almas**» [PP VIII.1644]

«A IIª rrazõ he por *que* [vigairo] *que* poẽ en algũa eygreia deue seer por senpre e auer **cura das almas** saluo ende se ffosse algũa *cousa* por *que* o deuesse *perder*» [PP XX.298]

Nesse caso, observa-se que o nome que integra o sintagma preposicional está no plural, denotando, o complemento o alvo de N1, representado por “cura”.

7) *maestres das chagas ~ mestre de chagas*²⁵

«E isto meesmo seya dos **maestres das chagas**» [FR IV.785]

«Se alguu fisico ou **maestre de chagas** tomar alguu en guarda a *preyto que* o saasse e ante *que* seya saao morrer daquella enfermidade, nõ possa demandar o *preço que* auia talhado» [FR IV.796]

Também nesse caso, o complemento “das chagas” constitui o alvo de N1, estando no plural o nome que integra o sintagma preposicional.

A análise das abonações apresentadas evidencia que a variação na forma da preposição, sem a presença do artigo definido ou com ele contraída, não resultou, em geral, na desativação do significado lexicalizado do composto sintático. A variação presente nos dados registrados pode ser atribuída à assistemática/inestabilidade gráfica e linguística que caracteriza o português arcaico.

²⁴ Cura das/de almas corresponde ao ‘ofício de cura de almas, isto é, de conselheiro espiritual’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. cura d'almas).

²⁵ O *maestre de chagas* é definido como o ‘médico com especialidade no tratamento de feridas’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. maestros das chagas).

Além da variação na forma da preposição “de”, encontramos, numa mesma obra - *Crónica Geral de Espanha* - um caso em que ocorre alternância entre as preposições “de” e “em”: *cavalleiro d’armas* (em que *d’ = de*) e *cavalleiro ã armas*:

«E foi hi cõ elle Roy Vaasquez, que foy tam bõõ **cavalleiro d’armas** em aquelle dya que muito lhe valera mais de morrer hy que como lhe despois aveo» [CGE3 116.26]

«E, daquella esporoadada primeira fezerõ muy grãde dampno nos mouros, ca o conde era muy bõõ **cavalleiro ã armas** e os seus outro tal» [CGE3 55.19]

A primeira forma, *cavalleiro d’armas*, é a mais frequente. Também nesse caso, não se observa a desconstrução da unidade semântica da estrutura.

3.2. Compostos com determinação de N2 pelo artigo definido

A seguir, apresentaremos exemplos de alguns compostos NprepN em que a preposição *de* vem sempre contraída com o artigo definido, fato que, no entanto, não descaracteriza o caráter composicional da estrutura:

1) *escrivam da camara*²⁶

«E Fernam de Pina **escrivam da camara** era diante sobre ho dito trato pera de lá o avisar do que nisso se passasse» [VFDJ 4667]

Nesse caso, a preposição “de” expressa, juntamente com o nome que rege, uma relação de ‘local onde N1 desempenha a função ou o ofício de escrivão’.

2) *escrivam da Fazenda*²⁷

«E o primeiro homem que pera yr lá se ofereceo, foy Fernam Lourenço seu **escrivam da Fazenda**, que despois foy feytor das Casas da India e da Mina» [VFDJ 958]

Nesse caso, o significado expresso pelo complemento “da Fazenda” é ‘área de que se ocupa N1’.

²⁶ *Escrivam da camara* corresponde ao ‘indivíduo que tinha por função escrever diante do rei’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. *escrivam da camara*).

²⁷ *Escrivam da Fazenda* era o ‘funcionário público encarregado do registro de fatos concernentes às finanças’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. *escrivam da Fazenda*).

3) *maestre da nave*²⁸

«E o **maestre da nave** diss' a un seu ome: «Vai, coz / carn' e pescado do meu aver, que te non cost' hũa noz» [CSM 5.147]

O valor semântico atribuído pelo complemento “da nave” é ‘local onde N1 (= comandante) desempenha sua função’.

4) *moços da capella e moços da camara*²⁹

«E ahos vinte e quatro dias do mes de Setembro do anno de mil e quatrocentos e setenta e sete, hum dia ante manhaã com hum capellão, e dous **moços da capella**, e dous **moços da camara** e dous moços d' estribeira se partio muy secretamente» [VFDJ 612]

Nesses dois casos, os complementos significam ‘local onde N1 desempenha uma determinada função’.

5) *sinal da cruz*³⁰

«E *que* seia *aquel* obrador digno *pera* ffazer cõ elle o **sinal da cruz** assi *que* todos *aquelles que* com el forẽ vntados no *santo* bautismo que acabẽ a beeçõ *conprida* *pera* os corpos e *pera* as almas» [PP III.691]

Nesse caso, o complemento preposicional denota o ‘modo como se realiza N1’.

Esses exemplos em que o segundo nome (N2) é precedido de um determinante, no caso, o artigo definido, evidenciam que há, no conjunto de compostos NprepN, considerados sintáticos, construções em que o uso da preposição contraída com o artigo definido se encontra lexicalizado, não se registrando o nome sem determinante: *escrivam de camara*, *escrivam de Fazenda*, *maestre de nave*, *moço de capella*, *moço de camara*, *sinal de cruz*. A determinação pode estar relacionada com ao caráter de unicidade do nome, considerando-se que: havia uma só câmara, uma só Fazenda, uma só nave (‘navio’), uma só capella, uma só cruz.

²⁸ Maestre da nave corresponde a ‘capitão do navio’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. *escrivam da Fazenda*).

²⁹ Os termos correspondem a ‘criado que serve na capella-mor’ e ‘criado que serve na câmara do rei’, respectivamente (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. *moço(s) da capella* e *moços da capella*).

³⁰ ‘Sinal que fazem os cristãos, levando sucessivamente a mão direita da testa ao peito e do ombro esquerdo ao ombro direito’ (SANTOS, 2009, vol. II, s.u. *sinal da cruz*).

3.3. *A flexão de número e a atribuição de gênero em compostos NprepN e NN*

3.3.1. *Flexão de número*

Quanto ao aspecto flexional, combinações com a estrutura NprepN inserem-se no grupo de compostos em que apenas o núcleo (localizado à esquerda) é pluralizado. O *corpus* fornece vários exemplos em que a marca de plural incide no elemento da esquerda, o que caracteriza essas combinações como “construções” e não como compostos, na concepção de Booij (2005): *porteiros de maça*, *cartas de seguro*, *clerigos de missa*, *filhas d’algo*, *filhos d’algo*, *homens d’ordê*, *moços da camara*, *moços d’estribeira*, *mulheres d’ordin*, *ordihados de mysa*, *panos de doo*, *seelos de chumbo*, *veadores da Fazenda*.

Em algumas construções, o nome que integra o complemento do núcleo, por fazer referência a uma ideia plural, apresenta-se no plural: é o caso de *cavaleiro d’armas*, *cota d’armas*, *homens d’armas*, *maestre das chagas*, *moços d’esporas*, *reys d’armas*. O composto *pano de ras* apresenta o plural *panos d’arrazes*, com o segundo constituinte também pluralizado. Tendo em vista que (*ar*)*ras* corresponde ao topônimo Arras, cidade do norte da França, famosa por suas tapeçarias, a caracterização de unicidade do nome próprio bloquearia a pluralização. Porém, o contexto de rima leva ao uso da forma pluralizada:

«Vi eu de coteifes azes / con infanções [s]iguazes / mui peores ca rapazes; / e ouveron tal pavor, / que os seus **panos d’arrazes** / tornaron doutra color» [CEMD 21.23]

A dupla pluralização ocorre, ainda, no composto *carta de poder* (‘carta (régia) que delega a outrem certos poderes’, ‘autorização, procuração’), uma vez que a forma singular não é *carta de poderes*:

«sob obrigaçã expresa que pera ello fazemos de todos nossos bẽes patrimoniaees e fiscaees e outros quaeesquer de nosos vasallos e subditos e naturaees mouees e raizes auudos e por auer por firmeza do qual mandamos dar esta nossa **carta de poder**, a qual firmamos de nosos nomes e mandamos seelar com nosso seelo» [TT 3v.4]
«segundo ambas as ditas partes o mostrarã pollas **cartas de poderes** e procuraçõees dos ditos Senhores seus constituintes das quaes seu theor de verbo a verbo he este que se segue» [TT 2v.5]

Em comparação com os dados de compostos NN do mesmo *corpus* utilizado por Santos (2009), observamos uma variação na forma de marcar o plural de *mestre-sala*:

«E diante do principe muytas trombetas, atambores, charamelas, e sacabuxas, e outros muitos estormentos, e muitos porteiros da maça, reys d'armas, porteiros-mores, **mestre-salas**, veador, e o mordomo-mor com todallas cerimoniaes reaes» [VFDJ 65]

«E diante dela muitas trombetas, e atabales, charamelas, e sacabuxas, muitos porteiros de maça, e reys d'armas d'el-rey e da raynha de Castella vestidos de ricas sedas e bem encavalgados, e seus **mestre-salas**, veador, e mordomo-mor ricamente vestidos» [VFDJ 5457]

«os quais eram pessoas honrradas, cortesãos, e cidadãos que ali entravam per mandado dos **mestres-salas**» [VFDJ 5222]

«E na sala da madeira nestes dous banquetes, e assi nos outros dias dos momos qualquer homem que ahi vinha rebuçado com touca era logo **pollos mestres-salas** e porteiros-mores muy bem agasalhado onde bem via tudo» [VFDJ 5638]

«E entam vinham muitos porteiros de maça, muytos officiaes, todos ricamente vestidos e encavalgados, e apos eles o porteyro-mor e depois **quatro mestres-salas**, e atras o mordomo-mor, todos com opas roçagantes de ricos brocados, e tellas d'ouro com ricos forros» [VFDJ 5815]

Os dados correspondentes às formas flexionadas de *mestre-sala* se reduzem a esses exemplos, registrados em um texto do século XVI. Interessante observar que há duas ocorrências de pluralização externa ($N_{-Flex} N_{+Flex}$) e três de pluralização interna e externa ($N_{+Flex} N_{+Flex}$). A relação que se observa nesse composto é, no entanto, de subordinação e não de coordenação, em que o termo da direita modifica o constituinte da esquerda, o núcleo, onde se esperaria a flexão apenas interna, *mestres-sala*³¹, forma que, no entanto, não foi registrada.

Em resumo, os dados apresentados evidenciam a natureza sintática de combinações NprepN que, no entanto, por um processo de reanálise, passam a corresponder a uma unidade lexical, isto é, passam a designar um conceito unitário. Considerando-se os demais tipos de compostos - compostos morfológicos e compostos morfossintáticos - e o seu comportamento em relação à estrutura sintática interna, observa-se que os compostos com a configuração NprepN (e NprepV, VconjV, NA e AN, conforme Rio-Torto; Ribeiro, 2012) estão mais próximos de construções sintáticas, pois a sua estrutura interna obedece às regras sintáticas.

Comparando-se, portanto, os modos de pluralização de compostos NprepN e NN, observa-se que os primeiros apresentam uma previsibilidade quanto ao *locus* de inflexão, por este corresponder ao núcleo sintático (e semântico),

³¹ Lembramos que o plural indicado no dicionário Houaiss (2009, s.v. mestre-sala) é *mestres-salas*.

enquanto que a pluralização de NN parece mais propensa à oscilação, embora se reconheça que, em português, o núcleo é representado pelo constituinte localizado à esquerda. Nesse caso, a pluralização de N2 pode estar relacionada com a interpretação desse constituinte como um adjetivo, com função atributiva, e não como nome.

Padrão compositivo	Flexão interna	Flexão externa	Flexão interna e externa
[NN] _N	-	<i>mestre-sala<u>s</u></i>	<i>mestres-sala<u>s</u></i> <i>pedra<u>s</u> marmore<u>s</u></i>
[NprepN] _N	<i>porteiro<u>s</u> de</i> <i>maça, carta<u>s</u> de</i> <i>seguro, clerigo<u>s</u></i> <i>de missa, filha<u>s</u></i> <i>d'algo carta<u>s</u> de</i> <i>poder etc.</i>	-	<i>carta<u>s</u> de poder<u>es</u> (?)</i>

Quadro 1 - Flexão de número

Observa-se, nos dados do Quadro 1, a expressão *cartas de poder*, com a flexão incidindo apenas no núcleo, e *cartas de poderes*, em que ambos os constituintes nominais refletem a categoria morfossintática de número. A forma singular *carta de poderes*, no entanto, não foi registrada.

3.3.2. Variação de gênero

A variação de gênero em compostos com a estrutura NprepN foi observada em dois casos: a) *filha d'algo* (ao lado de *filho dalgo*) nesse caso, consistindo num processo de flexão interna:

«Perçebudo deue sseer o julgador *que ouuer poer pena <a> algũ per rrazã de sacrilegio que ouuesse ffeyto. Ca deue meter mētes que homẽ é o que faz, se é **filho dalgo** ou nõ» [PP XXI.262]*

«Mandamos *que nenhuu **fidalgo** nõ se possa tornar vassalo de nenguu ata que se espeça de seu sennor quer per sy quer per outrĩ mãdadeyro **filho dalgo***» [FR III.976]³²

«Conta a estorya que el rey dom Ramiro – que foy o primeiro rey d'Aragon, segundo vos dito avemos no começo – que foy filho del rey dom Sancho de Navarra, o Mayor, e ouveo em hũa dona **filha d'algo**; e era natural de hũu castello que chamavõ Agaron» [CGE3 257.19]

³² Nesse exemplo, *filho dalgo* tem emprego adjetival e *fidalgo* nominal.

«Como Santa Maria guareceu en Vila-Sirga hũa dona **filladalgo** / de França, que avia todo-los nenbros do corpo tolleitos» [CSM 268.1]

e em b) *homẽ d'ordẽ e molher d'ordĩ*, correspondentes a 'religioso' e 'religiosa', respectivamente, em que o processo de variação genérica é de natureza heteronímica. Como não poderia ser diferente, a variação incide sobre o núcleo, localizado à esquerda da unidade plurilexical:

«e na gent' é tan grande a cobiiça, / que non á i conselho nen mesura; / Ca non leixan spital nen egleja, / romeu, nen dona, nen omen fidalgo, / nen **omen d'orden**, por bõõ que seja» [CEMD 277.10]

«Qualquer omẽ que *per* força ou *per* prazer cũ **molher d'ordĩ** que sabbia, poys que foy beyta assi como é custome, (e) casar cũ ella, ella seya tornada a sseu moesterio» [FR IV.450]

No que diz respeito aos compostos NN, não se verificaram registros de variação do núcleo relativamente a gênero, mas observou-se a inteira concordância do gênero do produto compositivo com o gênero do núcleo nominal (no caso dos compostos com constituintes de gêneros diferentes): *dos mestres-salas* ($[N_{+masc} N_{-masc}]_{N+masc}$: o composto apresenta gênero masculino, como *mestre*), *hũas pedras marmores* ($[N_{-masc} N_{+/-masc}]_{N-masc}$: o composto apresenta gênero feminino, como *pedra*³³³⁴). Nesses compostos, evidentemente endocêntricos, caracterizados pelos traços [+humano] e [-humano], respectivamente, o núcleo semântico coincide com o núcleo sintático.

Em resumo, considerando-se os compostos cujo referente é um ser vivo, tem-se para o gênero:

³³ De acordo com Piel (1953, p. 224), *mármore* foi forma feminina no português antigo, talvez por influência de *pedra*. Por outro lado, como o singular deveria soar *marmor*, sem o *-e*, como nas formas (a) *árvor* e (a) *lébor* 'lebre', por exemplo, o gênero feminino pode também se dever à analogia.

³⁴ A expansão dessa sequência com um adjetivo exigiria a concordância desse modificador com o substantivo "pedras": *hũas pedras marmores brancas e pretas* / *?hũas pedras marmores brancos e pretos*. Por outro lado, a estrutura expandida *pedras de mármore* ambigua a possibilidade de flexão: *hũas pedras de marmore brancas e pretas* / *hũas pedras de marmore branco e preto*. Quando o especificador também está no plural (*mármores*), a expectativa é de que a sequência expansora concorde em gênero com ele: *hũas pedras de marmores brancos e pretos*.

Padrão compositivo	Variação interna	Variação interna e externa	Outros processos
[NN] _N	-	-	-
[NprepN] _N	<i>filha d'algo</i> (filho d'algo)	-	<i>molher d'ordĩ</i> (omen d'orden)

Quadro 2 - Variação de gênero

Considerando-se os aspectos apresentados - flexão e determinação - aplicados a alguns dados do português arcaico, tem-se que:

- No que diz respeito a propriedades de **flexão de número**, observa-se que compostos NprepN apresentam-se regulares quanto à marcação do plural, o qual incide apenas sobre o núcleo (*porteiros de maça*, *cartas de seguro*, *clerigos de missa*, *filhas d'algo*). Há dois exemplos em que há a variação de número nos dois constituintes nominais (*panos de arrazes* e *cartas de poderes*). Os compostos NN, por sua vez, talvez devido ao seu distanciamento de estruturas sintáticas prototípicas, apresentaram oscilação quanto ao local de marcação do plural (*mestre-salas*, *mestres-salas*). Entretanto, em ambos os casos - NprepN e NN -, a flexão interna indica uma maior proximidade com construções sintáticas.

- Em relação à **designação de gênero**, observou-se, apenas no caso dos compostos NprepN, a ocorrência de variação morfológica (*filho d'algo/filha d'algo*) e outros processos não morfológicos, como a heteronímia de radicais (*omen d'orden/molher d'ordĩ*). Nos compostos NN, não se verificou variação de gênero, mas se observou que o gênero da construção é dedutível a partir do do núcleo (*o mestre-sala*).

- Quanto à **determinação**, ela se aplica apenas aos compostos NprepN. De acordo com os dados, as condições de determinação do segundo nominal (N2) podem ser modificadas nesse tipo de construção. Nesse caso, a construção perderia a sua unidade léxica, uma vez que a referência é modificada. No entanto, a análise dos dados demonstrou que a variação nas condições de determinação não significou a desconstrução do caráter composicional da estrutura. Esse fato pode ser atribuído à variabilidade gráfica e linguística que caracteriza o português arcaico. A exceção talvez seja *clerigo de missa* e *clerigo da missa*, cuja interpretação do contexto em que essas formas estão inseridas suscita dúvidas. Por outro lado, os dados também indicaram compostos com N2 determinado, constituindo, contrariamente, a ausência de determinação uma possível modificação da referência.

Em resumo, observa-se que os compostos NprepN apresentam-se mais regulares em relação a operações de natureza sintática, quando comparados com os compostos NN, considerados mais distanciados de estruturas sintáticas prototípicas. Portanto, são os compostos NprepN os que mais se assemelham a sintagmas nominais da sintaxe livre (BUSTOS GISBERT, 1986, p. 72), possuindo um caráter mais sintático e mais periféricos frente aos compostos morfológicos e morfossintáticos.

Considerações finais

Observou-se, ao longo do estudo e da análise das estruturas registradas como compostos NprepN, uma tendência da língua antiga de utilizar essa configuração sintagmática na denominação de entidades físicas e abstratas, adequando-se a sua nova situação, desprovida dos marcadores morfológicos dos casos latinos. Notou-se, ainda, que a estrutura NprepN recobre compostos endocêntricos e compostos exocêntricos, o que permite estabelecer, dentro da própria categoria, diferentes níveis de opacidade notadamente semântica. Embora não seja consensual a inclusão desse paradigma no universo da composição de palavras, verificou-se que o esquema NprepN é gerador de uma imensa gama de produtos lexicais, o que se deve a sua relativa liberdade combinatória. Além disso, o seu caráter analítico, e em geral transparente, também é responsável pela sua produtividade³⁵.

Compostos NprepN apresentam, quanto à flexão, a configuração de frase, pois a marcação flexional incide sobre o núcleo. Por outro lado, têm estatuto lexical, pois constituem expressões estabelecidas e correspondentes a uma unidade léxica, uma vez que designam um conceito unitário. Nesse sentido, pode-se falar de compostos sintáticos, uma vez que se está a lidar com conceitos de sintaxe e de léxico.

Por último, gostaríamos de retomar a atenção para o fato de algumas formas aglutinadas terem sua origem em uma configuração NprepN, assim como algumas formas com estrutura NN, após sofrerem o apagamento da preposição. Enquanto as estruturas NN adquirem estatuto morfossintático, os aglutinados comportam-se como entidades morfológicas. Como exemplo de

³⁵ Le Pesant (2003, p. 109) reflete que esquemas produtivos de nomes compostos, como o representado por NprepN, têm uma particular importância na língua, e uma das razões é justamente o fato de se situarem em um limite inferior de fixação, o que por si só justifica a introdução da noção de grau de *figement* no âmbito dos compostos.

forma aglutinada, tem-se *fidalgo*, resultante da justaposição portuguesa “filho de algo”. Considerando-se o mecanismo de flexão, observa-se que tanto a flexão de número quanto a atribuição de gênero ocorre à direita, no final da palavra - *fidalgos/fidalga*³⁶ -, com escopo sobre toda a construção:

«El rey dom Garcia, vñdo assi fugindo ante el rei dom Sancho e veendo que per aquella guisa nõ lhe podya scapar, chamou todos seus **fidalgos** e ricos homẽes e disselhes:» [CGE3 358.5]

«e vinha por sua aya e camareira-mor Dona Isabel de Sousa portuguesa, molher muito **fidalga**, e prudente, e de muy onesta vida» [VFDJ 5296]

No que se refere à interação de compostos NN com compostos de estrutura subjacente NprepN, são exemplos do *corpus maestre scola*, *mestre-salas* e *pedra marmor*, formas cuja configuração sintática interna envolve uma preposição (estruturas subjacentes: *mestre de escola*³⁷, *mestre de sala* e *pedra de mármore*, respectivamente), e cujo núcleo sintático e semântico está constituído pelo nome à esquerda:

«Mais os outros prelados que <nõ> som feytos per sliçõ de sseus cabidoos nõ podẽ scomũgar, assi como arçadiagoou ou arçipreste ou chãtre ou **maestre scola** ou thesoueyro» [PP XII.259]

«E diante do principe muytas trombetas, atambores, charamelas, e sacabuxas, e outros muitos estormentos, e muitos porteiros da maça, reys d’armas, porteiros-mores, **mestre-salas**, veador, e o mordomo-mor com todallas cerimonias reaes» [VFDJ 65]

«E Almãçor mandou logo quebrantar e destruyr todallas portas da cidade, que eram bem obradas de **pedra marmor**, e a mayor torre da alçaçova, que estava sobre a porta descontra ouriente» [CGE3 181.12]

³⁶ Contudo, a variação externa de gênero desse vocábulo (*fidalgo/fidalga*) foi verificada apenas no texto *Vida e feitos d’El Rey Dom João*, situado nas primeiras décadas do séc. XVI. No entanto, nos textos analisados, é possível encontrar tanto a estrutura sintagmática quanto a forma amalgamada (mais frequente): «E foy homẽ muy esforçado e muy amado dos **filhos d’algo** e fez muytas batalhas com os mouros e muytos outros bõds feitos que fez per todo o reyno» [CGE3 265.4]; «ca el dizem que foi mui luxurioso, de guisa que quaaesquer molheres que lhe bem pareciam, posto que **filhas d’algo** e molheres de cavaleiros fossem, e isso meesmo donas d’ordem ou d’outro estado, que nom guardava mais hũuas que outras» [CDP XVI.15].

³⁷ No caso de *maestre scola*, a acepção expressa por essa forma é também encontrada sob o modelo NA, como demonstram duas ocorrências de *meestre scolar* e uma de *maestre scolar*, registradas na *Primeyra Partida*.

Observa-se, portanto, que compostos sintagmáticos são suscetíveis de modificação ao longo da sua história, podendo chegar à unificação morfológica e fonológica, e até mesmo à unificação na escrita.

O fato de estruturas NprepN estarem na base de formações NN, ou a elas equivalerem sintaticamente, e, ainda, de constituírem a origem sintagmática de formas monoacentuadas ditas “aglutinadas”, como *fidalgo* (< *filho de algo*), constitui uma justificativa plausível de que se trata, realmente, de estruturas legítimas para a formação de compostos, autorizando, desta forma, a sua inclusão no âmbito dos estudos das palavras compostas, ao lado dos chamados compostos morfológicos e morfossintáticos.

Referências

- BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica Philosophica da lingua portuguesa** (ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem). 7ª ed., Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1881 [1822].
- BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha**. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e notas por Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971 [1540].
- BOOIJ, Geert. Compounding and construction morphology. In: LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavol (eds.). **The Oxford Handbook of Compounding**. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 201-216.
- BOOIJ, Geert. **The Grammar of Words**. Oxford: Oxford University Press.
- BRINTON, Laurel J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Lexicalization and Language Change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BUSTOS GISBERT, Eugenio de. **La composición nominal en español**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1986.
- CUNHA, Celso; LINDLEY CINTRA, Luís F. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DARMESTER, A. **Traité de la formation des mots composés de la langue française**. 2ª. ed., Paris: E. Bouillon, 1894 [1874].
- Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- Dizionario Etimologico Online**. Disponível em <http://www.etimo.it/>. Acesso em 03 de abril de 2015.
- GARCIA, Janete Melasso; CASTRO, Jane A.R. Ottoni. **Dicionário gramatical de latim**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

- GOMES, Rita Costa. **The Making of a Court Society: Kings and Nobles in Late Medieval Portugal.** Translated by Alison Aiken. New York: Cambridge University Press, 2007.
- GUEVARA, Emiliano; e SCALISE, Sergio. Searching for Universals in Compounding. In: SCALISE, S.; MAGNI, E.; e BISESTO, A. (Eds.). **Universals of Language Today**, Dordrecht: Springer, 2009, p. 101-128.
- KASTOVSKY, Dieter. Hans Marchand and the Marchandean. In: LIEBER, Rochelle; ŠTEKAUER, Pavol (eds.). **The Oxford Handbook of Compounding.** Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 99-124.
- LANG, Mervyn F. **Formación de palabras en español.** Morfología derivativa productiva en el léxico moderno. 2ª ed., Madrid: Cátedra. Tradução do original inglês *Spanish Word Formation*, 1997.
- LE PESANT, Denis. Quelques schèmes productifs de noms composés de forme *N de N*. **Cahiers de Lexicologie**, 82, 2003, p. 105-115.
- MATTOSO CÂMARA JR., J. **Problemas de lingüística descritiva.** 17ª ed., Petrópolis: Vozes, 1998 [1971].
- MATTOSO CÂMARA JR., J. **História e estrutura da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- MAURER JR., Th. Henrique. **Gramática do latim vulgar.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- MOYNA, María Irene. **Compound Words in Spanish. Theory and history.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.
- NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia).** 5ª ed., Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1956.
- PIEL, Joseph Maria. **Miscelânea de etimologia portuguesa e galega** (primeira série). Coimbra: *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1953.
- PIEL, Joseph Maria. Coteifes orpelados, panos d'arrazes e martinhos. In: IDEM. **Estudos de linguística histórica galego-portuguesa.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989[1966], p. 115-122.
- RIBEIRO, Sílvia. **Compostos nominais em português:** as estruturas VN, NN, NprepN e NA. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- RIBEIRO, Sílvia. **Compostos nominais em português:** as estruturas VN, NN, Nprep e NA. München: Lincom, 2010.
- RIBEIRO, Sílvia; RIO-TORTO, Graça. Composição. In: RIO-TORTO, Graça; RODRIGUES, Alexandra Soares; PEREIRA, Isabel; PEREIRA, Rui; RIBEIRO, Sílvia. **Gramática derivacional do português.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 385-431

- RIBEIRO, Sílvia; RIO-TORTO, Graça. Denominações compositivas de estrutura VN, NN, NprepN e NA: nexos intralexicais. In: ILIESCU, M. et al. (eds.), **Actes du XXV Congrès International de Philologie et de Linguistique Romanes**. Tome VII. Berlin: Mouton de Gruyter, 2010, p. 477-487.
- RIO-TORTO, Graça. Nouns in apposition: Portuguese data. **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, Vol. 8, 2013, p. 17-38.
- RIO-TORTO, Graça; RIBEIRO, Sílvia. Portuguese compounds. **Probus**, 21 (1), 2012, p. 119-145.
- RIO-TORTO, Graça; RIBEIRO, Sílvia. Compounds in Portuguese. **Lingue e Linguaggio** VIII(2), 2009, p. 271-291.
- SAIDALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3ª ed. melhorada e aumentada de *Lexeologia e Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SANTOS, Antonia Vieira dos. Do composto sintagmático ao lexema aglutinado: consequências morfológicas e sintáticas. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; OLIVEIRA, Klebson; AMARANTE, José (orgs.). **Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos em homenagem a Therezinha Barreto**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 239-258.
- SANTOS, Antonia Vieira dos. **Compostos sintagmáticos nominais VN, NN, NA, AN e NprepN no português arcaico (sécs. XIII-XVI)**. 2009, Tese (Doutorado em Letras e Linguística). Volume 1 e Volume 2, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- VAL ÁLVARO, José. La composición. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta (dir.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Vol. III: Entre la oración y el discurso/Morfología. Madrid: Editorial Espasa/Calpe, 1999, p. 4757-4842.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. 3ª ed., enriquecida com notas do autor, prefaciada e anotada por Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

Submetido em 21 de fevereiro de 2016

Aceito em 5 de maio de 2016

RESENHA

ANTUNES, Irlandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

Análise de textos: fundamentos e práticas, de Irlandé Antunes, tem por objetivo criar uma discussão a respeito da prática de análise de textos como atividade pedagógica. A autora que é Doutora em Linguística pela Universidade Clássica de Lisboa, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Atua com pesquisas relacionadas aos temas: língua, texto, gramática, produção textual, leitura e formação de professores. É autora de vários livros acerca do ensino de língua materna.

Antunes, na introdução da obra, parte do pressuposto de que a prática de análise precisa englobar os aspectos globais do texto, os aspectos da sua construção e os aspectos de sua adequação vocabular. A obra encontra-se dividida em 10 capítulos organizados da seguinte forma:

em um primeiro momento, apresento uma breve fundamentação teórica acerca de questões pertinentes ao bloco em estudo; logo em seguida, apresento análises de textos relativas a pontos pertinentes a esse bloco (p.17).

No primeiro capítulo do livro, a autora faz uma reflexão a respeito das práticas pedagógicas de análise de textos. Ressalta que muitos manuais didáticos se encontram presos em terminologias gramaticais e as atividades propostas utilizam o texto como mero ‘pretexto’, sendo consideradas, portanto, atividades pouco relevantes e significantes. Essas atividades, como afirma Antunes, não privilegiam nenhum aspecto global, semântico/pragmático e apenas exploram os aspectos prescritivos da língua. Diante desse pressuposto, a autora faz um questionamento: “[...] o que se ensina na escola acerca de texto. Muito pouco, não?” (p.27). Sendo assim, ela tenta orientar as práticas docentes a explorar questões relacionadas a fatores textuais e linguísticos nas análises textuais.

No segundo capítulo, a autora dedica especial atenção aos aspectos da Linguística Textual, pois são apresentadas as noções de texto e de textualidade. Antunes destaca que interagimos através de textos independente da situação,

pois “todo texto é a expressão de algum propósito comunicativo” (p.30). Diante disso, o texto converge ações cognitivas, linguísticas e sociais do indivíduo. Apresenta os sete princípios de textualidade estudados por Beaugrande e Dressler (1981): a aceitabilidade, a informatividade, a intertextualidade, a intencionalidade, a situacionalidade, a coesão e a coerência. E ainda discute as concepções de cada fator, em que se pode concluir que alguns desses fatores encontram-se centrados mais nos usuários (informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade). Por isso, eles podem ser considerados mais pragmáticos. Ao mesmo tempo, há dois fatores que estão centrados no texto, que é o caso da coesão e da coerência, ambas com um valor sintático, semântico e pragmático.

No terceiro capítulo são levantados oito questionamentos: Por que analisar textos? O que se faz quando se analisa um texto? Com que finalidades se deve fazer a análise de textos? Que textos analisar? Que elementos analisar? À luz de que princípios analisar? O que evitar nessas atividades de análise de texto? Como analisar textos ou que procedimentos de análise adotar? Para esses questionamentos a autora, primeiramente, reflete que o texto é diferente de frase, porque exige um estudo mais específico e detalhado, ou seja, quando se analisa um texto, é importante observar a sua composição, o seu propósito comunicativo, as suas partes constituintes e as funções pretendidas em cada uma delas. A autora sintetiza afirmando que o texto deve ser o objeto principal nas aulas de Português e que a gramática deve ser ensinada através de textos.

No quarto capítulo destaca que o ponto de partida na atividade de análise de texto deve partir dos seus aspectos globais, mas, infelizmente, é comum observar que, nas salas de aula, as práticas de análise de texto partem de fragmentos, pontuando apenas questões gramaticais. Essa prática ocorre de maneira superficial e desconstituída de qualquer propósito comunicativo, pois não considera os aspectos discursivos, as unidades semânticas e pragmáticas, a informatividade e o que se encontra nas entrelinhas do texto.

A segunda parte da obra – a partir do 5º capítulo - é destinada à apresentação de análises de alguns textos “focalizando os aspectos globais de sua organização e construção” (p.79). Para essas análises a autora se apoiou na fundamentação teórica que foi apresentada nos capítulos anteriores. De acordo com Antunes o trabalho de análise deve partir do texto como um todo, e não analisar apenas fragmentos. É apresentado para o leitor um rico material, com exemplos claros e precisos de análise de textos, em que o professor pode mergulhar nos seus apontamentos e refletir como funciona esse processo.

Ainda, a autora destaca que, nas atividades de análise de textos, é preciso observar as questões relacionadas à coesão e à coerência textual. Isso resulta não apenas unir o texto as suas partes gramáticas e estruturais, mas “fazer com que dessa junção resulte um todo funcional, com sentidos e propósitos claros, de forma que se reconheça um propósito comunicativo, uma proposta de interação, uma negociação de sentido, uma ação de linguagem, enfim” (p.115). Diante dessas considerações, a autora analisa alguns textos exemplificando as perspectivas linguísticas citadas. Nessas análises, várias passagens relembram alguns conceitos afirmados em “Lutar com palavras: coesão e coerência”, outra importante obra da mesma autora, em que focaliza seus estudos nos conceitos linguísticos e no ensino destes em forma de um diálogo com exemplos para fundamentá-lo, direcionando, portanto, os professores com propostas e possibilidades de aplicação desses conhecimentos de forma efetiva nas salas de aula.

Em suma, *Análise de textos: fundamentos e práticas*, de Irandé Antunes, é uma obra que oferece um suporte imprescindível para professores e estudantes no campo de ensino de língua materna. A autora traz várias sugestões de como melhorar a atividade de análise de texto, ancorada na perspectiva de que falamos e interagimos através de textos. Esta obra propõe que a análise de texto seja uma prática constante nas salas de aula, refletindo, primordialmente, os seus aspectos globais até chegar às partes menores. Dessa forma, este tema é de significativa importância e pode ser sugerido a professores de línguas, principalmente àqueles que necessitam de novos horizontes para arriscar em sua prática novas ações.

Mirella Silva Barbosa

Universidade Federal de Pernambuco
mirellabarbosa20@hotmail.com

COLABORADORES DESTES NÚMERO

ALUIZA ALVES DE ARAÚJO é doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, onde, atualmente, cumpre pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística. É professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Dialectologia e Geolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: Dialectologia, Atlas Linguísticos e Falares Regionais.

ANA ALEXANDRA SILVA é professora auxiliar da Universidade de Évora. Para além de trabalhos publicados nas áreas da morfologia e da sintaxe, tem desenvolvido investigação em estudos de tradução. É investigadora do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora, integrando o projecto de investigação “Para a história da gramática e do ensino do Português como Língua Estrangeira (séculos XVII-XX)”.

ANTONIA VIEIRA DOS SANTOS possui mestrado em Linguística Portuguesa pela Universidade de Coimbra (2003) e doutorado em Letras pela Universidade Federal da Bahia (2009). Foi professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência em Linguística Histórica e Integra os grupos de pesquisa Prohpor - Programa para a História da Língua Portuguesa e Nêmesis - Estudos do Léxico e da História da Língua Portuguesa, ambos sediados no Instituto de Letras da UFBA

CARLOS GARRIDO é especialista em tradução de textos científicos e técnicos. Atua como professor e investigador da área de tradução na Faculdade de Filologia e Tradução da Universidade de Vigo (Galiza), com especial referência à constituição do galego técnico-científico. É autor de inúmeros trabalhos em sua especialidade, entre os quais *Dicionário de Zoologia e Sistemática dos Invertebrados. Português, Inglês, Alemão, Espanhol* (2016) e *Alcance e restrição da modificação nominal como problema da tradução técnico-científica de inglês e de alemão para português e para espanhol* (2013).

CEILA MARIA FERREIRA possui graduação em Português-Latim pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000), graduação em Português-Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Linguística-Filologia Românica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade de São Paulo (2002). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Crítica Textual e Exegese de Textos, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica textual, filologia, edição crítica, ecdótica, literatura e estudos de gênero.

HELENA REBELO é, desde 1998, docente na Universidade da Madeira, estabelecimento onde se doutorou em Linguística Portuguesa. Cumpriu estágio de pós-doutoramento na Universidade de Aveiro, estando ligada ao Centro de Línguas, Literaturas e Culturas. Dedicou-se aos estudos linguísticos neste centro e no Centro de Investigação em Estudos Regionais e Locais. Tem participado em vários encontros científicos, coordenando a organização do congresso da AIL (Associação Internacional de Lusitanistas) do Funchal.

MARCELO MORAES CAETANO é professor adjunto de Língua Portuguesa e Filologia Românica na graduação e na pós-graduação *stricto sensu* da UERJ e professor convidado da Université de Bruxelles. É perito de língua portuguesa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assistente técnico da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Filologia, do PEN Clube do Brasil (Rio de Janeiro) e do PEN Club International (Londres), membro correspondente efetivo da Académie des Arts, Sciences et Lettres de Paris e da Academia de Letras y Artes de Chile.

MARIA DO CÉU FONSECA é professora auxiliar com agregação da Universidade de Évora. As suas áreas de investigação são a Historiografia Linguística e os estudos de sintaxe, áreas onde tem publicado trabalhos. É investigadora do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora, integrando o projecto de investigação “Para a história da gramática e do ensino do Português como Língua Estrangeira (séculos XVII-XX)”.

MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO possui doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo. Cumpriu estágio de pós-doutorado na Université de Paris Sorbonne Nouvelle (1976-1977), na Universidad Complutense de Madrid (1976/1978) e também na Central Connecticut State University - USA (1989/1990). Atualmente é professor visitante titular da Universidade Federal do Ceará e professor voluntário titular da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência nas áreas de Linguística e Literatura, com ênfase em Sociolinguística, Dialetologia e Geolinguística.

MARIA JOÃO MARÇALO é professora auxiliar com agregação e Directora do Programa de Doutoramento em Linguística na Universidade de Évora. O interesse pela Linguística Teórica e pelo Português Língua Estrangeira têm definido uma grande parte dos seus caminhos de investigação. É investigadora do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro / Universidade de Évora, integrando o projecto de investigação “Para a história da gramática e do ensino do Português como Língua Estrangeira (séculos XVII-XX)”.

MARINA MACHADO RODRIGUES é doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense e Professora Adjunta de Crítica Textual da mesma universidade. É também professora adjunta de Literatura Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (aposentada). É membro da Academia Brasileira de Filologia e da Escola Camoniana Brasileira. Atualmente trabalha com a edição crítica das redondilhas de Luís de Camões.

MICHELLE MACHADO DE OLIVEIRA VILARINHO é mestre e doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB); licenciada em Letras Português do Brasil como Segunda Língua pela UnB; professora adjunta 2 do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB; pesquisadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos (Centro LexTerm) da UnB e coordenadora de tutoria do curso de Letras EaD da UnB. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Linguística, Lexicologia, Lexicografia e Terminologia.

MIRELLA SILVA BARBOSA é mestranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE. Tem licenciatura plena em Letras (FAFIRE). Desenvolve pesquisa sobre o livro didático de língua portuguesa e ensino de língua materna. É professora de produção textual do ensino fundamental.

THIERRY PROENÇA DOS SANTOS é professor auxiliar da Universidade da Madeira, desde 2007. Doutor em Linguística Aplicada, tem vindo a desenvolver pesquisas e estudos sobre aspetos culturais, literários e linguísticos da Região Autónoma da Madeira. É investigador do polo “Centro de Tradições Populares Portuguesas” integrado no “Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa”.